



www.ichs.ufop.br/rhh
historiografia@ufop.br
ISSN 1983-9928



História da Historiografia

número 03 • setembro • 2009
revista eletrônica semestral

História da Historiografia

número 03 • setembro • 2009
revista eletrônica semestral

Conselho Executivo (2009-2011)

Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)
Sérgio da Mata (UFOP)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Conselho Editorial

Durval Muniz de Albuquerque (UFRN)
Estevão de Rezende Martins (UnB)
Helena Mollo (UFOP)
Lucia Maria Paschoal Guimarães (UERJ)
Pedro Spinola Pereira Caldas (UNIRIO)
Raquel Glezer (USP)
Sérgio da Mata (UFOP)
Temístocles Cezar (UFRGS)
Valdei Lopes de Araujo (UFOP)

Conselho Consultivo

Astor Diehl (UPF)
Carlos Oiti (UFG)
Cássio Fernandes (UFJF)
Denis Bernardes (UFPE)
Edgar De Decca (UNICAMP)
Eliana Dutra (UFMG)
Fabio Wasserman (UBA)
Francisco Murari Pires (USP)
Guillermo Zermeño Padilla (Colegio de México)
Hans Ulrich Gumbrecht (Stanford University)
Iris Kantor (USP)
José Carlos Reis (UFMG)
Jörn Rüsen (KI/ UWH)
Luiz Costa Lima (PUC-Rio/UERJ)
Manoel Salgado Guimarães (UFRJ)
Marco Morel (UERJ)
Silvia Petersen (UFRGS)

Secretaria

Flávia Florentino Varella (USP)

Contato

Rua do Seminário, s/n - Centro • Mariana - MG • 35420-000 • Brasil
www.ichs.ufop.br/rhh • historiografia@ufop.br • (31) 3557-9400

Ficha Catalográfica

História da Historiografia. Ouro Preto / Edufop, 2009, número 3, setembro
2009, 263pp.

Semestral
ISSN 1983-9928

1. História - Periódicos

CDU 930(05)

EDITORIAL 08

ARTIGOS

A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado
Hans Ulrich Gumbrecht 10

Biografia, autobiografia e crônica na Florença do Século XIV: as origens da historiografia moderna
Cássio da Silva Fernandes 23

Ficção, literatura e história através da “Crônica do descobrimento do Brasil” (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen
Pedro Telles da Silveira 34

A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico
João Paulo G. Pimenta 53

Anotar e prefaciar a obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu
Ítala Byanca Moraes da Silva 83

Translatio ad mundus: a transformação do Mundo Romano e a Antiguidade Tardia. Elementos teóricos para uma perspectiva historiográfica
Everton Grein 106

Erotismo, libertinagem e pornografia: notas para um estudo genealógico das práticas relacionadas ao corpo na França moderna
Daniel Wanderson Ferreira 123

A Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito
Leandro Duarte Rust
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva 135

RESENHAS

Lugar privilegiado de produção do conhecimento histórico
GUILMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu*: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938). Rio de Janeiro: Museu da República, 2008, 246pp.
Hugo Hruby 154

Tras de las huellas de lo local y lo regional: notas críticas e tendencias de análisis en la historiografía argentina
FERNÁNDEZ, Sandra R. (Comp.). *Más allá del territorio*: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones. Rosario (Argentina): Prohistoria ediciones, 2007, 182 pp.
Leonardo Simonetta 161

<i>Historiografia moderna em perspectiva</i> IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. <i>A Global History of Modern Historiography</i> . London: Pearson-Longman, 2008, 436pp. Jurandir Malerba	167
<i>As “luzes” de um “reino cadaveroso”: entre a polêmica e a tradição</i> Flávio Rey de Carvalho. <i>Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)</i> . São Paulo: Annablume, 2008, 135pp. Ana Rosa Cloquet da Silva	174
<i>Plutarco: historiografia e biografia na cultura greco-romana</i> Maria Aparecida Oliveira. <i>Plutarco Historiador: análise das biografias espartanas</i> . São Paulo: Edusp, 2006, 168pp. Luiz Otávio de Magalhães	181
<i>O historicismo alemão, revisto desde o Brasil</i> VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena; MATA, Sérgio & ARAUJO, Valdei. <i>A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna</i> . Argumentvm, 2008, 247pp. Arthur Assis	188
<i>Luciano e a escrita da história</i> LUCIANO. <i>Como se deve escrever a história</i> . Tradução, introdução, apêndices e o ensaio “Luciano e a história”: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, 278 pp. Henrique Estrada Rodrigues	194
<i>La construcción del pasado desde los espacios provinciales en Argentina: notas críticas a propósito de un libro reciente de historiografía</i> MAEDER, Ernesto J., LEONI, María Silvia, QUINONEZ, María Gabriela y SOLÍS CARNICER, María del Mar. <i>Visiones del Pasado: estudios de historiografía de Corrientes</i> . Corrientes (Argentina): Moglia Ediciones, 2004, 238 pp. Horacio Miguel Hernán Zapata	198

TEXTO E DOCUMENTO HISTORIOGRÁFICO

Poder e <i>episteme</i> na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721)	204
Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa Taise Tatiana Quadros da Silva	215

ENTREVISTA

Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães Valdei Lopes de Araujo	237
--	------------

PARECERISTAS DESTE NÚMERO

260

NORMAS DE PUBLICAÇÃO

262

EDITORIAL 08

ARTICLES

Presence achieved in language: with special attention given to the presence of the past
Hans Ulrich Gumbrecht 10

Biography, autobiography and chronic in Century XIV Florence: the origins of modern historiography
Cássio da Silva Fernandes 23

Fiction, literature and history through Francisco Adolfo de Varnhagen's "Crônica do descobrimento do Brasil" (1840)
Pedro Telles da Silveira 34

The independence of Brazil as a revolution: history and presence of a classical theme
João Paulo G. Pimenta 53

Annotate and preface the "master's" work: reflexion about Capistrano de Abreu by José Honório Rodrigues
Ítala Byanca Morais da Silva 83

Translatio ad mundus: the transformation of the Roman World and Late Antiquity. Theoretical elements for a historiographical perspective
Everton Grein 106

Eroticism, libertinage and pornography: notes toward a genealogical study of practices of body in the Modern Age in France
Daniel Wanderson Ferreira 123

The Gregorian Reform: historiographical trajectories of a concept
Leandro Duarte Rust
Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva 135

REVIEW ESSAYS

Lugar privilegiado de produção do conhecimento histórico
GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2008, 246pp.
Hugo Hruby 154

Tras de las huellas de lo local y lo regional: notas críticas e tendencias de análisis en la historiografía argentina
FERNÁNDEZ, Sandra R. (Comp.). *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones*. Rosario (Argentina): Prohistoria ediciones, 2007, 182 pp.
Leonardo Simonetta 161

<i>Historiografia moderna em perspectiva</i> IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. <i>A Global History of Modern Historiography</i> . London: Pearson-Longman, 2008, 436pp. Jurandir Malerba	167
<i>As “luzes” de um “reino cadaveroso”: entre a polêmica e a tradição</i> Flávio Rey de Carvalho. <i>Um Iluminismo português? A reforma da Universidade de Coimbra (1772)</i> . São Paulo: Annablume, 2008, 135pp. Ana Rosa Cloquet da Silva	174
<i>Plutarco: historiografia e biografia na cultura greco-romana</i> Maria Aparecida Oliveira. <i>Plutarco Historiador: análise das biografias espartanas</i> . São Paulo: Edusp, 2006, 168pp. Luiz Otávio de Magalhães	181
<i>O historicismo alemão, revisto desde o Brasil</i> VARELLA, Flávia; MOLLO, Helena; MATA, Sérgio & ARAUJO, Valdei. <i>A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna</i> . Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008, 247pp. Arthur Assis	188
<i>Luciano e a escrita da história</i> LUCIANO. <i>Como se deve escrever a história</i> . Tradução, introdução, apêndices e o ensaio “Luciano e a história”: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, 278 pp. Henrique Estrada Rodrigues	194
<i>La construcción del pasado desde los espacios provinciales en Argentina: notas críticas a propósito de un libro reciente de historiografía</i> MAEDER, Ernesto J., LEONI, María Silvia, QUINONEZ, María Gabriela y SOLÍS CARNICER, María del Mar. <i>Visiones del Pasado: estudios de historiografía de Corrientes</i> . Corrientes (Argentina): Moglia Ediciones, 2004, 238 pp. Horacio Miguel Hernán Zapata	198

HISTORIOGRAPHICAL TEXT AND DOCUMENT

Power and <i>episteme</i> in the historical erudition of 18 th century Portugal: an approach of the Academia Real da História Portuguesa’s historiographic program (1720-1721)	204
Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa Taise Tatiana Quadros da Silva	215

INTERVIEW

Interview with Lucia Maria Paschoal Guimarães Valdei Lopes de Araujo	237
--	------------

REVIEWERS OF THIS ISSUE

EDITORIAL GUIDELINES	260
	262

Editorial

editorial

O terceiro número de *História da Historiografia* apresenta algumas das possibilidades mais fecundas de abordagem de um campo disciplinar cuja busca de autonomia não implica insulamento, mas, antes, experimentação.

Entre os **artigos**, o leitor poderá verificar como a história da historiografia precisa pensar a estrutura da linguagem, algo vivamente debatido no artigo de Hans Ulrich Gumbrecht, a quem aproveitamos, aliás, para agradecer pela generosa cessão do texto. Em suas reflexões, Gumbrecht demonstra mais uma vez como não é mais possível para o historiador ignorar a contribuição da filosofia de Martin Heidegger, sobretudo, o que implica para a história o conceito de presença.

A história da historiografia também é um laboratório de análise conceitual, como vemos nos trabalhos de João Paulo Pimenta sobre o emprego da categoria de Revolução na historiografia sobre a Independência brasileira e de Everton Grein sobre o conceito de transição na Antigüidade tardia.

E não fica por aí. A vocação crítica e reflexiva do campo também se faz presente nos trabalhos de Ítala Byanca da Silva sobre a construção da imagem de Capistrano de Abreu feita por José Honório Rodrigues e na contribuição de Leandro Hurst e Andréa Frazão sobre a Reforma Gregoriana. E, claro, a reflexão sobre seus limites implica, sempre, a consideração de outras possibilidades de expressão, como podemos ver nos estudos de Cássio Fernandes sobre a importância da biografia, autobiografia e crônica historiográfica renascentista; e nas ponderações de Pedro Telles da Silveira sobre os aspectos ficcionais da "Crônica do Descobrimento do Brasil", de Varnhagen.

Neste novo número, *História da Historiografia* aposta com mais veemência na exploração de um veículo de discussão e reflexão cada vez mais requisitado: **as resenhas**. Poucas são as formas de se realizar um debate efetivo no campo, e abrir tal espaço de interlocução é, para os editores, um genuíno prazer. Desta feita, os colaboradores da revista oferecem, nada mais, nada menos, do que oito livros postos em debate e discussão para o conhecimento do público interessado. Há para todos os gostos: um trabalho a seis mãos de Georg Iggers, Edward Wang e Supriya Mukherjee, analisado por Jurandir Malerba; dois estudos sobre a concepção de história na antiguidade (o clássico de Luciano de Samósata e a obra de Maria Aparecida de Oliveira Silva sobre Plutarco, respectivamente resenhadas por Henrique Estrada e Luiz Otávio de Magalhães); duas obras sobre paradigmas historiográficos modernos ("Dinâmica do Historicismo", coletânea organizada pelos pesquisadores do NEHM/UFOP e analisada por Arthur Assis, e "Um iluminismo português", obra de Flávio Rey de Carvalho apresentada por Ana Rosa Clochet da Silva); duas compilações argentinas sobre história regional e provincial, cujas resenhas foram assinadas por Leonardo Simonetta e Horacio Miguel Hernán Zapata, algo que permite um melhor conhecimento de uma historiografia vizinha, porém ainda infelizmente ignorada entre nós; e uma obra sobre o IHGB, que sempre merece destaque aqui na *História da Historiografia*, agora com a resenha assinada por Hugo Hruby do livro de Lucia Guimarães, "Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)".

Aliás, com a Prof^a. Lucia Guimarães inauguramos uma nova seção da nossa revista: a de **entrevistas**. Nenhuma área do conhecimento é feita descolada das motivações intelectuais, da trajetória dos pesquisadores que a fizeram lenta e pacientemente ao longo do tempo. Esperamos que a entrevista, feita por Valdeci Araujo, seja apenas a primeira de uma série que testemunhará a própria história das pesquisas teóricas e historiográficas no Brasil, construindo, assim, a memória de nosso campo.

Por fim, já que falamos de tradição e de novos espaços da revista, damos continuidade no terceiro número a uma iniciativa nascida no número anterior, qual seja, a de apresentar **documentos comentados**. Desta vez, o leitor terá acesso ao importante Programa historiográfico da Academia Real Portuguesa, de 1720, publicado por Taíse Tatiana Quadros da Silva.

Esperamos, com isso, que mais uma contribuição tenha sido feita para a investigação das reflexões do historiador sobre seu trabalho. Boa leitura!

Artigos

articles

A presença realizada na linguagem: com atenção especial para a presença do passado*

Presence achieved in language: with special attention given to the presence of the past

Hans Ulrich Gumbrecht

Professor
Stanford University
tompkins@stanford.edu
450 Serra Mall
Stanford - CA
94305
United States of America

Resumo

O objetivo deste ensaio é questionar se o que se chama “presença” das coisas, inclusive das coisas do passado, pode ser realizada na linguagem, inclusive na linguagem dos historiadores. A primeira parte esboça o que significa presença (a existência de objetos físicos e eventos espaço-temporalmente localizados). Aqui também se propõem dois tipos ideais: culturas de sentido (nas quais a interpretação de significado é de preocupação suprema, tanto que a coisidade das coisas é frequentemente obscurecida), e culturas de presença (nas quais capturar a tangibilidade das coisas é de extrema importância). No período moderno, passou-se a usar e interpretar a expressão linguística tipicamente como o modo pelo qual o sentido, mais do que a presença, é expresso, criando-se assim, um lapso entre linguagem e presença. Desta forma, a parte II do ensaio explora possíveis formas de se criar pontes entre esse lapso. De particular interesse para os teóricos da história são as instâncias nas quais as coisas podem se fazer presentes empregando-se o dêitico, o poético, e o potencial encantatório da expressão linguística. Conclui-se o ensaio na parte III com uma reflexão sobre a ideia de Heidegger de que a linguagem é a “casa do Ser”, agora interpretada como a ideia de que a linguagem pode ser o meio pelo qual a separação entre seres humanos e as coisas (físicas) do seu ambiente pode ser superada.

10

Palavras-chave

Presença; Linguagem; Sentido.

Abstract

The aim of this essay is to ask whether what it calls the “presence” of things, including things of the past, can be rendered in language, including the language of historians. In Part I the essay adumbrates what it means by presence (the spatio-temporally located existence of physical objects and events). It also proposes two ideal types: meaning-cultures (in which the interpretation of meaning is of paramount concern, so much so that the thinghood of things is often obscured), and presence-cultures (in which capturing the tangibility of things is of utmost importance). In the modern period, linguistic utterance has typically come to be used for, and to be interpreted as, the way by which meaning rather than presence is expressed, thereby creating a gap between language and presence. Thus, in Part II the essay explores ways that this gap might be bridged. Of particular note for theorists of history are those instances in which things can be made present by employing the deictic, poetic, and incantatory potential of linguistic expression. The essay concludes in Part III with a reflection on Heidegger’s idea that language is the “house of Being,” now interpreted as the idea that language can be the medium through which the separation of humans and the (physical) things of their environment may be overcome.

Keyword

Presence; Language; Meaning.

Enviado em: 09/09/2009

Autor convidado

* Este artigo foi originalmente publicado em inglês na **History and Theory** 45 (Outubro 2006), pp. 317-327. Tradução de Bruno Diniz e Juliana Jardim de Oliveira e Oliveira, com revisão técnica de Valdeci Araujo.

Iniciarei discutindo a linguagem para em seguida tentar encontrar algo que não é linguagem; depois pretendo retornar à linguagem a partir da perspectiva daquilo que não é linguagem. Aquilo que não é linguagem é o que chamo de "presença". Desta forma, o ensaio partirá da linguagem para a presença e depois para a presença na linguagem.

Este simples movimento de ida e volta está estruturado em três partes. A primeira parte contém quatro premissas que nos levarão da linguagem para a presença¹: (a) uma breve explanação do que critico na tradição hermenêutica; (b) minha concepção de "metafísica" e de uma "crítica da metafísica"; (c) uma exposição sobre o uso que faço da palavra "presença"; e (d) a distinção tipológica que proponho entre "cultura de presença" e "cultura de sentido". A segunda parte da minha reflexão traçará um caminho de retorno (ou uma variedade de caminhos de retorno) da presença para a linguagem, por meio de uma descrição de sete modos através dos quais a presença pode existir na linguagem ou, em outras palavras, sete modos de se amalgamar presença e linguagem. A metáfora do "amálgama" aponta para uma relação em princípio difícil, e não "natural", entre presença e linguagem. Estes modos são: linguagem como presença; presença no trabalho filológico; linguagem que pode desencadear uma experiência estética; a linguagem de experiência mística; a abertura da linguagem para o mundo; literatura como epifania; e com um grande grau de diferenciação, a presentificação do passado. Na terceira parte retrospectiva, questionarei se estes sete tipos de amálgama entre presença e linguagem têm nos levado a um horizonte de questionamentos e problemas similares àqueles que Martin Heidegger buscou endereçar quando, na fase tardia de sua filosofia, usava, com grande insistência, a evocação metafórica da linguagem como "a casa do Ser".

11

I

Quando meus colegas, críticos e teóricos da literatura, falam de "linguagem", eles normalmente se referem a algo que requer "interpretação", algo que nos convida a atribuir às palavras sentidos bem circunscritos. Assim como alguns outros críticos literários e, acredito que ainda mais, alguns filósofos de minha geração (entre os quais Jean-Luc Nancy possa ser o mais franco),² também me fartei deste caminho intelectual de mão única, sustentado por uma certa compreensão restrita, mas totalizante, da Hermenêutica. Eu também vivi por muito tempo a experiência do absolutismo de todas as variedades de filosofia do pós giro-linguístico como uma limitação intelectual e não encontrei

¹ Estas premissas estão dispostas e discutidas mais detalhadamente em meu livro, *Production of Presence: What Meaning Cannot Convey* (GUMBRECHT 2004 a); uma tradução alemã foi publicada com o título *Diesseits der Hermeneutik: Die Produktion von Präsenz* (GUMBRECHT 2004 b). Em relação a esta reflexão sobre a presença nos debates filosóficos de hoje, veja meu ensaio "Diesseits des Sinns: Über eine neue Sehnsucht nach Substantialität,". (GUMBRECHT 2005). Nota do editor: Há também traduções para o italiano e espanhol..

² Ver, principalmente, Jean-Luc Nancy, *The Birth to Presence* (NANCY 1993). Outros exemplos contemporâneos desta tendência são mencionados e discutidos em Gumbrecht, *Production of Presence* (GUMBRECHT 2004 a, p. 57-64).

muito consolo no que quero caracterizar como o “existencialismo linguístico” da desconstrução, isto é, o contínuo lamento e a melancolia (nas suas infinitas variações) sobre a suposta incapacidade da linguagem de se referir às coisas do mundo. Seria realmente a única função da literatura, em todas as suas formas e tons cultural e historicamente distintos, chamar a atenção dos seus leitores, repetidamente, para a impressão mais do que familiar (ao menos para nós) de que a linguagem, como Paul de Man parecia reivindicar toda vez que escrevia sobre a “alegoria da leitura”, não pode referir?

Convenientemente resumidos, estes são os principais sentimentos e razões que me levaram a fazer parte de outro movimento dentro das ciências humanas, a qual tem a fama (provavelmente bem merecida) de estar “desgastada”. Estou me referindo à “crítica das metafísicas Ocidentais”. Ao menos posso reivindicar que o modo que uso a palavra “metafísica” é mais elementar que, e, portanto, diferente dos significados dominantes na filosofia contemporânea. Quando me refiro à metafísica, busco ativar o sentido literal da palavra como algo “além do meramente físico”. Quero apontar para um estilo intelectual (que prevalece nas ciências humanas hoje) que permite apenas um gesto e um tipo de operação, a de “ir além” do que é considerado ser uma “superfície meramente física”. Trata-se, portanto, de encontrar “acima ou abaixo da superfície meramente física” aquilo que é supostamente o importante, ou seja, um significado (o qual, para sublinhar sua distância dessa superfície, é normalmente chamado de “profundo”).

O meu afastamento da “metafísica” considera e insiste na experiência que a nossa relação com as coisas (e especificamente com artefatos culturais) nunca é apenas uma relação de atribuição de sentido. Enquanto usarmos a palavra “coisas” para nos referirmos ao que a tradição Cartesiana chama “*res extensae*”, também e sempre viveremos dentro e conscientes de uma relação espacial com estas coisas. As coisas podem estar “presentes” ou “ausentes” para nós, e se elas estão “presentes” elas podem estar perto ou longe de nossos corpos. Chamando-as de “presentes”, então, no sentido original do latim “*prae-esse*”, estaríamos afirmando que as coisas estão “em frente” de nós, sendo assim tangíveis. Não há nenhuma implicação adicional que eu associe com este conceito.

Contudo, baseado na observação histórica de que certas culturas — como a nossa própria cultura “moderna” (seja lá o que for que chamamos de “moderno”) — têm uma tendência maior do que outras culturas de colocar entre parênteses a dimensão da presença e suas implicações, eu proponho uma tipologia (no tradicional sentido Weberiano) que faça uma distinção entre “culturas de sentido” e “culturas de presença”. Aqui estão algumas das distinções (inevitavelmente e, sem nenhuma má consciência, “binárias”) que proponho fazer.³ Primeiro, em uma cultura de sentido, a forma dominante de autorreferência humana sempre corresponderá ao delineamento básico do que

³ Para uma versão mais completa desta tipologia, veja *Production of Presence* (GUMBRECHT 2004 a, p. 78-86).

a cultura Ocidental chama de "sujeito" e "subjetividade", isto é, se referirá a um observador incorpóreo que, a partir de uma posição de excentricidade vis-à-vis do mundo das coisas, atribuirá significados a estas coisas. Uma cultura de presença, em contraste, integrará igualmente a existência espiritual e física em sua autorreferência humana (pense, por exemplo, na obsessão com a "ressurreição espiritual e corporal" na Cristandade medieval). Segundo, segue desta distinção inicial que em culturas de presença os seres humanos se consideram como parte do mundo de objetos ao invés de serem ontologicamente separados dele (este pode ter sido o ponto de vista que Heidegger quis recuperar com seu conceito fundamental de "ser-no-mundo"). Terceiro, e em um nível mais alto de complexidade, a existência humana, em uma cultura de sentido, se revela e se realiza em contínuas e progressivas tentativas de transformar o mundo ("ações") que estão baseadas nas interpretações das coisas e na projeção dos desejos humanos no futuro. Este impulso para a mudança e a transformação está ausente nas culturas de presença nas quais os seres humanos buscam apenas inscrever seu comportamento no que consideram ser estruturas e regras de uma determinada cosmologia (chamamos de "rituais" os quadros situacionais para que tais tentativas correspondam a quadros cosmológicos mais amplos).

Uma função desta tipologia é ilustrar que, por um lado, a linguagem em culturas de sentido cobre todas as funções que a descendência da filosofia moderna de matriz europeia pressupõe e aborda. Por outro lado, é muito menos óbvio quais papéis a linguagem pode desempenhar em culturas de presença (ou, ainda, em um mundo visto a partir de uma perspectiva da cultura de presença). Os sete tipos de "amalgama" entre linguagem e presença que quero discutir na segunda seção de meu texto pretendem dar uma resposta multifacetada a esta mesma pergunta.

13

II

O primeiro amálgama é a *linguagem, acima de todas a linguagem falada, como uma realidade física*. Isto realça o que Hans Georg Gadamer afirmou sobre o "volume" da linguagem, distinto do seu conteúdo proposicional ou ilocucionário (GADAMER 2000, p. 63). Como uma realidade física, a linguagem falada não só toca e afeta nosso senso acústico, mas também nossos corpos em sua totalidade. Assim percebemos a linguagem em seu modo menos invasivo — isto é, muito literalmente — como o leve toque do som em nossa pele, até mesmo se não nos for possível entender o que supostamente suas palavras significam. Tais percepções podem ser bem agradáveis e até mesmo desejáveis — e neste sentido sabemos como alguém pode captar certas qualidades da poesia declamada, mesmo sem saber o idioma que está sendo usado. Quando a realidade física da linguagem atinge uma forma, forma esta que precisa ser alcançada devido ao seu *status* de objeto no tempo ("*in Zeitobjekt im eigentlichen Sinn*" de acordo com a terminologia de Husserl), dizemos que esta forma possui um "ritmo" — um ritmo que podemos sentir e identificar

independentemente do significado que a linguagem “carrega”.⁴ A Linguagem como uma realidade física que tem forma, isto é, a linguagem rítmica, satisfará um número de funções específicas. Ela pode coordenar os movimentos de corpos individuais; pode dar apoio à performance da nossa memória (pense naquelas rimas pelas quais nós aprendemos algumas regras básicas de gramática latina); e, ao supostamente reduzir o nível de nossa vigilância, ela pode ter (como Nietzsche afirmou) um efeito “intoxicante”. Certas culturas de presença até mesmo atribuem uma função encantatória para a linguagem rítmica, ou seja, a capacidade de fazer coisas ausentes tornarem-se presentes e coisas presentes tornarem-se ausentes (esta era de fato a expectativa associada aos encantamentos medievais).⁵

Um segundo tipo muito diferente de amálgama entre presença e linguagem está presente em algumas *práticas básicas de filologia* (compreendida em sua função original como curadora de textos). Recentemente, em um pequeno livro⁶, discuti que — ao contrário da imagem tradicional do filólogo — as atividades dos filólogos podem ser pré-conscientemente dirigidas por desejos muito primários que podemos descrever como desejos de (completa) presença (eu entendo que um desejo de “presença completa” é um desejo sem a possibilidade de realização — o que o torna precisamente um “desejo” do ponto de vista Lacaniano). Colecionar fragmentos textuais, neste sentido, pressupõe um profundo desejo reprimido de, quase literalmente, comer restos de papiros antigos ou manuscritos medievais. O desejo de incorporar os textos em questão (de atuá-los como um ator) poderia estar sob a paixão por produzir edições históricas (em todos os seus diferentes estilos filológicos) — pense em um ato tão simples quanto “recitar” um poema de Goethe e descobrir que ele só rimará se você pronunciá-lo com um sutilíssimo acento frankfurtiano. À medida que “preenchem” as margens das páginas de manuscritos e impressos, os comentários eruditos, finalmente, podem se relacionar a um desejo físico de plenitude e exuberância. Seria provavelmente muito difícil (se não impossível) desembaraçar, em todos os detalhes, tais casos de entrelaçamento entre desejos de presença e ambições acadêmicas. Mas o que importa para mim neste contexto é a intuição de que eles convergem, muito mais do que regularmente imaginamos, em muitas formas do trabalho filológico.

Se seguirmos, como tendo a fazer considerando a atual cultura Ocidental, a sugestão de Niklas Luhmann para uma caracterização de experiência estética (Luhmann tentou descrever o que havia de específico na “comunicação” dentro

⁴ Esta descrição está baseada em meu ensaio “Rhythm and Meaning”, in *Materialities of Communication*, ed. Hans Ulrich Gumbrecht and K. Ludwig Pfeiffer (GUMBRECHT & PFEIFFER 1994, pp 170-186); a versão original alemã foi publicada in *Materialität der Kommunikation* (GUMBRECHT & PFEIFFER 1988, pp 714-729).

⁵ Veja minha análise sobre alguns encantamentos em alto-alemão-antigo (“The Charm of Charms”) in *A New History of German Literature*, (GUMBRECHT 2004 c, pp 183-191).

⁶ Hans Ulrich Gumbrecht, *The Powers of Philology: Dynamics of Textual Scholarship* (GUMBRECHT 2003); a tradução alemã foi publicada sob o título *Die Macht der Philologie: Über einen verborgenen Impuls im wissenschaftlichen Umgang mit Texten* (GUMBRECHT 2003b).

do “sistema da arte” como um sistema social), então *qualquer tipo de linguagem que é capaz de disparar uma experiência estética* aparecerá como um terceiro caso de amálgama entre presença e linguagem. Para Luhmann, a comunicação no sistema da arte é uma forma de comunicação na qual a percepção puramente sensória não é apenas uma pressuposição, mas um conteúdo carregado, junto com um sentido, pela linguagem. Esta descrição corresponde a uma experiência de poemas (ou de ritmos de prosa literária) que chama nossa atenção para aspectos físicos da linguagem (e suas possíveis formas) que, contrariamente, tenderíamos a colocar entre parênteses. Entretanto, contrário a uma opinião há muito vigente (e ainda dominante) em estudos literários, eu não acredito que as diferentes dimensões da forma poética (como ritmo, rima, estanza, e assim por diante) funcionem de modo que sejam subordinados à dimensão de sentido (como sugere a assim chamada “teoria da sobredeterminação poética” dando contornos mais fortes às configurações semânticas complexas). Antes, eu vejo formas poéticas engajadas em uma oscilação com o significado, no sentido de que um leitor/ouvinte de poesia nunca consegue prestar atenção completa a ambos os lados. Esta, a meu ver, é a razão pela qual determinada prescrição cultural argentina impede a dança do tango quando este possui letra. Para a coreografia do tango como uma dança, com sua assimetria entre os passos masculinos e femininos, contra os quais a harmonia precisa ser alcançada a todo o momento, demanda-se atenção completa à música — que inevitavelmente seria reduzida pela interferência de um texto que desviaria parte desta atenção.

Meu quarto paradigma de amálgama é a *Experiência mística e a linguagem do misticismo*. Recorrendo constantemente a sua própria incapacidade de tornar intensa a presença do divino, a linguagem mística produz o efeito paradoxal de estimular imaginações que parecem tornar esta mesma presença palpável. Na descrição de suas visões, Santa Teresa de Ávila, por exemplo, usa imagens altamente eróticas sob a condição permanente de um “como se”. O encontro com Jesus, para ela, seria “como se fosse penetrada por uma espada”, e ao mesmo tempo ela sentia “como se um anjo estivesse emergindo do seu corpo”. Porém, ao invés de tomar estas formas de expressão literalmente (“literalmente” como a descrição de uma experiência mística que verdadeiramente excede os limites da linguagem), uma visão tanto secular como analítica compreenderá a experiência mística em si mesma como um efeito de presença produzido pela linguagem e por seus poderes inerentes de autopersuasão.

Há ainda outro modo de amálgama que pode ser descrito como *linguagem que se abre para o mundo das coisas*. Este inclui textos em que o paradigma semiótico de representação é substituído por uma atitude dêitica em que as palavras são experimentadas como apontando coisas, ao invés de substituí-las. Assim, os substantivos se transformam em nomes próprios porque parecem saltar a dimensão sempre totalizante dos conceitos e se tornam, por algum tempo, individualmente ligados a objetos individuais. Os “*things-poems*” de Francis Ponge usam e cultivam este potencial da linguagem. Recentemente tive

uma impressão semelhante ao ler o esboço autobiográfico do grande físico Erwin Schrödinger (SCHRÖDINGER 1992, p. 165–187), cuja obsessão pela precisão descritiva parece ter rejeitado o efeito de abstração inerente a todos os conceitos. Portanto, no texto de Schrödinger os substantivos parecem ligados a objetos individuais, funcionando como nomes próprios, produzindo uma impressão textual estranhamente remanescente dos encantamentos medievais. Diferentemente, certas passagens nos romances de Louis-Ferdinand Céline parecem especificamente abertas ao mundo dos objetos. Aqui, o ritmo da prosa imita o ritmo dos movimentos ou dos eventos a serem evocados, estabelecendo uma relação analógica com estes movimentos e eventos que também contornam o princípio digital de representação. Se textos como os poemas de Ponge ou o esboço autobiográfico de Schrödinger parecerem se direcionar para coisas no espaço, os textos de Céline estão abertos a serem afetados por ou ressoarem com as coisas no tempo.

Como é familiar na tradição da Alta Modernidade do século XX (especialmente o trabalho de James Joyce), *a literatura pode ser o lugar da epifania*. Talvez uma descrição mais cética preferisse tratar da capacidade da literatura de produzir “efeitos de epifania”. A epifania é o sexto modo, quase “intrusivo”, de produzir presença na e pela linguagem. Em seu uso teológico, o conceito de epifania se refere ao aparecimento de uma coisa, que requer espaço, uma coisa que está tanto ausente quanto presente. Para uma concepção de linguagem que se concentra exclusivamente na dimensão do significado, epifanias e textos devem ser separados por uma relação heterônoma. Mas, como tenho sugerido com esta série de exemplos, se levarmos em conta a fenomenologia da linguagem como uma realidade física e, com isto, o potencial de encantamento da linguagem, então uma convergência entre literatura e epifania parece ser muito menos estranha. Admitir que momentos de epifania ocorrem, mas apenas sob as condições temporais específicas que Karl Heinz Bohrer caracterizou como “subitaneidade” e “partida irreversível” (BOHRER 1981 e 1996), pode ser uma forma contemporânea de mediação entre nosso desejo de epifania e um ceticismo moderno de que este desejo não pode ser completamente satisfeito.

Finalmente, *a linguagem, sob determinadas (e variadas) condições, pode tornar o passado tangivelmente presente.*⁷ Mas o que significaria “tornar o passado tangivelmente presente” — e será que realmente precisaríamos da linguagem para fazer isso? Muitos objetos do passado nos são simplesmente tangíveis no espaço: pense em livros antigos, ferramentas, ou armas; pense em edifícios e até mesmo certas paisagens rurais ou urbanas que sabemos terem sido palco de eventos “historicamente importantes”, como os campos perto da cidade de Verdun no norte da França, que possuem ainda as cicatrizes das trincheiras da Primeira Guerra Mundial, ou como a *Place de la Bastille* em

⁷ A convergência com a posição de Eelco Runia (para nós dois uma agradável surpresa) é muito óbvia nos parágrafos seguintes para uma discussão ponto-a-ponto. Veja: (RUNIA 2006).

Paris (GUMBRECHT 2003c). Colectionar estes objetos e ir a estes lugares, como tantos de nós fazemos com considerável paixão, dificilmente nos ajudará a “entender” o passado. Isto apenas satisfaz um desejo de contato físico com o passado que a cultura histórica contemporânea retirou de seu cânone de práticas pertinentes.⁸ A presentificação do passado através de textos seria, então, um exercício não-acadêmico reservado àqueles casos em que lugares e objetos semelhantes não estariam facilmente disponíveis ou acessíveis.

Mas existe ainda outra pré-condição, menos patente, para a presentificação do passado através dos textos que precisa ser mencionada. Sempre que “tornamos presentes” coisas, corpos ou sentimentos, ativamos e acentuamos aquela dimensão de experiência que, em minha tipologia introdutória básica, chamo “cultura de presença”. Cultura de presença, como disse, é diferente de cultura de sentido porque não nos impõe a obrigação e a expectativa constantes de que devemos transformar o mundo por meio de nossas ações. Ao contrário, a cultura de presença nos assinala um lugar dentro de uma cosmologia estável, insinuando que a passagem do tempo não será vivenciada como produtora de uma distância *vis-à-vis* com o passado. Se o tempo em culturas de presença não possui o efeito de ser um instrumento necessário de mudança, então a presentificação, ou seja, a evocação de um passado em sua materialidade nos parecerá menos duvidosa; encontrará menos resistência e ceticismo do que a cultura histórica moderna nos ensinou a produzir.

17

A história da teologia da eucaristia é um rico exemplo da mudança de atitude à qual me refiro. Desde seus primórdios e ao longo da Idade Média, a função deste sacramento era presentificar a Última Ceia de Cristo com os seus apóstolos e produzir, neste contexto específico, a “presença real” de seu corpo e sangue. Receber a Comunhão, comer o corpo de Cristo era, sob estas condições — e ainda é, sob as premissas, embora não nas palavras, da teologia católica — nada menos que teofagia. Mas, com a progressiva substituição, na teologia da Reforma, da distinção Aristotélica entre “substância” (o corpo de Cristo) e “forma” (pão), pela distinção que está implícita no conceito moderno do signo entre “significante” (pão) e “significado” (o conceito do corpo de Cristo), o sacramento da eucaristia mudou de uma cena mágica de evocação do passado, para uma situação de comemoração — uma situação de comemoração que, mais precisamente, implica um distanciamento “histórico” intransponível entre passado e presente. Pensar através deste contraste entre duas formas profundamente diferentes de se relacionar com o passado leva a sugestão de uma distinção terminológica fundamental que só mencionarei de passagem. Talvez fosse útil usar a palavra “história” exclusivamente para uma relação com o passado que segue a moderna suposição do tempo como um meio necessário de mudança (e como meio de mudança, também um meio de distanciamento). Esta é a razão por que eu falo de modos de “presentificação

⁸ Meu livro *In 1926: Living at the Edge of Time* (GUMBRECHT 1997), foi originalmente uma experiência engendrada para explorar até que ponto a linguagem pode suprir este desejo (e não chegou longe o bastante neste sentido).

do passado” e não de “presentificação da história” — porque, de acordo com a minha proposta terminológica implícita, a “presentificação da história” seria um oxímoro.

Mas voltemos à questão de como a linguagem pode tornar o passado presente. A forma mais elementar de fazer isso se encontra, é claro, em linguagens que apontam (quase literalmente “apontam”, através de partículas dêiticas) para objetos e lugares que conferem uma presença material ao passado dentro do presente temporal. Na introdução da *História da Revolução Francesa*, por exemplo, Jules Michelet “aponta” para a chave da Bastilha que na metade do século XIX, ainda estava presente nos Arquivos da *Assemblée Nationale*.⁹ Os “encantamentos” são um gênero textual cuja forma se adapta à presentificação de situações inteiras do passado e dos eventos que delas emergem.¹⁰ Os encantamentos frequentemente projetam uma justaposição entre a narrativa de uma situação passada na qual um problema foi resolvido e a descrição de uma situação semelhante no presente em que o problema correspondente não foi ainda resolvido. Se pudermos assumir que a recitação encantatória e rítmica de tais textos estabelece um presente para si mesmo dentro do qual toda sequencialidade (narrativa) é suspensa,³ então, se torna plausível que a invocação da situação passada, com a sua solução e a invocação de uma situação presente não resolvida se tornem uma coisa única (o que também implica o fato de que a solução passada ocupará o lugar de um futuro não resolvido e aberto da situação presente).

Um modo fronteiroço de tornar o passado presente através da linguagem é o contato físico com papiros, manuscritos em pergaminho, ou livros visivelmente antigos — “fronteiroço” porque nestes casos é o meio, e não a linguagem em si, que produz o efeito de presença. Eu suponho que isto acontece com grande intensidade sempre que o meio em questão estiver materialmente danificado seja porque, em primeiro lugar, por exemplo, a parte que falta de um papiro, ou seja, sua ausência, ativa nossa imaginação, seja porque, segundo, o rastro de um ato violento ou de uma deterioração física completa (metaforicamente falando, sua “cicatriz”) pode disparar uma reação corpórea no observador (GUMBRECHT 2003a, pp 9-23). A mesma gama de fenômenos poderia incluir todas as impressões produzidas pelos estilos e formas linguísticas que são percebidas como “antiquadas” sem serem tão remotas que precisem de uma tradução formal para uma linguagem mais contemporânea. A cadência do verso alexandrino, forma predominante do drama francês do século XVII, por exemplo, pode tornar fisicamente presente uma dimensão específica de um passado específico, como acontece para os leitores contemporâneos do alemão com as frases perfeitamente construídas e muitas vezes sintaticamente exuberantes da prosa de Thomas Mann. Ninguém poderia dizer o que o verso alexandrino ou o ritmo da prosa de Thomas Mann “significam” — porque, em

⁹ Veja minha análise de alguns textos deste gênero em alto-alemão-antigo: “the Charm of Charms,” (GUMBRECHT 2004c, pp 183-191).

¹⁰ Sobre esta função da linguagem rítmica, (GUMBRECHT & PFEIFFER 1994, pp 170-186).

realidade, eles não têm nenhum significado (as incontáveis tentativas frustradas de se demonstrar isso nos fornecem evidências substanciais). Mas não há dúvidas de que eles “são” componentes materiais de ambientes passados da vida humana. Tais fenômenos só serão registrados como partes de um passado tornado presente se um ato de “presentificação” extremamente espontâneo ocorrer na psique do receptor.¹¹ Precisamos registrar que certos tons ou certas formas não pertencem aos objetos de percepção comuns e cotidianos a que estamos expostos. Normalmente reagimos a tais momentos eliminando objetos percebidos a partir do horizonte do que consideramos pertinentes e merecedores de nossa atenção. Contudo, se suspendemos esta reação, é porque ocorreu um ato de presentificação.

Isto não significa que não possamos também historicizar estas partes do passado, além de torná-las presentes para nós. Mas o que quer que se siga aos atos de presentificação, não mais pertence à presentificação material do passado através da linguagem. Nem há nada de errado em se comparar certas formas de versos historicamente específicas a outras, ou tentar explicar por que determinada cadência de prosa foi particularmente apreciada em um contexto histórico específico. Mas, através de tais operações, nós certamente passamos da presentificação do passado à interpretação da história. Isto é fato para qualquer escrita convencional da história, tanto narrativa quanto “sincrônica”. O relato da história ou a sua descrição pressupõe que os elementos do passado que estivessem presentes foram interpretados e simplesmente transformados em conceitos. Outro modo de fazer a mesma distinção é dizer que um uso analógico da linguagem (presentificação) foi substituído por um uso digital (narrativa ou descrição). Há razões para imaginar como historiadores e historiógrafos do futuro possam permitir uma maior permeabilidade do uso digital da linguagem através da linguagem analógica.

19

III

Ao passar pelos sete modos de amálgama entre linguagem e presença conseguimos cobrir a distância entre os dois extremos que o título do ensaio tenta definir. Começamos chamando atenção para a presença física da linguagem, sempre dada, mas que foi, dentro da cultura moderna, sistematicamente omitida ou mesmo colocada entre parênteses; e chegamos à afirmação de que a linguagem pode produzir epifanias nas quais o passado é tornado presente. Isto traz à tona situações e realizações excepcionais que precisam ser forçadas a partir de, e até mesmo contra o grão, (ou para nós) o funcionamento normal da linguagem. Certamente, na crescente complexidade de nossos distintos paradigmas, as diferentes relações entre linguagem e presença não obedecem ao modelo estrutural dos dois níveis “metafísicos” que distinguem entre “superfície material” e “profundidade semântica”, e entre “primeiro

¹¹ Para uma descrição mais detalhada deste ato, veja (GUMBRECHT 2003a, pp 54-67).

plano negligenciável” e “segundo plano significante”. Mas, então, qual poderia ser um modelo alternativo que nos permitisse pensar através do tempo ao invés de pensar oscilações harmoniosas entre linguagem e presença em suas variedades?

Dado que acredito na convergência entre o conceito de Heidegger de “Ser” e a noção de “presença” que tenho usado aqui (GUMBRECHT 2004a, pp 65-78), vejo a descrição da linguagem como “a casa do Ser” de forma promissora, mas que, quando efetivada, pode vir a ser diferente daquilo que Heidegger quis dizer com estas palavras. Quatro aspectos desta metáfora me interessam. Primeiro, contrário à compreensão atualmente dominante, quero destacar o fato de que, frequentemente, uma casa torna os seus habitantes mais invisíveis do que visíveis. Assim, a linguagem não atuaria como uma “janela”; a linguagem não é primordialmente a expressão da presença, com a qual esta linguagem possa ser entrelaçada. Contudo, em segundo lugar, nós consideramos a casa como sendo a promessa (se não a garantia) da proximidade daqueles que acreditamos nela residirem. Pense, por exemplo, na linguagem do misticismo. Ela pode não tornar o divino completamente presente, e certamente não é uma “expressão” total do divino. Mas ao ler textos místicos alguns de nós nos sentimos mais próximos do divino. Em terceiro, o que mais aprecio em relação à metáfora da “linguagem como a casa de Ser” é a sua denotação espacial. Diferente do clássico paradigma hermenêutico de “expressão”¹² (com sua implicação padrão de que tudo que será expressado deve ser puramente espiritual), o entendimento da linguagem como “a casa do Ser” (ou como a casa da presença) nos faz imaginar aquele que habita a casa como possuidor de “volume” e que compartilha, assim, o estatuto ontológico das coisas.

Porém, isto não implica que eu entenda o conceito Heideggeriano de “Ser” como um retorno — talvez ligeiramente envergonhado — do “*Ding an sich*” [coisa em si]. Antes, eu acredito que o conceito de “Ser” aponta para uma relação entre as coisas e o “*Dasein*”, na qual o “*Dasein*” já não concebe a si mesmo como excêntrico, como ontologicamente separado das coisas e de sua dimensão material. Em vez de romper nossa concordância com coisas, como o “giro-linguístico” nos sugeriu que fizéssemos, a “linguagem como a casa do Ser” — a linguagem em suas múltiplas e tensionadas convergências com a presença — seria, finalmente, um meio em e através do qual poderíamos esperar uma reconciliação (ou pelo menos uma reaproximação) entre o “*Dasein*” e os objetos no mundo.

É de algum modo, realístico (ou simplesmente ilusório) assumir que tal reconciliação entre o “*Dasein*” e os objetos no mundo poderia algum dia acontecer? Não me sinto confiante o bastante para responder a esta pergunta. Mas vale notar que na situação cultural contemporânea estou longe de ser o

¹² Veja os esboços para uma história deste paradigma em meu ensaio “Ausdruck,” in *Ästhetische Grundbegriffe*, (GUMBRECHT 2000, pp 416-431).

único intelectual que se faz tal questionamento,¹³ uma pergunta que, apenas alguns anos atrás soava tão profundamente ingênua que ninguém se ousava perguntar. O desejo de recuperar uma proximidade existencial a dimensão material das coisas pode muito bem ser uma reação ao nosso cotidiano contemporâneo, que tem se transformado cada vez mais em uma das realidades virtuais predominantes (se não a única), um cotidiano em que modernas tecnologias de comunicação possibilitaram a onipresença e, eliminando assim, o espaço de nossa existência, um cotidiano no qual a presença real do mundo se encolheu para uma presença na tela — do qual o desenvolvimento da nova onda de “reality shows” é apenas o sintoma mais tautológico e hiperbolicamente incorrigível.¹⁴ Trata-se de um cotidiano em que uma “consciência histórica” extremamente aguda estigmatizou como sendo ilusória a crença ou o desejo de que o passado, pelo menos em alguns traços, poderia ser ou se tornar materialmente presente algum dia.

Para aqueles dentre nós que acreditam que o giro-linguístico representa a sabedoria filosófica última, este desejo pela presença do mundo deve parecer uma aspiração contra o melhor insight filosófico. Mas a convicção de que um desejo não pode ser realizado não implica, obviamente, que este desejo irá necessariamente desaparecer, mais cedo ou mais tarde (e menos ainda significa que tal desejo seria insensato). O que poderia então ser uma relação viável com a linguagem para aqueles que pensam que o que eu acredito não seja plausível, isto é, que a linguagem pode se tornar (novamente?) o meio para uma proximidade com as coisas do mundo? A resposta é que eles ainda podem usar a linguagem para apontar, e até mesmo elogiar, essas formas de experiência que mantém vivo nosso desejo de presença.

Bibliografia:

BOHRER, Karl Heinz. **Plötzlichkeit: Zum Augenblick des ästhetischen Scheins.** Frankfurt: Suhrkamp, 1981.

_____. **Der Abschied. Theorie der Trauer: Baudelaire, Goethe, Nietzsche, Benjamin.** Frankfurt am main: Suhrkamp, 1996.

GADAMER, Hans Georg. **Hermeneutik, Ästhetik, praktische Philosophie,** ed. Carsten Dutt, 3rd ed. Heidelberg: Univestätsverlag C. Winter, 2000.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Production of Presence: What Meaning Cannot Convey.** Stanford: Stanford University Press, 2004a .

_____. **Diesseits der Hermeneutik: Die Produktion von Präsenz.** Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2004b.

¹³ Para vozes ressonantes, veja o número especial de 2005 da revista *Merkur*, dedicado a novas questões intelectuais sobre Realidade.

¹⁴ Para descrições mais detalhadas sobre os efeitos existenciais das novas tecnologias de comunicação, veja meu ensaio “Gators in the bayou: What Have We Lost in Disenchantment?” (GUMBRECHT 2006).

- _____. "Diesseits des Sinns: Über eine neue Sehnsucht nach Substantialität," **Merkur** 677/678 (2005), 749-760.
- _____. "The Charm of Charms". In: WELLBERY, David, et al. **A New History of German Literature**, Cambridge, Harvard University Press, 2004c
- _____. **The Powers of Philology: Dynamics of Textual Scholarship**. Urbana and Chicago: University of Illinois Press, 2003a
- _____. **Die Macht der Philologie: Über einen verborgenen Impuls im wissenschaftlichen Umgang mit Texten**. Frankfurt: Suhrkamp, 2003b.
- _____. "Zeit des Raums," In: BERZ, Peter, BITSCH, Annette and SIEGERT, Bernhard. **FAKTisch: Festschrift für Friedrich Kittler zum 60. Geburtstag**. Munich, 2003c.
- _____. **In 1926: Living at the Edge of Time**. Cambridge: Harvard University Press, 1997
- _____. "Ausdruck," In: BARCK, Karlheinz et al. **Ästhetische Grundbegriffe**, ed.. Stuttgart, 2000.
- _____. "Narrating the Past Just as if It Were Your Own time: An Essay on the Anthropology of Historiography," In: **Making Sense in Life and Literature** (Minneapolis: University of Minnesota Press, 1992)
- _____. "Gators in the bayou: What Have We Lost in Disenchantment?" In.: LANDY, Joshua and SALER, Michael. **The Re-Enchantment of the World: Secular Magic in a Rational Age**, ed., Berkeley: University of California Press, 2006.
- _____. & PFEIFFER, K. Ludwig. **Materialität der Kommunikation**. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988, pp. 714-729.
- _____. & PFEIFFER, K. Ludwig. "Rhythm and Meaning", In: **Materialities of Communication**, Stanford: Stanford University Press, 1994.
- NANCY, Jean-Luc. **The Birth to Presence**. Stanford: Stanford University Press, 1993.
- RUNIA, Eelco. "Presence," **History and Theory** 45 (february 2006), 1-29
- SCHRÖDINGER, Erwin "Autobiographical Sketches," In: **"What is Life?" with "Mind and Matter" and "Autobiographical Sketches"**. Cambridge, Eng.: Cambridge University Press, 1992.

Biografia, autobiografia e crônica na Florença do século XIV: as origens da historiografia moderna

Biography, auto-biography and chronic in century XIV Florence: the origins of modern historiography

Cássio da Silva Fernandes

Professor Adjunto
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
cassiofer@hotmail.com
Rua Olegário Maciel, 375\602 - Santa Helena
Juiz de Fora - MG
36036-330
Brasil

Resumo

A imagem da Florença tardo-medieval e renascentista como cidade das artes e do saber, como berço do humanismo cívico e da objetividade no tratamento da consciência política, cidade de historiógrafos e teóricos do Estado, ficou registrada como uma das grandes construções da historiografia contemporânea. Com os olhos voltados para este contexto, trataremos de três gêneros narrativos que apontam na direção da escrita histórica, às vezes se confundindo com ela, e que, na Florença do século XIV, atuaram nas origens da historiografia moderna. São eles a **biografia**, a **autobiografia** e a **crônica**, que no contexto florentino do *Trecento*, com o intuito de registrar os feitos dos homens ilustres, procuraram interpretar suas ações e seus gestos com um profundo senso histórico. Atentaremos para os casos que apontam na direção das origens de cada um desses gêneros narrativos, observando suas conexões com o intuito de celebrar a ação dos homens na história.

23

Palavras-chave

Renascimento; Florença; Historiografia.

Abstract

The late-medieval and Renascent Florence image as an art and knowledge city, as a civic human cradle and the objectivity in treating the political consciousness, city of historiography and theoretical state people, is registered as one of the great constructions of the contemporary historiography. Regarding this context, we will deal with three narrative genres which point to the direction of the historic writing, sometimes mixing with it, and that, in century XIV Florence, acted on the origins of the modern historiography. They are **biography**, **auto-biography** and **chronic**, which in the Florentine context of the *Trecento*, with the aim to register the deeds of distinguished men, tried to interpret their actions and gestures with a profound historic sense. We will pay attention to the cases that show the direction of origins of each of these narrative genders, observing their connections with the aim to celebrate the actions of men in history.

Keyword

Renaissance; Florence; Historiography.

Enviado em: 14/05/2009
Aprovado em: 28/06/2009

A imagem da Florença tardo-medieval e renascentista como cidade das artes e do saber, como berço do humanismo cívico e da objetividade no tratamento da consciência política, cidade de historiógrafos e teóricos do Estado, ficou registrada como uma das grandes construções da historiografia contemporânea. Desde o livro inaugural de Jacob Burckhardt, ***A Cultura do Renascimento na Itália***, editado em 1860, passando pelas obras fundamentais sobre o assunto ao longo do século XX, então os escritos de Hans Baron, de Eugenio Garin, de Quentin Skinner, de Paul Kristeller, de Walter Pater, de Aby Warburg, para citar alguns, insiste-se que a centralidade no humanismo florentino propiciava a interpretação da cidade como palco do encontro entre dois pilares em que se assenta a compreensão do Ocidente no limiar do Mundo Moderno: o Cristianismo medieval e a memória da Antigüidade pagã. Este encontro, com suas especificidades nas variadas áreas do conhecimento, atuava na concepção de mundo e, conseqüentemente, nas construções humanas, seja no universo das artes ou da filosofia, no campo religioso ou na concepção de Estado, no sentimento da moralidade ou na interpretação da ação dos homens no mundo da natureza e dos fatos.

Com os olhos voltados para este contexto, trataremos aqui de três gêneros narrativos que apontam na direção da escrita histórica, às vezes se confundindo com ela, e que, na Florença do século XIV, calcando-se eminentemente no veículo da memória, atuaram nas origens da historiografia moderna. São eles a **biografia**, a **autobiografia** e a **crônica**, que no contexto florentino do *Trecento*, com o intuito de registrar os feitos dos homens ilustres, procuraram interpretar as suas ações e os seus gestos com um profundo senso histórico. Trataremos apenas dos casos que apontam na direção das origens (dos primeiros sinais) de cada um desses gêneros narrativos, observando suas conexões com o intuito de celebrar a ação dos homens na história.

1. A BIOGRAFIA

Um dos aspectos mais fascinantes da literatura italiana tardo-medieval é a agudeza e a precisão com que as feições externas e a aparência fisionômica dos homens são descritas, muitas vezes em poucas palavras. Revela-se, de fato uma característica dos autores italianos do período, qual seja, a capacidade da rápida apreensão do que é essencial. Seguramente, tais características encontram um paralelo na retratística pictórica, revelando ser este um traço da cultura da época.

Seria interessante, então, perceber na literatura o momento em que a descrição da vida de um personagem significativo começa a se desvencilhar das tradicionais narrativas lendárias da ação dos santos e das canções de gesta, que povoaram o mundo medieval com os feitos dos cavaleiros, reis ou imperadores.

Nesse caso, é o estudo característico dos homens mais importantes, realizados pelos italianos, a tendência que prevalece antes na Península Itálica que em qualquer outra parte do Ocidente. Um impulso biográfico, intimamente

ligado à paixão dos homens pela fama, perpassado por um profundo senso histórico, observa a importância da ação humana no mundo, ao mesmo tempo em que não descuida de apresentar os meandros de sua vida interior. Os italianos tinham certamente para isso os modelos antigos (em especial os latinos, neste momento), representados pela obra de Suetônio, de Salústio, de Tito Lívio, de Cornélio Nepos, de Filóstrato, de Valério Máximo e de outros mais, que se tornavam referências cada vez mais presentes no repertório de leitura e de citações dos biógrafos ao longo do século XIV. O universo dos autores gregos antigos entre os eruditos florentinos do *Trecento*, embora representasse já no início alguma referência, em especial pela relação comercial e política (e daí obviamente também cultural) de Florença com Constantinopla, irá se consolidar após a permanência na cidade do embaixador bizantino e erudito grego Manoelo Chrysoloras (1350-1415), entre 1397 e 1400. A estadia de Chrysoloras em Florença, onde atuou como professor de língua e cultura grega, e que estimulou o interesse pela filosofia, literatura e arte clássicas, deu-se por convite do *cancelliere* e historiógrafo florentino Coluccio Salutati. Em Florença, Manoelo Chrysoloras foi professor de Leonardo Bruni, de Pietro Paolo Vergerio, de Palla Strozzi, de Niccolò Niccoli, entre outros. Então, no que se refere à biografia, o saber grego se instala na cidade, de modo efetivo, na geração de eruditos que atua na primeira metade do século XV. Vale recordar aqui que Coluccio Salutati traduz Plutarco de uma tradução aragonesa, em 1396; que é Leonardo Bruni quem inicia as traduções de Plutarco, diretamente do grego, para o latim, em Florença, no início do século XV. A versão completa, em latim, das *Vite parallele* de Plutarco, aparece pela primeira vez em Roma, apenas em 1470. Tudo isso corrobora a afirmação de que em Florença, no século XIV, os principais modelos biográficos eram latinos.

Porém, para que se assentasse, na Itália do século XIV (e, em especial, no universo florentino da época), um modelo biográfico capaz de descrever o homem, em seus aspectos íntimos e exteriores, toda vez que ele aparecesse digno disso, existiu também a obra de Dante. A ***Divina Comédia*** é também uma narrativa de traços biográficos de personalidades antigas e modernas, tendo como base a fama ou a ignomínia, e como gênero de fundo, a comédia.

Mas é com a obra do cidadão de Arezzo e filho de um exilado florentino, Francesco Petrarca (1304-1374), que se assinala a ligação entre narrativa biográfica e narrativa histórica, no século XIV. O seu ***Liber de viris illustribus***, que trata a vida de personagens de primeiro escalão da República romana, de Rômulo a Júlio César (100 c.-44 a.C), além de alguns personagens gregos (Alexandre, o Grande, por exemplo) nada mais é do que uma história da Roma antiga narrada através de biografias de homens ilustres, sobre um fundo ideal político de unidade italiana baseado nas glórias do passado romano. Aqui, a história não era escrita por encargo de uma autoridade, ou segundo a perspectiva de um estamento, ou apoiada num sistema teológico. Era um laico que tratava a história de acordo com sua concepção pessoal. Sobre os modelos antigos, sabe-se que, a esta época, Petrarca conhecia boa parte dos historiadores e

biógrafos latinos, que estimava especialmente a obra de Suetônio e que ainda não tinha tido acesso a Cornélio Nepos, nem a Tácito. Sabe-se também que para a biografia de Júlio César, Petrarca seguiu quase cegamente o relato autobiográfico do próprio personagem, **Commentarii**, além de recorrer às cartas de Cícero. É provável que o livro de Petrarca seja a primeira pedra do edifício da historiografia humanista na Península Itálica. E este primeiro passo era cumprido justamente pela interligação entre biografia e narrativa histórica.

Giovanni Boccaccio (1313-1375), natural de Certaldo, possessão da República de Florença, concebeu uma espécie de *pendant* ao livro de Petrarca, com a publicação, provavelmente em 1362, de **De claris illustribus**: cento e cinco biografias de mulheres da Antigüidade, com exceção das sete últimas, mulheres de sua própria época.

Mas a primeira verdadeira biografia de um poeta, ou seja, a obra que inaugura um gênero na literatura histórica, a biografia de artista, é o **Trattatello in laude di Dante** ou simplesmente **Vita di Dante** (como ficara conhecido o livro), terminado por Boccaccio em 1364. O **Trattatello in laude di Dante** é a máxima expressão da longa, devota e entusiástica fidelidade que Boccaccio cultivou em direção a Dante. O texto simboliza o momento decisivo da descrição de um retrato de Dante, que Boccaccio vinha elaborando em sua obra, através de alusões, de reminiscências, de citações, mas também por intermédio de seus significativos comentários dos escritos de Dante, que incluem os estudos sobre os primeiros cantos da **Divina Comédia**. Num significativo trecho do **Trattatello**, Boccaccio descreve Dante:

Este foi o Dante, do qual é o presente discurso; este foi o Dante ao qual em nossos séculos foi por Deus dotado de graça especial; este foi o Dante, ao qual por primeiro se deve o retorno das musas, expulsas da Itália. Por ele, a clareza do idioma florentino é demonstrada; por ele, toda a beleza da língua vulgar, sob devidos números, é regulada; por ele, a poesia morta, merecidamente se pode dizer ressuscitada: demonstraremos que tais coisas, devidamente observadas, nenhum outro nome senão o de Dante pode-se dignamente exaltar. (BOCCACCIO, 1995: 12-13)

Portanto, Boccaccio tem a clara noção de que Dante faz ressurgir a poesia em meio aos italianos, num momento em que poeta era somente considerado aquele que versificava em latim. A seu ver, Dante empenhou-se em imitar Virgílio, Horácio, Ovídio, Estácio e outros poetas latinos. Mas Boccaccio atribui também a Dante um papel aparentemente inverso àquele do poeta em latim. Para ele, Dante eleva o valor da língua vulgar, apresentando o idioma florentino em forma literária. Em resumo, Dante inicia o “retorno das musas” ao solo italiano, processo do qual Boccaccio coloca-se como continuador. Era uma interpretação da ação de Dante na História, e já com refinamento na percepção do papel do poeta florentino no ressurgimento da poesia antiga.

De todo modo, o **Trattatello in laude di Dante**, ao mesmo tempo em que buscava conferir integridade à memória do poeta, permanecia, ele mesmo, como escrito modelar para as descrições das *vite* de homens ilustres, compostas

no letrado mundo florentino imediatamente posterior a Boccaccio. E como forma de celebrar a memória de outro ilustre poeta e erudito de seu tempo, Boccaccio, no último ano de sua vida, escreveria também a biografia de Petrarca, à qual deu o título ***De vita et moribus... Francesci Petrarchi***. Era novamente a narrativa biográfica atuando para fixar a imagem do poeta na eterna memória dos homens, sem, no entanto, abrir mão de interpretá-la com profundo sentido histórico.

2. A AUTOBIOGRAFIA

O primeiro sinal da retomada da narrativa autobiográfica no final da Idade Média, retomada que carregava um traço significativo da inserção do homem na história, veio também da obra de Dante. Com as canções e sonetos de seu escrito juvenil, ***Vita nuova***, obra em que declama o seu amor por Beatriz, Dante iniciava a possibilidade de um longo enfrentamento do homem com sua consciência, a partir de um deliberado interrogar a si mesmo. Assim, Dante começa a ***Vita nuova***: "Naquela parte do livro de minha memória, diante do qual pouco poder-se-ia ler, encontra-se uma epígrafe que diz: *Incipit vida nova*." (ALIGHIERI, 1999: 33)

Dante concebe, já nas primeiras linhas do livro, através da operação da memória, o momento preciso de um acontecimento que transforma toda a sua vida: o instante em que vê, pela primeira vez, Beatriz. Não era ainda propriamente uma narrativa autobiográfica, definida como gênero literário, mas era já o mergulho do narrador nos meandros de sua própria alma; um diálogo marcado pelo impulso em descer no íntimo patamar da vida interior.

Porém, não tardaria até que Francesco Petrarca desse o primeiro exemplo da forma literária autobiográfica que predominaria entre os italianos nos séculos imediatamente posteriores. Com sua ***Lettera ai posteri***, Petrarca, na velhice, narra sua própria vida através de um discurso íntimo que, ao mesmo tempo, busca a elevação e dignidade da ação do homem na história de seu tempo. Ele apresenta sua origem "citadina e humilde", as razões políticas pelas quais sua família é expulsa de Florença e se transfere para Arezzo. Reflete sobre a condição material de sua família, e chega mesmo a desprezar a riqueza. Ele afirma:

Eu não fui jamais nem rico nem pobre. Tal é a natureza da riqueza que quanto mais ela aumenta, mais cresce a sede por ela, e com a sede cresce mais a pobreza; tal coisa, porém, não me fez pobre. Quanto mais tive, menos desejei; e quanto mais abandonei, maior foi a tranqüilidade de minha vida e menor a culpa de minha alma. E isso me fez crer que se tivesse ocorrido de modo diferente, se eu tivesse tido grandes riquezas, talvez, como outros, tais riquezas me teriam vencido. (PETRARCA, 1904: 9)

De fato, a fama que Petrarca cultivou estava fora do mundo material, mas também fora do mundo religioso ou do político. A grandeza histórica que Petrarca constrói para si, em sua autobiografia, pertence ao universo da literatura e da erudição. É no mundo das letras que ele, seguidor de Dante e amigo de Boccaccio, constrói o sentido de sua ação na história de seu tempo. A ***Lettera ai***

poster era, portanto, um registro da elevação histórica da ação do literato no concreto mundo da natureza e dos fatos, ao mesmo tempo em que se constituía como um elemento de fixação da imagem do narrador na memória dos homens: era uma carta à posteridade.

3. A CRÔNICA

Ao lado das narrativas biográficas e autobiográficas, um outro gênero literário, extremamente dependente do veículo da memória, fixava-se, na Florença do século XIV, como uma forma de narrar os fatos significativos da história da República florentina. Desde as **Croniche** de Matteo Palmieri, de Dino Compagni, e os **Decadi** de Biondo da Forlì, até as crônicas dos Villani, uma visão objetiva da história atuava nas origens da historiografia moderna. Concentremo-nos no caso dos cronistas da família florentina dos Villani, por ser este um caso emblemático no que se refere à relação entre crônica e biografia.

Giovanni Villani, leitor assíduo dos gloriosos feitos dos romanos, descritos por Salústio, por Tito Lívio, por Valério Máximo e por outros historiógrafos antigos, pensou em escrever, nos primeiros anos do século XIV, os acontecimentos de sua pátria “*per dare memória ed esempio a quelli che sono a vivere*” (RACHELI, 1857: 5). Assim, suas **Croniche**, escritas em 12 livros, discorrem sobre as passagens de Florença, desde sua fundação até o ano de 1348, e a elas acrescenta ainda alguns acontecimentos significativos de outras cidades italianas. Seu cuidado com os fatos da pátria foi seguido, após sua morte, por seu irmão, Matteo Villani, que continuou as **Croniche** até ser golpeado pela peste, em 1363.

É então que Filippo, filho de Matteo Villani, assume para si a incumbência de seguir narrando os fatos significativos da República de Florença. Porém, Filippo Villani (1325-1405), ao continuar a tarefa começada pelo tio e seguida pelo pai, estabeleceu uma importante mutação na maneira de conceber os acontecimentos marcantes da história florentina. Ao encerrar o décimo quinto livro das **Croniche Fiorentine**, livro deixado inconcluso por seu pai, Filippo Villani modifica o foco de sua observação histórica, e passa a conceber a história de Florença a partir do modelo das *vite* (das biografias) dos significativos personagens de sua pátria. Ele encerra a narrativa das *croniche fiorentine*, e passa a escrever o que intitula **Vite degli uomini illustri fiorentini**. Os fatos importantes da história florentina eram agora narrados, pelas mãos de Filippo Villani, sob uma nova ótica, ou seja, submetidos a uma organização que privilegiava os atores no cenário dos acontecimentos. Era como se Filippo Villani observasse que o grande feito da República de Florença fosse sua capacidade de produzir homens ilustres. Era o sinal de que em Florença o entendimento do mundo e da história tinha, já na época de Villani, o *uomo significativo* como ponto de partida e como base ideal da compreensão. Era a junção entre biografia e história para construir a imagem da cidade na memória dos homens.

Filippo Villani, professor de Jurisprudência em Florença, na juventude

deslocava-se até a Igreja florentina de Santo Stefano, para freqüentar as lições de Boccaccio. Exatamente Boccaccio, que com seu *Trattatello in laude di Dante* e com *Vita et moribus... Francesci Petrarchi* tinha (como vimos) instituído a biografia de artista sob um fundo histórico e celebrativo da memória individual. Filippo Villani cumpria um passo adiante, ao introduzir o gênero biográfico como base da narrativa histórica. Seu conjunto de biografias de florentinos ilustres acabou agregando-se a um livro de história da cidade, *Liber de origine civitates Florentiae et ejusdem famosis civibus* (Livro sobre a origem da cidade de Florença e sobre seus cidadãos famosos), composto em 1382, como uma espécie de história da civilização. Esta iniciativa de Villani deu origem a uma das variedades mais originais da historiografia humanista: o cultivo da biografia como base ideal e como princípio narrativo da história. E se Tito Lívio era o principal modelo para a narrativa histórica baseada nos anais, Suetônio e Salústio o eram para o caso da base biográfica.

Mas o amplo conjunto de biografias de florentinos ilustres, escritas por Filippo Villani, inicia-se com a *vita* do poeta antigo Claudiano, ativo entre 395 e 404 d.C. Claudiano é o único personagem da Antigüidade a ser registrado pela obra de Villani, mas o seu exemplo de poeta erudito em grego e latim é significativo para a compreensão dos valores com os quais o autor trabalha, na composição das demais biografias. Embora nascido no Egito e originalmente de língua grega (somente posteriormente aprendeu latim), Claudiano foi, durante a Idade Média, identificado como poeta florentino e como cristão. No que se refere aos personagens modernos, a descrição de Villani percorre um vasto universo. Coluccio Salutati é caracterizado como imitador dos poetas antigos, homem de singular eloqüência, veemência e persuasão no falar; na prosa, era considerado um novo Cícero (VILLANI, 1848: 427). O filósofo Brunetto Latini, que alcançou fama como retórico era “*degno d’essere com quelli periti e antichi oratori annumerato*” (VILLANI, 1848: 440). Guido Cavalcante, filósofo de autoridade, foi honrado por dignidade, por costumes morais e digno de todas as louvações (VILLANI, 1848: 456-457).

Filippo Villani inclui em seu livro a biografia de Boccaccio, na qual apresenta já a noção de um triunvirato erudito, formado pelo poeta de Certaldo, por Dante e por Petrarca. Villani, porém, une a esse trio o nome de Zanobi Strada, mestre de Boccaccio. De todo modo, o Boccaccio apresentado por Filippo Villani é o erudito comentador dos poetas antigos; é o escritor interessado nos acontecimentos históricos, mas também nas nuances da geografia, atento aos nomes dos rios, montes, selvas, lagos e mares; é o poeta que cultivou a amizade de Petrarca e a erudita ligação com as letras gregas e latinas (VILLANI, 1848: 422-424).

Mas Filippo Villani recorria ao mecanismo da própria memória para realizar uma síntese particularmente notória entre as qualidades externas e internas de cada personagem biografado. Observemos a passagem da *vita* do *condottiere* florentino, Farinata degli Uberti:

Farinata Uberti, homem de ordem militar, descendente de Catilina, foi de estatura grande, face viril, membros fortes, continência grave, elegância soldadesca, oratória civil, de mente sagacíssima, audaz, pronto e industrioso na condução do exército (VILLANI, 1848: 451).

Para biografia de Farinata Uberti, é certo que Filippo Villani utiliza como modelo literário a obra de Salústio sobre a **Conjuração de Catilina**, escrita por volta do ano 42 a.C., obra em que o escritor latino narra a mais famosa conjuração política da Antigüidade, denunciada por Cícero no Senado Romano com as célebres **Catilinárias**. Assim Salústio havia descrito a figura de Catilina, antes de colocá-lo em ação do teatro da história:

Lucio Catilina, de nobre origem, gozava de grande vigor físico e moral, mas era de alma má e depravada. Desde a adolescência amou lutas civis, fatos sanguinários, rapinas, lutas intestinas e entre similares fatos transcorreu a juventude. O seu jovem corpo resistia à fome, ao frio, às noites em claro, mais do que qualquer um poderia crer. Temerário, rastejante, mutável, era mentiroso, era dissimulador, desejava as coisas alheias e desperdiçava as suas próprias, excitado pela cobiça. Era suficientemente eloqüente, mas pobre de cultura. A sua alma exagerada, insaciável, ansiava sempre por conquistar cumes inatingíveis, intocáveis, altíssimos (SALLUSTIO CRISPO, 1994: 20-21).

A monumentalidade do caráter e da compleição física de Catilina é transposta por Filippo Villani para a figura de Farinata degli Uberti. O modelo físico e moral do *condottieri*, descrito por Villani, espelhava-se na narrativa de Salústio. A grandiosidade dos personagens de República de Roma era o espelho no qual refletia o desejo de elevação histórica da República de Florença. Também a inserção do personagem na cena histórica, por parte de Filippo Villani, buscando compreender a grandeza histórica de sua ação e de seu gesto, promovendo quase uma fusão entre narrativa biográfica e historiografia, era carregada da atribuição de sentido e da narratividade tomadas dos biógrafos e historiógrafos latinos antigos. Para o caso da figura de Farinata Uberti, “descendente de Catilina”, Villani certamente se baseia em Salústio.

Porém, de modo inteiramente diverso Villani descreve o aspecto físico do poeta Zanobi Strada:

[...] estatura medíocre, de rosto um pouco alongado, feições delicadas, de beleza quase virginal, cor branca, fala sincera e redonda, a qual demonstrava suavidade feminina: seu rosto transparecia alegria natural, seu aspecto era sempre prazenteiro a ponto de provocar facilmente a amizade (VILLANI, 1848: 422).

Aqui, a narrativa biográfica utiliza-se de um princípio descritivo que estará presente, neste mesmo período, no impulso retratístico nas artes pictórica e escultórica em Florença. Esta capacidade de descrever o aspecto físico, e de compreendê-lo como revelador do caráter do homem povoa, já no século XIV, os afrescos de igrejas e palácios florentinos, e também aparece em forma de busto, espalhados pelas construções e pelas vias da cidade. A execução do retrato penetra o mundo do poder político e militar, representando *condottieri*, políticos, burgueses, personagens importantes da *vita civile*, mas também os representantes do universo literário e da erudição. E isso ocorre não apenas em Florença, mas se espalha, de acordo com as singularidades dos costumes locais, pelas mais diversas cidades italianas. Em Florença, é, em especial, o “homem ilustre” a ser representado nas pinturas monumentais, como participantes ou observadores de cenas bíblicas ou históricas: são os *cittadini* da República, ávidos por ganhar a dignidade de deixar sua imagem impressa na eterna memória de seus concidadãos, tanto numa cena sacra, quanto numa cerimônia pública ou histórica. Portanto, a monumentalidade do indivíduo era expressa também pelas artes plásticas, revelando um traço da cultura florentina da época, tomada pelo ideal de conceber Florença como a cidade dos “homens ilustres”.

31

Na literatura, o impulso em descrever o homem, em suas qualidades íntimas e exteriores, ganha espaço através do modelo biográfico das *vite degli uomini illustri*, prática primordialmente florentina, que continha, como fundo ideal, uma forma de narrativa histórica da cidade, e apresentava-se paralelamente a uma outra, dominada pelo modelo dos anais. Filippo Villani é o inaugurador deste modelo biográfico, ao subverter a tradicional narrativa cronística e conceber as ***Vite degli uomini illustri fiorentini***. Na narrativa das *vite*, Villani retrata os homens individualmente como representantes de uma *virtù civile*, valor sobre o qual a República florentina se constituía e se imaginava.

Este modelo biográfico será longamente cultivado em Florença no período renascentista. Vale a pena citar a obra de Vespasiano da Bisticci (m. 1498) autor das ***Vite di uomini illustri del secolo XV***, como um dos principais exemplos do gênero no *Quattrocento* florentino. Enea Silvio Piccolomini (m. 1464), cidadão de Siena, humanista tornado Papa Pio II, é autor de um conjunto de biografias, ***De virus illustribus***, além de ser o responsável por uma autobiografia exemplar, de título ***Commentarii***, que funde narrativa autobiográfica e biografias de personagens ilustres com um impulso historiográfico extremamente refinado. Do ponto de vista mais expressamente historiográfico, importa citar a obra de Pietro Riccio, conhecido também, pela forma latinizada do nome, como Crinitus, morto em torno de 1505, autor de ***De poetis latinis***. Crinitus afirma, no prefácio ao livro, que havia tomado por modelo Suetônio. No século XVI, a obra que inaugura a historiografia da arte moderna, ***Le vite de' piu eccellenti pittori, scultori ed architetti***, de Giorgio Vasari, é inteiramente organizada sob o modelo biográfico, sobre as “vidas” de pintores, escultores e arquitetos. O próprio Maquiavel, autor de uma das mais significativas histórias de Florença, também se dedicou ao gênero biográfico: concebeu a ***Vita di Castruccio Castracani***,

condottiere de Lucca. Um exemplo fascinante, embora não exatamente florentino, é aquele representado pela obra de Paolo Giovio, ***Elogia virorum illustrium***. Trata-se de uma fabulosa galeria de homens ilustres concebida por Giovio como um diálogo entre biografia e retrato, sob um fundo historiográfico. Paolo Giovio, retirado em sua residência de campo próxima ao lago de Como, elabora, no início do século XVI, um conjunto de biografias de italianos ilustres acompanhadas de seus respectivos retratos em xilogravura. Os ***Elogia*** são um dos grandes representantes, no século XVI, da fusão literária entre biografia e história, além de trazer a novidade de vir acompanhado da arte retratística.

Esses são apenas alguns exemplos da dimensão ganha pela narrativa das *vite* no universo florentino no Renascimento e da importância da biografia (e mesmo da autobiografia) como base da narrativa histórica, inicialmente em Florença, mas em seguida difusa pelas cidades italianas entre os séculos XIV e XVI.

De todo modo, os relatos das “vidas”, em forma de biografia, autobiografia ou num conjunto de relatos biográficos (como memória da cidade), são revigorados na Florença do século XIV, a partir de modelos de uma longa tradição escrita, cultivada entre os Antigos, gregos ou latinos. O ressurgimento da narrativa das *vite*, no universo cultural florentino, ligou-se de modo profundo ao ideal da monumentalidade do indivíduo e atuou na atribuição de sentido para a ação dos homens no mundo da natureza e dos fatos. Narrar biografias como base ideal de compreensão da história de Florença significava conferir um papel a esses homens na construção do mundo que os cercava, significava atribuir um valor à ação humana e construir a imagem do indivíduo a partir da ideia do *homo faber fortunae suae* (o homem que constrói o seu destino). É este o cidadão da República, cuja ação repercute e se faz valer no universo da política e, por consequência, na história da cidade. É este o “homem do Renascimento”, de tão múltipla quanto fascinante face, “construído” (ou “descoberto”) pela contemporânea historiografia da cultura. Este homem, tão imerso nos valores do mundo do Mundo Medieval, quanto dependente de modelos literários e artísticos da Antigüidade pagã, está representado pela fina flor do humanismo florentino do século XV, nos versos de Giovanni Pico della Mirandola, em seu ***Discurso sobre a dignidade do homem***, em especial, na passagem em que Deus fala a Adão, logo após criá-lo:

Não te dei, oh Adão, nem um lugar determinado, nem um aspecto próprio, nem nenhuma prerrogativa tua, para que os lugares, os aspectos, as prerrogativas que desejaste, tudo segundo a tua vontade e o teu conselho, obtenhas e conserves. [...] Coloquei-te no meio do mundo para que de lá melhor discernisses sobre tudo o que no mundo existe. Não te fiz nem celeste, nem terreno, nem mortal nem imortal, para que de ti mesmo, quase livre e soberano artífice, te plasmasses e te esculpisses na forma que tivesses escolhido. Tu poderás degenerar em coisas inferiores que são brutais; tu poderás, de acordo com o teu desejo, regenerar-te nas coisas superiores que são divinas (PICCO DELLA MIRANDOLA, 1994: 6-9).

Era uma interpretação do papel do homem na construção do mundo que o circunda; era uma forma de inserir o homem na história através de sua ação e de seu gesto. Construir a si mesmo significava construir o mundo circundante. Esta perspectiva não estava distante daquela que elege a biografia como base de compreensão da história. A descoberta da biografia e da autobiografia pelos florentinos era, certamente, parte essencial da descoberta do homem ocorrida no Renascimento italiano. Tal descoberta representava um corte na estrutura da história eclesiástica e no modelo narrativo da crônica medieval. Era esta uma construção eminentemente italiana (florentina, em sua origem). É possível que, em sua essência e em seu caráter originário, entre os séculos XIV e XVI, não tenha existido em nenhum lugar ao norte da barreira dos Alpes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALIGHIERI, Dante. ***Vita Nuova***. Milano: Feltrinelli, 1999.

BOCCACCIO, Giovanni. ***Trattatello in laude di Dante***. Milano: Garzanti, 1995.

PETRARCA, Francesco. Lettera ai Posteriores o Autobiografia. In: PETRARCA, F. ***L'Autobiografia, il Segreto e Dell'ignoranza sua e d'altrui***. A cura di Angelo Solerti. Firenze: Sansoni, 1904.

PICO DELLA MIRANDOLA, Giovanni. ***Oratio de Hominis Dignitate***. Pordenone: Dizioni Studio Tesi, 1994.

RACHELI, A. (a cura). ***Croniche di Giovanni, Matteo e Filippo Villani***. Trieste: Sezione Letterario-Artistica del Lloyd Austriaco, 1857.

SALLUSTIO CRISPO, Caio. ***La congiura di Catilina***. Roma: Newton Compton Editori, 1994.

VILLANI, Filippo. ***Vite degli uomini illustre fiorentini***. Trieste, 1848.

Ficção, literatura e história através da “Crônica do descobrimento do Brasil (1840), de Francisco Adolfo de Varnhagen*

Fiction, literature and history through Francisco Adolfo de Varnhagen’s “Crônica do descobrimento do Brasil” (1840)

Pedro Telles da Silveira

Graduado em História
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
doca.silveira@gmail.com
Rua Nova Hamburgo, 238 - Passo d’Areia
Porto Alegre - RS
90520-160
Brasil

Resumo

Inspirando-se no debate da crítica literária alemã e no trabalho de Luiz Costa Lima, este artigo procura questionar os aspectos ficcionais do relacionamento entre as então recém-nascidas disciplinas da literatura e da história através da análise da “Crônica do descobrimento do Brasil”, de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen e primeiramente publicada nas páginas do periódico português *O Panorama*. O texto, uma documentada recriação literária do descobrimento do Brasil, cria, paradoxalmente, através do documento mesmo seus aspectos ficcionais. Dessa forma, inverte o relacionamento então estabelecido entre o histórico e o literário no Romantismo português ou nas práticas das primeiras expressões literárias brasileiras. A partir dessa inversão se procura os signos do ficcional.

34

Palavras-chave

Historiografia brasileira; Literatura; Ficção.

Abstract

Drawing its inspiration from the german literary critic and from Luiz Costa Lima’s work, this article question the fictional aspects in the relationship between the then new-born disciplines of literature and history through the analysis of “Chronica do descobrimento do Brazil” by Francisco Adolfo de Varnhagen. First published in the Portuguese review, *O Panorama*, in 1840, the text is a documented literary retelling of the Portuguese coming to Brazil in 1500. Although this, it creates through the document itself its fictional aspects, thus inverting the relationship then established between the historical and the literary in Portuguese romantic movement or in Brazilian’s first literary expressions. It’s from this inversion that the signs of the fictional are searched for.

Keyword

Brazilian historiography; Literature; Fiction.

Enviado em: 23/12/2008

Aprovado em: 01/02/2009

* Este artigo é resultado da participação no projeto de pesquisa *Ser historiador no século XIX – O momento Varnhagen: antologia de uma existência*, sob orientação do Prof. Dr. Temístocles Américo Correa Cezar, durante o ano de 2007.

Para serem feitos, os estudos que relacionam história e literatura, cada vez mais freqüentes, têm de solucionar alguns problemas. A literatura pode ser tomada como reflexo da sociedade, no que esta se impõe, então, até sobre o que não é, sobre o fictício. O literário é eminentemente social, como diz Lionel Gossman, “a busca por uma característica definidora (“literariedade”) com toda probabilidade revela mais sobre um momento cultural particular e suas ideologias do que jamais revelará sobre a ‘natureza’ da literatura” (GOSSMAN 2001, p. 3).¹ Da mesma maneira, considerar que certo imaginário adquira sua forma pela experiência dos atores sociais é algo aceito pacificamente, ainda que também possa derivar para um determinismo exacerbado. A tomada da literatura como interlocutora teórica por parte da história tende, por sua vez, a valorizar o literário pelo que este tem de liberdade, não estando delimitado por um lugar social ou por uma teoria-mestra. Já a história literária busca outro referente que não a nação. Da percepção deste conjunto de possibilidades, muitas vezes contraditórias, é que se deriva a afirmação que abriu este parágrafo: cada estudo que se dedique ao tema tem de assumir uma solução de compromisso entre o objeto que estuda e o referencial teórico que adota. De certa forma, portanto, parte do percurso da investigação intenta mostrar uma possibilidade desta adequação.

O objetivo do presente trabalho é analisar alguns aspectos da “Crônica do descobrimento do Brasil”, de Francisco Adolfo de Varnhagen, publicada entre os dias 18 de janeiro a 28 de março de 1840, em forma de folhetim, na revista portuguesa *O Panorama* e, depois, no *Diário do Rio de Janeiro*, entre os dias 10 e 23 de junho do mesmo ano (SÜSSEKIND 1991, p. 184). A “Crônica”² pode ser definida, em linhas gerais, como uma recriação ficcional do descobrimento do Brasil. A hipótese que aqui será experimentada é a de que a “Crônica”, ao tematizar tanto o descobrimento em si quanto ao tornar o escritor português Pero Vaz de Caminha um protagonista da narrativa, implica numa redefinição – temporária e talvez aplicada apenas a este texto – dos caracteres que definiam história e ficção no Brasil da metade do século XIX. Ou seja, o documento é utilizado para proporcionar a ficcionalidade, enquanto o ficcional engendra a narrativa e a veracidade histórica. Dessa espécie de “curto-circuito” das posições tradicionais apresenta-se uma possibilidade de abrir um questionamento quanto ao papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), percebendo outras de suas possibilidades, sem nunca negar-lhe a devida importância.

Para o estudo, parte-se da distinção proposta por Luiz Costa Lima, entre outros, com relação à literatura e ficção. O ficcional é entendido como um modo discursivo que põe a verdade em suspenso, enquanto a literatura é um termo que engloba produções verbais diversas (COSTA LIMA 2006, pp. 319-

¹ “the search for a defining characteristic (‘literariness’ or ‘literarity’) in all probability reveals more about a particular cultural moment and its ideologies than it will ever reveal about the ‘nature’ of literature” (GOSSMAN 2001, p. 3). As traduções do inglês são feitas pelo autor.

² Doravante abreviada desta forma.

391). A literatura tem uma relação privilegiada com a ficção, entretanto não é por ela definida nem a ficcionalidade é-lhe intrínseca. A história, por sua vez, em linhas gerais, opor-se-ia à ficção na medida em que seu discurso propõe uma verdade correspondente à realidade.³ Todavia estas definições não são estanques e um dos propósitos do presente trabalho é explorar uma configuração particular entre estes três termos, num momento singular de sua história, quando começam a escapar da definição retórica e a constituírem-se como domínios próprios.

Num primeiro momento, portanto, procuro problematizar o pensamento – difuso – de Francisco Adolfo de Varnhagen sobre a literatura e a ficção, relacionando-o ao lugar de produção do conhecimento historiográfico a que seu nome está mais associado – o IHGB – e àquele ao qual a “Crônica” fez sua primeira aparição, o periódico português *O Panorama*. Numa segunda seção, busco caracterizar os primeiros esforços ficcionais brasileiros e cotejá-los com alguns aspectos da literatura que os autores associados a *O Panorama*, em especial Alexandre Herculano, produziam. Por fim, realizo uma leitura da “Crônica” procurando identificar os elementos debatidos até então e compará-la com os mesmos, procurando concordâncias ou dissonâncias.

O lugar, a prática, a escrita

A “Crônica” foi publicada apenas dois anos após o primeiro escrito historiográfico de seu autor, Francisco Adolfo de Varnhagen, as “Reflexões críticas sobre o manuscrito de Gabriel Soares de Sousa”, de 1838. Devido à importância que seu nome alcançaria à historiografia brasileira, poder-se-ia pensar que a “Crônica” foi um *erro* de juventude, uma experiência recém-abortada, um devaneio. Mesmo que o autor abandonasse posteriormente a escrita ficcional,⁴ o autor dispensou à literatura uma grande atenção durante toda a sua vida. Se Varnhagen progressivamente abraçaria a historiografia, isso não significa, portanto, considerar a “Crônica” como uma escrita incompleta, que *ainda não*

³ A contribuição de Luiz Costa Lima pode ser complementada pela da estética da recepção alemã, em especial a de Wolfgang Iser. Para Iser é necessário incluir um terceiro elemento entre realidade e ficção, o imaginário. Como a realidade não está contraposta à ficção, esta possui muitos elementos de real e aquela está imbuída de ficções; a ficção, primeiramente, não é um modo de discurso exclusivo da literatura, embora nela encontre sua máxima realização porque a literatura explora justamente a relação dos dois elementos – realidade e ficção – em conjugação com o imaginário dando a este uma forma. A literatura alcança isso pela realização de “atos de fingir”, os quais Iser sistematiza em seleção, combinação e desnudamento da ficcionalidade – estes princípios, bem aceitos, não podem ser tomados como intrínsecos à literatura num sentido essencial, desse modo o empreendimento tentado aqui seria sem sentido; depois serão expostas as críticas ao modelo de Iser.

O importante é que, com estes três termos em mente, Iser define a ficção por sua capacidade de duplicar a realidade sem transpô-la ao texto da mesma forma que quando não está nele, isto é, ela toma emprestado elementos do real para defini-los de maneira diferente. Por fim, quanto ao imaginário, sua caracterização é difícil, uma vez que ele somente se manifesta quando se cristaliza numa forma específica, isto é, quando um ato ficcional o faz aparecer de determinada maneira. O imaginário é, essencialmente, um evento; como algo dinâmico, pode-se percebê-lo em ação na sociedade, embora não se possa determiná-lo – isto leva a uma liberdade muito maior do sujeito que cria. A questão toda para a presente análise, através da teorização do ficcional, é caracterizar o texto em si e diminuir os *a priori* que constituem suas análises mais freqüentes (ISER 1996).

⁴ O último texto literário de Varnhagen é o conto sobre Sumé, o São Tomé dos indígenas, de 1854.

chegou ao status de suas obras de maturidade, e sim deve-se vê-la em seus próprios termos. Aquela *sensação de não estar de todo* que Flora Süssekind (SÜSSEKIND 1991, pp. 20-21) toma de Julio Cortazar e que constitui o eixo principal de seu estudo é aqui desviada do questionamento dos cânones da nacionalidade para a problematização das mitologias do ofício de historiador. A *sensação de não estar de todo*, então, revelaria uma relação complexa que Varnhagen manteria com a literatura que atravessa toda sua trajetória intelectual.⁵

Uma relação equivalente é expressa nas possibilidades às quais o IHGB tentava responder em seu primeiro momento. Fundado em 1839 com o propósito de formular uma história nacional, ele não obstante incluía nisso uma diversidade de proposições. Como mostra Guimarães, a escrita do IHGB tentava articular

(...) a tensão entre a necessidade de definição de um sentido geral e de uma finalidade prática para o conhecimento do passado das terras americanas que constituíram parte importante do Império português e as demandas em torno da observação de suas marcas particulares (GUIMARÃES 2006, p. 71).

O deslocamento do significado de história – de saber filosófico ou prática retórica no XVIII para estudo disciplinado oitocentista – se deu de modo a manter

37

⁵ A expressão “sensação de não estar de todo” parece-me traduzir de maneira precisa um componente da *mimesis* tal como formulada por Luiz Costa Lima. Para este autor, a *mimesis* seria um modo de compreensão específico da arte que não se identificaria à realidade, distinguindo-a tanto de sua formulação normativa, a que a identifica com a realidade, quanto daquela que a despreza, a que vem na esteira do romantismo e prefere a expressão da subjetividade. A *mimesis*, então, seria a representação de uma cena segunda, isto é, seria um discurso sobre algo balizado não por esse algo e sim pelos parâmetros que estabelecem esse discurso, logo ela se aproxima do âmbito da ficcionalidade e, como essa, coloca em primeiro plano a verossimilhança. A produção mimética, então, ao ser um dizer sobre outra coisa, não permite sua identificação com a realidade – no que se institui uma diferença –; ao se relacionar com os conteúdos sociais de verossimilhança, por sua vez, ela traz para si o imaginário. Costa Lima resolve dessa maneira o problema do imaginário difuso de Iser, colocando-o como elemento que ajuda a *mimesis* a se tornar produtora de um contexto e de um sujeito. Portanto a subjetividade não é necessariamente autoral, ao mesmo tempo que a arte pode ser figurativa sem recair num realismo que abole a relação entre signo e referente.

Todavia Luiz Costa Lima é explícito em restringir a *mimesis* à arte. Adotar a tática de que a “Crônica”, então, não é meramente história e também ficção seria, em termos teóricos, bastante rasteiro. Na verdade, o problema para se pensar a *mimesis* aplicada à ciência – e, por extensão, à história, i.e., qualquer discurso que se propõe verdadeiro – é que à arte faltaria o componente de domínio da realidade (COSTA LIMA 2006, p. 307) e que à ciência faltaria o sujeito criador (ainda que não um sujeito tradicional). Procurando uma brecha que nos permita continuar, podemos objetar que, no presente estudo, a uma obra pode se ligar o signo do ficcional e ainda assim levar ao controle, desde que a ficção, nesse caso, seja regida por outro código. A solução, então, passa da teorização à historicização.

Quanto à questão do sujeito na historiografia, o próprio Luiz Costa Lima oferece uma abertura em texto sobre Michelet, no qual afirma que “o agente – i.e., o escritor – não é seu personagem [da *mimesis*], mas o personagem não seria como é se seu produtor não fosse o que é. Concretamente, a *mimesis* é uma estratégia contra a indissolubilidade da instância do eu” (COSTA LIMA 1984, p. 178). A prática do historiador, por conseguinte, não é propriamente mimética, porém, assim como as práticas da *mimesis*, envolveria também uma ruptura com a posição clássica do sujeito de conhecimento. Ao sujeito da história pode-se ligar a incerteza ou a carência. Porém mesmo Michelet não realizaria uma *mimesis* “pura”, por dois motivos, porque a historiografia tem marcas que a diferenciam do discurso poético e porque o historiador francês continuava acreditando que havia algo a ser copiado, isto é, via a *mimesis* tradicionalmente. Isso mostra que é impróprio, afirmar repentinamente que a história também é mimética, mas não por isso torna-se inválido pensar a referencialidade da representação histórica com base neste conceito, uma vez que ela também pode se guiar por princípios diferentes conforme a representação que se propõe.

um sentido geral – civilização – e um objeto particular – a nação – unidos. A disciplinarização, a formação de um meio de produção historiográfico, não significou a restrição de um interesse pelo histórico tampouco a limitação de suas fronteiras. Ela foi acompanhada por uma expansão da história, que adquiriria cada vez mais proeminência no século XIX.

A partir desse duplo movimento, pode-se pensar que esse deslizamento semântico – a busca por uma referência universalizante a um objeto específico – se aplicava também à literatura e ao modo como a história lê a produção literária. Esse desenvolvimento também aparece como parte inerente do próprio IHGB, caso se observe outro texto de Guimarães (GUIMARÃES 1988, p. 5), uma vez que sua estrutura, baseada nas academias de literatos do século XVIII e não na universidade europeia do XIX, colocava lado a lado historiadores, críticos literários, escritores e políticos – enfim, *literatos*.⁶

É nesse sentido que se pode falar de *O Panorama*, periódico introdutor do Romantismo em Portugal. Fundado em 1837 e dirigido, de sua fundação até 1839, por Alexandre Herculano, *O Panorama* se arrogava a ampliação e melhora da educação portuguesa. Com vistas a esse objetivo, tinha espaço em suas páginas um saber de caráter enciclopédico. Mesmo assim, segundo Fernando Catroga (CATROGA 1998, p. 49), com base em estudo de António Manuel Ribeiro, a história era marcadamente predominante.⁷ A dimensão que a história alcançava tem relação tanto com o interesse geral pela história com o qual Stephen Bann caracteriza a primeira metade do século XIX quanto com o programa romântico assumido em Portugal, o qual Catroga identifica ao regime de 1834.

Pode-se considerar então que a visão de Varnhagen sobre a literatura é sustentada nestes dois locais, *O Panorama* e o IHGB, sendo que para ambos a historiografia não é oposta à literatura.⁸ Para Varnhagen, a literatura acompanha a nação, indicando o estágio no qual essa se encontra, ou seja, “as línguas e a literatura, sempre em harmonia com a ascendência e decadência dos estados,

⁶ O IHGB é já há bastante tempo definido como o *lugar* da produção historiográfica brasileira. Mesmo correta, procuro aqui relativizar essa afirmação, procurando perceber o interesse pelo histórico como algo que percorria o conjunto da sociedade ou como compartilhado por outros locais semelhantes. A primazia do IHGB, embora evidente, pode dar lugar a certa “ilusão retrospectiva”, caindo-se num círculo explicativo, pois era o próprio IHGB que se colocava como o centro da produção historiográfica brasileira.

⁷ Cito aqui uma passagem em que Fernando Catroga apresenta os dados sobre a distribuição dos temas nas páginas de *O Panorama* baseado em estudo de António Manuel Ribeiro: “entre 1837 e 1844, os ensaios e as narrações de caráter histórico recobriram cerca de 17%, número bastante significativo, pois ultrapassava, em muito, os outros assuntos mais tratados: geografia, 7,6%; moral, 6,8%. Por outro lado, importa ainda registrar a importância que um gênero literário, novo entre nós, ganhou nas suas páginas: o romance histórico, que representava 1,2% da temática total, percentagem superior à da poesia (0,69%) e à dos artigos sobre ciência jurídicas (0,5%), matemática (0,16%) e química (0,52%)” (CATROGA 1998, p. 49)

⁸ É interessante que, pensando-se no Brasil, a relação de Varnhagen com o Romantismo é bastante difícil, sempre se ressaltando sua opinião negativa sobre os indígenas, enquanto em Portugal ele estava associado ao periódico que encarnava o movimento. Pode-se pensar que o romantismo varnhageniano, então, estaria duplamente deslocado de seu congêneres brasileiro. Primeiro pela desvalorização do nativo, segundo pela apresentação de temas históricos – que Flora Süssekind afirma só ser corrente em território brasileiro a partir de 1850, como depois veremos. Não tenho subsídios para explorar a tese no momento, porém creio que uma passagem obrigatória seria a do relacionamento de Varnhagen com Alexandre Herculano. O lado português – especialmente pronunciado em sua juventude – de Varnhagen ainda está para ser mais bem explorado.

como verdadeira decoração que são de seus edifícios” (VARNHAGEN 1946 [1850], p. 9). Contudo, as “letras” somente podem se desenvolver em ambiente propício, no qual não imperem as ambições mundanas, pois “as miras do literato alcançam mais alto: não é aos gosos, nem mesmo às glórias terrenhas a que aspira – é à glória imortal” (VARNHAGEN 1946 [1850], p. 10).

Também é oportuno questionar a abrangência do que Varnhagen entende por literatura. Sendo a literatura a *decoração do edifício nacional*, ela torna-se muito mais do que apenas a produção ficcional de determinada época. Por exemplo, no “Ensaio histórico sobre as letras no Brasil”, a atenção do autor se volta tanto para poemas como para relatos de viagem, assim como para a produção historiográfica dos séculos coloniais. Estabelece-se, dessa forma, um relativo paradoxo quanto à concepção de literatura do autor, pois para séculos anteriores ao XIX são considerados literários escritos que no próprio século no qual o autor vive, o XIX, não seriam por ele considerados desse modo, como os escritos históricos. Ao ser dada essa visão de conjunto a produtos diversos, opera-se mais facilmente uma conjunção epistemológica entre história e literatura – à qual o próprio Varnhagen, por sua vez, procurava aceder. Para ele, portanto, a literatura se referia a toda a vida cultural escrita, evocando um conceito do século XVIII; todavia ela era englobada por outro projeto, o nacional e, curiosamente, ela não se aplicava a seu próprio momento de existência.

39

Apesar da aproximação epistemológica entre história e literatura que existia na época, as duas eram atividades diferentes, tanto que quando um poeta usava as vestes de historiador, normalmente isto resulta em fracasso de parte da poesia (VARNHAGEN 1946 [1850], p. 14; VARNHAGEN 1847, p. 281). Isso se explica pela existência de dois modos de considerar os fatos, como diz Varnhagen

O rei Arthur, Carlos Magno e seus doze pares, o Cid campeador e até o rei D. Sebastião vivem para a historia diferentemente do que para a poesia e crença popular. Sucede como na Mitologia: todos sabemos que ha n’esta uma parte histórica, e outra imaginativa; aprendemos até nas escolas a distingui-las: entretanto quando lemos um poeta clássico acreditamos com igual fé assim as entidades que tiveram uma existência histórica, como as propriamente fabulosas. Quem nos dá a verdadeira fé é a magia do poeta, que melhor sabe tocar-nos, vibrando-nos com as cordas do sentimento (VARNHAGEN 1848, pp. 130-131).

A literatura – identificada com o fabuloso – é reconhecida por ele, contudo, num lugar diferente do puro falso. É um falso cujo aceitação depende da qualidade do poeta que o veicula. A distinção, que poderia passar por moderna, tem seu contraponto na própria distinção entre parte imaginativa e parte histórica da ficção; é com base nesta diferença que se torna possível instituir a maneira correta através da qual a literatura tem de criar. O poeta é “desgraçado” se “em vez de seguir a inspiração, a busca em assuntos alheios a ele” (VARNHAGEN 1945 [1850], p. 28). Do mesmo modo,

(...) enganar-se-ia o que julgasse, que para ser poeta original havia que retroceder ao abc da arte, em vez de adotar, e possuir-se bem dos preceitos do belo, que dos antigos recebeu a Europa. O contrário podia comparar-se ao que, para buscar originalidade, desprezasse todos os elementos da civilização, todos os preceitos da religião, que nos transmitiram nossos pais. Não será um engano, por exemplo, querer produzir efeito, e ostentar patriotismo, exaltando as ações de uma caterva de canibais, que vinha assaltar uma colônia de nossos antepassados só para os devorar? (VARNHAGEN 1945 [1850], p. 15).

O poeta não pode recusar toda a tradição que o vincula à Europa e à civilização, sob pena de cair numa selvageria extrema. Portanto a inspiração é sempre mediada e medida pela reverência a um modelo já existente e pelo embasamento nos exemplos corretos. Ainda assim, há espaço para uma certa liberdade poética, uma vez que ela é que permite ao poeta transformar determinada conotação de um evento em outra.⁹ Um exemplo pode ser encontrado nas freqüentes críticas de Varnhagen a Frei de Santa Rita Durão, cujo *Caramuru*, para além de todos os méritos, tem o defeito de transformar em algo heróico a vida de Diogo Álvares. Aliás, o texto em que Varnhagen melhor expressa isso é interessantíssimo, por mostrar que ao lado do nacional critérios puramente estéticos tinham papel na crítica literária, ou seja, de que a nação também era um critério estético entre outros.¹⁰

A maior prova do gênio do autor do *Caramuru* a dá ele quanto a nós na maneira, como soube levantar e torna épica e heróica uma ação e um individuo, que não o eram. A dicção do poema é sempre elegante e clara, a metrificacão fácil e natural; e em todos os elementos necessários ao poeta se mostra Durão merecedor de tratar dos mais sublimes assuntos. Todavia o amor da pátria, como ele mesmo diz, incitava-o a escrever um poema em que tratasse dos sucessos do Brasil; e percorrendo a historia não achou ele assunto mais digno para sua Brasiliada do que o de “um herói na adversa sorte” (VARNHAGEN 1847, p. 281).

40

Na realidade, concordando que havia um “controle do imaginário”, ele não se dava via oposição à literatura, pelo contrário, ele se manifestava pela complementaridade que história e literatura deviam ter. Como o próprio Varnhagen escreve, sobre o mesmo Durão, “que muito é para sentir não tivesse sido precedido por um historiador, bem como o Camões o foi por Barros, cujas

⁹ Como se vê na seqüência do trecho mostrado no corpo do texto e que segue transcrito: “Em algumas circunstâncias da fabula se verá o poema, apesar de guiado eu autor por Vasconcellos, Brito Freire e Pitta, arredado do que averiguamos; mas todas essas diferenças podemos nós hoje tomar como liberdades poéticas, sem atendermos ás intenções do autor”. In: VARNHAGEN, F. A. Fr. José de Santa Rita Durão. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Tomo VIII, 2º Trimestre, 1847, p. 281.

¹⁰ Um melhor entendimento do que se quer dizer aqui é dado também por Gauchet, “Não é que ela seja falsa, mas ela passa (...) ao lado do problema de fundo, a saber, o lugar que existe entre a política, a estética e aquele de uma história verídica. Tal lugar passa pela nação, entendida como formação simbólica do passado inseparável da formação política da soberania coletiva.” GAUCHET, Marcel. *L’unification de la science historique*. In: GAUCHET, Marcel (ed.). **Philosophie des sciences historiques: le moment romantique**. Paris: Éditions du Seuil, 2002, pp. 23-24. Agradeço a Fernando Valenzuela pela tradução.

décadas o poeta luso necessariamente percorreu muito” (VARNHAGEN 1848, p. 147). A essa complementaridade se ligava o poeta escrever verdadeiramente, sem deturpar a história: extensão da normatização da realidade inspiradora do mesmo. Adiantando o exame da “Crônica”, existe a mesma relação no que é um dos objetivos de Varnhagen ao escrevê-la, pois a *crítica histórica* que realiza nessa tem o objetivo de “para o futuro concorrer a diminuir as dificuldades na composição de uma epopéia cujo assunto seja o desta crônica e Pedr’Alvares o herói” (VARNHAGEN 1848, p. 21).

Esta exploração do modo como Varnhagen se aproximava da literatura foi realizada sob a intenção de mostrar uma das possibilidades a que se dava um historiador pensar a literatura. A literatura convivia entre uma concepção retórica e uma nascente concepção romântica. Essa dubiedade ajudava-a especialmente a conviver com a história em termos pacíficos, fazendo com que uma e outra se tornassem, em alguns momentos, complementares. A literatura, em certos momentos, precisava do apoio da história ou da ciência para se validar – algo que acontecia tanto no ambiente do IHGB como no de *O Panorama*, como veremos.

Narrativa, verdade, ficção

41

Vendo-se como a literatura era pensada por Varnhagen, trata-se agora de estudar as características da produção ficcional brasileira da época. Essas características se articulavam numa série de procedimentos que nem sempre eram expressos, mas que muitas vezes guiavam a literatura da época – ainda que, em nome delas, fosse possível inverter suas valências, como é o caso da “Crônica” aqui estudada.

Um dos objetivos da seção é questionar uma afirmação como a de Wolfgang Iser, para quem, “se houvesse uma regra para a seleção [dos elementos que vão ser reelaborados na ficção], esta não seria uma transgressão de limites, mas apenas uma possibilidade permissível dentro de uma concepção vigente” (ISER 1996, p. 17). Uma obra literária que não se caracteriza pelo rompimento de quaisquer limites com relação à realidade social ou seu imaginário pode deixar de ser ficcional atualmente, mas não é necessário que o deixasse também para a época. Torna-se necessário, portanto, ver os *modos de ficcionalização* específicos a cada momento.

É aceito que os primeiros esforços ficcionais brasileiros – aqueles das décadas de 1830 e 1840 – procuravam criar uma idéia de Brasil, de uma determinada brasilidade constituinte. Eles procuravam ambientar e retratar em suas histórias uma paisagem nacional, a qual Flora Süssekind relaciona à formação da própria nação, fundação esta que deveria ser ocultada, para não revelar seu caráter de inventado. Essa construção era feita segundo pressupostos epistemológicos que muito a aproximavam, também por seu objetivo, da história. A convergência entre projeto e procedimentos de uma e outra área permite perceber que a referida complementaridade anterior dá-se em mão dupla e não

apenas da história para a literatura, como até então se havia afirmado. Um exemplo banal – mas não menos importante, pelo contrário – é o uso pelas duas da cor local, dispositivo epistemológico de validação narrativa e criação de verossimilhança. Para a literatura, a cor local e a nacionalidade brasileira se definiriam, nesse primeiro momento, como um “lugar-só-natureza”, para utilizar a formulação que acompanha o estudo de Flora Süssekind, lugar onde não há história. A permanência da natureza seria o que a caracterizaria e a partir de onde o diálogo entre o viajante – em especial o naturalista estrangeiro – e o prosador ou poeta se encontrariam.

Além da pretensão de fundar uma nacionalidade, a literatura brasileira da época também se arrogava o objetivo de instruir a população, o que fazia não tanto através dos programas dos românticos – mais conhecidos – mas por folhas literárias, de variedades etc. Essa função de instruir criava dois componentes narrativos correspondentes: a orientação do leitor pelo narrador, que o interpela constantemente, e a entrada em cena, deslocando-se do pano de fundo para o primeiro plano, de um conhecimento definido por Süssekind como desficcionalizador. Um determinado saber é referenciado diretamente na narrativa e ali explicado, esquecendo-se do andamento do texto.

As pretensões de instruir e construir uma identidade nacional eram compartilhadas com a história. Essa aproximação é mais bem vista se se pensar que a literatura tinha como constituinte de sua validade não só o narrador em movimento do viajante, mas também a documentação, a fonte original ou verdadeira, assim como a história.

42

O documento escrito, palpável, parece elemento estratégico de fato importantíssimo para a credibilidade de qualquer relato baseado em coisas – fictícias ou não – vistas ou ouvidas em situação da qual o leitor naturalmente não pode participar in loco, mas em abstrato, pela leitura apenas (SÜSSEKIND 1991, p. 147).

A busca pelo documento era correlata da importância da viagem, ambas revelavam duas formas diferentes de saber a partir do olhar. Essa preocupação com a viagem e com o ver em primeira mão como fonte de legitimidade era compartilhada tanto pela história quanto pela literatura.

O primeiro narrador de ficção brasileiro, como mostrou Flora Süssekind, era incapaz de se sustentar autonomamente, por isso recorria a expedientes do viajante naturalista para se apoiar. Recurso semelhante era característico do romance histórico português da época. Para atingir um “efeito de real”, era necessário intercalar a narrativa com citações extraídas de fontes e documentos ou com passagens que retratavam o trabalho do narrador em encontrar os mesmos. Tal procedimento aparece em novela quase contemporânea à de Varnhagen e também publicada nas páginas de *O Panorama*, como o mostra Fernando Catroga,

Um seu discípulo [de Alexandre Herculano], Oliveira Marreca (1805-1889), afinava pelo mesmo diapasão, ao garantir, em novela publicada em *O Panorama* ("Um feiticeiro, 1839"), que todos os fatos que ele descrevia tinham sido "extraídos das relações dos autos-da-fé, da sentença, cuja cópia *vimos*, e de mui fidedignas notícias" (CATROGA 1998, pp. 51-52).

Há, contudo, uma distinção fundamental entre ambas as narrativas, a brasileira e a histórica portuguesa. Para Flora Süssekind, a tematização da história – que marcará os livros de José de Alencar, por exemplo – só se torna corrente com a fixação dos cânones da nacionalidade, o que ocorreria a partir da década de 1850. Por isso, não deixa de ser estranho que

No relato de Varnhagen é um tipo muito específico de viajante que se mostra capaz de decifrar a natureza, as fisionomias, o que se passa à sua volta. Não parecem bastar telescópios como o de Spix e Martius. Ou conhecimentos de Ciência Natural como os de Neuwied. É claro que são eles que fixam o foco narrativo e o projeto descritivo-classificatório do seu misto de crônica e novela. Mas o que Varnhagen parece sugerir aí (...) é um perfil de historiador nacional para esse narrador-viajante em formação (SÜSSEKIND 1991, pp. 186-187).

De qualquer forma, o que a prática desficcionalizadora revela, em ambas, é que a ficção, embora tenha seu espaço, tinha de ser regulada pelo documento, pela referência extra-narrativa, seja para alcançar a verdade, seja para instruir, dando-lhe um propósito.

Pode-se pensar esse apoio narrativo como expressão do que Stephen Bann chama de "formas de discurso novas, heterodoxas e não-miméticas"¹¹ (BANN 1984, p. 14). Para o funcionamento da arte da Era Moderna, a mimese, entendida como imitação regrada, era peça fundamental. A representação não-mimética oitocentista, contudo, procura escapar a ela, buscando seja uma relação intrínseca entre signo e objeto tanto quando este objeto tem uma correspondência extra-textual – caso do romance ou da pintura histórica – quanto através da expressão do papel de uma subjetividade central e criadora.¹²

¹¹ "New, heterodox, non-mimetic forms of discourse" (BANN 1984, p. 14).

¹² Aqui podem ser pensadas tanto a *mimesis* de Luiz Costa Lima quanto a mimese tal como o pensam Stephen Bann e Hayden White. Embora partam da idéia de mimese como imitação da realidade, tanto Bann quanto White chegam a inesperadas conclusões. Luiz Costa Lima utiliza mimese em seu sentido tradicional para contrapô-la, já Hayden White (WHITE 1999) a utiliza justamente para contradizer a predominância do discurso não-mimético na história. É interessante mapear o caminho trilhado por Luiz Costa Lima e o Hayden White mais tardio, que trata da mimese ou da *mimesis effect*. Ambos partem do mesmo ponto, Eric Auerbach, e seu conceito de mimese, porém Luiz Costa Lima constrói, a partir daí, um programa que tem na mimese como invenção um elemento criador da diferença artística, mais do que da "representação" fiel (COSTA LIMA 2000). Hayden White, por sua vez, parte de um conceito de mimese aparentemente tradicional e oposto ao de Costa Lima, pois o entende também como imitação. Todavia a conclusão a que chega é praticamente igual à daquele, pois por "efeito mimético" ele entende a linguagem figurada. Sua conclusão é de que esta pode ser tão referencial à realidade quanto qualquer discurso realista, tornando a distinção entre discurso realista e mimético puramente convencional. A mudança que White propõe é de enquadramento conceitual, não de sua substância. Apresentado assim, o empreendimento de Hayden White parece convencional, porém a nova moldura que cria chega a uma conclusão estranhamente parecida com a de Luiz Costa Lima: "Tentando mostrar a literariedade da escrita histórica e o realismo da escrita literária, eu tentei estabelecer a 'implicatividade mútua' (...) de suas respectivas técnicas de composição, descrição, imitação, narração e demonstração. Cada uma à sua maneira é um exemplo de uma prática ocidental distinta,

No caso brasileiro, contudo,

Não seria, no entanto, como era freqüente na literatura romântica européia, sob a forma de viagens espirituais, circulares e ascendentes, de aprendizado, de autoconhecimento, à maneira do *Hypérion*, de Hölderlin, do *Heinrich Von Ofterdingen*, de Novalis, de *The rime of the ancient mariner*, de Coleridge, ou de um “poema autobiográfico” como “The prelude” de Wordsworth, que o romantismo brasileiro realizaria esse seu movimento, reiterado, obrigatório, de retorno. No caso brasileiro, as expedições de demarcação de origens, de fundação da nacionalidade, bem adequadas a um país com independência política recente, é que se tornariam a regra (SUSSEKIND 1994, p. 475).

De onde partiria o interesse pelos relatos dos viajantes, tanto os naturalistas do presente quanto os do cronistas do passado, como os relatos de Pero Lopes de Sousa, Gabriel Soares de Sousa, Fernão Cardim e a própria carta de Caminha, praticamente todos desenterrados por Varnhagen.

Já para Portugal, segundo Catroga, o Romantismo português buscava a história como sustentação ao futuro. Contrariamente a uma posição passadista, seu estudo assumia uma função premente, como educadora. Isso deriva da posição que seus membros se arrogavam, “esta postura se aproximou mais de alguns modelos de inspiração iluminista do que das atitudes românticas de pendor excessivamente subjetivista” (CATROGA 1998, p. 45).

Percebe-se logo a ambigüidade que cerca a ficção, valorizada por um lado, ela deve, por outro, servir à história e ao verdadeiro, associando-se a ela a mentira e a falsidade se não o fizer. Segundo Luiz Costa Lima, a causa para isso, no Brasil, seria a apropriação da literatura pela órbita do patronato imperial. Embora correta, a apreciação do caso português mostra que preocupações políticas diversas levaram a organizações semelhantes do discurso ficcional – ou ao seu não-discurso. Deixada em aberto, a questão mostra que a literatura era também regulada por um conjunto de regras, ainda que, inadvertidamente, elas pudessem ser subvertidas. Tal é o caso da “Crônica”.¹³

44

não tanto de representação quanto de apresentação, o que significa dizer, de produção mas do que de reprodução ou mimese” (WHITE 1999, p. IX). A “mutual implicativeness” lembra bastante a referência cruzada de Paul Ricoeur (RICOEUR 1994), enquanto sua formulação pode ser confrontada com o que Iser diz da ficção e sua comparação com o que é próprio do texto histórico.

¹³ A utilização da estética da recepção, aqui, encontra um ponto de inversão, pois a utilizo atentando para o que esta diz sobre a produção do texto ficcional. Tal operação traz inerentemente o empecilho da indeterminação do lugar que o analista ocupa, pois um estudo das diferentes leituras do texto ou a confrontação do que o texto diz com relação ao horizonte de leitura da época não são suficientes. Problema semelhante é o do leitor, se ele deve ser ideal ou empírico. Para Hans Robert Jauss, a leitura analítica do texto literário tem de seguir o que este quer dizer, reconstruindo-se para isso o horizonte de leitura de um leitor da época ou as diferentes leituras sobre o texto ocorridas durante sua existência, o texto, então, é construído (JAUSS 2002). Todavia a referida reconstrução se dá em termos gerais ou específicos? E qual leitor? O problema, então, é supor ou não um leitor ideal. Um leitor ideal tem o empecilho da irrealidade, enquanto um leitor empírico tem o problema da impossibilidade de ser reencontrado – a não ser que se estabeleça uma história da recepção do texto, que é justamente o que Karlheinz Stierle rechaça em Jauss. Para não paralisar o estudo, procuro perceber a recepção *no* texto, como propõe Karlheinz Stierle (STIERLE 2002). Para este, ao contrário de se atualizar conforme os horizontes de leitura, o texto pressupõe uma primeira instância de significação, a qual mais do que imanente, é uma redução de suas potencialidades significativas, operação – redutiva – esta que caracteriza o processo de recepção (e que estaria prevista por Iser nas características do ficcional). Portanto texto e leitura difeririam, ao invés de apenas um ser modificado pelos diversos horizontes de leitura, e seria possível relacionar a constituição do texto, sua produção, com os significados que lhe condicionam.

A história, a letra, o evento

Assim como as letras têm um de seus materiais na história, nada impede que Varnhagen faça o mesmo. Ele inicia sua crônica ligando o descobrimento do Brasil à empresa de Vasco da Gama: operação de historiador, que contextualiza, mas também de inserção do Brasil na história portuguesa, como Varnhagen tanto queria. A “Crônica” trai a todo momento o interesse historiográfico de seu autor, apresentando os meios de crítica histórica na superfície de seu texto:

Quanto pois á data do descobrimento dizemos afoitamente que erram os que seguindo a Marco, Gaspar Correa, Barros e Soares querem, deduzindo-a do nome dado á terra, que fosse a 3 de Maio, em que a igreja soleniza a festa da Santa-cruz. Esta opinião errônea produziu um anacronismo de conseqüência, que até em atos públicos voga indevidamente pelo Brasil (VARNHAGEN 1840, p. 22).¹⁴

45 Ou por frases como “segundo nos consta por documentos e provas confirmadas pela arte de verificar datas, e reconhecidas valiosas pelo grande crítico J. Pedro Ribeiro” (VARNHAGEN 1840, p. 44). Não se pode esquecer que a narrativa ficcional não se validava por si, portanto a apresentação de Varnhagen em seu próprio texto *como* historiador visa legitimá-lo, já que – por aquele paradigma da autópsia – validade autoral significava legitimidade textual. É interessante observar que a importância da figura do historiador é tal que ela se coloca explicitamente em determinado momento da narrativa. Em curiosa passagem, citada também por Flora Süssekind, na qual Varnhagen reconstrói o prazer de seus personagens no descanso à beira-mar, ele diz

e a final também não falta algum filósofo filantropo, que medite acerca dos destinos futuros daquele território; nem está longe a alma do historiador, que lê no rosto de cada um todos estes pensamentos, e memória e coordena tudo quanto se passa (VARNHAGEN 1840, p. 63).

A construção da validade do autor é mais bem vista – e de uma maneira mais próxima do ficcional – através de outro elemento, presente, por exemplo, neste breve trecho do começo de sua crônica: “Da banda do Rastello apenas existia em projeto a magnífica torre de S. Vicente de Belém” (VARNHAGEN 1840, p. 21). Varnhagen antecipa o futuro. Esta antecipação lhe permite constituir a si mesmo como mestre da narrativa para além de sua presença no texto em si, estando presente a todo momento ainda que de modo secundário, como quando apresenta Fr. Henrique, celebrante da primeira missa em solo brasileiro, do qual diz, em meio à representação da ação, “que há-de um dia empunhar o báculo de Ceuta” (VARNHAGEN 1840, p. 44).

¹⁴ As indicações das páginas seguem a publicação original da revista “O Panorama”. A extensão do texto, portanto, não pode ser indicada pelas páginas aqui citadas, já que saltos são frequentes. Quanto às referências, como elas serão muitas e apenas da “Crônica”, doravante será apresentada apenas a indicação das páginas para as referências a ela, salvo caso contrário, obviamente.

Tal operação textual se aproxima muito da denegação do ficcional que Luiz Costa Lima (COSTA LIMA 2006, pp. 220-23) aponta na Eneida, de Virgílio, na qual o tempo é praticamente congelado e a narrativa se torna a repetição de um futuro já estabelecido – pode-se pensar que aqui Varnhagen estabelece a mitologia do descobrimento. Este dimensionamento do tempo da narrativa serve para reforçar o caráter de verdade da iniciativa, afinal se diante de uma história que se sabe o final se mostrasse outra conclusão, estar-se-ia em contato com o ficcional.

Chega-se, portanto, ao seu clímax ao se afirmar o “Sucesso” – título do capítulo XI e último da “Crônica” – do descobrimento do Brasil. O jogo com as possibilidades só é dado com relação ao leitor – e novamente para reforçar a posição daquele que narra. Quando, narrando a busca por um porto na costa baiana, Varnhagen brinca com as expectativas do público, de forma pouco discreta rechaçando a experiência de leitura de contos de aventura em alto-mar.

A noite se afigurava cada vez mais horrenda; as nuvens carregadas corriam tendentes para o noroeste e principiaram logo a gotejar, e os pingos seguidos caíam sobre as águas com veemência e ruído. O vento sueste zunia varejando a enxárcia. *Disséreis que a alguns estalaram as vergas, a outros arrebutaram os cabres e ajustes – que esta nau partira o mastro, e aquela perdendo a ancora se vira forçada de lançar-se de mar em traves. Pois nada disso aconteceu. Apenas algumas das naus, e com especialidade a capitana, foram obrigadas de caçar, e a trovoada passou sem lhes fazer nojo* (VARNHAGEN 1840, p. 22, grifo meu).

46

Pelo que foi apresentado até agora poder-se-ia pensar que, com exceção da denegação do ficcional – que contrapõe diretamente o desnudamento do ficcional de Wolfgang Iser – a “Crônica” segue o padrão estabelecido para o texto ficcional em sua época e pela teorização moderna. Porém outro elemento é apresentado no texto e é justamente o que o torna problemático, qual seja, a carta de Pero Vaz de Caminha. Inegavelmente seu objetivo é criar uma maior impressão de veracidade à narrativa. Tal impressão ocorreria através da referência à crítica histórica que ela possibilita, pois por “uma narração ingênua e circunstanciada”, Caminha se valida “sendo testemunha ocular, tem também a seu favor ser esta sua narração uma carta particular a El rei em que até lhe fala em negócios domésticos” (VARNHAGEN 1840, p. 21), ao que se segue uma crítica de autores que trataram do evento aqui tematizado: Castanheda, Barros, entre outros. Esta crítica legitima Varnhagen, já que como historiador ele elabora uma crítica ao documento recém-publicado. Por outro lado, a presença da carta enquanto documento é o que, paradoxalmente, possibilita o exercício do ficcional, saindo do campo do real e entrando no do verossímil. A natureza dupla da narrativa, esboçada até aqui, tem por objetivo que, no fim, se perca a distinção entre ambas – a de Varnhagen e a de Caminha –, de modo a validar integralmente o que o narrador moderno conta. Todavia isto não ocorre, pois Caminha é tornado protagonista da narrativa – com

exceção do episódio romântico “Amor simpático” (VARNHAGEN 1840, pp. 85-87) – e o ficcional é criado a partir de sua figura, de tal modo que o processo de escrita de sua carta é que é tematizado. O procedimento de Varnhagen é melhor exemplificado em dois momentos:

[após a crítica historiográfica] Pero Vaz na sua câmara recostado com o cotovelo no coxim e o rosto na palma da mão, ideava o escrever uma carta ao seu rei. Tudo estava em sossego – só se ouvia o sussurrar da água chapinhando nos costados da capitania – o ranger dos aparelhos nos moitões e quadernaes em virtude do balouçar da nau – o bocejar das vigias nos chapiteus de ré e d’avante que se conservavam sobre rolda – e os passos cadenciados do oficial de quarto que, andando pela tolda, e pensando na futura sorte daquela navegação admirava o estrelado firmamento do Novo-mundo (VARNHAGEN 1840, p. 22).

[depois que os indígenas trazidos a bordo dormem no convés] Pero Vaz retirou-se ao seu camarim aonde tinha que fazer. Era alta noite, e ao resoar da água vazante, cortada na proa da nau, estava ele em pellote e embuçado no ferragoulo escrevendo o período que acima deixamos transcrito, e mais algumas particularidades não menos elegantes e curiosas. – Depois recostou-se, e dormiu. – (VARNHAGEN 1840, p. 34).

O intento original de Varnhagen está presente em algumas passagens, nas quais ele substitui sua escrita pela de Pero Vaz,¹⁵ citando-o: “É elegante a maneira como Pero Vaz descreve a inocência destes indígenas. Ouçamos pois de novo as suas palavras” (VARNHAGEN 1840, p. 102). Em interessante passagem, a citação de trecho da carta está acompanhada pelo apelo à imaginação do leitor, de forma a constituir elementos da época.

Deixando para os mais curiosos as belas e ingênuas descrições da simplicidade desta gente, feitas por Pero Vaz de Caminha ao seu rei, as quais todas revelam na forma e no estilo a religião e os costumes inocentes de nossos maiores, estimamos não poder resistir ao desejo de transcrever a sua seguinte narração de uma cena por ele presenciada. Prepare-se pois o leitor que vai ler um período escrito há muito mais de três séculos (VARNHAGEN 1840, pp. 33-34).

Varnhagen interpela o leitor buscando sua capacidade imaginativa, trazendo outro princípio para a recriação do passado que não o do documento. O apelo à imaginação do leitor não esconde, por outro lado, seu grau de controle, uma vez que é sempre o autor que o chama em momentos específicos; de qualquer forma, é explícita a necessidade de um mecanismo tal que possibilite a transposição do leitor da realidade em que está situado àquela que é retratada:

¹⁵ Não que seja importante citar todas as aparições de Pero Vaz de Caminha, porém percebe-se que elas são muitas, ocorrendo nas páginas 21, 22, 34, 35, 44, 51, 56, 63, 87, 102 e 103, ou seja, das 21 páginas do texto, ele está presente em pelo menos metade. Nem Pedro Álvares Cabral, protagonista natural dos acontecimentos e a quem se objetiva heroicizar, como já exposto, é mostrado tão freqüentemente.

Para melhor fazermos ideia do luzido aparato de toda esta festa, é necessário que risquemos da imaginação as nossas atuais modas dos bailes – estas casaquinhas á inglesa tão monótonas como a testa nação que as introduziu; e que com a fantasia remontemos alguns séculos, a fim de ter presente os ricos trajes que abrilhantavam este belo quadro (VARNHAGEN 1840, p. 43).

Pode-se considerar, contudo, que a imaginação não serve apenas para ajudar na relação entre leitor e autor, podendo-se interpretar de outro modo um trecho como o seguinte:

O que nesse primeiro conselho disse cada um dos membros não se sabe; mas bem se colige que o seu fim era – o de verificarem o não conhecimento de existência de terra por ali arrumada – confrontarem as derrotas e singraduras de cada nau – e ajustarem o termo médio da altura do sol por cada um deles ali observada, que acharam ser dezessete graus escaços – e finalmente se deliberarem acerca do que convinha fazer-se. O que apenas chegou ao conhecimento do vulgo das naus foi o resultado (VARNHAGEN 1840, p. 22).

Este exemplo, que parece de uma rotineira crítica documental, cuja estranheza deriva da explicitação da incompletude inerente à prática do historiador, na realidade era corrente na historiografia da época, já que se estava ainda constituindo os materiais para a história do Brasil. Por outro lado mostra que algo como a imaginação era aceito também na crítica documental.

Outro elemento que segue na esteira deste é que Varnhagen acaba por tematizar sua própria escrita, por vezes, quando invoca, por exemplo, uma impressão de continuidade entre o que narra e o momento em que escreve, “Com toda a jucundidade dos climas tropicais amanhecera o dia 26 de Abril que no ano de 1500 acertou de ser, do mesmo modo que neste de 1840, em que isto escrevemos, o domingo da pascoela” (VARNHAGEN 1840, p. 43). Evidente jogo que permite a compreensão do passado por seus leitores, leigos, esta citação participa do mesmo conjunto daquelas sobre a imaginação, todavia mostra também que Varnhagen nunca consegue apagar-se do texto, do mesmo modo que não consegue tornar a sua escrita a de Caminha e vice-versa.

*

A “Crônica do descobrimento do Brasil” tem um duplo pertencimento literário. Pensando-se na produção literária brasileira de seu período, seu lugar é ambíguo, devido a seu assunto, a história. Por outro lado, vendo que sua primeira publicação se deu em *O Panorama*, é um texto que não apresenta dificuldades em ser enquadrado nos primeiros esforços românticos portugueses. É sua publicação no *Diário do Rio de Janeiro* que o torna um objeto estranho na literatura brasileira. Com relação ao entendimento da história brasileira, por sua vez, sua intenção clara – correndo o risco de superinterpretar o texto – é

fundar uma espécie de ação mítica a partir da qual a origem do Brasil possa ser vista, integrada à nação portuguesa – para seus dois públicos, o português e o brasileiro.

Pensando-se nas relações entre literatura e história, na época, outra diferença é que, como foi mostrado, caso se tentava construir a nacionalidade e, por conseguinte, a validade da narrativa através da inclusão de um saber que interrompe a ficcionalidade do texto, na “Crônica” aqui estudada, ao lado deste dispositivo, também o seu inverso existia, ou seja, o saber que deveria desficcionalizar leva a seu resultado contrário. A carta de Pero Vaz de Caminha, suas remissões e o fato de ser um protagonista ocorrem todos tendo em vista à ficção.

Por outro lado, se essa ficcionalização que operava no texto de Varnhagen não era percebida enquanto tal, se o ficcional servia para criar o efeito inverso, está-se diante de um outro código que o rege. Mais do que um “controle do imaginário”, a denegação do ficcional parte da própria ficção, desde que ela atenda às condições de criar uma verossimilhança tal que se esqueça sua real natureza. O texto tomado como uma peça inteira revela outra negação de seu caráter ficcional, como foi mostrado através da antecipação do futuro na narrativa. Percebe-se, então, a relação ambígua que tal texto tem com a ficcionalidade. Para além dos cânones da nacionalidade, impõe-se pensar que estavam, na época, em construção também os cânones da ficcionalidade. Tal regulação do que seria o ficcional trazia implícita uma seleção externa ao texto do que podia ser considerado ficção e não apenas uma seleção interna entre texto e realidade. A mediação entre as esferas do que podia ser ficcionalizado e do como deveria ser ficcionalizado atravessava o interesse pelo histórico, a disposição para criar uma identidade nacional e a constituição da própria história pátria.

A figura da imaginação é uma das representantes dessa mediação. Ela possibilita a representação tanto da história quanto da literatura, permitindo a Varnhagen ler as fontes de que dispõe e reconstruir o passado. Entretanto a imaginação não era livre, atendo-se à substância do texto e à autoridade do narrador – o qual aqui mais se aproximada do historiador. Dessa forma, ela possibilitava e limitava a literatura e a história, criando os semelhantes propósitos de ambas.

O que literatura e história tinham em comum era pôr diante do leitor o ausente, ainda mais numa época em que as viagens eram poucas. Para isso a imaginação era necessária. A nova poética histórica do século XIX, para utilizar os termos de Stephen Bann, encontrara a solução para este problema, em sua dimensão ampla e não especificamente historiográfica, na transformação da representação em um circuito que identifica esta com a realidade. Para isso o controle do irreal era necessário; importante à história, por sua vez, a representação leva à validação do escrito do historiador *enquanto* realidade, embora as narrativas pudessem ser divergentes. Ainda assim, a imaginação era reconhecida, pois era ela que colocava em ação tal empreendimento representativo.

Um texto ambíguo, como a “Crônica”, então, produz sua ficção através da leitura mesmo do que o impossibilitaria, a fonte histórica.

Bibliografia

BANN, Stephen. **As invenções da história**. Ensaios sobre a representação do passado. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

_____. **The Clothing of Clio**: a study of the representation of history in nineteenth-century Britain and France. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

CATROGA, Fernando. “Alexandre Herculano e o historicismo romântico”. In: TORGAL, Luis Reis; MENDES, J. Amado & CATROGA, Fernando. **História da história em Portugal**. Lisboa: Temas e Debates, 1998, 1º volume, pp. 45-98.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”. In: CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 65-122.

CÉSAR, Guilhermino (org.). **Historiadores e críticos do romantismo – 1**: a contribuição europeia: crítica e história literária. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

COSTA LIMA, Luiz. “A narrativa na escrita da história e da ficção”. In: COSTA LIMA, Luiz. **A aguarrás do tempo**: estudos sobre a narrativa. Rio de Janeiro: Rocco, 1989, pp. 15-120.

_____. **História. Ficção. Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

_____. **Mimesis: desafio ao pensamento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. **O controle do imaginário**: razão e imaginário no Ocidente. São Paulo: Brasiliense, 1984.

GAUCHET, Marcel. “L’unification de la science historique”. In: GAUCHET, Marcel (ed.). **Philosophie des sciences historiques**: le moment romantique. Paris: Éditions du Seuil, 2002, pp. 9-38.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “Entre as luzes e o romantismo: as tensões da escrita da história no Brasil oitocentista”. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado (org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006, pp. 68-85.

_____. “Nação e civilização nos trópicos”. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n. 1, 1998, pp. 5-27.

- GOSSMAN, Lionel. **Between history and literature**. Cambridge/London: Harvard University Press, 2001.
- ISER, Wolfgang. **O fictício e o imaginário**: perspectivas de uma antropologia literária. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1996.
- _____. "O jogo do texto". In: COSTA LIMA, Luiz (coord.). **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 2ª ed. revista e ampliada, pp. 85-103.
- _____. "Problemas da teoria da literatura atual". In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, volume II, 2ª ed. revista e ampliada, pp. 359-383.
- JAUSS, Hans Robert. "A estética da recepção: colocações gerais". In: COSTA LIMA, Luiz (coord.). **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 2ª ed. revista e ampliada, pp. 67-84.
- _____. "O prazer estético e as experiências fundamentais da *poiesis*, *aisthesis* e *katharsis*". In: COSTA LIMA, Luiz (coord.). **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 2ª ed. revista e ampliada, pp. 85-103.
- _____. "O texto poético na mudança de horizonte da leitura". In: COSTA LIMA, Luiz (org.). **Teoria da literatura em suas fontes**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1983, volume II, 2ª ed. revista e ampliada, pp. 305-358.
- RICOEUR, Paul. "La representación historiadora". In: **La memória, la historia, el olvido**. Madrid: Trotta, 2003.
- _____. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papyrus, 1994, tomo III.
- SÜSSEKIND, Flora. "O escritor como genealogista: a função da literatura e a língua literária no romantismo brasileiro". In: PIZARRO, Ana (org.). **América Latina: palavra, literatura e cultura**. São Paulo: Memorial; Campinas: UNICAMP, 1994, volume 2, pp. 451-485.
- _____. **O Brasil não é longe daqui**: o narrador, a viagem. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- STIERLE, Karlheinz. "Que significa a recepção dos textos ficcionais?". In: COSTA LIMA, Luiz (coord.). **A literatura e o leitor**: textos de estética da recepção. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, 2ª ed. revista e ampliada, pp. 119-171.
- VARNHAGEN, F. A. "Crônica do descobrimento do Brasil", in O Panorama: jornal litterario e instructivo da Sociedade propagadora dos conhecimentos uteis, vol. 4, jan-dez, 1840, 18/I : pp. 21-22 ; 1e/II : pp. 33-35 ; 8/II : pp. 43-45 ; 15/II : pp. 53-56 ; 29/II : 68-69 ; 14/III : pp. 85-87 ; 28/III : pp. 101-104.
- _____. "Ensaio historico sôbre as letras no Brasil". In: VARNHAGEN, F. A. (org.). **Florilégio da poesia brasileira**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 1946 [1850], tomo I, pp. 9-58.

_____. “Fr. José de Santa Rita Durão”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo VIII, 2º Trimestre, 1847, pp. 276-283.

_____. “O Caramuru perante a história”. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Tomo X, 2º Trimestre, 1848, pp. 129-152.

WHITE, Hayden. **Figural realism**: studies in the mimesis effect. Baltimore/London: Johns Hopkins University Press, 1999.

_____. “O texto histórico como artefato literário”. In: *Trópicos do discurso*: ensaios sobre a representação da cultura. São Paulo: EdUSP, 2001, pp. 97-116.

A independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico*

The independence of Brazil as a revolution: history and presence of a classical theme

João Paulo G. Pimenta

Professor Doutor

Universidade de São Paulo (USP)

jgarrido@usp.br

Rua Santos Torres, 77 - Pinheiros

São Paulo - SP

05415-090

Brasil

Resumo

Este artigo retoma e problematiza o tema clássico da Independência do Brasil como um movimento revolucionário. Primeiramente, discute o conceito *revolução* em meio ao próprio processo de ruptura entre Brasil e Portugal; em seguida, analisa sinteticamente aspectos da historiografia desse problema nos séculos XIX e XX; por fim, reorganiza a questão de acordo com contribuições historiográficas que, nas últimas décadas, têm avançado no entendimento do processo histórico em si a partir da premissa de seu caráter revolucionário.

53

Palavras-chave

Revolução; Independência; Ideias políticas.

Abstract

This article reviews the classical frame of the brazilian independence considered as a revolutionary movement. First, it discusses *revolution* as a concept and its meanings among the movement itself; second, it analyzes main points of the XIX and XX centuries historiographies concerning the theme; at last, it offers a survey of recent historiographical tendencies that recognizes brazilian independence as a revolution.

Keyword

Revolution; Independence; Political ideas.

Enviado em: 14/05/2009

Aprovado em: 12/06/2009

* Uma primeira versão deste artigo, abreviada, foi publicada em espanhol como: 'La independencia de Brasil como revolución: historia y actualidad sobre un tema clásico. Nuevo Topo. Revista de historia y pensamiento crítico., v. 5, Buenos Aires, p. 69-98, 2008. Para a versão ora apresentada, o autor agradece as críticas e sugestões feitas pelo Professor Fernando A. Novais.

Ao longo dos últimos duzentos anos, não foi difícil que o termo *revolução* implicasse, para efeitos de análise, um posicionamento político do historiador em relação ao seu objeto de estudo. Um acontecimento do passado, ao ser considerado revolucionário, dialogaria com questões do tempo presente na medida em que este fosse marcado, de várias formas e para bem ou para mal, por experiências revolucionárias abortadas ou em curso, por projetos visando o seu advento ou por temores de que estes pudessem se tornar reais. O tema *revolução* se revestiu, assim, da capacidade de produzir simbioses entre passado e presente, atribuindo ao respectivo conceito forte carga política e um caráter temporalmente transcendente.

Desde então, tal tendência foi verificável em muitos tempos e espaços específicos do mundo ocidental,¹ onde o interesse historiográfico por passados que pudessem ser considerados revolucionários foi intenso. Apesar de configurarem uma tendência geral, as singularidades de cada demanda, bem como as condições intelectuais e materiais de reflexão e produção de conhecimento a partir delas, conduziram a resultados muito diversos de parte a parte, conferindo ao tema *revolução* e a todos os que pudessem ser associados ao vocábulo, prestígio e interesse sempre renovados.

No Brasil não foi diferente. Ainda que muitas vezes o tema tenha surgido, principalmente, como o de sua própria inexistência, isto é, em torno de uma ampla aceitação de que a história brasileira tem como característica marcante, supostamente, a ausência de bem-sucedidos movimentos sociais que promovessem alterações de monta em um *status quo* conservador, dominante de sua paisagem histórica.² A hipótese de que, no plano da história das ideias historiográficas, alguns dos resultados preponderantes dessa tendência foram capazes de moldar não apenas uma visão ainda corrente sobre a história do Brasil, como também uma auto imagem da identidade nacional brasileira em seu nascedouro, parece-me plenamente justificável. Sobretudo, se considerarmos o problema da atribuição de um caráter (não) revolucionário ao processo de independência do Brasil a partir do momento fundamental de definição na história dessa identidade.

Minha proposta reside em retomar o tema clássico da separação política entre Brasil e Portugal nas primeiras décadas do século XIX, problematizando-o em torno de seu(s) sentido(s) revolucionário(s). Primeiramente, pretendo discutir os termos gerais de historicização do conceito *revolução* em meio ao próprio processo de independência, e que disponibilizaram, à posteridade, uma interpretação

¹ Convém referendar as palavras de Eric J. Hobsbawm, segundo as quais "a revolução foi a filha da guerra no século XX: especificamente a Revolução Russa de 1917, que criou a União Soviética, transformada em superpotência pela segunda fase da 'Guerra dos Trinta e Um Anos', porém mais geralmente a revolução como uma constante global na história do século (HOBSBAWM 1995, p.61).

² Uma das mais densas e influentes elaborações histórico-sociológicas que corroboraram uma visão desse tipo encontra-se na obra de Raymundo Faoro, **Os donos do poder**, publicado em 1957 (FAORO 1991). Em sentido oposto, posicionando-se contra a ideia de uma história do Brasil desprovida de grandes convulsões, pode-se mencionar a de José Honório Rodrigues, **Conciliação e reforma no Brasil** (RODRIGUES 1965). A diferença de solidez dos argumentos apresentados, claramente pendente a favor da de Faoro, pode ter contribuído para a prevalência, ao longo da história do pensamento brasileiro, da ideia da conservação por sobre a da transformação.

do caráter e da medida revolucionária desse processo. Em seguida, retomarei, de modo bastante sintético, aspectos da historiografia desse problema, devidamente iluminados pela discussão anterior e pontuada por algumas das grandes obras que construíram, nos séculos XIX e XX, paradigmas preponderantes de interpretação.³ Por fim, reorganizarei o problema de acordo com contribuições historiográficas mais recentes que, nas últimas duas ou três décadas, nos permitem – assim creio – avançar no entendimento do processo histórico em si a partir de algumas premissas básicas já bastante sólidas, e que passam pela ideia de *revolução*.

Toda história da historiografia que se preze é, necessariamente, uma história das relações de determinadas sociedades com o passado, portanto, parte da história social, simplesmente. A atualidade historiográfica do tema *revolução*, amplamente comprovada, por exemplo, pela vitalidade da produção acadêmica mundial centrada nos processos de independência ibero-americanos (do qual o brasileiro é parte), parece desencorajar a ideia de que vivemos, nos primórdios do século XXI, em um tempo no qual o termo encontra-se definitivamente golpeado como ferramenta de perquirição e transformação do mundo. Se assim fosse, a discussão que se propõe a seguir simplesmente careceria de conteúdos; e é por isso que em sua parte final aponta também para demandas de investigação futura.

55

O conceito de revolução na Independência

A concepção de que o processo de independência e de formação do Estado nacional brasileiro foi marcado por uma mescla positiva e meritória de elementos de ruptura e de continuidade que o faria superior em relação aos demais semelhantes ocorridos ao seu redor na mesma época⁴ tem sua origem em uma imagem coetânea, forjada por alguns de seus próprios protagonistas. Tal construção se deu em meio a um universo político e lingüístico onde o termo *revolução* se encontrava disponível e em mutação, e no qual sua utilização como ferramenta de transformação da realidade resultaria em uma concepção própria daquele processo histórico. A ruptura entre Portugal e Brasil implicaria uma *revolução* necessária, legítima e construtiva, porque natural, histórica e ordeira.

Nas primeiras décadas do século XIX, no universo político e lingüístico português e luso americano, o vocábulo *revolução* ainda não se encontrava plenamente estabelecido em seu sentido moderno, isto é, referindo-se a um movimento de subversão da ordem estabelecida e criador de uma realidade nova,

³ Boas avaliações críticas acerca da historiografia da independência são: COSTA 2005; MALERBA 2006. Um levantamento descritivo encontra-se em PIMENTA 2007b.

⁴ Não se trata, evidentemente, de fenômeno restrito ao Brasil. O mundo iberoamericano das independências oferece situações muito semelhantes, nas quais se observa a criação de uma auto-imagem do processo de ruptura com a metrópole como positiva, em termos de bom-sucesso em evitar grandes convulsões sociais (os casos de Peru e Nova Espanha, por exemplo, são notórios). A questão aqui é identificar alguns dos elementos especificamente luso-americanos/brasileiros desse tipo de ocorrência, o que pode, aliás, contribuir para estudos mais ampliados do fenômeno.

inesperada e imprevisível (KOSELLECK 1993; ARENDT 1988; ZERMEÑO PADILLA 2002; NEVES 2007). À medida que a utilização do termo ia apontando para essa direção – isto é, que o presente oferecia acontecimentos que permitiam percepções desse tipo – reiterava-se, em muitas ocasiões, seu sentido clássico, isto é, *revolução* como um movimento cíclico, reiterativo, portanto previsível e até mesmo inevitável.

No começo da década de 1810, *revolução* já é há tempos um vocábulo devidamente incorporado na língua portuguesa culta, agora lexicografado com um duplo sentido de “movimento pela órbita, giro; revolução *dos astros, planetas*” e de “Revolução *física no mundo, alterações como terremotos, sumersões de terra [ou] Revolução de humores no corpo*”, em cuja acepção figurada concebem-se as “Revoluções *nos Estados, mudanças na forma, e polícia, povoação, etc.*” (SILVA 1813).⁵ No entanto, levará algum tempo para que os dois sentidos figurem em condições de igualdade; mais tempo ainda para que o segundo se imponha plenamente ao primeiro (sempre considerando-se que o registro erudito de significados do termo é posterior ao de sua utilização social).⁶

A apreciação de uma realidade presente valer-se-ia do termo *revolução* a depender de sua associação com outros muito diversificados, como *sublevação, insurreição, guerra civil, reforma, regeneração, emancipação, anarquia, comoção, democracia, facção, jacobinismo, independência, insubordinação, insurgência, motim, rebelião, república* ou *revolta*. Assim, em uma situação bastante típica dessa época, uma revolução poderia ser negativa se pensada, por exemplo, como guerra civil (ou como um movimento que a ela conduzisse), ou positiva se vista como reforma.⁷ Conforme sugeri em outra ocasião, a realidade hispano-americana a partir de 1810, bem como o movimento contestatário eclodido na província luso-americana de Pernambuco em 1817, parecem ter acelerado o desenvolvimento do conceito no mundo luso americano, permitindo sua associação prioritária com a ideia de supressão radical da ordem vigente; desse modo, aqueles que almejavam a manutenção dessa mesma ordem se veriam cada vez mais obrigados a descartar o vocábulo como indicador de reformas e rearranjos conservadores (PIMENTA 2003a);⁸ ou então, a dotar-lhe de conteúdos originais, de acordo com seus interesses específicos.

Como quer que fosse, antagonizando sentidos ou imbricando-os de modo

⁵ Definição idêntica encontra-se na edição de 1823 (PIMENTA 2003a).

⁶ Já em 1832, o sentido político de *revolução* é encontrado em igualdade de importância com o físico-biológico: “Revolução. Na astronomia, giro dos astros. Fig. mudança política. Transtorno” (PINTO 1832). Esta variedade de significados é presente até hoje, mas com ênfase no de radical transformação do mundo.

⁷ *Guerra civil* é a que se faz “entre os Cidadãos do mesmo Estado”, “a dos cidadãos uns contra os outros” (Respectivamente, SILVA 1813 e 1823; e PINTO 1832), o que a faz antagônica a *revolução* e negadora do próprio Estado que a *revolução* deveria *reformular* (*Reforma*: “O ato de reformar; mudar para o antigo instituto, ou para melhor o que ia em decadência, ou mal(...). A mudança em melhor produzida em alguma coisa”. SILVA 1813 e 1823. Não é distinto o significado encontrado em Pinto: “Reformar: dar nova forma. Emendar, corrigir, restituir ao primeiro estado. Confirmar o que estava feito por outro. Substituir coisa nova à outra usada”).

⁸ Trata-se de uma tendência, e não de uma postura definitiva ou absoluta.

coerente, o termo *emergia* dotado de uma forte politização, consolidando uma tendência esboçada no mundo ocidental desde o século XVII. Era como ferramenta política de compreensão do mundo, bem como de interação com ele e seu futuro, que os homens que vivenciavam a crise do Antigo Regime em terras portuguesas pensavam *revolução*. E faziam-no em meio a um ambiente de profunda instabilidade sentida em todos os níveis da vida social, marcado pela transitoriedade de ideias, projetos, posturas e vocábulos políticos.

Como produto desse ambiente, a formalização da ruptura entre algumas províncias americanas e Portugal, decretada em 1822, não trouxe, de imediato, a garantia de que todas as que até então compunham o Reino do Brasil aderissem ao novo projeto (HOLANDA 1962).⁹ A criação de um Estado nacional brasileiro - sob a forma de um "Império do Brasil" - teria que superar desavenças e dissidências entre províncias e no interior delas, de modo que é razoável considerar o período de governo de Pedro I (1822-1831) como de crise de consolidação da nova ordem. Nesse contexto, os esforços para sua consecução passaram pela veiculação pública de argumentos legitimadores da mesma, dentre os quais o de que o Brasil adentrava ao cenário mundial das nações "livres" e "civilizadas" pelas mãos de sábios condutores que souberam evitar excessos, tão típicos da história de outros povos. Assim, o periódico oficial do governo de Pedro I, bastante otimista quanto às perspectivas que supostamente, já em fevereiro de 1823, se observavam em relação à adesão de todas as províncias americanas ao Império, afirmava que este, em breve, apresentaria ao mundo

um fato poucas vezes acontecido, uma revolução desenvolvida, um Povo que reassume os direitos inalienáveis da sua independência, quebra os vergonhosos ferros do seu vitupério, e entra, sem ter passado pelos horrores da guerra civil e da anarquia, no círculo das Nações livres do Universo (**Diário do Governo** n.28, 05/02/1823).

O termo *revolução* voltava à cena com o peso necessário para caracterizar e legitimar a ruptura entre Brasil e Portugal, mas em um movimento supostamente muito distinto do que ocorrera, cinco anos antes, em Pernambuco, ou do que ainda ocorria na América espanhola. Na revolução do Brasil, o vaticínio contra a destruição inerente a tantas outras estaria no seu caráter evolucionista, concepção esta de acordo com assertivas de pensadores políticos como Raynal e De Pradt, muito influentes à época (MOREL 2005), e segundo as quais um dia as colônias americanas deveriam necessariamente se *emancipar* das metrópoles européias, assim como um filho maduro se emancipa da mãe que o criou:

Sendo uma verdade incontestável, sancionada já pelo tempo, que os Povos, assim como os indivíduos, chegando à sua virilidade, rejeitam a tutela da Metrópole e se constituem independentes; tendo sido obrigada a Política a reconhecer a legitimidade deste ato fundado nas leis inalteráveis da Natureza; ninguém ousará negar que o *Brasil* estivesse no mesmo caso

⁹ Alguns exemplos de análises específicas relativas à diversificada e conflituosa história da adesão de províncias luso-americanas ao Império do Brasil em: TAVARES 1982; MACHADO 2006; ASSUNÇÃO 2005; BERNARDES 2006.

daqueles Povos. Escusamos raciocínios: basta olhar para a marcha que ele tem adotado no curso da revolução para provar o seu estado de madureza; estado completamente insociável com o de colônia, em que jazia (**Diário do Governo** n.28, 05/02/1823, grifo no original).

Também conhecendo uma revolução positiva, mas que se diferenciava de outras por ter sido conduzida por um descendente da família real portuguesa, e resultando em uma ordem monárquica, o Brasil seria um caso único e superior, sobretudo, quando comparado aos seus vizinhos hispano-americanos que, embora tenham lhe disponibilizado um paradigma encorajador de trajetória independentista a ser seguida (Pimenta: 2007a), agora já se encontravam em posição inferior:

Mais prudente e refletido do que os seus vizinhos *Espanhóis*, o *Brasil* mediu a grandeza do objeto: derrubar o antigo edifício e erguer o novo; conheceu-se com forças de o fazer, e assim o tem felizmente executado sem se precipitar na torrente de desgraças que nem os *Iturbides*, nem os *S. Martines*, nem os *Boíivares*, com todos os seus talentos, são capazes de suster. Para nos convenceremos, pois, desta verdade, acompanhem as duas Potências na sua revolução, e vejamos o futuro que uma e outra nos promete. [...] Tal tem sido a marcha do *Brasil* no curso da sua Regeneração; marcha que tem constituído das suas diferentes partes um todo colossal, que o torna respeitável aos estranhos, formidável aos inimigos, e afiança para o futuro a perpetuidade do seu sistema (**Diário do Governo** n.28, 05/02/1823, grifos no original).

58

A questão da manutenção, no novo Império do Brasil, de laços dinásticos com o antigo Império Português, ofereceu à historiografia um dos principais subsídios definidores do processo de independência como conservador, sem solavancos, pouco significativo e, muitas vezes, “não-revolucionário”; no entanto, nas primeiras décadas do século XIX, o monarquismo pôde ser considerado como condição própria da “gloriosa revolução do Brasil” (**Diário do Governo** n.33, 11/02/1823), isto é, seu emblema nobilitador. *Revolução* se tornava um conceito indicativo de profundas transformações, mas dentro de limites considerados “adequados” por alguns grupos políticos.

Não é de se estranhar. Afinal, a ideia de *revolução positiva*, associada a termos como *emancipação*, *reforma* ou *regeneração*, presente no conteúdo clássico do conceito e também no pensamento iluminista em sua vertente portuguesa, conheceu ambiente fortemente propício à sua difusão com o advento do movimento constitucionalista iniciado na cidade do Porto, em 1820, e que teve profundo impacto nas províncias americanas de modo a criar as condições que possibilitaram, entre os anos de 1821 e 1822, a gestação e viabilização da Independência (OLIVEIRA 1999). Não apenas porque a implementação da agenda política dos constitucionalistas portugueses fez aprofundar contradições e fissuras internas do Reino Unido de modo a enfraquecer a unidade política sobre a qual este se assentava (por exemplo, com a volta do rei a Lisboa, e a permanência no Rio de Janeiro de seu filho Pedro, como príncipe-regente), mas também porque impregnou grupos de

interesse sediados nas províncias americanas com um ideário liberal herdado dos portugueses peninsulares, e que logo se voltaria contra eles. Muito significativamente, o movimento do Porto, pensado por seus artífices como uma *regeneração* (conceito muito semelhante a *reforma*), pôde ser considerado no Brasil como uma *revolução*.

Um dos principais periódicos que materializaram o desenvolvimento de uma posição inicial de aceitação dos princípios constitucionais e unitários do Porto rumo à defesa da separação entre Brasil e Portugal, escrevia, em janeiro de 1822, que

a Revolução de Portugal, se é que assim se deve chamar a luta da Justiça contra o Despotismo, oferecia duas combinações diferentes, mas que ambas davam por mal resultado o estabelecimento do Sistema representativo, diz o Apóstolo da América [De Pradt]. Ou o Rei se conservava no Brasil, ou voltava para Portugal. Se ficava preferindo um Mundo na América a uma Província na Europa, era impossível que o Brasil, situado no centro das Constituições Americanas, comunicando diariamente com povos constituídos, e contratando com homens Constitucionais, tendo por estrela polar os Estados Unidos, que muito alto colocaram o farol para escapar às vistas nos Povos vizinhos, se pudesse subtrair a este vórtice de influências (**Revérbero Constitucional Fluminense** n.11, 22/01/1822).

59

Nesse momento, quando a alternativa de separação entre Brasil e Portugal começava a deslanchar, parecia haver, da parte de alguns grupos políticos, uma certa unificação da história recente do mundo ocidental em torno de uma atribuição positiva ao termo *revolução*. O que se tornara possível vislumbrar no Brasil, a partir do exemplo do próprio Portugal, dizia respeito a todo o continente americano, onde os Estados Unidos inspiravam os demais países (todos bem considerados, inclusive os hispânicos), em uma cadeia de acontecimentos na qual até mesmo à "Revolução da França" cabia um lugar de honra, na medida em que "em parte pode ser considerada um efeito da civilização dos Povos", tendo dado "impulso tão forte aos espíritos na Europa como a dos Estados Unidos deu também na América" (*Revérbero Constitucional Fluminense* n.06, 02/07/1822). Pouco depois, menos empolgado e mais cuidadoso, o mesmo periódico já se esforçaria por distinguir as revoluções de seu tempo, diferenciando a do Brasil em relação às demais da América; em 1808, por exemplo, enquanto o Império Espanhol ruía com o cativo de seus monarcas,

viu o Mundo um espetáculo novo, isto é, a passagem do Rei [de Portugal] para o Brasil, passagem que mudou inteiramente o regime Colonial, que quebrou os ferros da opressão de três séculos e fez partir do Trono aquela obra, que sem isso partiria da Revolução. Mas para evidenciar-se que a *Independência da América* é um efeito necessário da sua atual *Civilização*, bem que ainda inferior à da Europa, atendam-se às circunstâncias do Brasil. O Rei, que saindo de Portugal sustou a Revolução do Brasil com a sua chegada a ele, voltando à Portugal apressou a Revolução do Brasil (**Revérbero Constitucional Fluminense** n.17, 17/09/1822, grifos no original).¹⁰

¹⁰ Na realidade, em 1808 dom João era ainda príncipe-regente; só se tornaria rei em 1818, dois anos após a morte de sua mãe, a rainha Maria I.

E assim voltamos ao ano de 1823, quando a independência já estava bem encaminhada, e o problema que se apresentava não era mais o de manter ou romper a unidade imperial portuguesa, mas sim o de como viabilizar o Estado nacional brasileiro. Uma das bases desse Estado era, como vimos anteriormente, uma auto-imagem de sua diferença/superioridade no cenário americano, fruto de sua revolução positiva. No entanto, o forte peso dessa ideia não deve obliterar o fato de que, mesmo depois de 1822, permanecia uma disputa conceitual em torno do termo *revolução*: a história do passado e do presente oferecia exemplos de revoluções boas e más, sendo que tais qualidades seriam mobilizadas a todo instante que o fluido e delicado jogo político assim requeresse (OLIVEIRA 1999; NEVES 2007). Quando, onde, como e por que usar a palavra *revolução*, poderia implicar comprometimentos sérios. O termo “revolucionar”, por exemplo, podia significar, nesse contexto, trabalhar na contramão dos princípios sobre os quais assentava o Império do Brasil (como os grupos provinciais resistentes ao governo de D. Pedro). Por isso, mesmo para aqueles que trabalharam pela “gloriosa” revolução do Brasil em 1821 e 1822, o termo agora poderia soar odioso. Desse modo, na assembléia constituinte brasileira de 1823, enquanto um deputado considerava que “todas as revoluções tem por motivos as injustiças e violências dos Governos”, pois “ninguém se revolta contra um Governo bom e justo” (**Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil**, sessão de 21/05/1823, fala de Nicolau Campos Vergueiro) outro afirmava:

causa-me horror só o ouvir falar em revolução; exprimo-me francamente como um célebre Político dos nossos tempos: *les revolutions me sont odieuses parce que la liberté m'est chere*. Odeio cordialmente as revoluções, e odeio-as, porque amo em extremo a liberdade; o fruto ordinário das revoluções é sempre, ou uma devastadora anarquia, ou um despotismo militar crudelíssimo; a revolução sempre é um mal, e só a desesperação faz lançar mão dela quando os males são extremos. (IDEM, mesma sessão, fala de Francisco Muniz Tavares (grifos no original))

Em resumo: no contexto ampliado da independência, o conceito de *revolução* operava de modo muito ativo, dinâmico e, de todos os modos, fortemente politizado. A história de tal conceito possui lastros especificamente portugueses, bem como outros genericamente ocidentais, sendo que, ao se aproximar do auge da crise do Império Português da qual resultaria a formação do Brasil, parece haver, também, uma mediação tipicamente “americana” de seus conteúdos.¹¹ A revolução de independência do Brasil fora positiva, construtiva, ordeira e sem exageros, mas nem todas o eram; caso contrário, não seria possível sustentar a contraditória imagem da inserção do Império no panorama americano: uma identificação com as demais nações livres, que em certo momento até serviram de fonte de inspiração à ruptura com Portugal, mas também uma superioridade pautada na distinção presuntivamente essencial do Brasil em relação a elas. Este seria um dos componentes da identidade nacional

¹¹ Conforme afirmado anteriormente; também por FERNANDES 2008.

brasileira no momento em que esta surgia em conseqüência de uma experiência política que apontava para uma separação de destinos – portanto também de passados – entre Brasil e Portugal.

O processo de Independência disponibilizava, assim, aos seus estudiosos futuros, um vocábulo – *revolução* – que carregava consigo uma caracterização completa da marca que alguns de seus próprios protagonistas consideraram essencial: uma revolução *conservadora*, ainda que a qualificação posterior destes dois termos associados conhecesse muitas variações a depender dos contextos específicos de produção da historiografia, no Brasil e em outras partes.¹² Não pretendo afirmar que, no caso brasileiro, a historiografia tenha sempre “comprado” passivamente, ou reiterado os termos implicados nessa associação lingüística original, inclusive porque, como veremos adiante, os termos jamais se repetem *exatamente* do mesmo modo; no entanto, trata-se de diferentes formulações para um mesmo tema, do que resulta que a compreensão de cada contexto de enunciado diz respeito a uma unidade de análise comum. O que nos ajuda a elucidar o problema aqui proposto.

Revolução e a historiografia da Independência

A história do século XX ofereceu muitos pretextos para a consagração da ideia de que as revoluções necessariamente implicam grandes movimentos de transformação – geralmente violenta – da ordem existente; inclusive porque, nesse século, o respectivo conceito operou ativamente em sua acepção moderna. Em muitas situações, porém, o tema esteve presente antes pela sua ausência/expectativa do que por sua efetiva realização.

Como muito bem concebe Wilma Peres Costa, “o amálgama peculiar entre *continuidades* e *descontinuidades* tornou-se um componente incontornável do debate sobre a Independência na historiografia brasileira” (Costa, Wilma: 2005).¹³ É compreensível que tal debate tenha recorrido, tantas vezes, ao vocábulo *revolução*: não apenas por se tratar, tradicionalmente, de um conceito que ao longo de sua história reunira tanto elementos de continuidade como de descontinuidade, mas também pelo fato de que o próprio fenômeno a ser estudado formulara, à sua época, uma representação a respeito; igualmente compreensível que a historiografia buscasse evitar o termo.

Em meados do século XIX, a produção escrita de uma História nacional brasileira baseada em métodos pseudo-científicos e de forte utilidade política e ideológica, valeu-se amplamente da perspectiva de que a Independência fora positiva porque assentada na continuidade da dinastia de Bragança e na liderança pessoal de Pedro I. O maior representante dessa produção, Francisco Adolfo de Varnhagen alocou perfeitamente a ideia em sua *História da independência do*

¹² Exemplares são as apreciações de Tocqueville acerca da revolução norte-americana que, contraposta à francesa, ofereceria um caso supostamente superior em termos de benignidade, dado seu caráter mais moderado e equilibrado (TOCQUEVILLE 1982 [1ª.ed. 1856] e 1987 [1ª.ed. 1835- 1840]).

¹³ Toda a discussão historiográfica que se segue está fortemente amparada nesse magnífico ensaio.

Brasil, escrita em 1875¹⁴ e pensada como o desfecho natural daquela que ficaria à posteridade como sua máxima realização intelectual, a *História geral do Brasil* (publicada a partir de 1854). Ambas correspondiam bastante bem aos intentos de escrita de uma história nacional arvorada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838.¹⁵

Para Varnhagen, toda a colonização portuguesa da América seria um caminho pré-determinado rumo ao grande momento do seu desfecho, resultado de uma longa e necessária evolução. Portugal teria “preparado” a criação e amadurecimento do Brasil, que no século XIX surgiria legitimado, civilizado e promissor porque estreitamente ligado a uma ascendência européia. Sendo a Independência, então, um processo basicamente de continuação, veiculado ao sentido tradicional de *emancipação*, na ótica de Varnhagen ela não se coadunaria com o termo *revolução*. As “revoluções” da França, (1789), de Pernambuco (1817) e de Portugal (1820) são assim tratadas em termos protocolares, mas também carregam consigo o estigma de movimentos negativos. Ao referir-se ao episódio de deposição do ministério dos Andradas, em julho 1823, por exemplo, o autor caracteriza-os, até aquele momento, como “sustentadores da monarquia”, depois como “democratas, facciosos, demagogos e revolucionários” (VARNHAGEN 1981, 3, p.195).

À época, o termo *revolução* vinha associado a princípios abomináveis para uma mente conservadora e aristocrática como a de Varnhagen que, tendo vivido as comoções populares do Período Regencial brasileiro, aprendera a odiar toda e qualquer ameaça de subversão da ordem vigente (MATTOS 1987), valorizando, em contrapartida, ideias ligadas à tradição e ao aperfeiçoamento de estruturas políticas e sociais a serem mantidas. Tal postura, que como vimos acima herdava do próprio processo de Independência sua auto-imagem básica, omitia, porém, de sua expressão vocabular, a palavra *revolução*; e desse modo, teria grande impacto nas formas posteriores de escrita da história do Brasil, evocada e reforçada de quando em quando por argumentos típicos de formas clássicas de pensamento conservador.¹⁶

O termo *revolução* viria a ser recuperado positivamente nos estudos sobre a Independência com a grande renovação intelectual brasileira dos anos de 1930. Um de seus mais dignos representantes é Caio Prado Júnior, autor de **Evolução política do Brasil** (1933) e **Formação do Brasil contemporâneo** (1942), dentre outras importantes obras. Na primeira delas, a Independência é vista como uma revolução – isto é, um movimento profundamente renovador - ainda que muitas vezes referida pela palavra “emancipação”. Tomada sob a ótica marxista da luta de classes, a Independência teria oposto interesses “portugueses” e “brasileiros”, desdobrando-se até aproximadamente 1850,

¹⁴ Seria publicada apenas em 1916, após a morte de seu autor (VARNHAGEN 1981).

¹⁵ Embora Varnhagen não tenha sido um historiador “oficial” do Instituto (WEHLING 1989; GUIMARÃES 1994).

¹⁶ Como aqueles desenvolvidos em 1790 por Edmund Burke e seu horror à Revolução Francesa (BURKE 1982). Burke era um autor muito conhecido nos círculos letrados brasileiros do século XIX, tendo sido traduzido parcialmente para o português por José da Silva Lisboa, figura destacada da conjuntura da Independência.

quanto só então estes últimos teriam se consolidado, com a rejeição partilhada pelas classes dominantes das forças populares que durante o Período Regencial teriam ameaçado a ordem e estabilidade interna. Para Caio Prado Júnior, a Independência seria, então, no seu conjunto, uma “revolução conservadora” (PRADO JR: 1933, cap.III).

A despeito da coincidência dos termos, esta é uma interpretação totalmente distinta daquela elaborada em meio ao próprio processo de Independência. Em *Formação do Brasil contemporâneo*, um livro mais diretamente voltado à colonização portuguesa da América – cuja análise possibilitaria, segundo Caio Prado Júnior, uma devida compreensão das razões do presente atraso brasileiro – o caráter da Independência não é explicitado; porém, sua visão acentuadamente negativa das estruturas sociais, econômicas, políticas e culturais engendradas pelos portugueses na América, implica um distanciamento em relação àquelas anteriormente mencionadas: agora, a herança colonial legada ao Brasil nacional é nefasta, desagregadora, um empecilho ao pleno desenvolvimento nacional e que, não removido no processo de Independência, deveria sê-lo em algum momento do futuro (PRADO JR. 1942).¹⁷ O conservadorismo da Independência é um mal.

Devido ao impacto dessa interpretação no pensamento brasileiro, que oferecia uma explicação convincente para os entraves ao pleno desenvolvimento do Brasil, doravante e definitivamente o passado se revestiria da capacidade de iluminar o presente, o que por seu turno atribuiria ao termo *revolução* pulsantes expectativas de modificação dessa situação.¹⁸

Revolução, não-revolução, em que medida? Eis alguns dos dilemas que os historiadores da Independência tiveram que enfrentar nas décadas de 1960 e 1970, quando voltar-se para o passado brasileiro com os olhos no presente impunha-lhes o desafio de compreender e transformar uma realidade tenebrosa, marcada pela ditadura militar iniciada em 1964 e assolada pela contração das forças progressistas em geral. Nela, o termo *revolução* adquiria vários sentidos: de direita, de esquerda; de projeto a ser negado ou encampado; portador de uma utopia de futuro ou de uma frustração histórica; de legitimação do governo militar (que, segundo seus próprios realizadores, teria sido instituído por uma “revolução”) ou de oposição a ele. De todos os modos, o termo pareceria portador

63

¹⁷ Nesse ponto, a leitura de Caio Prado está próxima da de Manuel Bonfim (por exemplo, em **América latina, males de origem**, de 1906).

¹⁸ Em 1966, no início da ditadura militar brasileira, Caio Prado escreveu um ensaio muito sugestivamente chamado **A revolução brasileira**, onde afirmava, logo em sua abertura: “o Brasil se encontra num destes instantes decisivos da evolução das sociedades humanas em que se faz patente, e sobretudo sensível e suficientemente consciente a todos, o desajustamento de suas instituições básicas. Donde as tensões que se observam, tão vivamente manifestadas em descontentamento e insatisfações generalizados e profundos; em atritos e conflitos, tanto efetivos e muitos outros potenciais, que dilaceram a vida brasileira e sobre ela pesam em permanência e sem perspectivas apreciáveis de solução efetiva e permanente. Situação essa que é efeito e causa ao mesmo tempo, da inconsistência política, da ineficiência, em todos os setores e escalões, da administração pública; dos desequilíbrios sociais, da crise econômica e financeira, que vinda de longa data e mal encoberta durante curto-prazo – de um a dois decênios – por um crescimento material especulativo e caótico, começa agora a mostrar sua verdadeira face; da insuficiência e precariedade das próprias bases estruturais em que assenta a vida do país” (PRADO JR. 1987, p.12-13).

de um conteúdo histórico cuja devida avaliação poderia apontar caminhos de interação com a realidade brasileira do momento (Costa, Wilma: 2005, p.85).

No plano do pensamento crítico, mais especificamente no da historiografia da Independência, uma importante manifestação contrária ao regime veio com a obra de José Honório Rodrigues, **Independência: revolução e contra-revolução** (1975), uma extensa, detalhada e bem-documentada análise da ruptura política entre Brasil e Portugal. Nela, como o próprio título indica, a Independência é vista como uma revolução, mas dessa vez cheia de novidades interpretativas: uma revolução de forte conotação nacionalista e popular, uma verdadeira guerra de libertação nacional comparável ao que ocorrera na América hispânica, longe de quaisquer feições conservadoras, e na qual dom Pedro e a monarquia teriam desempenhado papel secundário, meros coadjuvantes de instituições supostamente representativas e democráticas como o parlamento e as forças armadas (RODRIGUES 1975).

Em sua concepção geral, a Independência que nos oferece Rodrigues é anacrônica, distorcida por ideias pré-concebidas e descabidas; contudo, carregada de expectativas esperançosas em relação à superação de um incômodo presente nacional vivido pelo autor, seu resultado é também um documento historiográfico de como *independência* e *revolução* puderam caminhar de mãos dadas na história da historiografia brasileira. E justamente por corresponder a anseios coletivos da época em que foi publicado, o livro de Rodrigues encontraria um respaldo não-desprezível, mais fora do que dentro de círculos especializados.

As décadas de 1960 e 1970 conheceram, no Brasil, uma grande profissionalização da pesquisa histórica, que ia se consolidando dentro das universidades com um aumento de programas de pós-graduação e de financiamentos públicos, e a formação de grupos de investigação compartilhada. Nesse momento, em linhas gerais, parece ter havido um crescente desprestígio da Independência como tema de estudos. Com a força da ideia de "revolução conservadora", e a despeito de tentativas contrárias como a de José Honório Rodrigues, a ruptura entre Brasil e Portugal não encorajava enfoques voltados à atuação política de grupos sociais excluídos ou mal-colocados em seus diferentes contextos históricos, e que vinham concentrando cada vez mais a atenção de novos historiadores, compreensivelmente refratários a temas saturados da oficialidade a eles conferida pelo regime militar brasileiro.¹⁹ Mesmo assim, alguns importantes historiadores mantiveram o tema de pé, renovando-o por meio de elaborações cada vez mais complexas, sofisticadas e matizadas onde o termo *revolução* encontraria seu lugar.

Talvez a principal novidade nesse contexto tenha sido a construção de um amplo consenso de que a Independência se inseriu em um panorama mundial de variadas e assimétricas transformações políticas que, juntas, formam uma unidade histórica. Não que anteriormente se ignorasse as relações entre o que

¹⁹ Além, é claro, de serem bastante permeáveis a renovações e modismos vindos de centros de produção de conhecimento estrangeiros; no caso do Brasil, principalmente a França e a Inglaterra.

se passava no Brasil e no resto do Mundo já desde meados do século XVIII; mas agora, tais relações tinham implicações analíticas profundas. Se acontecimentos como os da América do Norte (1776), da França (1789) ou da América espanhola (1810) eram considerados como "revoluções", o que se passaria com o Brasil? Qual sua posição nesse contexto?

A questão é muito bem sintetizada por Emília Viotti da Costa em 1968:

os estudos até agora publicados permitem estabelecer as linhas básicas que devem nortear a análise do movimento da Independência; fenômeno que se insere dentro de um processo amplo, relacionado, de um lado, com a crise do sistema colonial tradicional e com a crise das formas absolutistas de governo e, de outro lado, com as lutas liberais e nacionalistas que se sucedem na Europa e na América desde os fins do século XVIII (COSTA 1990, p.66-67)

como boa autora marxista, concluía: "é preciso observar as contradições internas que explicam a marcha do processo" (idem).

A perspectiva de Viotti da Costa, fortemente influenciada pela de Caio Prado Júnior, reitera a Independência como uma luta "da colônia contra a metrópole", mas desenvolvida a partir de uma luta "de vassalos contra o rei". O termo mais usado é "emancipação", e embora "revolução" seja apenas protocolarmente utilizado para a designação de vários outros movimentos da mesma época, inclusive para os de contestação luso-americana de fins do século XVIII, é ele que pauta o debate. Em uma afirmação que seria amplamente referendada por investigações ulteriores, Viotti da Costa diagnostica que, durante o processo de Independência, "a Revolução apresentava-se sob formas diversas, quando não contraditórias" (COSTA 1990, p.99), no entanto, sem que ela se realizasse de fato. A revolução estaria em muitas partes, mas não no Brasil.

Nesse mesmo ambiente, e pautando inclusive a obra de Viotti da Costa, as teses elaboradas por Fernando Novais apresentaram importante renovação nos estudos da Independência. Foi ele quem levou adiante a sistematização do posicionamento do processo político português e luso-americano no quadro mundial, seguindo premissas à época bem estabelecidas e aceitas de autores como Robert Palmer, Jacques Godechot e Eric Hobsbawm. Embora o principal livro de Novais, **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**, publicado originalmente em 1979, encerre a análise justamente às vésperas da Independência, seu aprimoramento da caracterização da colonização portuguesa realizada anteriormente por Caio Prado Júnior estabeleceu parâmetros de interpretação para o fim dessa colonização (NOVAIS 1986). Em duas outras ocasiões, porém, Novais voltar-se-ia mais especificamente para uma análise da Independência, tida como um processo revolucionário em vários sentidos: primeiro, como desdobramento do processo geral (revolucionário) de crise do Antigo Regime europeu em terras coloniais (o "Antigo Sistema Colonial" como uma das dimensões do Antigo Regime); segundo, pela concepção de "crise", que diria respeito a toda a colonização européia da Idade Moderna, desencadeada pela ativação de contradições inerentes ao sistema dessa colonização (premissas marxistas), em articulação com pressões internacionais,

e materializadas por um antagonismo de interesses entre colônia e metrópole; finalmente, como um movimento que resultou na afirmação de uma nova classe dirigente no Brasil, a dos grandes proprietários escravistas (Novais: 1972).

Fortemente influenciado por Caio Prado Júnior, Emília Viotti da Costa e Fernando Novais – com o qual, aliás, escreveu um ensaio interpretativo sobre o tema (NOVAIS & MOTA 1987) – e diretamente tributário das obras de Palmer e Godechot, Carlos Guilherme Mota também contribuiu para a discussão. Seu primeiro livro, **Atitudes de inovação no Brasil, 1789-1801** (MOTA 1970), era um estudo sobre os movimentos políticos coloniais de fins do século XVIII, e incluía um capítulo sobre “ideia de revolução” e “formas de pensamento revolucionárias”, estas devidamente contrapostas a outras, tidas por “intermediárias” e “ajustadas”. O esforço de integração de tais movimentos à conjuntura (revolucionária) mundial prosseguiria mais adiante e com um avanço cronológico, em **Nordeste 1817**, uma análise voltada ao movimento de Pernambuco; e na organização de uma obra coletiva inteiramente dedicada à Independência, **1822: dimensões** (MOTA 1970, 1972a e 1972b). No conjunto, os três livros reiteram a visão processual da Independência como parte crucial de uma crise mundial de desdobramentos específicos no mundo colonial, compreendida pelo crivo do caráter revolucionário daquela crise. Se desse enquadramento surgiam modalidades próprias de conformação da vida política na América portuguesa, longe estava a possibilidade de se referendar uma atribuição passiva de caráter revolucionário à Independência, com o quê essa produção oferecia alternativa de interpretação à oficialidade das comemorações dos 150 anos de Independência, amplamente disseminadas pela ditadura militar brasileira em 1972 e que, como vimos acima, estimulavam a simbiose entre ambas.

Embora o livro **1822: dimensões** trouxesse estudos variados que tendiam a compartilhar de uma mesma perspectiva geral – é significativo que o volume abrisse justamente com contribuições de Novais e Godechot (NOVAIS 1972; GODECHOT 1972) - um deles parecia destoar do conjunto, apresentando uma proposta de análise alternativa e que também teria grande impacto na historiografia brasileira. Pautada pela ideia de Sérgio Buarque de Holanda, segundo a qual a Independência em si representaria um episódio menor em meio a um processo mais amplo de “desagregação da herança colonial”, em curso até meados de 1848 (HOLANDA 1962),²⁰ Maria Odila Dias já criticava, em 1972, o destaque conferido às “pressões externas e [a]o quadro internacional de que provém as grandes forças de transformações”, bem como a concepção de uma luta da colônia contra a metrópole; propunha, então, o estudo do “enraizamento de interesses portugueses” e também daquilo que chamou de “processo de interiorização da metrópole no Centro-Sul da Colônia”. Pensando menos em 1822 do que em 1808, segundo ela os historiadores poderiam constatar

²⁰ Para ele, o “processo de emancipação” não teria sido caracterizado por “práticas vigorosamente revolucionárias” (HOLANDA 1962, p.39n), enquanto que o movimento português de 1820 é referido, sem polêmica, como “revolução”.

a consumação formal da separação política foi provocada pelas dissidências internas de Portugal, expressas no programa dos revolucionários liberais do Porto e não afetaria o processo brasileiro já desencadeado com a vinda da Corte em 1808” (DIAS 1972, p.164-165).

Minimizada como desdobramento de uma crise mundial, a Independência, em si, seria, para Dias, fato menor; “revolução” era apenas a portuguesa; e a marca da unidade histórica a ser considerada, a manutenção ampliada de interesses político-econômicos incrementados com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. Rejeita, então, a existência de transformações revolucionárias em um movimento que seria, essencialmente, conservador; inclusive por conta do peso da colonização. Em suas palavras,

a sociedade que se formara no correr de três séculos de colonização não tinha outra alternativa ao findar do século XVIII senão a de transformar-se em metrópole a fim de manter a continuidade de sua estrutura política, administrativa, econômica e social. Foi o que os acontecimentos europeus, a pressão inglesa e a vinda da Corte tornaram possível (DIAS 1972, p.170).

Um último caso a ser observado de preocupação historiográfica com a Independência, em estreita relação com aquele contexto intelectual brasileiro no qual a revolução estava na ordem do dia, é a obra de Florestan Fernandes, **A revolução burguesa no Brasil** (1974). De modo bastante incisivo, o livro, nas palavras de Wilma Costa, continuava a ecoar

67

a polêmica que empolgava os historiadores na forma de um esforço hercúleo para dar conta, de forma dialética, dos fermentos de mudança presentes na conjuntura política da Independência e dos movimentos empreendidos pelas forças conservadoras para reinventar as ideias e as práticas em que se expressava a dominação política, impedindo que a Revolução se realizasse em sua plenitude transformadora (COSTA 2005, p.99-100).

De acordo com premissas marxistas, a Independência, para Fernandes, era uma etapa necessária da revolução burguesa no Brasil, isto é, da passagem de uma ordem colonial escravocrata a uma sociedade de classes (o que só se completaria na segunda metade do século XIX); em termos estruturais, portanto, aquela etapa assinalava uma revolução:

a Independência, não obstante a forma em que se desenrolou, constitui a primeira grande revolução social que se operou no Brasil. Ela aparece como uma revolução social sob dois aspectos correlatos: como marco histórico definitivo do fim da ‘era colonial’; como ponto de referência para a ‘época da sociedade nacional’, que com ela se inaugura (FERNANDES 2006, p.49).

Nesse aspecto, e guardando a especificidade de uma análise histórica elaborada de um ponto de vista sociológico, a obra de Fernandes dialoga fortemente com parte da produção intelectual acima mencionada, valorizando sobremaneira a Independência como um tema de estudos. Como poderia ser diferente, sendo ela um momento crucial de definições do que o Brasil se tornou (e também do que *não* se tornou) posteriormente?

Essa amostragem de autores e ideias poderia ser muito matizada e completada se fizesse parte de minha proposta uma avaliação crítica da produção intelectual brasileira acerca da Independência. No entanto, repito, a proposta é outra: apenas empreender um recorte historiográfico de modo a explicitar variações em torno de um problema comum, cuja discussão é, por si só, o objetivo. Tendo isso em mente, parece ter ficado claro ao longo do século XX, a Independência do Brasil se afastou da “revolução conservadora” tal qual pensada pelos seus próprios artífices em começos do século XIX. Valendo-se, porém, de termos semelhantes, a intelectualidade brasileira acoplou novos conteúdos à expressão, e se apropriou de significados de *revolução* de acordo com um intenso diálogo entre realidade histórica e realidade contemporânea, convergentes na Independência. Um diálogo ainda atual, mas que se apresenta já em outros termos.

A independência como revolução

Hoje em dia, a Independência se apresenta revigorada, desprovida do caráter rançoso de “tema oficial” de uma ditadura militar que não existe mais, inserida em um panorama de investigação altamente especializado, profissionalizado e muito ampliado em relação a três ou quatro décadas atrás; além disso, se apresenta fortemente prestigiada, despertando o interesse de novos historiadores. Creio que isso se explica, ao menos em parte, devido à renovação dos atributos conferidos ao termo *revolução* por um novo contexto mundial, e por uma reinserção, nele, do contexto nacional brasileiro. Não sendo minha intenção empreender a uma caracterização dessa situação de conjunto, parto do pressuposto que, no presente momento, a historiografia sobre a Independência vem estabelecendo um novo consenso historiográfico, em diálogo com linhagens e propostas anteriores, e que encontra no termo *revolução* não apenas uma ideia formativa, mas também uma categoria analítica poderosa. Vejamos, então, alguns pontos de análise nessa direção.

O contexto revolucionário mundial. De modo seguro, a Independência do Brasil se apresenta contextualizada nos quadros da história ocidental entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do XIX, emparelhada com acontecimentos que, na historiografia brasileira, poucos desconsiderariam como revolucionários (no sentido moderno do termo).²¹ Nesse ponto, a produção sobre a Independência parece, de modo evidente, dever algo a obras como as de Fernando Novais, Emília Viotti da Costa e Carlos Guilherme Mota, embora a dimensão processual do acontecimento em si, bem como seus limites ampliados para além do ano de 1822, fossem assertivas mais ou menos constantes na historiografia desde, pelo menos, Caio Prado Júnior. Na mesma direção, as obras de Palmer, Godechot e Hobsbawm, para referir-me apenas a autores mencionados anteriormente, ainda gozam de prestígio, sendo referências frequentes

²¹ A despeito de variações sobre o tema, como as trazidas por influentes obras como as de François Furet.

de contextualização. Todos estes autores, brasileiros e estrangeiros, continuam a ser revistos e criticados em vários pontos de suas análises, mas a pertinência atual de seus enquadramentos geográficos e cronológicos parece incontestável.

Os limites desses enquadramentos, no entanto, conhecem variações, e o reconhecimento *a priori* de sua funcionalidade não é garantia de um consistente desenvolvimento do pressuposto.²² A Independência costuma ser aproximada, eventualmente comparada ou genericamente associada a revoluções como a das Treze Colônias Britânicas, a Francesa, a do Haiti e as da América espanhola (CARVALHO 1980; HALPERIN 1985; JANCSÓ 1996a; CHIAROMONTE 1997; BRANCATO 1999; PROENÇA 1999; MAXWELL 2000; ARAÚJO 2005; SCHULTZ 2006; McFARLANE: 2006; PIMENTA 2007a; PAMPLONA & MÄDER 2007, 2008 e 2009), mas o estudo sistemático e aprofundado sobre as várias formas de impacto das mesmas sobre a Independência ainda é escasso. Igualmente, estudiosos continuam a estabelecer relações entre os movimentos de contestação luso-americanos de fins do século XVIII e o contexto mundial, e daqueles com a Independência (MATTOSO 1969; MAXWELL 1978; SANTOS 1992; ALEXANDRE 1993; JANCSÓ 1996a; VILLALTA 2000; NEVES: 2003; MOREL 2005; FURTADO 2006). Se os tempos eram de grandes e profundas transformações políticas, restaria saber qual o peso das mesmas em um espaço específico do contexto mundial.

69

Preocupações dessa ordem levam forçosamente à consideração em torno da devida periodização da Independência, isto é, reconhecendo-a definitivamente antes como um *processo* do que como um *fato*. Seu enquadramento pode remontar às últimas décadas do século XVIII, se consideradas as contestações coloniais como sintomas de uma mesma crise geral que, de outras formas e em outro estágio de desenvolvimento, levariam à ruptura entre Brasil e Portugal quatro décadas depois. Mas também é possível tomar como ponto de partida a metade daquele século, quando o Império Português começaria a apresentar sintomas publicamente reconhecidos de perda da competição colonial, mobilizando-se na tarefa de uma recuperação que, a médio e longo-prazo, faria agravar ainda mais essa posição (LYRA 1994; JANCSÓ 2003; SILVA 2006). Ou ainda, em uma duração menor, ao ápice da crise política portuguesa, na primeira década do século XIX, quando a Corte abandonou Lisboa para salvar a monarquia ameaçada pelo Império Francês e refundou o Império Português em terras americanas, criando as condições para que, a curto prazo, essa mesma unidade política, preservada de imediato, ruísse.

Creio poder afirmar que, atualmente, nenhum estudioso da Independência seria capaz de ignorar a necessidade de inserir seu objeto de estudo em uma temporalidade que confira centralidade, pelo menos, aos acontecimentos de 1808; já a possibilidade de se ir além, para trás ou para frente, é uma questão em aberto. A outorga da Carta constitucional de 1824, o reconhecimento luso-

²² Refiro-me ao desafio de "contextualizar", isto é, de conferir significado a uma parcela da realidade a ser analisada a partir das implicações a ela impostas pelo fato daquela parcela ser parte de outra(s) maior(es).

britânico da Independência (1825), a crise e o fim do Primeiro Reinado (1831) com a “nacionalização” da monarquia, o período das Regências (1831-1840), todos oferecem marcos temporais pertinentes, não-excludentes, e que apontam, inclusive, para a complexidade e dinâmica da Independência como um processo.

Portanto, se a Independência deve ser vista em um recorte temporal e espacial amplo, relacionada ao contexto ocidental, a rejeição do seu caráter revolucionário implicaria, forçosamente, na negação de tal caráter também para os acontecimentos e processos a ela correlatos e a ela coevos; ou então, em uma crença ingênua de que alguns dos artífices da própria Independência estavam corretos ao pretenderem que seu movimento teria sido o único a prevenir os males advindos dos demais a seu redor; ou, ainda, na reedição da postura historiográfica, anteriormente assinalada, de que tudo pode ser revolucionário, menos aquilo que estudamos de perto. Nesse caso, o termo *revolução* se veria confinado a juízos preliminares, gerais e imprecisos, não se constituindo em uma categoria analítica válida.²³

O contexto revolucionário português. A questão da amplitude espacial e temporal do processo de Independência, porém, não se confunde com a de sua inserção orgânica no contexto mundial. De que modo uma situação revolucionária engendra outra? No caso que nos interessa mais de perto, deve-se destacar que, para além do fato de que, desde sempre, a Independência do Brasil foi relacionada com a *revolução* portuguesa de 1820, aparentemente nenhum de seus historiadores atuais pretende negar o caráter revolucionário dos acontecimentos que resultaram no deslocamento do espaço de soberania da nação portuguesa, na limitação e sujeição dos poderes do monarca, na promulgação de uma Constituição, na formação de juntas de governo autônomas no Brasil, na antagonização de interesses que resultou na concretização de um projeto de ruptura e na formação de um Brasil independente... Se o problema em si é complexo, cumpre reconhecer o empenho com que, nas últimas décadas, historiadores vem se dedicando a elucidá-lo (dentre muitos, PEREIRA 1982; ALEXANDRE 1993; TENGARRINHA 1993; VARGUES 1997; BERBEL 1999; SOUZA 1999), sem que, repito, surja qualquer alegação de que a Independência não se relaciona profunda e diretamente com o movimento português, ou de que este não foi uma revolução – e portanto o do Brasil também não – ou vice-versa. Se a historiografia sempre trabalhou com essa relação, cumpre agora reconhecer, de modo explícito, suas implicações analíticas.²⁴

O contexto revolucionário hispânico. Embora a Independência do Brasil jamais tenha deixado de ser considerada em sua proximidade com os movimentos

²³ Tal provincianismo historiográfico não deixa de ser um risco em tempos de hiper-especialização da pesquisa; isto é, como resultado de uma ilusão de que, aquilo que observamos e analisamos, em pormenores, se descola de seu contexto histórico, simplesmente por que... é o que estudamos!

²⁴ O mesmo valeria para Pernambuco, cujo movimento de 1817 sempre foi tratado, na historiografia, como “revolução”. Algumas obras o relacionaram com a Independência (MELLO 2004; BERNARDES 2006; SILVA 2006).

de independência da América espanhola, a historiografia em geral pouco se preocupou em estabelecer suas determinações recíprocas.²⁵ Minhas próprias contribuições historiográficas tem procurado se concentrar nessa demanda que, entendo, encontra-se ainda longe de satisfatoriamente atendida. Por ora, com base em algumas dessas contribuições, concebo como plenamente sustentável a ideia tradicional, afirmada ou sugerida pela historiografia nos muitos momentos em que se referiu à questão desde o século XIX, de que o que ocorre na América espanhola é de fundamental importância para o processo de Independência do Brasil, qualquer que seja a sua periodização.

Eu diria: sobretudo a partir de 1808, quando o colapso da monarquia espanhola resultou da ação das mesmas forças que levaram a Corte portuguesa a reorganizar o Império em sua nova sede. Desde então, tudo o que se passava na América espanhola era atenta e detalhadamente acompanhado por estadistas e homens da política em geral que, no Brasil, buscavam a manutenção da unidade monárquica e dinástica portuguesa, bem como projetavam um futuro cada vez mais incerto com base na informação e compreensão do que o passado e o presente podiam ensinar. E se é certo que havia um generalizado receio de que os domínios lusos seguissem o mesmo curso traumático que vinha sendo percorrido pela vizinhança hispânica, houve variações importantes na formação desse paradigma: os pernambucanos de 1817, por exemplo, tinham em alta conta as atitudes independentistas dos hispano-americanos (Silva, Luiz: 2006), e mesmo alguns dos agentes da separação entre Brasil e Portugal, entre 1821 e 1822, nos legaram numerosas manifestações de apoio e admiração aos mais recentes exemplos que o continente americano lhes oferecia de rompimento com uma metrópole europeia (Pimenta: 2004 e 2007a). Foram os mesmos agentes que, como vimos no começo, conceberam as *revoluções* como movimentos potencialmente inovadores, criativos e positivos, desde que observados certos limites de conservação recomendados por suas respectivas e confortáveis posições sociais.

A Independência do Brasil, portanto, deve ser considerada como um subproduto não apenas da *revolução* portuguesa de 1820, mas também das *revoluções* da América espanhola. Seus resultados foram, em última instância, respostas a desafios comuns impostos por uma mesma conjuntura mundial, que se reproduzia de modo dinâmico a partir de elaborações sempre específicas e pautadas pela possibilidade que seus protagonistas tinham, então, de aprender com o passado e o presente. Nessa perspectiva, o “conservadorismo” da Independência – isto é, suas feições eventualmente menos transformadoras em relação aos movimentos mundiais a ela correlatos – nada mais seria do que conseqüência lógica do fato de que as lições da história são sempre diacrônicas, e seus resultados sempre dessemelhantes. Nada teria a ver com um processo menos ou mais revolucionário do que outro.

²⁵ Após Manuel Bonfim e Oliveira Lima, alguns esforços inovadores foram empreendidos por SODRÉ 1965; RIBEIRO JR.: 1990 (1ª.ed. 1968); GRAHAM 1994 (1ª.ed. 1972); e MILLINGTON 1996.

A Independência e a percepção de um tempo novo. A construção de uma alternativa viável de separação política entre Brasil e Portugal valeu-se de uma sensível mudança, perceptível já desde fins do século XVIII e fortemente generalizada a partir de 1808: a de que o tempo presente era prenhe de inovações, tudo podia mudar de lugar, e as formas tradicionais de reprodução da vida social pareciam esgotar-se progressivamente (NOVAIS 1979, p.3; JANCSÓ 1997).²⁶ Embora a transferência da Corte para o Brasil tenha renovado, dentre os súditos portugueses, as condições para a afirmação de suas tradicionais lealdades postas em xeque pela crise política europeia, o acontecimento em si representava uma novidade suficiente para começar a inovar a visão de história – portanto de mundo - prevalecente. A própria defesa da tradição implicava o reconhecimento de suas fissuras, e embora isso raras vezes fosse elaborado como um diagnóstico de conjuntura pelos homens e mulheres que viviam esses tempos, a tendência apontava, claramente, para a ideia de uma ruptura com o passado e de inauguração de um tempo novo. Em 1811, por exemplo, o *Correio Brasiliense*, importante periódico publicado em Londres e voltado preferencialmente aos assuntos do Império Português, demonstrava preocupação com o registro do passado como meio de construir o futuro:

É sem dúvida crueldade mostrar a um homem que tem sofrido muito, quanto a improvidência tem sido causa de seus males, e opor ao sonho de suas agradáveis esperanças, realidades tristes e desoladoras; mas quando se trata de uma nação, posto que seja esta uma penosa tarefa, é contudo não somente útil, mas até necessária a um povo inteiro, o qual não pode remediar nem impedir os males futuros, senão conhecendo a causa dos passados (**Correio Brasiliense**, 1811).

72

Poucos anos depois, e algumas semanas antes da formalização da separação política entre Brasil e Portugal, outro importante jornal publicaria umas **Considerações político-mercantis sobre a incorporação de Montevidéu**, escritas, por “J.S.V., natural de Minas Gerais”, nas quais se lia que

as relações, fundadas no interesse recíproco das partes, são tão duráveis quanto são efêmeras as que só nascem de um capricho. Em política, cada século tem suas ideias, e cada época seus princípios; os que hoje parecem mais bem estabelecidos, não o serão depois, quando de tudo o que foi *Espanha e Portugal* nas duas Américas, só tenha restado o idioma e alguns usos. Este momento não está distante (**Revérbero Constitucional Fluminense n.14, 27/08/1822.**)

São testemunhos eloqüentes de uma elaboração de ruptura com o passado e de projeções de um futuro novo e incerto; igualmente, das condições históricas de atribuição, ao processo em curso, de um sentido de *revolução*

²⁶ Nas lapidares palavras deste último autor, “a crise não aparece à consciência dos homens como modelo em vias de esgotamento, mas como percepção da perda de operacionalidade de formas consagradas de reiteração da vida social. Em outras palavras, é na busca de alternativas que a crise se manifesta, é nela que adquire efetiva vigência” (1996a, p.203).

perfeitamente sintonizado com sua carga conceitual moderna, e que ainda precisa ser devidamente considerado pelos historiadores da Independência.²⁷

A Independência e a criação do Estado e da nação. Se nossa atenção se voltar, por fim, para resultados bastante concretos da Independência, a profundidade de suas inovações pode ser resumida em dois pontos principais: ela possibilitou diretamente a criação tanto de um Estado como de uma nação brasileiros, e que antes dela simplesmente não existiam. O que já seria suficiente para, a despeito de tudo o que ela *não* implicou de mudança em relação à ordem vigente, caracterizá-la como uma revolução.

Não que as bases sobre as quais o Estado e a nação brasileiros puderam se assentar tenham sido inteiramente criadas pela Independência; no entanto, elementos políticos, culturais, institucionais, econômicos e simbólicos que, inseridos nas estruturas da sociedade colonial luso-americana, exerceram determinações sobre a formação da ordem nacional brasileira no seu nascedouro, viram-se de alguma maneira transfigurados pelo processo de Independência. Na esfera do Estado, isto é, da construção de suas bases materiais, vários desses elementos têm sido devidamente esquadrihados pela historiografia recente, em uma produção vigorosa e bastante inovadora que, necessariamente, precisa equacionar aquilo que é criado e aquilo que é modificado pela Independência: um aparato político-administrativo, parlamentos, polícia e forças armadas, sistemas eleitorais, imprensa, códigos legais, constituições, fiscalidade e instituições financeiras, etc. (CARVALHO 1980; MATTOS 1987; DOIN 1998; DINIZ 2002; COSTA 2003; PIÑEIRO 2003; GOUVÊA 2005; DOLHINIKOFF 2005; MIRANDA 2006). Da mesma forma, a criação de uma esfera de direitos ligada a novos conceitos de cidadania e representação política, tipicamente modernos; um novo *locus* de exercício da soberania nacional (organizado por uma monarquia constitucional); e novas formas de expressão e associação coletivas e públicas, que reorganizariam as hierarquias coloniais e possibilitariam essa criação bastante original da realidade nacional brasileira: uma sociedade ao mesmo tempo liberal e escravista (BARBOSA 2001; LOPES 2003; MOREL 2005; MARQUESE 2005; BARATA 2006; SLEMIAN 2006).

Nesse ponto, a historiografia atual novamente parece dever algo a autores de décadas atrás, como Caio Prado Júnior, Fernando Novais e Florestan Fernandes e suas periodizações ampliadas do processo de Independência, que buscavam justamente abarcar o momento final de estabilização da nova sociedade – a metade do século XIX – cuja criação seria, em última instância, sua marca revolucionária definitiva. No entanto, dispondo de resultados detalhados de pesquisas específicas, e juntando as peças de um quadro histórico cuja complexidade tais autores certamente vislumbravam, a atual historiografia da Independência tem plenas condições de superar, em definitivo, a perspectiva da “não-revolução” brasileira e seu argumento preferencial: o de que a Independência não teria resultado em um novo tipo de sociedade. O que implicaria em pretender: 1) que o Estado brasileiro nada mais seria do que uma

²⁷ Raras exceções são os estudos de NEVES 2007 e ARAUJO 2008.

estrutura continuada do Estado colonial; ou 2) que na formação do Brasil, Estado e sociedade teriam surgido separados um do outro.

Na esfera da nação, isto é, das condições históricas de imaginação e identificação coletivas, formalizadas politicamente em termos de uma comunidade específica – a *nação brasileira* – que adquiriu sustentação real, a despeito de alguns esforços recentes, muita coisa resta a ser feita (OLIVEIRA 1995; LYRA 1995; SOUZA 1999; SILVA 1999; RIBEIRO 2002; PIMENTA 2002; LOPEZA 2004; SILVA 2005; BERNARDES 2007). O reconhecimento de sua distinção e, ao mesmo tempo, de sua comunhão com a esfera do Estado, tem conhecido boa aceitação na historiografia,²⁸ mas seu tratamento articulado e equilibrado não é tarefa fácil. O empenho dos próprios protagonistas em conferir um caráter de ruptura moderada à Independência, por meio da criação de uma simbologia nacional, bem como de narrativas históricas que legitimassem o processo em curso, pode confundir o estudioso, sobretudo levando-se em conta o peso ainda forte, na historiografia brasileira, do paradigma hobsbawmiano de tratamento da questão nacional, segundo o qual “para os propósitos da análise, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalismos, mas sim o oposto” (HOBSBAWM 1990, p.19; para uma crítica, CHIAROMONTE 2003). No caso do Brasil, à exemplo do que igualmente ocorre em quase todo o mundo hispânico, é sedutor atribuir à questão nacional, no contexto da Independência, a condição de artificialidade, de mera ferramenta simbólico-discursiva a ser utilizada para a imposição de um projeto destituído de apoio e legitimidade; mas as coisas parecem ter funcionado de modo mais complicado.²⁹

É possível entender o surgimento da nação brasileira ignorando-se a nação portuguesa que, até meados da década de 1822, operava como referência máxima de pertencimento, em larga escala aceita e compartilhada por todos os súditos de D. João VI? Como entender a criação de um aparato político-administrativo novo e altamente complexo sem considerar os esforços coevos de ampará-lo em um discurso que combinava elementos identitários tanto de ruptura como de continuidade, e que portanto já existiam antes do Estado? Os resultados desses esforços, não resultam na existência plena de uma comunidade de tipo nacional imprescindível para a própria existência do Estado? Nesse ponto, o estudo da nação continua vinculado ao estudo de seus símbolos e imaginários, mas também, e cada vez mais, ao estudo dos discursos e das linguagens políticas que desencorajam o estabelecimento de qualquer relação de anterioridade ou posteridade entre *Estado*, *nação* e *nacionalismo*; é preferível tomá-los como fenômenos correlatos e, eventualmente, simultâneos.

Novamente, a historiografia atual parece tributária de autores como Caio Prado Júnior, Sérgio Buarque de Holanda e Maria Odila Dias, que tiveram muita clareza da inexistência de sentimentos nacionais *brasileiros* que fornecessem o subsídio essencial do processo de Independência. Contudo, hoje somos capazes

²⁸ Sobretudo a partir das assertivas de JANCSÓ & PIMENTA 2000.

²⁹ Para o mundo hispânico, a bibliografia é cada vez mais extensa. Restrinjo-me a apontar um trabalho modelar: GUERRA 1999/2000.

de recolocar a questão em outro patamar: se a ruptura entre Portugal e Brasil não foi uma luta entre metrópole e colônia, entre "brasileiros" e "portugueses" – de fato, não foi – como apreender as transformações em curso sem retrocedê-las ao caráter de "meras aparências" de ruptura? Creio que a historiografia precisa considerar que a profundidade e a amplitude da ruptura promovida pela Independência só podem ser explicadas a partir também de uma lenta, mas segura, alteração, *verdadeiramente revolucionária*, nas formas de pensar, representar e transformar o mundo; dentre elas, a possibilidade de mudanças substantivas em referenciais identitários e em projetos nacionais que, ao serem criações de uma nova ordem política, são parcialmente responsáveis também pelo advento destas. A Independência não foi resultado de um nacionalismo brasileiro; o Estado e a nação também não; mas para que eles pudessem existir, foi necessário que certos portugueses, por vários motivos que convém analisar melhor, concebessem a possibilidade de deixar de sê-lo. Por isso, a completa inexistência de um sentimento nacional *brasileiro* – ou de sentimentos congêneres – em meio à Independência merece ser revista.

Assim como foi revista a própria ideia de que a história do Brasil possui, como marca de nascimento, a ausência de transformações coletivas de monta. E se, com base no reconhecimento do caráter revolucionário da Independência, a historiografia aponta para outros caminhos a serem trilhados no século XXI, resta endossar a revisão de que o mundo em que essa historiografia se insere tampouco é afeito a tais transformações.

75

Fontes

Correio Braziliense, ou, Armazém Literário. 1808-1822. (2002). São Paulo: Imprensa Oficial, 31 v. (edição fac-similar).

Diário da Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império do Brasil, 1823. Brasília, Senado Federal, 1973, 3 v. (edição fac-similar).

Diário do Governo. 1822.

PINTO, Luiz Maria da Silva (1832). **Dicionário da língua brasileira.** Ouro Preto, Typ.de Silva.

Revérbero Constitucional Fluminense. 1821-1822 (2005). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 3 v.

SILVA, Antônio de Moraes e. (1813) **Dicionário da língua portuguesa.** 2ª.ed. Rio de Janeiro.

_____. (1823). **Dicionário da língua portuguesa.** 3ª.ed. Rio de Janeiro.

Bibliografia

ALEXANDRE, Valentim. **Os sentidos do império:** questão nacional e questão

- colonial na crise do Antigo Regime português. Porto: Afrontamento, 1993.
- ARAÚJO, Ana Cristina. Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil. In: I. JANCSÓ (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo, Hucitec, p.235-270, 2005.
- ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)**. São Paulo: Hucitec, 2008.
- ARENDT, Hannah. **Da revolução**. Brasília, UnB/Ática, 1998.
- ASSUNÇÃO, Mattias Röhrig. Miguel Bruce e os "horrores da anarquia" no Maranhão, 1822-1827. JANCSÓ, I. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 345-378, 2005.
- BARATA, Alexandre Mansur. **Maçonaria, sociabilidade ilustrada e independência do Brasil (1790-1822)**. Juiz de Fora/São Paulo: Editora UFJF/Annablume/Fapesp, 2006.
- BARBOSA, Silvana Mota. **A Sphinge Monárquica: o poder moderador e a política imperial**. Campinas, IFCH-UNICAMP (doutorado), 2001.
- BERBEL, Márcia Regina. **A nação como artefato: deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas, 1821-1822**. São Paulo: Hucitec, 1998..
- BERNARDES, Denis Antônio de Mendonça. **O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Ed.UFPE, 2006.
- BRANCATO, Braz A. A. **D. Pedro I de Brasil, posible rey de España (una conspiración liberal)**. Porto Alegre: Ed.PUCRS, 1999.
- BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a revolução em França**. Brasília, EdUnb, 1982.
- CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: A elite política imperial**. Rio de Janeiro/Brasília, Campus/Editora da UNB, 1980.
- CHIARAMONTE, José Carlos. La formación de los Estados nacionales en Iberoamérica. **Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana Dr. Emilio Ravignani** 3ª.serie, 1º.semestre, p.143-165, 1997.
- _____. Metamorfoses do conceito de nação durante os séculos XVII e XVIII. JANCSÓ, I. (org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, p.61-91, 2003.
- COSTA, Emília Viotti da. Introdução ao estudo da emancipação política. In: MOTA, C. G. Mota (org.) – **Brasil em perspectiva**. 19ª.ed. São Paulo, Difel, 1990.
- COSTA, Wilma Peres A economia mercantil escravista nacional e o processo de construção do Estado no Brasil (1808-1850). SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. (orgs.). **História econômica da independência e do império**. São Paulo: Hucitec, p.147-159, 1996a.
- _____. Do domínio à nação: os impasses da fiscalidade no processo de Independência.

- JANCSÓ, I. (org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, p. 143-193, 2003.
- _____. A independência na historiografia brasileira. JANCSÓ, I. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p. 53-118, 2005.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853). MOTA, Carlos Guilherme (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, p.160-184, 1972.
- DINIZ, Adalton Francioso. **Centralização política e apropriação de riqueza: análise das finanças do Império brasileiro (1821-1889)**. São Paulo: FFLCH-USP, Tese de doutorado, 2002.
- DOIN, José Evaldo de Mello. Balcão de negócios: a operação financeira da independência. MARTINS, I./MOTTA, R./IOKOI, Z. (orgs.). **História e cidadania: XIX Simpósio Nacional de História-ANPUH**. São Paulo: Humanitas, v.II, p.553-563, 1998.
- DOLHNIKOFF, Miriam. **O pacto imperial**. Origens do federalismo no Brasil. São Paulo, Globo, 2005.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. 9ª.ed. São Paulo, Globo, 2 v., 1991.
- FERNANDES, Ana Cláudia Fernandes. **Revolução em pauta: o debate *Correo del Orinoco-Correio Braziliense (1817-1820)***. São Paulo, FFLCH-USP (relatório de qualificação), 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- FURTADO, João Pinto. Das múltiplas utilidades das revoltas: movimentos sediciosos do último quartel do século XVIII e sua apropriação no processo de construção da nação. MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.99-121, 2006.
- GODECHOT, Jacques. Independência do Brasil e a Revolução do Ocidente. MOTA, C. G. (org.). **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, p.27-37, 1972.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. JANCSÓ, I. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p 707-752, 2005.
- GRAHAM, Richard. **Independence in Latin America: a Comparative Approach**. 2ª.ed. McGraw-Hill, 1994.
- _____. Construindo uma nação no Brasil do século XIX: visões novas e antigas sobre classe, cultura e Estado. **Diálogos: Revista do Departamento de História da Universidade Estadual de Maringá**. V.05, n.05, p.11-47, 2001.
- GUERRA, François-Xavier. A nação na América espanhola: a questão das origens.

Revista Maracanan ano I, n.1, UERJ, p.9-30, 1999-2000.

GUIMARÃES, Lúcia M. Paschoal. **Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial**: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. São Paulo, FFLCH-USP, Tese de doutorado, 1994.

HALPERIN DONGHI, Tulio. **Reforma y disolución de los imperios ibéricos, 1750-1850**. Madrid: Alianza, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1990.

_____. **A Era dos Extremos**: O breve século XX. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. A herança colonial – sua desagregação. In: _____. (org). **História geral da civilização brasileira t.II v.1**: o processo de emancipação. São Paulo: Difel, p.09-39, 1962.

_____. **História geral da civilização brasileira t.II, v.2**: dispersão e unidade. São Paulo: Difel, 1964.

JANCSÓ, István. A construção dos Estados nacionais na América Latina: apontamentos para o estudo do Império como projeto. SZMRECSÁNYI, T. & LAPA, J. R. do A. (orgs.). **História econômica da independência e do império**. São Paulo: Hucitec, p.3-26, 1996a.

_____. **Na Bahia, contra o Império**: história do ensaio de sedição de 1789. São Paulo: Hucitec/ EdUFBA, 1996b

_____. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAIS, F. (org). **História da vida privada no Brasil v.I**: cotidiano e vida privada na América portuguesa (org. de Laura de Mello e Souza). São Paulo, Companhia das Letras, p.388-437, 1997.

_____. & PIMENTA, João Paulo G. (2000). Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). MOTA, Carlos G. (org.). **Viagem incompleta**: a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo: Senac, p.127-175, 2000.

_____. (org.). **Brasil**: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/ Fapesp/Editora Unijuí, 2003.

_____. **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2005.

KOSELLECK, Reinhart. Criterios históricos del concepto moderno de revolución. In: _____. **Futuro pasado**. Para una semántica de los tiempos históricos. Barcelona, Paidós, p.67-85, 1993.

LOPES, José Reinaldo de Lima. Iluminismo e jusnaturalismo no ideário dos juristas da primeira metade do século XIX. JANCSÓ, I. (org.). **Brasil**: formação do Estado e da nação. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, p.195-218, 2003.

- LOPEZ, Emilio Carlos Rodriguez. **Festas públicas, memória e representação:** um estudo sobre manifestações políticas na Corte do Rio de Janeiro, 1808-1822. São Paulo: Humanitas, 2004.
- LYRA, Maria de Lourdes Viana. **A utopia do poderoso império - Portugal e Brasil:** bastidores da política 1798-1822. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- _____. Memórias da independência: marcos e representações simbólicas. **Revista Brasileira de História** v.15, n.29, p.173-206, 1995.
- MACHADO, André Roberto de A. **A quebra da mola real das sociedades:** a crise política do Antigo Regime português na província do Grão Pará (1821-1825). São Paulo: FFLCH-USP. Tese de doutorado, 2006.
- MALERBA, Jurandir (org.). **A Independência brasileira:** novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006a.
- _____. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c.1980-2002). MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira:** novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.19-52, 2006b.
- MARQUESE, Rafael de Bivar. Escravismo e independência: a ideologia da escravidão no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos nas décadas de 1810 e 1820. JANCSÓ, I. (org.). **Independência:** história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p.809-827, 2005.
- MATTOS, Ilmar R. de. **O tempo saquarema:** a formação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 1987.
- MATTOSO, Kátia **Presença francesa no movimento democrático baiano de 1798.** Salvador: Itapuã, 1969.
- MAXWELL, Kenneth. **A devassa da devassa. A Inconfidência Mineira:** Brasil e Portugal, 1750-1808. 2ª.ed. Rio de Janeiro, Paz & Terra, 1978.
- _____. Por que o Brasil foi diferente? O contexto da independência. MOTA, C. G. (org.). **Viagem incompleta:** a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo: Senac, p.177-195, 2000.
- McFARLANE, Anthony. Independências americanas na era das revoluções: conexões, contextos, comparações. MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira:** novas dimensões. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.387-417, 2006.
- MELLO, Evaldo Cabral de. **A outra Independência:** o federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo: Editora 34, 2004.
- MILLINGTON, Thomas. **Colombia's Military and Brazil's Monarchy:** Undermining the Republican Foundations of South American Independence. Westport: Greenwood, 1996.
- MIRANDA, Márcia Eckert. **A Estalagem e o Império:** crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831). Campinas: IE-UNICAMP. Tese de doutorado, 2006.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos**: imprensa, atores políticos e sociabilidades na Cidade Imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005b.

_____. Independência no papel: a imprensa periódica. JANCSÓ, I. (org.) – **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p.617-636, 2005c

MOTA, Carlos G. **Atitudes de inovação no Brasil**. Lisboa, Horizonte, 1970.

_____. (org.) **1822**: dimensões. São Paulo: Perspectiva, 1972a.

_____. (org.) **Nordeste 1817**. São Paulo, Perspectiva, 1972b.

_____. (org.) **Viagem incompleta**: a experiência brasileira. Formação: histórias. São Paulo: Senac, 2000.

NEVES, Guilherme Pereira das. Del Império lusobrasileño al Império del Brasil (1789-1822). ANNINO, A. & GUERRA, F. (orgs.). **Inventando la nación**. Iberoamérica, siglo XIX. México, FCE: p.221-252, 2003.

NEVES, Lúcia P. das. Os panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil. JANCSÓ, I. (org.). **Independência**: história e historiografia. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p.637-675, 2005.

_____. Revolução: em busca de um conceito no império luso-brasileiro (1789-1822). FERES Jr., João & JASMIN, Marcelo (Org.). **História dos Conceitos**: diálogos transatlânticos. Rio de Janeiro: Ed.PUC-Rio/ Loyola/IUPERJ, p. 129-140, 2007.

NOVAIS, Fernando A. As dimensões da Independência. In: MOTA, C.G. (org.) – **1822**: dimensões. São Paulo, Perspectiva, p.15-26, 1972.

_____. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo: Hucitec, 1979.

NOVAIS, Fernando A. & MOTA, Carlos G. **A independência política do Brasil**. São Paulo: Moderna, 1986.

OLIVEIRA, Cecília Helena. O espetáculo do Ipiranga: Reflexões preliminares sobre o imaginário da Independência. **Anais do Museu Paulista** v.3, janeiro/dezembro, p.195-208, 1995a.

_____. **A astúcia liberal**: relações de mercado e projetos políticos no Rio de Janeiro (1820-1824). Bragança Paulista: Edusf/Ícone, 1999.

PAMPLONA, Marco Antonio & MÄDER, Maria Elisa (orgs.). **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**. V.1: região do Prata e Chile. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

_____. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**. V.2: Nova Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

_____. **Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas**. V.3: Nova Granada, Venezuela e Cuba. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2009.

- PEREIRA, Miriam Halpern et alli. (orgs.). **O liberalismo na península ibérica na primeira metade do século XIX**. Lisboa: Sá da Costa, 2 v, 1982.
- PIMENTA, João Paulo G. **Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2002.
- _____. A política hispano-americana e o império português (1810-1817): vocabulário político e conjuntura. In: JANCSÓ, I. (org.). **Brasil: formação do Estado e da nação**. São Paulo: Hucitec/Fapesp/Editora Unijuí, p.123-139, 2003a.
- _____. **O Brasil e a América espanhola (1808-1822)**. São Paulo: FFLCH-USP. Tese de doutorado, 2003b.
- _____. **Brasil y las independencias de Hispanoamérica**. Castelló de la Plana: Publicacions de la Universitat Jaume I, 2007a.
- _____. A independência do Brasil. Um balanço da produção historiográfica recente. In: CHUST, M. & SERRANO, J. A. (eds.) – **Debates sobre las independencias iberoamericanas**. Madrid/Frankfurt, Iberoamericana, 147-158, 2007b
- PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Negociantes, independência e o primeiro Banco do Brasil: uma trajetória de poder e de grandes negócios. **Tempo** v.8, n.15, 2003.
- PRADO JR., Caio. **Evolução política do Brasil**. São Paulo, Brasiliense, 1933.
- _____. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense, 1942.
- _____. **A revolução brasileira: Perspectivas em 1977**. 7ª.ed. São Paulo, Brasiliense, 1987.
- PROENÇA, Maria Cândida. **A independência do Brasil**. Lisboa: Colibri, 1999.
- RIBEIRO, Gladys Sabina. **A liberdade em construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.
- RODRIGUES, José Honório. **Conciliação e reforma no Brasil. Um desafio histórico-político**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- _____. **Independência: revolução e contra-revolução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 5 v, 1975-76.
- SANTOS, Afonso C. Marques dos. **No rascunho da nação: inconfidência no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1992.
- SCHULTZ, Kirsten.. A era das revoluções e a transferência da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro (1790-1821). MALERBA, J. (org.). **A Independência brasileira: novas dimensões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.125-151, 2006.
- SILVA, Ana Rosa C. da. **Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio, 1783-1823**. Campinas: Ed.Unicamp, 1999.
- _____. **Inventando a nação: intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime português (1750-1822)**. São Paulo, Hucitec/Fapesp, 2006.

- SILVA, Luiz Geraldo. *Aspirações barrocas e radicalismo ilustrado. Raça e nação em Pernambuco no tempo da Independência (1817-1823)*. JANCSÓ, I. (org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec/Fapesp, p.915-934, 2005a.
- _____. *O avesso da independência: Pernambuco (1817-24)*. MALERBA, J. (org.). *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.343-384, 2006.
- SLEMIAN, Andréa. **Sob o império das leis: Constituição e unidade nacional na formação do Brasil (1822-1834)**. São Paulo: FFLCH-USP, Tese de doutorado, 2006d.
- SODRÉ, Nelson Werneck **As razões da independência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.
- SOUZA, Iara Lis Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo**. São Paulo, EdUnesp, 1998.
- SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José R. do A. (orgs.). **História econômica da independência e do império**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- TAVARES, Luís Henrique D. **A independência do Brasil na Bahia**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1982.
- TENGARRINHA, José. **Da liberdade mitificada à liberdade subversiva: uma exploração no interior da repressão à imprensa periódica de 1820 a 1828**. Lisboa, Colibri, 1993.
- TOCQUEVILLE, Aléxis de. **O Antigo regime e a revolução**. 2ª.ed. Brasília, EdUnb, 1982.
- _____. **A democracia na América**. 3ª.ed. São Paulo, Edusp, 1987.
- VARGUES, Isabel Nobre. **A aprendizagem da cidadania em Portugal (1820-1823)**. Coimbra: Minerva, 1997.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **História geral do Brasil e História da Independência do Brasil**. 10ª.ed. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 3 v, 1981.
- VILLALTA, Luiz Carlos. **1789-1808: o império luso-brasileiro e os brasis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- WEHLING, Arno (org). **Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no Segundo Reinado**. Rio de Janeiro, IHGB, 1989.
- ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. *História, experiência e modernidade na América ibérica*. **Almanack Braziliense** n.07, maio 2008.

Anotar e prefaciar a obra do “mestre”: reflexões de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu

Annotate and preface the “master’s” work: reflexion about Capistrano de Abreu by José Honório Rodrigues

Ítala Byanca Morais da Silva

Mestre

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Técnica

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

itala.2sr@iphan.gov.br

Avenida Governador José Malcher, 563 - Nazaré

Belém - PA

66035-100

Brasil

Resumo

O historiador Capistrano de Abreu (1853-1927) foi objeto de práticas deliberadas de construção da memória. A criação da Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969) foi a materialização das aspirações dos “discípulos”, amigos e pares de Capistrano de Abreu em torná-lo uma personagem memorável para a história da inteligência brasileira. Em seus últimos anos de atividade, essa Sociedade foi dirigida pelo historiador José Honório Rodrigues. Este artigo tem o objetivo de discutir as representações construídas sobre Capistrano de Abreu por José Honório Rodrigues, quando este era o representante oficial do culto institucional à sua memória.

83

Palavras-chave

Historiografia; Capistrano de Abreu; José Honório Rodrigues.

Abstract

The Brazilian historian Capistrano de Abreu (1853-1927) was object of deliberate practices of building memories. The creation of Capistrano de Abreu Society (1927-1969) represented the materialization of his disciples; friends and colleagues desire to transform the historian into an outstanding representative for the Brazilian intellectual history. In his last years of activities the Society was directed by the historian José Honório Rodrigues. This article discuss José Honório Rodrigues representations about Capistrano de Abreu when he was the official representative of the institutional tribute to Capistrano’s memory.

Keyword

Historiography; Capistrano de Abreu; José Honório Rodrigues.

Enviado em: 04/08/2009

Aprovado em: 24/08/2009

Em 11 de setembro de 1927, foi criada na cidade do Rio de Janeiro a Sociedade Capistrano de Abreu, instituição com o fim deliberado de “preservar” a memória do recém-falecido historiador Capistrano de Abreu. A Sociedade manteve suas atividades por 42 anos e por ela passaram significativos representantes do campo letrado nacional e estrangeiro, como Mário de Andrade, Manuel Bonfim, Assis Chateaubriand, Câmara Cascudo, Franz Boas, Paul Rivet e H. G. Wells. Nessas quatro décadas, a instituição possuiu como dirigentes mais significativos e cujas ações foram mais incisivas na construção da memória de Capistrano de Abreu, os historiadores Paulo Prado, Rodolfo Garcia e José Honório Rodrigues. Pretendemos, neste texto, discutir alguns aspectos pertinentes à construção da memória de Capistrano de Abreu¹ pelo historiador José Honório Rodrigues, tendo como fontes a produção historiográfica deste e o acervo da Sociedade Capistrano de Abreu depositado no Instituto do Ceará (Histórico, Geográfico e Antropológico).²

I.

Certamente a anotação é um trabalho que revela modéstia, humanidade, renúncia, mostrando-se o autor capaz de sacrificar seu tempo, seu esforço e faculdade pelo aperfeiçoamento de obra já realizada por outro. Esta não foi a lição de Varnhagen, que sempre foi soberbo e orgulhoso, mas de quem se assinava “João Ninguém” e o maior historiador que o Brasil já possuiu. (RODRIGUES, 1953, p.3)

Com essa afirmação, José Honório Rodrigues definiu as anotações realizadas por Capistrano de Abreu à obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, uma lição de humildade, como se o trabalho do prefaciador ou anotador de textos não conferisse identidade e reconhecimento no campo letrado. Seria este um ato quase beneficente para Rodrigues. Contudo, as anotações e os prefácios conferem posições nas disputas do mundo das letras e estes campos extratextuais representam um lugar social (NOIRIEL 1995; ARAÚJO 1998). Não por acaso, nas biografias de Capistrano de Abreu o seu papel de anotador e prefaciador é constantemente retomado, delegando um capital simbólico a esses trabalhos, condição da qual a própria afirmação de José Honório Rodrigues foi resultado.³

84

¹ A memória de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira tem suscitado um número representativo de ensaios e pesquisas de pós-graduação, são exemplos: (GOMES, 1996; RAMOS, 2004; GONTIJO, 2006; GUIMARÃES, 2006; SILVA, 2008).

² Entre 2004 e 2006, trabalhei como bolsista de iniciação científica (CNPq) no projeto de organização do acervo de Capistrano de Abreu e da Sociedade Capistrano de Abreu depositado no Instituto do Ceará, sob a coordenação dos professores Giselle Martins Venancio, Gisafran Mota Jucá e Manoel Luiz Salgado Guimarães. O trabalho no arquivo acabou por contribuir com o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado, como o título, *Les morts vont vite: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)*, defendida em 2008, no Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, sob a orientação do Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães e com o financiamento da CAPES.

³ Para uma análise das biografias de Capistrano de Abreu, ver: GONTIJO 2006.

O próprio José Honório Rodrigues foi receptor de um capital dessa natureza. Ele foi organizador, anotador e prefaciador de todas as edições da obra de Capistrano de Abreu posteriores a 1954, com exceção da edição dos *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil* realizada em 1960, e das duas últimas publicações da Sociedade Capistrano de Abreu, a 2ª edição da 3ª série dos *Ensaio e Estudos* e dos *Capítulos de História Colonial*, publicadas em 1969. Como dirigente da Sociedade Capistrano de Abreu/SCA, José Honório Rodrigues acabou substituindo-a no papel de editora da obra de Capistrano de Abreu após o término das atividades da instituição em 1969.⁴

José Honório Rodrigues nasceu no Rio de Janeiro em 20 de setembro de 1913 e formou-se em direito na Faculdade do Largo de São Francisco em 1937, recebendo, no mesmo ano, o prêmio de erudição da Academia Brasileira de Letras pela pesquisa realizada ao lado de Joaquim Ribeiro sobre a invasão holandesa no período colonial (RODRIGUES e RIBEIRO 1940; RODRIGUES 1949). A partir de 1939, passou a trabalhar no Instituto Nacional do Livro ao lado de Sérgio Buarque de Holanda, permanecendo nessa instituição até 1944 (IGLÉSIAS 1988). Essa era a posição ocupada por José Honório no campo letrado no momento da sua admissão no quadro social da SCA, em 1939. Contudo, acreditamos que a sua admissão decorreu não apenas de seu capital simbólico acumulado, mas também da resenha crítica sobre Capistrano de Abreu publicada pelo autor na Revista do Brasil em março de 1939 (RODRIGUES 1939).

85

A escrita do artigo na Revista do Brasil foi apenas o primeiro encontro de José Honório Rodrigues com a obra de Capistrano de Abreu. A produção historiográfica de José Honório foi vasta e perpassou vários canteiros da História e a presença de Capistrano foi constante.⁵ As observações de Capistrano de Abreu sobre algum momento político ou obra historiográfica eram utilizadas por José Honório com frequência, normalmente, para justificar e reforçar alguma perspectiva do próprio autor. Alguns fragmentos da *Teoria da História do Brasil* são representativos, "A história é um estudo empírico, no sentido de que não é um aglomerado não interpretado de símbolos, sem referência à experiência. Daí representar a intuição ou a adivinhação de que falava Capistrano de Abreu, um papel importante" (RODRIGUES, 1978 a, p. 133), ou, "Como disse Capistrano de Abreu, Varnhagen soube escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, revelar uma multidão de fatos" (RODRIGUES 1978 a, p. 136).

José Honório Rodrigues teve uma vida dedicada à História, e porque não dizer, também dedicada à obra de Capistrano de Abreu. A dedicação concedida ao historiador compreendeu uma parte relevante do seu projeto de vida "historiográfico": a constituição do campo dos estudos teórico-metodológicos e da pesquisa histórica no Brasil. Com esse objetivo José Honório constituiu um

⁴ Sobre a edição da obra de Capistrano de Abreu, cf. AMED 2000 e SILVA 2008.

⁵ Francisco Iglesias realizou uma classificação temática da produção de José Honório Rodrigues em cinco grupos: teoria, metodologia e historiografia; história de temas; ensaios historiográficos; obras de referência; edições de textos (IGLÉSIAS 1988).

plano de trabalho, que correspondeu à publicação de três livros, dedicados, respectivamente, à Teoria da História, à pesquisa histórica no Brasil e à História da História do Brasil. O objetivo maior que perpassou esse projeto era perceber todos os meandros que acompanhavam a produção do texto histórico no Brasil, desde a pesquisa de fontes até as perspectivas teóricas, ou como afirmou José Honório, as perspectivas ideológicas que compunham a narrativa, oferecendo aos estudantes dos cursos de Filosofia e posteriormente de História manuais sobre a historiografia brasileira.⁶

Diante do exposto, cabe indagar sobre o papel ocupado por Capistrano de Abreu nesse projeto de José Honório Rodrigues, para assim percebermos como a dedicação do historiador à obra de Capistrano de Abreu contribuiu para a concretização de seus planos de pesquisa e de consolidação do campo dos estudos históricos no Brasil, o que justificaria o desvelo concedido por José Honório às atividades da Sociedade Capistrano de Abreu. A relação peculiar que José Honório estabeleceu com a obra de Capistrano de Abreu foi ressaltada por vários pesquisadores, podendo ser destacados Francisco Iglésias, Astor Diehl e Rebeca Gontijo (DIEHL, 1999; IGLÉSIAS, 1988; GONTIJO, 2006). Relação bem sintetizada por Ana Luiza Marques: “José Honório não é dos mais coerentes em suas citações, com exceção da admiração inabalável por Capistrano de Abreu, a maioria dos historiadores que estudou foi vítima dos refluxos de seu humor” (MARQUES, 2000, p.24).

II.

Quando em parágrafo anterior afirmamos que José Honório Rodrigues dedicou a sua vida à História, não afirmávamos apenas a dedicação cotidiana do historiador ao seu ofício, mas também ao próprio significado que a história possuía para ele. Para José Honório a história era a representação da vida. Segundo o autor:

Deus não é dos mortos, mas dos vivos, porque, para ele, todos são vivos. A história também não é dos mortos, mas dos vivos, pois ela é a realidade presente, obrigatória para a consciência, frutífera para a experiência. A vida e a realidade são história, gerando passado e futuro. Assim, todo o movimento da consciência, toda a pulsação vital do espírito é história, no duplo sentido de *res gestae* e *historia rerum gestarum*, segundo a lição de Croce. Por isso a historiografia está sempre na dependência da história (RODRIGUES 1978a, p. 27).

Na história estaria o princípio ativo da vida, e diante desse entendimento foi conferido à história, como narrativa, e ao historiador, como produtor desse discurso particular, papéis decisivos e ativos no devir da sociedade. A História e o historiador teriam uma missão política a cumprir. Como a “historiografia está sempre na dependência da história”, José Honório entende que o presente do

⁶ Estudo referencial sobre a obra de José Honório Rodrigues foi a pesquisa desenvolvida por Raquel Glezer. (GLEZER 1976).

historiador é o principal motivador da narrativa historiográfica e que, por isso, todo o discurso histórico deve ser passível de análise, pois, somente através desse processo de depuração do texto histórico é que se poderia chegar ao passado bem como ao presente, pois, o texto histórico seria tanto uma narrativa sobre o passado como sobre o presente de quem narra.⁷ Nesse sentido, segundo o autor:

A historiografia é verdadeiramente um espelho onde se refletem os problemas da própria nação e da humanidade. Neste sentido, as revisões históricas não nascem das noções históricas concretas, mas da análise e da crítica dos elementos ideológicos determinativos. É um realismo ingênuo acreditar que se possa conhecer o objeto histórico em si próprio como uma fotografia. A realidade histórica é uma pintura que depende da perspectiva do historiador. Mas "o historiador só pode ver o fato através de si mesmo", como homem do seu século, comparando com o tempo em que vive. Sem fatos não há história, mas sem historiador os fatos não têm sentido, e como o historiador é homem de certa época, e muda, com ele muda a história (RODRIGUES, 1978 a, p. 28).

Nesse jogo de tensões entre o passado e o presente da sociedade, é que se realiza a ruptura com o futuro. O autor aponta o fim da Segunda Grande Guerra como o momento instaurador de uma nova ordem, na qual a Europa cada vez mais se distanciava dos debates políticos e na qual outras realidades históricas como a americana, a soviética, e a dos países asiáticos, africanos e latino-americanos apareciam como desconhecidas tanto para os profissionais da História quanto para a população de uma forma geral. A realidade contemporânea colocava novos desafios ao historiador, no qual o principal seria compreender um mundo em que a Europa não possuísse um papel preponderante.⁸

Diante dessas mudanças, o autor observou como a historiografia brasileira estava despreparada para encarar estes desafios em dois aspectos. O primeiro deles era a negativa em perceber que o presente demandava que os estudos históricos nacionais se desviassem para questões que pudessem colaborar com entendimento dos problemas políticos atuais. O segundo aspecto seria a persistência de uma historiografia que corroborava a "personalidade básica portuguesa" e a "sociedade rural". Segundo o autor:

A historiografia brasileira, expressão de sua história, representava até há pouco, e ainda representa em significativa proporção, a sociedade velha e arcaica, a que se referiam Pierre Denis e Jacques Lambert, e por isso se dedicava tão esmagadoramente à história colonial, expressão do seu apego às tradições e à cultura luso-brasileira, forma de concepção histórico-filosófica de sua personalidade básica e de seu caráter social. O Brasil arcaico é o Brasil rural, com 54,92% de sua total população, ao contrário de uma sociedade nova, muito mais evoluída e com muito maior estabilidade

⁷ José Honório Rodrigues estabeleceu em sua obra um diálogo constante com Arnold Toynbee e Benedetto Croce, aspecto que fortaleceu a perspectiva presentista na sua produção. (GLEZER, 1976; MARQUES, 2000; CROCE, 1973; TOYNBEE, 1978).

⁸ Sobre as transformações da historiografia no pós-guerra ver Capítulo 1 "Os problemas da história e as tarefas do historiador" (RODRIGUES, 1978 a, p. 27-44).

que domina de modo geral o Estado de São Paulo e o extremo sul, mas que no resto do país é sobretudo uma sociedade urbana (RODRIGUES, 1978 a, p. 32).

Retomando a perspectiva de uma História pragmática e comprometida com o presente, José Honório apresenta a nova realidade brasileira, na qual o historiador deveria responder à emergência de um Brasil urbano. Assim, a historiografia brasileira deveria atender as demandas desse Brasil moderno. Diante desse duplo descompasso externo e interno, ou seja, de uma historiografia que não respondia a pendência quanto à nova geopolítica do pós-guerra e nem a compreensão contemporânea da nação, José Honório insere a questão da identidade nacional como forma de reparar essa lacuna historiográfica brasileira. Pois, buscando a identidade da nação, o historiador brasileiro poderia oferecer um perfil para o Brasil dentro na nova ordem mundial, bem como oferecer o entendimento do nacional para os próprios brasileiros, que, segundo o autor, sempre foram alijados do processo de construção histórica do nacional, tanto por não fazerem parte da narrativa, como por não compartilharem dos seus resultados simbólicos.⁹ Assim, questiona o autor:

Que fazemos nós, historiadores, para esclarecer as razões do nosso caminho nacional e internacional em busca do poder e do respeito internacionais? Que fazemos nós, historiadores, para reconhecer e esclarecer os climas especiais de opinião, as características de certas épocas e lugares, o caráter de nossa cultura, a personalidade básica de nosso povo, seus traços especificamente nacionais? (RODRIGUES, 1978 a, p. 43).

88

José Honório creditava à História e ao historiador um papel político a ser cumprido, arriscamos a definir a História para o autor como missionária. O “historiador missionário” não poderia exercer a sua prática de uma maneira aleatória. A escrita da História, dada a sua importância social, deveria ser exercida por profissionais especializados. Dessa forma, José Honório Rodrigues detecta mais um problema da historiografia no Brasil, a necessária profissionalização do historiador e o maior aprofundamento das questões referentes à metodologia, teoria e pesquisa históricas (MARQUES, 2000; GONTIJO, 2006).

Nessa vida dedicada à História, José Honório Rodrigues propôs inúmeros projetos que buscaram viabilizar esse reconhecimento social do profissional historiador, como a Comissão Nacional de História¹⁰ e o Instituto Nacional de Pesquisa

⁹ José Honório Rodrigues atribui esse distanciamento entre a história e o “povo” como decorrente de uma história política que tenderia a reduzir o social às “atividades de políticos, de personalidades influentes, como expressão de classes superiores e de minorias dirigentes”. (RODRIGUES, 1978 a, p. 212).

¹⁰ Por volta de 1954, José Honório Rodrigues passa a se dedicar à criação da Comissão Nacional de História. Durante o Congresso Comemorativo do Tricentenário da Restauração Pernambucana, o historiador conseguiu reunir um grupo relevante de adeptos ao projeto e posteriormente ampliar o número de participantes no IV Centenário da Fundação de São Paulo. No documento indicativo saído das discussões do congresso em Recife foram definidos os principais aspectos da comissão: “A Comissão Nacional não faz concorrência aos Institutos Históricos Brasileiros, pois seu objetivo é unir os historiadores e estudiosos de história brasileira. A tarefa mais importante desta Comissão é filiar em todo país, através de Seções Estaduais, os historiadores e estudiosos da história, independente de títulos acadêmicos ou honoríficos, para verificar os progressos realizados pela ciência história e promover os

Histórica,¹¹ intenções que não alcançaram seus objetivos. Contudo, a sua maior contribuição foi o projeto editorial sobre historiografia brasileira. É na execução desse projeto que o autor se dedica de uma forma mais aprofundada à figura de Capistrano de Abreu.

Como uma forma de sistematizar as representações construídas por José Honório Rodrigues a respeito de Capistrano nesses trabalhos utilizaremos os três pilares estabelecidos pelo autor sobre a escrita da História: teoria, pesquisa e historiografia. Iniciaremos pela teoria, pois como o autor afirmou, “o plano, o sentido, as forças e os poderes impulsionadores, suas possibilidades e pressupostos só se compreendem na relação mútua, funcional e dependente do fato ou texto com a teoria interpretativa”. (RODRIGUES, 1978 a, p. 17).

Para José Honório, toda História é fruto do presente. O historiador ao voltar-se ao passado procura fatos, personagens e processos que interessam a sua contemporaneidade. Dessa forma, toda narrativa histórica seria comprometida com algo que lhe é exterior, o social. A teoria da História para o autor seria “aquilo que trata de princípios conceituais que precedem, guiam e acompanham a técnica da pesquisa e o processo crítico na história geral ou nacional”. (RODRIGUES, 1978 a, p. 16). Ou seja, o processo de escrita da História se inicia antes mesmo da pesquisa das fontes, através do *presentismo* que guia desde a escolha do objeto de estudo, a seleção e crítica dos fatos pelo historiador, bem como, as conexões realizadas entre os fatos para construir a narrativa.

José Honório então verifica o quanto a historiografia brasileira foi tributária de uma teoria da história “passadista” e “conservadora”, cujo maior representante foi Francisco Adolfo de Varnhagen, e que esta não correspondia mais com as demandas presentes na segunda metade do século XX. Na verdade, o que mais afligia o autor não era a existência no passado desse passadismo e conservadorismo, mas o quanto esses fatores ainda estavam presentes na historiografia brasileira. Segundo Astor Diehl,

O autor, já no final da década de 1950, alertava que a historiografia brasileira passaria por uma crise, que segundo ele, se apresentava pela falta de sintonia entre as correntes de pensamento e a própria vida social. No entanto, constatamos que não era uma crise momentânea, mas, sim, uma crise de permanência de um pensamento histórico antiquário e revisionista, factual e não ideológico, que tinha suas raízes no Brasil arcaico. Esse Brasil arcaico seria o fator que estaria perpetuando a discrepância entre a pesquisa histórica e seus resultados relacionados com as necessidades sociais da

métodos da organização das pesquisas e do ensino, e batalhar pela criação de instituições necessárias ou pela melhoria das existentes em todo o território nacional. A Comissão congrega e reúne, não distingue e nem premia. A comissão une os historiadores brasileiros, membros ou não de Institutos Históricos, numa rede de cooperação mútua e assistência recíproca”.

¹¹ O Instituto Nacional de Pesquisa Histórica tinha o objetivo “promover e estimular a pesquisa histórica oficial e pública no Brasil e no estrangeiro, planejando a organização dos instrumentos do trabalho histórico, inventariando e reproduzindo os papéis históricos do Brasil e relativos ao Brasil, existentes no estrangeiro, e preparando a formação profissional de historiadores e pesquisadores de história”. Mais do que a coleta de documentos, o plano de criação do Instituto tinha como finalidade transformar o Estado em um fomentador de pesquisas históricas, pois a sua criação era, segundo Rodrigues, “uma necessidade da consciência nacional”. (RODRIGUES, 1982, p. 239).

época. Nessa perspectiva, o autor parte para a idéia de que o passado deve ser reconstruído com base na complexidade social-histórica presente, ou seja, o interesse histórico pelo passado deve apresentar-se como resultado e prolongamento das perspectivas presentistas. (DIEHL, 1999, p. 222)

A partir desse momento a produção historiográfica de Capistrano de Abreu passou a ser constantemente retomada por José Honório Rodrigues, tornando-se aquele autor a referência de vários aspectos da postura profissional dos historiadores, os quais José Honório pretendia que se generalizassem nos estudos históricos nacionais. Como apresentou Rebeca Gontijo, o “presentismo” na produção de José Honório foi um fator determinante para a admiração do historiador por Capistrano de Abreu, mas, como veremos, esse processo não se restringiu apenas a este aspecto, possuindo outros desdobramentos na produção historiográfica do autor (GONTIJO, 2006).

Capistrano de Abreu personificou para José Honório Rodrigues a imagem do historiador ideal. Como afirmamos, o autor buscava consolidar a profissão do historiador e estabelecer para a crítica historiográfica um campo legítimo de estudos. Nesse mesmo contexto, podemos perceber um movimento semelhante no campo dos estudos literários, no qual Antonio Cândido realizava esse exercício de organização de autores e obras para a literatura brasileira. (BAPTISTA, 2005). O projeto de Cândido e o de José Honório possuíam em comum a necessidade de estabelecer um conjunto de obras de referência para suas respectivas disciplinas, bem como, reafirmar as perspectivas nacionalistas, ou seja, seria na narrativa sobre o nacional que se fundaria um discurso tipicamente brasileiro. Outro aspecto importante foi o diálogo estabelecido por José Honório com a crítica literária. O projeto do autor de definir os textos representativos da historiografia brasileira também foi uma ação que buscava retirar estes escritos da análise exclusivamente estética, o que muitas vezes proporcionava uma visão dos textos de cronistas e viajantes coloniais como de pouco valor. Assim, José Honório pretendia apontar que estes trabalhos possuíam um valor para além do estilo da narrativa e que somente a análise historiográfica poderia definir o seu real valor, sendo Capistrano de Abreu um dos primeiros autores a separar a análise estética e literária da crítica histórica. Segundo José Honório:

A obra histórica deve ver-se e examinar-se como obra histórica, por seu valor intrínseco, como contribuição ao desenvolvimento de nossa disciplina. O critério literário e formal não é aqui o definitivo [...] Assim, pois, o estudo da historiografia representa um esforço para cortar os laços entre nossa disciplina e a história literária. (RODRIGUES, 1963, p. 9)

Capistrano de Abreu foi identificado por José Honório como o precursor de uma “historiografia nova”, destacando-se por ter se apoiado em questões teóricas de outros campos das ciências humanas como a sociologia, psicologia e economia, e por substituir um passado colonial gerador de conservadorismo por um passado nacional. Segundo Honório Rodrigues,

É especialmente com Capistrano de Abreu que se inicia a historiografia nova, expressão do Brasil novo, pois ao escrever *Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil (1899)*, tema colonial ainda, ele rejeita a ênfase sobre as origens européias e as relações européias. Seu tema é integralmente nacional, pois convidava os historiadores brasileiros a não centralizar o seu interesse nas comunidades do litoral, mas no interior, no próprio Brasil arcaico, é verdade, mas nas origens autônomas do Brasil novo: as minas, as bandeiras, os caminhos. A rejeição colonial está implícita no próprio tema colonial. (RODRIGUES, 1963, p. 34)

Podemos imaginar o quanto era significativo para José Honório Rodrigues verificar que um intelectual do século XIX, mais especificamente, um historiador, escrevia e pesquisava motivado pelo questionamento sobre ser o brasileiro um povo em “dissolução” ou em “formação”, e que concluiu seu principal livro anunciando que após 300 anos do início da colonização portuguesa, o brasileiro ainda não existia como unidade, não constituindo uma identidade unívoca para a nação (ABREU, 1976, p. 189-213). Assim, prossegue o autor:

Mas é a sua orientação para a historiografia nova que nos interessa agora. Ele a enriqueceu, graças à sua formação, de novos conceitos: o de cultura substitui o de raça, seus estudos indígenas são atuais e renovam nossa etnografia; a importância da história social e dos costumes aparece pela primeira vez nos *Capítulos*; e o próprio sistema da casa-grande e senzala e sua importância no Nordeste viu-o pela primeira vez em 1910. (RODRIGUES, 1963, p. 34)

91

O aparato teórico que José Honório identificava em Capistrano de Abreu levava este último a contribuir para outro aspecto da constituição da escrita da História: a narrativa. Como já foi apontado anteriormente, José Honório observava no historiador uma peça fundamental na construção do discurso histórico. Ana Luiza Marques afirma que o sistema teórico-metodológico de José Honório era constituído por um “híbrido teórico-prático” entre presentismo e positivismo (MARQUES, 2000). Ou seja, José Honório acreditava na positividade da pesquisa histórica de recuperar o passado, contudo, esse passado só apresentaria sentido e significação na interpretação do historiador.

José Honório passa então a tramar uma oposição entre Capistrano de Abreu e Francisco Adolfo de Varnhagen. O autor reconhecia com freqüência às contribuições do Visconde de Porto Seguro à historiografia, principalmente na descoberta de fontes e na crítica documental, contudo, observava que a História não poderia limitar-se à exposição dos “fatos”, pois o verdadeiro trabalho do historiador estaria em realizar “a interconexão processual, ou seja, descobrir os fatos e mostrar suas relações, processo simultâneo.”¹² Para José Honório, Capistrano teria sido o primeiro a realizar este trabalho, e se ampara em uma

¹² Outros trechos também são ilustrativos: “A fide ou infidedignidade das fontes é um problema de primeira instância, mas, no final, na hora do julgamento e da avaliação, o historiador, como o juiz, para chegar à convicção tem sua liberdade de interpretação” [...] “Deste modo, a narrativa é objetiva e subjetivamente verdadeira, isto é, a realidade do passado é objetivamente estabelecida pelas fontes, mas subjetivamente interpretada pelo historiador” (RODRIGUES, 1963, p. 109).

afirmação do próprio Capistrano sobre Varnhagen para chegar a essa conclusão:

Como disse Capistrano de Abreu, Varnhagen soube escavar documentos, demonstrar-lhes a autenticidade, solver enigmas, desvendar mistérios, revelar uma multidão de fatos. Compreender, porém, tais fatos em suas origens, em sua ligação com outros mais amplos e radicais de que dimanam, generalizar as ações e formular-lhes a teoria, não conseguiu e nem conseguiu-ia. Foi essa incapacidade teórica de Varnhagen que o impossibilitou de realizar, na obra mais completa da historiografia brasileira, uma bem planejada e bem arquitetada divisão de períodos. (RODRIGUES, 1963, p. 133)

A teoria era considerada por José Honório o principal componente dos discursos históricos, afinal, ela seria a responsável pela construção da narrativa. Somente com ela poderia ser realizada a interpretação dos fatos e a organização dos mesmos em um todo coerente. Assim, prossegue José Honório:

Não será exagero dizer que Capistrano de Abreu soube, com essas poucas páginas (*Informações e fragmentos históricos do Padre José de Anchieta*), elevar-se realmente a altura ainda não atingida por nenhum historiador brasileiro. É aqui, então, que ele anota a deficiência fundamental de Varnhagen, sua falta de percepção filosófica. E é aqui, ao adotar estas grandes censuras, ao caracterizá-las e ligá-las, que ele mostra o elemento propriamente filosófico da história do Brasil e demonstra sua penetrante capacidade teórica, que o distingue de qualquer pedante, de qualquer rato ou burocrata da história para elevá-lo ao nível de um verdadeiro historiador [...] Mas não é só nos fundamentos sócio-econômicos ou nos subfundamentos naturais e antropológicos que ele vai buscar a categoria histórica de um período. É também – e aí toda grandeza lógica de suas seções temporais – nos fins, nas regras da vida, nos sentimentos e ideais de cada círculo que ele busca as fronteiras de sua época. (RODRIGUES, 1963, p. 136)

Proeminente na teoria e na construção da narrativa, Capistrano de Abreu também diferenciava-se dos demais no último aspecto referente ao ofício do historiador: a pesquisa. Apesar do relevo concedido à teoria e a interpretação dos fatos, José Honório Rodrigues acreditava na positividade do passado e na sua recuperação através da pesquisa. Segundo José Honório, “a pesquisa histórica é a descoberta cuidadosa, exaustiva e dirigente de novos fatos históricos, a busca crítica da documentação que prove a existência dos mesmos, permita sua incorporação ao escrito histórico ou a revisão e interpretação nova da história”. (RODRIGUES 1982, p. 21)

Consciente do papel determinante da História nos processos sociais, José Honório definia o Estado como o principal interessado na profissionalização do historiador, pois a pesquisa histórica deveria ser entendida como um serviço de utilidade pública. Assim, seria atribuição do Estado a coleta e o arquivamento de documentos públicos e privados, a garantia de acesso a qualquer cidadão dos documentos de interesse nacional, bem como o investimento em pesquisas e na formação de um profissional especializado, o historiador, e a sua inclusão no quadro funcional do próprio Estado. No livro *A Pesquisa histórica no Brasil*, o autor apresentou o seu plano de criação do Instituto Nacional de Pesquisa Histórica,

instituição que deveria construir um novo panorama da pesquisa histórica para a República.

O autor atribui ao governo imperial o mérito de ter incentivado a pesquisa histórica nacional, inclusive com missões no exterior e a fundação do IHGB, em oposição à República, que não apresentou nenhum investimento significativo. Apresentando as várias comissões imperiais dedicadas à pesquisa de fontes, José Honório mostra todo um panorama favorável aos estudos históricos e descreve o período republicano como o responsável pelo aumento das pesquisas privadas, visto que, o Estado não mais oferecia recursos. (RODRIGUES, 1982, p. 37-118) É dentro dessa nova ambiência que José Honório destaca a figura de Capistrano de Abreu como pesquisador. Segundo o autor, os historiadores da República:

[...] necessitados de novas fontes ou simplesmente de peças referidas por Varnhagen, mas nunca obtidas em cópias integrais, ou ainda desconfiados das cópias extraídas por investigadores desprevenidos, viam-se obrigados a recorrer aos seus próprios amigos na Europa ou a pagar com seus próprios meios as pesquisas. Deixou de haver qualquer interesse de busca e reprodução de fontes. A historiografia brasileira, de acordo com a opinião oficial, não precisava mais de investigações no estrangeiro. O que fora feito era suficiente. Deste modo, qualquer estudioso brasileiro, verdadeiramente consciente dos problemas, dúvidas e questões que afloram no campo da investigação histórica, cuidava de realizar, pelo seu próprio esforço e as suas custas, o que fosse necessário. É o caso de Capistrano de Abreu [...]. (RODRIGUES, 1982, p. 93)

93

Capistrano de Abreu é tomado como referência por José Honório Rodrigues não apenas por suas capacidades intelectuais, mas também por uma postura exemplar de pesquisador. São ressaltados o empenho com que Capistrano de Abreu realizava suas pesquisas e o quanto estas lhe eram dispendiosas. Segundo José Honório, "ele dirigia daqui pesquisas na Europa, instava por exames, inquiria amigos, consultava arquivistas, especialmente os portugueses e espanhóis". Também foram destacados os trabalhos de Capistrano de Abreu como anotador, tradutor e como especialista na crítica de textos e edição de documentos históricos.

Contudo, o aspecto de maior relevância apontado por Rodrigues nas pesquisas de Capistrano foi o seu empenho em divulgar as fontes históricas, independente delas serem ou não utilizadas em seus trabalhos. Pois, sendo a pesquisa histórica para José Honório um serviço de utilidade pública, a guarda ou a sonegação de documentos e informações seria um erro grave cometido pelo pesquisador. Assim, José Honório repreende a postura de alguns historiadores como Alberto Rangel, Alberto Lamego e Tobias Monteiro por estes divulgarem documentos apenas em seus textos e pouco oferecendo documentos para os usos públicos, por isso, segundo José Honório, "pouco contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, no sentido que a definimos aqui: de conquista e reprodução de documentos para o uso dos historiadores em geral". (RODRIGUES, 1982, p. 100)

Concomitante aos trabalhos que levaram José Honório Rodrigues a representar o papel de Capistrano de Abreu na historiografia brasileira como proeminente, o autor também se dedicou de uma forma especial à edição da obra de Capistrano, bem como às atividades da Sociedade Capistrano de Abreu. São esses aspectos que serão discutidos a seguir.

III.

Na fase inicial da Sociedade Capistrano de Abreu, entre os anos 30 e 40, prevaleceu uma visão coletiva de Capistrano de Abreu constituída a partir das narrativas dos “sócios fundadores” da instituição, aspecto que pode ser observado através da análise dos livros de atas das reuniões do grêmio. Existia nos discursos dos sócios fundadores da instituição, como Paulo Prado, Afonso de Taunay, Roquete Pinto, João Pandiá Calógeras e outros, uma confluência de posicionamentos, na qual Capistrano de Abreu era lembrado como um paradigma da historiografia brasileira, o “mestre” dos estudos históricos, geográficos e etnográficos. Ou seja, uma unidade nos discursos, porém construída pelo coletivo. Recompondo as redes de sociabilidades tecidas entre os sócios da instituição e o epistolário da Sociedade, percebemos que o objetivo de construir a memória de Capistrano dirimia os conflitos internos ao grupo, apesar de alguns sócios terem adquirido um maior capital simbólico em decorrência desse culto a Capistrano do que outros, como foram os casos de Paulo Prado, Afonso de Taunay, Roquete Pinto e Rodolfo Garcia.¹³

Durante a década de 1950, com as comemorações do centenário de nascimento de Capistrano de Abreu em 1953, observamos o início de um processo que levou à obliteração dos discursos do que chamamos “sócios fundadores” e a proeminência pública da visão de José Honório Rodrigues sobre Capistrano de Abreu, que se consolidaria apenas nos anos finais da instituição, no fim da década de 60, culminando com o fim do grêmio em 1969. Contudo, analisando as atas das reuniões da sociedade, percebemos uma série de conflitos entre José Honório Rodrigues e os remanescentes dos “sócios fundadores” da instituição, como: Jayme Coelho, Manuel Said Ali Ida, Afonso de Taunay, Roquete Pinto e Cândido Rondon. O que concluímos foi que apesar da produção historiográfica, inclusive contemporânea, ter naturalizado a figura de José Honório Rodrigues como “guardião da memória” de Capistrano de Abreu, como propõe Rebeca Gontijo (GONTIJO, 2006), essa relação dentro da Sociedade Capistrano de Abreu foi permeada por disputas institucionais, que só puderam emergir através da crítica de seu arquivo, pois restringindo a análise apenas à obra publicada de José Honório Rodrigues, caímos nas malhas da memória que o historiador buscou construir para si. Esse aspecto é relevante inclusive para a

¹³ Uma amostragem desses discursos encontra-se disponível no Boletim do Museu Nacional, ver Sociedade Capistrano de Abreu. *Boletim do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 4, n.1, 1928. Além disso, a imprensa foi um significativo meio de propagação desses discursos e representações de si dos sócios da Sociedade Capistrano de Abreu como discípulos de Capistrano e continuadores de sua tradição historiográfica: PAULO PRADO 2004; PINTO 1927; 1953; TAUNAY 1953a,b,c.

análise da correspondência de Capistrano de Abreu publicada por José Honório Rodrigues, pois o historiador somente tornou públicas as missivas que não se encontravam sob a guarda da Sociedade, apesar de estar na presidência da instituição, visto que o grêmio detinha a exclusividade legal e simbólica da publicação da obra de Capistrano. Acreditamos que dois aspectos fomentavam essa relação conflituosa de José Honório com os "sócios fundadores" da Sociedade: as divergências quanto à compreensão da função social da memória de Capistrano de Abreu e a edição da sua obra.

Os "sócios fundadores" e José Honório Rodrigues, apesar de terem como referencial a filiação a uma mesma instituição, levados pela dinâmica da memória, possuíam formas distintas de se relacionar com a memória de Capistrano de Abreu. Podemos entender que os sócios fundadores da Sociedade viam a memória histórica de Capistrano de Abreu como "âncora". Segundo Hugo Lovisolo, a memória enquanto âncora "possibilita que diante do turbilhão da mudança e da modernidade, não nos desmanchemos no ar" (LOVISOLO, 1989, p. 16). Ou seja, para os sócios fundadores da Sociedade o que estava em jogo e o que os mobilizava era a perspectiva de construir uma tradição que os legitimasse, enquanto representantes e continuadores de uma escrita da História da qual Capistrano era o precursor. Nas narrativas dos sócios fundadores prevalecia o discurso encomiástico.

95

No caso de José Honório Rodrigues, a memória histórica de Capistrano de Abreu pode ser percebida como "plataforma", o que para Lovisolo, "permite que nos lancemos para o futuro com os pés solidamente plantados no passado criado, recriado ou inventado como tradição. Esta, por sua vez, toma o sentido de resistência e transformação" (LOVISOLO 1989, p. 16). Será esta relação de plataforma que buscaremos apresentar. Para isso retornaremos ao ensaio inicialmente citado que José Honório escreveu sobre Capistrano de Abreu na Revista do Brasil.

O ensaio crítico foi motivado pela publicação da 3ª série dos *Ensaio e Estudos* de Capistrano, organizada e publicada em 1938 pela Sociedade (RODRIGUES 1939). O início do ensaio parece-nos demonstrar as perspectivas que norteariam as análises críticas do autor sobre Capistrano, e também revela os aspectos que diferenciariam a sua análise da dos sócios fundadores da instituição.

O que Rodrigues propõe discutir no ensaio é a formação de Capistrano de Abreu, especificamente "a unidade de pensamento" do autor. Porém, essa unidade de pensamento tem para Rodrigues um significado diverso do que os sócios fundadores entendiam como unidade. Para Rodrigues, a unidade de Capistrano seria a forma com a qual o historiador lidou com diversas matrizes teóricas durante a sua atividade historiográfica, e mesmo assim, suas afirmações não foram contraditórias. Na perspectiva de Rodrigues, Capistrano soube depurar as teorias da história e sociológicas que teve acesso; e o "autodidatismo" do autor dos *Capítulos de História Colonial* não teria resultado em uma combinação esdrúxula e desconexa de ideias.

Nesse ponto já se apresentava a principal perspectiva das análises de Rodrigues sobre Capistrano. A produção intelectual do historiador não é mais entendida como algo inato, fruto de sua genialidade, o que em grande medida caracterizava o que seria a “unidade de Capistrano” para os sócios fundadores da instituição. Rodrigues passa a inserir o autor em tradições teóricas de escrita da História. Para Rodrigues, a análise da produção intelectual de Capistrano de Abreu não poderia ser completa se esta se restringisse apenas aos textos produzidos pelo historiador, sua produção deveria ser colocada em diálogo com outros textos, percebendo as heranças e contribuições que estes trabalhos trouxeram ao autor. José Honório apresenta a possibilidade de observar Capistrano de Abreu através da sua formação intelectual.

Para os sócios fundadores da Sociedade, a genialidade de Capistrano de Abreu era um dos aspectos fundamentais nas construções póstumas do autor, principalmente porque para eles a genialidade do “mestre” representaria a genialidade dos “discípulos” e continuadores de sua obra. Com esta declaração não estamos afirmando que José Honório Rodrigues se despreendeu da categoria de gênio para caracterizar Capistrano de Abreu, mas que essa genialidade passou a ser entendida como um processo de formação intelectual. Para Rodrigues:

Não vacila o pensamento de Capistrano de Abreu quando discute qualquer idéia; ele segue sempre a mesma disciplina intelectual, a mesma doutrina que o seu espírito curioso e indagador aceitou como a mais verdadeira. Essa a razão da profunda admiração que lhe tributamos. Homenagem grata merece o nosso maior historiador, porque nunca se limitou a vasculhar tão somente documentos ou manuscritos; ele arejou todas as disputas históricas com um pouco de sua fina intuição psicológica, da crítica sociológica de sua época, e das correntes etnológicas que disputavam o pensamento do período de sua vida (RODRIGUES 1939, p. 57).

96

José Honório, assim como os sócios fundadores, também entende e constrói a imagem de Capistrano como a do “maior historiador brasileiro”. Contudo, Capistrano seria o maior para Rodrigues não pela sua genialidade inata, mas sim pelas leituras que fez, pela sua formação, e principalmente, por aliar a teoria à História – teoria sugerida pela leitura de outros autores.¹⁴

O que se pôde perceber foi o antagonismo de olhares entre aquele – José Honório Rodrigues – que se representa como um crítico com o deliberado desejo de analisar o autor em questão, e aqueles – sócios fundadores – que ao abordarem a obra do “mestre” – denominação que já prevê uma hierarquia – agiam com parcimônia nas observações realizadas. Afinal, para os “sócios fundadores”, questionar os procedimentos de Capistrano de Abreu enquanto historiador significava por em xeque os seus lugares sociais privilegiados no espaço letrado e os seus próprios métodos historiográficos.

¹⁴ Pensando na produção historiográfica brasileira neste período, podemos demarcar que a instauração dos cursos universitários promoveu uma mudança na própria abordagem histórica e nos objetos de pesquisa. Cada vez mais, o discurso histórico passou a ser objeto da disciplina história em um exercício de autoreflexão, e José Honório Rodrigues é lembrado constantemente como um dos autores referenciais nesta seara dos estudos de historiografia. Caberia ao crítico historiográfico depurar os procedimentos de escrita da história. (GUIMARÃES 2005).

Nesse ponto apresenta-se uma segunda característica das considerações de Rodrigues sobre a produção de Capistrano e que o distanciava dos sócios fundadores da sociedade. Rodrigues não escrevia para reafirmar as posições de Capistrano, mas sim para dialogar com estas e muitas vezes realizar oposições. Podemos acompanhar esse exercício crítico nos comentários de Rodrigues sobre o artigo *História Pátria*, presente na 3ª série dos *Ensaio e Estudos* (ABREU 1976, p. 103-124). O autor chama atenção ao uso que Capistrano de Abreu fez da psicologia. Rodrigues aborda a análise de Capistrano de Abreu referente à “consciência de inferioridade” que definiu o caráter da população brasileira no período colonial em relação à metrópole, o que, para o autor dos *Capítulos de História Colonial*, seria ausente na população pernambucana, sendo este o fator causal das freqüentes insurreições e revoltas nesta capitania durante o século XVIII e XIX contra a ordem estabelecida.

Rodrigues traz inúmeros autores, que, segundo ele, emitem considerações débeis e facilmente destrutíveis sobre esse caráter particular do povo pernambucano. E apesar de não inserir a explicação de Capistrano dentre estes autores, considera que a atribuição feita por ele à ausência da “consciência de inferioridade” dos pernambucanos como fator causal é algo que deve ser questionado, como podemos perceber no fragmento:

97

Para nós, a rebeldia pernambucana, se quisermos lobrigá-la tão longe, estaria na necessidade de bem estar material que experimentá-la o povo na época holandesa. Ainda nesse ponto concordariam conosco os antropólogos sociais se mostrássemos que o contato cultural de ordem material (ergológico, diria Montandon) imprimira este padrão mais alto de vida que sonogado pelas más administrações portuguesas provocará a luta com essa finalidade. Naturalmente mascarada com a feição ideológica que embeleza as revoluções econômicas. O fato, no entanto, é que Capistrano nos fornece uma interpretação bem interessante e fortalecida por intuição psicológica verdadeiramente penetrante [...]. É essa, sem dúvida, uma outra explicação interessante e merecedora de reflexão (RODRIGUES, 1939).

Rodrigues segue o texto desconstruindo as interpretações dos autores, tendo como principal suporte a eferescente antropologia cultural do início do século XX. Contudo, ao analisar Capistrano de Abreu, Rodrigues também desconstrói a sua perspectiva, todavia, respeita o seu lugar de maior historiador brasileiro. Percebemos que a relação estabelecida por Rodrigues com Capistrano será a de “aperfeiçoamento” da obra do “mestre”. O analista passa então a expor todo o corpus de leitura que o faz capaz de dialogar com então “mestre” e de muitas vezes chegar a uma conclusão diversa. O texto de Capistrano aparece como necessário, porém não surge como limitador, e sim instigador de questionamentos. Ele não deveria ser tomado como modelo, mas sim como uma matriz iniciadora de novos problemas. Esse aspecto pode ser novamente observado no trecho no qual Rodrigues discute a seguinte afirmação de Capistrano: “o que houver de diverso entre o brasileiro e o europeu atribuo em máxima parte ao elemento clima e ao indígena. Sem negar a ação do elemento africano, penso que ela é menor que a dos dois fatores, tomados isoladamente

ou em conjunção” (ABREU Apud RODRIGUES 1939, p.62). Rodrigues, então, mais uma vez se nutre de leituras contemporâneas para rebater as afirmações de Capistrano. Dessa vez, Gilberto Freyre aparece como seu principal interlocutor e *Casa Grande & Senzala (1933)* como o estudo que desconstruía a interpretação de Capistrano. Rodrigues fez a seguinte afirmação:

Em *Casa Grande & Senzala* pode-se ter uma síntese e mesmo uma análise das influências negras e índias. Não pode haver dúvida de que Capistrano errava quando dizia referindo-se aos tupinambás: “Assim representavam o termo de evolução a que os portugueses e africanos tendiam a cada progresso que fazia a aclimação das raças vindicas, era um passo que os aproximava dos caboclos”. (RODRIGUES 1939, p.63)

Este foi o recurso utilizado por Rodrigues em todo o ensaio, afirmava as posições de Capistrano, e a partir de uma bibliografia que lhe era contemporânea realizava novas conclusões, mas sempre reservando o lugar privilegiado de Capistrano na historiografia brasileira. Esse recurso não se limitou apenas a este artigo. Contudo, conforme foi observado pela historiografia, existia no projeto historiográfico de Rodrigues um anseio do autor em construir um lugar para si no cânone historiográfico nacional, ao lado das obras e autores consagrados em sua crítica. (RODRIGUES 1988; MARQUES 2000; GONTIJO 2006).

Essa intencionalidade de se estabelecer no campo letrado como um sucessor, aprimorando a produção historiográfica de Capistrano de Abreu, aparece de uma forma mais evidente durante as comemorações do centenário de nascimento do historiador, em 1953. José Honório Rodrigues publicou parte da correspondência do autor – como informamos, as que não estavam sob a guarda da sociedade – e realizou as anotações do principal livro de Capistrano de Abreu, os *Capítulos de história Colonial*, em uma edição comemorativa da Sociedade em parceria com o Instituto Nacional do Livro. (RODRIGUES 1954, p. 5-40)¹⁵

Segundo o livro de atas da instituição, a publicação da edição anotada dos *Capítulos* foi preparada por mais de cinco anos por José Honório, até que na 28ª assembléia da Sociedade foram finalmente aprovadas as anotações ao texto, que passaram por um minucioso exercício de crítica por parte de outros sócios da instituição.¹⁶ Essa foi uma importante conquista para José Honório, pois a partir de então, os livros de Capistrano de Abreu passaram a ser introduzidos pelo autor, e os prefácios e notas introdutórias passaram a ser espaços privilegiados para que José Honório Rodrigues, utilizando um discurso que aparentemente se mostrava isento e imparcial, pudesse também construir

¹⁵ O Instituto do Ceará tem sob sua guarda aproximadamente 500 missivas de Capistrano de Abreu e 300 missivas da Sociedade Capistrano de Abreu ainda inéditas. Acreditamos que a consulta ao referido arquivo é imprescindível a qualquer trabalho dedicado à prática epistolar e historiográfica de Capistrano de Abreu, bem como aos estudos sobre a construção da sua memória. A consulta a este arquivo possibilita que os pesquisadores observem a memória histórica de Capistrano através de outras narrativas concorrentes a de José Honório Rodrigues.

¹⁶ Ata da 28ª Assembléia Geral, Livro de atas n.1, 23 out. 1953.

o seu lugar social através dos ritos memorialísticos de Capistrano de Abreu.

A conquista também foi expressiva, porque José Honório conseguiu romper com a exclusividade da Sociedade Capistrano de Abreu na publicação da obra de Capistrano, tanto pelo apoio do Instituto Nacional do Livro, conseguido pelo autor, quanto pela própria edição do livro. As edições realizadas pelos "sócios fundadores" não saíam acompanhadas de prefácios. O objetivo era manter a integridade do texto. Os acréscimos realizados às edições eram expostos ao seu final, onde eram apresentados os membros da atual Comissão Executiva da Sociedade a relação dos sócios que compunham o quadro social da instituição, os estatutos e uma seção reservada às homenagens póstumas aos sócios falecidos nos anos sociais entre os intervalos das publicações.

O que podemos concluir observando estas publicações era a existência de uma hierarquia simbólica entre os "sócios fundadores" da Sociedade para com Capistrano de Abreu, que não permitia que estes emitissem diagnósticos "críticos" a respeito da obra. Para eles, o que parecia mais apropriado seria lembrar as qualidades intelectuais do autor sem o exercício de crítica. Contudo, na compreensão dos sócios da instituição, diante de uma publicação de luxo, com papel especial, fotografia de Capistrano de Abreu e organizada por uma Sociedade com seu nome, seria redundante a realização de mais elogios.

Já os prefácios e notas de José Honório Rodrigues possuíam um duplo objetivo na intenção de construir a sua própria memória. O primeiro aspecto era a necessidade de legitimar sua posição como representante do "culto" institucional a Capistrano de Abreu, aspecto recorrente mesmo nos prefácios posteriores ao fim da Sociedade, em 1969. Quanto a este aspecto, são representativos o prefácio à edição do livro *Capítulos de História Colonial*, em 1954, e a nota liminar à 2ª edição do volume 2 dos *Ensaio e Estudos*, em 1975.

Ao comentar sobre o trabalho de edição dos *Capítulos*, José Honório Rodrigues aponta erros ocorridos nas edições anteriores da obra, afirmando que a edição organizada por ele "é rigorosamente fiel à 1ª edição, a única publicada em vida do autor e revista por ele e seu amigo Manuel Said Ali Ida, falecido este ano". (RODRIGUES 1954, p.5) Assim, José Honório demonstra o apuro com que teria realizado o trabalho, gerando uma oposição em relação às edições realizada pelos "sócios fundadores". A imagem que o autor tenta transmitir é a de que a edição revista por ele estaria mais próxima ao texto original de Capistrano de Abreu. Na seqüência do texto, José Honório é objetivo ao afirmar que:

A 2ª (edição) em 1928 e a 3ª (edição) em 1934 não foram revisadas pelo autor, falecido em 1927, e como esta ocorreram sob os auspícios da Sociedade Capistrano de Abreu. Infelizmente, acumularam-se enganos e omissões de origem tipográfica e pequenas modificações introduzidas pelos revisores das edições de 1928 e 1934, como se poderá observar nas notas que seguem no texto. De modo geral pode-se dizer que esta 4ª edição obedece a uma única norma: a fidelidade rigorosa ao texto da 1ª [...]. (RODRIGUES 1954, p.5)

De fato, as notas realizadas pelo autor buscaram a precisão na correção das informações com base na primeira edição, reparando cada informação através de comparações dos textos nas três edições, 1907, 1928 e 1934. São exemplos: na 3ª edição (p. 10 omitiu-se o trecho “o cabo de Orange, limite com a Guiana Francesa”; Na 2ª edição (p. 20) e na 3ª (p.12) foi retirada a expressão “depois de finado”, 1ª edição p. 11 (RODRIGUES 1954, p. 220). Outras críticas foram direcionadas à gestão anterior da Sociedade, como o autor apontou na nota liminar anteriormente citada, na qual ele deixa explícito o declínio que tomava a instituição quando da sua entrada no quadro social (RODRIGUES 1975, p.10).

O segundo objetivo era a construção de uma memória para Capistrano de Abreu dentro das novas exigências do discurso da crítica historiográfica, e a sua própria representação como um historiador pioneiro nesta área, colocando-se como precursor dos estudos de historiografia brasileira. Para ilustrar este aspecto, dois textos aparecem como significativos, as anotações ao livro *Capítulos de História Colonial*, e a introdução realizada para a edição da correspondência de Capistrano de Abreu, cujo principal texto foi *Capistrano de Abreu e a historiografia Brasileira*.¹⁷

Nas anotações, José Honório Rodrigues questiona o fato de Capistrano de Abreu ter negligenciado a anotação de seu principal livro, visto que, o autor é comumente lembrado pelas anotações à *História Geral do Brasil* de Varnhagen (OLIVEIRA 2006). De fato, o questionamento a respeito da falta de notas é plausível, principalmente porque a apresentação de referências bibliográficas e documentais era percebida no século XIX como uma das principais ferramentas do ofício do historiador moderno. A crítica das fontes era o componente mais relevante desta prática, e as notas de rodapé eram o lugar reservado para a exposição do aparato crítico do historiador, procedimento que buscava garantir a legitimidade científica da narrativa (ARAÚJO, 1998; GRAFTON, 1998). Assim afirma Rodrigues:

Os textos citados sem indicação de procedência, num autor como Capistrano de Abreu, que no mesmo ano da 1ª edição destes Capítulos (1907) publicava uma edição anotada do 1º volume da História Geral do Brasil de Varnhagen, atualizando-a e revelando a origem das informações, mostram que só razões muito fortes o teriam levado a não fazer a indicação de fontes neste livro. Ele não tinha dúvida sobre a necessidade imprescindível de obedecer a esta regra metodológica. (RODRIGUES 1954, p.6)

No segmento do texto, Rodrigues emite sua opinião sobre a ausência das notas:

A pressa na encomenda, a rapidez com que teve de elaborar em um ano estes Capítulos e especialmente o limite de 120 páginas imposto pelo editor – e Capistrano escreveu 300 – o impediram de cumprir uma obrigação

¹⁷ O texto introdutório a publicação da correspondência foi originalmente uma conferência do Curso Capistrano de Abreu promovido pelo IHGB em homenagem ao centenário do historiador em 1953. Sobre o Curso Capistrano de Abreu, ver GONTIJO 2006.

a que se sentia consciente e moralmente ligado. Só isto explica a falta das citações e só isto justifica as notas agora apostas no fim, para mostrar as fontes utilizadas. (RODRIGUES, 1954, p.7)

José Honório enfatiza as contingências não favoráveis em que foram editados os *Capítulos de História Colonial*, se apresentado como aquele que irá reparar a falta de cunho metodológico cometida por Capistrano, ressaltando que esta falta não teria sido empreendida pelo historiador por ignorância metodológica, mas por motivos alheios ao mundo dos historiadores. Nos trechos anteriores, fica evidente a necessidade de uma justificativa teórico-metodológica que abonasse o trabalho até então evitado pela Sociedade de anotar os *Capítulos*. Então, José Honório Rodrigues recorre a uma citação de Capistrano de Abreu para evocar o historiador prussiano Leopold von Ranke e apresentar a narrativa historiográfica como necessariamente tributária da *crítica histórica* desenvolvida por este no século XIX, amparando suas anotações nesta tradição de escrita.¹⁸

As notas foram inseridas no fim do livro e são de três tipos: notas de correção da edição, anteriormente caracterizadas; notas de referência, ou seja, notas que buscariam recompor a autoria e localização de trechos de documentos, autores e obras citadas no livro; e por fim, as notas de correção de Capistrano de Abreu.

As notas de correção do próprio historiador são a expressão de maior ousadia de José Honório Rodrigues, pois tinham o fim deliberado de realizar reparos no texto de Capistrano e corrigir informações equivocadas. A edição dos *Capítulos* com estas notas são significativas para o entendimento das mudanças ocorridas quanto à representação e recepção de Capistrano de Abreu no campo historiográfico. A quebra da "aura" do texto de Capistrano demonstra que o campo historiográfico na década de 50 se organizava em torno de outras questões, outras referências teóricas e outras formas de disposição. Para José Honório Rodrigues, assim como para a crítica dos anos 50, a produção de Capistrano não era mais observada como canônica e portadora de uma sacralidade que inibia até a introdução de prefácios, mas sim, como um texto que poderia ser anotado e criticado. Os *Capítulos de História Colonial* passaram de modelo e referência a objeto da crítica historiográfica.

A edição dos *Capítulos* com as notas de José Honório também é relevante para se perceber as mudanças na própria Sociedade. Pois, apesar de apresentar-se como díspar das edições até então realizadas pela instituição, também foi financiada por esta.

A abertura à crítica propiciada pelos trabalhos de José Honório se reforça na medida em que ele propõe chaves de leitura para a obra de Capistrano de Abreu. Esse aspecto pode ser observado no mesmo prefácio aos *Capítulos* no

¹⁸ O trecho transcrito por Rodrigues pertence a uma carta enviada por Capistrano de Abreu ao Barão de Studart em 20 de abril de 1904, cito: "Por que motivo, portanto, te insurges contra uma obrigação a que se sujeitam todos os historiadores, principalmente desde que com os estudos arquivais, com a criação da crítica histórica, com a crítica de fontes criada por Leopold Von Ranke, foi renovada a fisionomia da história?" (ABREU apud. RODRIGUES 1954, p. 6)

tópico “*A significação dos Capítulos*” e na introdução à publicação da correspondência do autor. Capistrano de Abreu passa a receber nestes textos categorias como positivista, metódico, evolucionista, cientificista e historicista, buscando reconstruir as mudanças na sua prática historiográfica (RODRIGUES 1977, p. XXVII-LVI).

O que podemos concluir é que, através das anotações e prefácios à obra de Capistrano de Abreu, José Honório Rodrigues funda o seu lugar social na historiografia brasileira como um crítico, e transforma muitos de seus textos em verdadeiras notas de rodapé às citações de Capistrano. Constitui-se como uma voz autorizada a criar conceituações e definições sobre Capistrano de Abreu, que marcariam os lugares de Capistrano e do próprio José Honório Rodrigues na memória disciplinar da historiografia brasileira.

As representações de José Honório Rodrigues sobre a obra de Capistrano de Abreu também mereceram destaque, porque nelas encontramos muitas das definições e análises que posteriormente foram realizadas sobre o autor dos *Capítulos de História Colonial*.

Bibliografia

I. Fontes documentais:

Localização: Arquivo da Sociedade Capistrano de Abreu depositado no Instituto do Ceará (Histórico Geográfico e Antropológico), Fortaleza, CE.

102

Anteprojeto de estatutos para Comissão Nacional de História. Sub-fundo Documentação Administrativa da Sociedade Capistrano de Abreu. pac.4, doc.124.

Livro de Atas da Sociedade Capistrano de Abreu (1927-1969). Sub-fundo Documentação Administrativa da Sociedade Capistrano de Abreu. pac. 1, doc. 1.

Indicação para a criação da Comissão Nacional de História. 11 set. 1954. Sub-fundo Documentação Administrativa da Sociedade Capistrano de Abreu. pac.4, doc.123.

Proposta para a programação do 1º Encontro Nacional de História. Sub-fundo Documentação Administrativa da Sociedade Capistrano de Abreu. pac.4, doc.125.

II. Obras de José Honório Rodrigues:

RODRIGUES, José Honório; RIBEIRO, Joaquim. *Civilização Holandesa no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1940.

- RODRIGUES, José Honório. Capistrano de Abreu. *Revista do Brasil*, Rio de Janeiro, a.2, n.9, mar. fase 3, p.56-63,1939.
- _____. *Historiografia e Bibliografia do domínio Holandês no Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1949.
- _____. Capistrano de Abreu. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 25 out. 1953. p.3.
- _____. Explicação. Notas a 4ª edição. In. ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 4 ed. 1ª edição 1907: 2ª edição 1928: 3ª edição 1934. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu/Briguiet & Cia, 1954. p. 5-40.
- _____. *Historiografia del Brasil, siglo XVII*. México: Comision de Historia del Instituto Panamericano de Geografia e Historia, 1963.
- _____. Nota Liminar. In. ABREU, João Capistrano de. *Ensaios e Estudos*. 2ª Série. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1975, p. X.
- _____. Capistrano de Abreu e a historiografia brasileira. In. ABREU, João Capistrano de. *Correspondência de Capistrano de Abreu, volume I*. 2 ed. 1 edição: 1954. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. XXXVII-LVI.
- _____. *Teoria da História do Brasil (Introdução Metodológica)*. 5 ed. [1ª edição 1949] São Paulo: Ed. Nacional, 1978 a.
- _____. *História da História do Brasil*. A Historiografia Conservadora. volume 2. São Paulo: Ed. Nacional, 1978 b.
- _____. *História da História do Brasil*. Historiografia Colonial. volume 1. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- _____. *A pesquisa histórica no Brasil*. 4 ed. [1ª edição 1952]. São Paulo: Ed. Nacional, 1982.
- _____. *História da História do Brasil*. A metafísica do latifúndio: o ultra-reacionário Oliveira Viana. volume 2. tomo 2. São Paulo: Ed. Nacional, 1988.
- _____. *Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: ABL, 2000.
- _____. *Nova Correspondência de José Honório Rodrigues*. Rio de Janeiro: ABL, 2004.

III. Obras de Capistrano de Abreu

- ABREU, João Capistrano de. Três séculos depois. In. _____. *Capítulos de História Colonial*. 6 ed. [1ª edição 1907]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; INL, 1976, p.189-213.
- ABREU, João Capistrano de. Necrológio de Francisco Adolfo Varnhagen, Visconde de Porto Seguro. In. _____. *Ensaios e Estudos: crítica e história*, 1ª série. 2 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; INL, 1975, p. 90.

ABREU, João Capistrano de. História Pátria. In. _____. *Ensaio e Estudos: crítica e história. 3ª Série*. 2 ed. [1ª edição 1938] Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976, p.103-124.

ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de História Colonial*. 4 ed. 1ª edição 1907: 2ª edição 1928: 3ª edição 1934. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu; Briguiet & Cia, 1954.

VI. Obras gerais:

AMED, Fernando. As edições das obras de Capistrano de Abreu. *História: questões & debates*. Curitiba, n.32, p.99-117, 2000.

ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. História e narrativa. In. MATTOS, Ilmar Rohloff (org.). *Ler e Escrever para Contar: documentação, historiografia e formação do historiador*. Rio de Janeiro: Access, 1998. p. 221-258.

BAPTISTA, Abel Barros. O Cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido. In. *O livro Agreste: ensaio de curso de literatura brasileira*. Campinas: UNICAMP, 2005, p. 41-82.

CROCE, Benedetto. *La Storia: come pensiero e come azione*. Laterza, 1973.

DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: década de 1930 aos anos 1970*. Passo Fundo: UPF Editora, 1999.

GLEZER, Raquel. *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*. Tese de doutorado defendida na Universidade de São Paulo, São Paulo, 1976.

GOMES, Ângela de Castro. *História e Historiadores*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONTIJO, Rebeca. *O velho vaqueano: Capistrano de Abreu, da historiografia ao historiador*. Niterói: Tese defendida no Programa de pós-graduação em história da Universidade Federal Fluminense, 2006.

GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição. Pequeno tratado sobre a nota de rodapé*. Campinas: Papirus, 1998.

GUIMARÃES, Lúcia. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois Congressos de História Nacional (1914-1949). In. GUIMARÃES, Manoel Salgado. (org.) *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006, p.162-181.

GUIMARÃES, Manoel Salgado. Historiografia e Cultura Histórica: notas para um debate. *Ágora*, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, p.32, jan/jun. 2005.

IGLÉSIAS, Francisco. José Honório Rodrigues e a historiografia brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n.1, p.55-78, 1988.

LOVISOLO, Hugo. A memória e a formação dos homens. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p. 16.

- MARQUES, Ana Luiza. *José Honório Rodrigues: uma sistemática teórico-metodológica a serviço da História do Brasil*. Dissertação de Mestrado PUC/RJ, 2000.
- NOIRIEL, Gerard. L'Univers Historique: une collection d'histoire à travers son paratexte (1970-1993). *Gêneses*. n.18, 1995. pp. 110-131.
- OLIVEIRA, Maria da Glória. *Crítica, método e escrita da história em João Capistrano de Abreu (1853-1927)*. Porto Alegre, Dissertação em História/UFRGS, 2006.
- PINTO, Edgard Roquete. Bilhetes Brancos: Capistrano de Abreu. *Diário Nacional*, São Paulo, 17 ago. 1927.
- _____. Capistrano de Abreu. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 out. 1953. 1ª seção, p.4.
- PRADO, Paulo. "Capistrano". In. *Paulística, etc.* 4 ed. Reeditado por Carlos Augusto CALIL. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- RAMOS, Francisco Régis. Objetos biográficos e biografados. In. _____. *A danação do objeto: o museu no ensino de História*. Chapecó: Argos, 2004, p. 105-127.
- SILVA, Ítala Byanca M. da. *Les morts vont vite: a Sociedade Capistrano de Abreu e a construção da memória de seu patrono na historiografia brasileira (1927-1969)*. Dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ, 2008.
- TAUNAY, Afonso. Capistrano de Abreu I. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 24 out. 1953a, p. 4.
- _____. Capistrano de Abreu II. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 25 out. 1953b, p. 2.
- _____. Capistrano de Abreu. *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 out. 1953c, p.4.
- TOYNBEE, Arnold J. La relatividad del pensamiento histórico. In. _____. *Estudio de la Historia*. volume 1. Buenos Aires: Emecé Editores, 1978.

***Translatio ad mundus:* a transformação do mundo romano e a antiguidade tardia. Elementos teóricos para uma perspectiva historiográfica**

*Translatio ad mundus: the transformation of the Roman world and
late antiquity. Theoretical elements for a historiographical perspective*

Everton Grein

Professor

Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras de União da Vitória (FAVIUVA)

evgrein@gmail.com

Praça Coronel Amazonas, s/n - Centro

União da Vitória - PR

84600-000

Brasil

Resumo

Nos últimos anos os estudos relativos ao fim do Mundo Antigo e à Antiguidade Tardia ganharam novas perspectivas. Tais estudos comportam um recorte temporal compreendido entre os séculos IV / VIII da era cristã no Ocidente e revelam preceitos distintos daquela já, felizmente, distante ideia que colocava tal período histórico como época de "barbárie" e "trevas". Decididamente, a Antiguidade Tardia, para alguns a "Primeira Idade Média", apresenta-se como uma fase ímpar da História do Mundo Mediterrânico e da velha Europa, na qual a palavra "Transição" deve ser entendida de forma positiva e inovadora: o Império Romano Ocidental sofre sua desestruturação política naquele momento, mas a ideia de Império jamais será esquecida por aquelas entidades políticas que irão surgir sobre os antigos alicerces imperiais. Partindo destas perspectivas, o presente artigo busca discutir a ideia de Antiguidade Tardia vista pela historiografia, relacionando os elementos político-institucionais da tradição clássica e da cultura germânica.

106

Palavras-chave

Transição; Antiguidade; Idade Média.

Abstract

In recent years, studies about the end of the Ancient World and Late Antiquity have gained new perspectives. Such studies, which involve the time period between the IV / VIII centuries of the Christian Age in the West, show distinct requirements that have, fortunately, put away the idea that this historical period of time was one of "barbarism" and "darkness". Undoubtedly, Late Antiquity, for some the "First Middle Ages", presents itself as a unique phase of history of the Mediterranean World and Old Europe, where the word "transition" should be understood in a positive and innovative way: the Roman Empire of the West undergoes its destruction at that time, but the idea of Empire would never be forgotten by those political entities that arise on old imperial foundations. From this perspective, this paper discusses the idea of Late Antiquity, the historical view, linking the political-institutional elements of Classical tradition and Germanic culture.

Keyword

Transition; Antiquity; Middle Age.

Enviado em: 09/04/2009

Aprovado em: 21/05/2009

1. Introdução

Entre 1993 e 1998, a *European Science Foundation* desenvolveu um programa de estudos abordando o período de transição do Mundo Antigo à Idade Média, entre os séculos IV-VIII no Ocidente. Tais estudos procuravam identificar as raízes da Europa e, conseqüentemente, a emergência das nações européias, cujo caminho remontava, portanto, aos fins da época Imperial Romana ocidental. Invariavelmente, a fragmentação política do Mundo Romano projetou uma fase ímpar da História do Mundo Mediterrânico e da velha Europa, na qual a palavra "Transição" deve ser entendida de forma positiva e inovadora. O Império Romano Ocidental sofre sua desestruturação política naquele momento, mas a ideia de Império jamais será esquecida por aquelas entidades políticas que irão surgir sobre os antigos alicerces imperiais: as monarquias romano-germânicas.

Com efeito, a missão dos especialistas da *European Science Foundation* não foi, de maneira alguma, simples, de modo que, tal proposta de estudos comportava abordagens de valor etnográfico, voltado a uma série de análises acerca das estruturas políticas e dos padrões legais das novas sociedades. Em seu conjunto, os estudos voltaram-se, particularmente, aos conceitos e interações entre o fragmentário Mundo Romano e as sociedades germânicas, cujo aspecto fundamental era avaliar as relações entre os diferentes grupos sociais que se compunham no antigo espaço de domínio Romano desde o século IV. Evidentemente, esse caminho de identificação fora trilhado desde os primeiros assentamentos bárbaros na cidade e no campo, com abordagens à luz da nova história política, visando relações, dentre outros aspectos, tais como, a produção e a distribuição de bens. Tal perspectiva dirigiu, igualmente, um olhar crítico sobre a evolução e mesmo a transformação das crenças e culturas, numa dinâmica entre o poder e a sociedade, na qual a percepção do espaço, das fronteiras e das comunicações ilustra, finalmente, as noções entre Leste e Oeste para o Ocidente pós-romano em uma época que os especialistas têm denominado como a *Antiguidade Tardia*.

Dentro das perspectivas historiográficas atuais, um dos campos que está se desenvolvendo com maior evidência é aquele que genericamente se tem chamado de Antiguidade Tardia, campo esse que abarca, por certo, uma ampla gama de pesquisas que, tendencialmente, negam aquele velho preceito da "ruptura total" com o passado tal como imposto pela ideia da divisão quadripartite da história. O presente artigo busca discutir a ideia de Antiguidade Tardia com base nos elementos político-institucionais da tradição clássica e da cultura germânica, relacionando as visões da historiografia acerca do assunto, dentro de uma discussão que caminha, invariavelmente, no campo das generalidades, buscando, ao fim e ao cabo, contemplar um dos assuntos que tem colocado o fenômeno da Idade Média européia ocidental como um processo inerente às transformações do Mundo Antigo. Com efeito, foi a partir das transformações da sociedade romana à luz de uma nova época, que surgiu a Antiguidade Tardia, e a bem dizer, a própria ideia de Europa. Um período ímpar da História, sem

dúvida, mas que já não podemos mais chamar de Antiguidade Clássica, tampouco olhá-la como Idade Média.

2. A Antiguidade Tardia em Perspectiva Historiográfica

Há algum tempo a comunidade acadêmica tem dispensado uma atenção especial ao período que denominamos *Antiguidade Tardia*. Esse momento histórico se apresenta como consolidador dos elementos culturais, religiosos, políticos, econômicos e sociais que viriam a configurar o futuro medievo da Europa Ocidental. Muito mais que ruptura total com o passado, a Antiguidade Tardia mostra-se como mantenedora das ideias do período clássico, evidenciando em seu bojo, tanto elementos do mundo helênico quanto do período republicano e imperial romano. Duma maneira geral, essas mesmas concepções do mundo clássico foram sendo paulatinamente reinterpretadas, revisadas e novamente, reintroduzidas na sociedade ocidental com novos padrões éticos e ideológicos. Elementos, por certo, clarificados à luz de uma nova historiografia. O termo ora proposto, deriva da historiografia alemã¹, na qual a palavra ***Spätantike*** ilustra um rol infundável de elementos provenientes do mundo clássico greco-latino, alicerçando a cultura germânica a partir do século IV da nossa era.

Usualmente, a historiografia considera esse período como sendo balizado entre os séculos IV e VIII da era cristã, compreendendo, nomeadamente, entre a época baixo imperial romano ocidental e a ascensão do Reino Franco-carolíngio. As contribuições historiográficas clássicas de Henri-Irenée Marrou² e Peter Brown³ nesse sentido foram fundamentais, não apenas sobre as questões cronológicas, mas também acerca do próprio entendimento do amplo processo político e social operado no contexto das transformações na Europa daquele período, especialmente, na bacia mediterrânea. Esse recorte cronológico é mais comumente tratado como o momento da transição da Antiguidade ao Medievo.

Para a historiografia, o fim do mundo antigo sempre representou um momento de reflexão por parte dos estudiosos, mesmo antes de quaisquer perspectivas inovadoras, como as propostas dos *Annales* da década de 1930 ou a *Nova História* francesa dos anos 1970. A título de exemplo, cabe recordar aqui, o clássico estudo de Edward Gibbon "*The Decline and Fall of the Roman Empire*"⁴, ou posteriormente o eminente historiador britânico, o também clássico trabalho de Ferdinand Lot com "*O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média*"⁵, publicado originalmente em 1927. Com efeito, tanto os especialistas no Mundo Antigo, quanto na Idade Média, debruçaram-se nos últimos anos a

¹ Para tanto ver: OLIVEIRA, W. F. **A Antiguidade Tardia**. São Paulo: Ática, 1990.

² MARROU, H-I. **Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?** Lisboa: Aster, 1979.

³ Cf. BROWN, P. **O Fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio à Maomé**. Lisboa: Verbo, 1972.

⁴ GIBBON, Edward. **The Decline and Fall of the Roman Empire**. New York: Modern Library, 2003.

⁵ LOT, FERDINAND. **O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 2008.

repensar a questão da transição de uma época a outra, surgindo em função disso, novas perspectivas sobre esse momento chave da história ocidental, em consideração ao próprio nascimento da Europa, concentrando-se, fundamentalmente, no entorno da bacia mediterrânica.

Sobre essas questões, sublinhou Brown (BROWN 1972, p.7) que “o estudo deste período obriga-nos a observar constantemente as tensões entre as mudanças e a continuidade no característico mundo que cerca o mediterrâneo”, onde, por certo, verificamos a efervescência duma série de elementos institucionais do Mundo Clássico que determinariam a configuração do emergente Mundo Medieval. E de fato, as pesquisas históricas têm, nas últimas décadas, desempenhado um importante papel acerca das interpretações sobre o período da transição da Antiguidade Clássica à Idade Média. E, por se apresentar como uma época de transição, as construções teóricas mensuradas a partir da práxis política, têm demonstrado que essa fase não ocorrera de maneira simples, pois, a contemplação dos variados elementos que caracterizam esse momento da História europeia ocidental projetam, a um só tempo, dois mundos: o clássico tardio e o emergente medievo.

Notadamente, nessa fase de transição entre a Antiguidade Clássica e a Idade Média é que encontramos a Antiguidade Tardia, apresentada muito mais como um momento de permanências e transformações e que atinge principalmente os campos político, cultural, econômico, religioso e social e que viria imprimir uma nova face ao mundo mediterrânico ocidental pós-romano. Um período caracterizado, igualmente, por nos fornecer um rico quadro de informações para abordagens, no que tange tanto pesquisas históricas quanto historiográficas sobre os mais variados temas. Trata-se, portanto, de um quadro de aspectos múltiplos, cujos elementos nos levam a refletir acerca das transformações operadas nas sociedades mediterrânicas, da qual temos indicativos variados à diversificadas áreas de estudo. Conforme sublinhou Marrou:

109

Será já tempo de admitir que a Antiguidade tardia não é somente a última fase de um desenvolvimento contínuo: é uma outra antiguidade, uma outra civilização, que temos de reconhecer na sua originalidade e julgar por si própria e não por cânones de épocas anteriores. [...] um espírito novo se manifesta nos mais diversos domínios, desde as técnicas materiais e as formas mais externas da existência quotidiana, à estrutura mais secreta da mentalidade colectiva, à ideia, ao ideal que os homens desse tempo conceberam em relação ao mundo e à vida [...] (MARROU 1979, p.15)

Portanto, essa “outra Antiguidade”, deve ser compreendida a partir da continuidade dos elementos institucionais do Mundo Clássico e das profundas transformações que, agregadas à cultura germana, particularmente, produziram um novo quadro político social para a época e, além das formatações de um mundo novo, viria ela própria a ser o berço da Europa Medieval. Validamente, a originalidade dessa época, tal qual nos chamou atenção Marrou (MARROU 1979), deve ser compreendida através da reconfiguração de uma sociedade. Nesse

contexto histórico, a práxis política deve ser mensurada a partir das relações desenvolvidas com o mundo emergente, ou seja, na atuação das antigas instituições políticas de procedência clássica greco-romana em combinação com os elementos da cultura germana.

Uma diferença consubstancial entre Peter Brown e Henri-Irenée Marrou é que, o primeiro considera que o pano de fundo ideológico do cristianismo, particularmente em meados do século IV, é que será a pedra angular das transformações político-ideológicas que se processarão no Ocidente, especialmente, em relação à consolidação das novas monarquias romano-germânicas assentadas no antigo espaço de domínio imperial romano. Por seu turno, Marrou entende que o processo de transformação da sociedade tardo-antiga se opera num amplo quadro geral de reflexão, com variações que abarcam, essencialmente, os aspectos culturais, ideológicos e sociais. Dentre esses aspectos considerados por Marrou (MARROU 1979), se faz premente a revolução nos costumes, a paixão dos jogos, a nova religiosidade e os embates entre a arte pagã e a arte cristã. Sua proposta contempla um período balizado entre os séculos III e VI da era cristã.

Brown relativiza (BROWN 1972), primordialmente, os aspectos teóricos e práticos do poder na sociedade romana tardia, projetando no quadro dialógico, a partir da ideologia cristã do século IV, mais particularmente, sua relação com o poder imperial, em que deixa entrever a nova sociedade ressurgida em meio a essas contraposições e na alternância entre o poder central com relação às aristocracias senatoriais. O colapso do governo imperial romano foi atribuído por Brown (BROWN 1972, p.126) ao alheamento da Igreja e da aristocracia senatorial em relação ao exército. O clássico estudo do historiador irlandês retoma as mudanças sociais e culturais num período compreendido entre meados do século II até meados do século VIII e a emergência de uma civilização já diferente daquela que era considerada a "civilização clássica". Nesses séculos decisivos, conforme demonstra o autor, verificamos a paulatina transformação de algumas das instituições do Mundo Antigo, num processo que ele chama de "revolução romana tardia", partindo desse modo, à análise da sociedade e da religiosidade no Mundo Mediterrânico.

Evidentemente, as contribuições de Peter Brown e Henri Marrou perpassam o tão somente sentido teórico na abordagem da Antiguidade Tardia, pois suas contribuições podem ser percebidas mesmo na abordagem metodológica do termo, cujas reflexões nos remetem a uma busca pela explanação do próprio sentido de transformação. Nessa linha de reflexão, faz-se imperativo que destaquemos suas contribuições historiográficas, tão fundamentais para o entendimento do processo de transformações que se operaram na sociedade ocidental pós-romana. Sobre um ponto em especial concordam os historiadores, quando afirmam que a Antiguidade Tardia é um período que, ao mesmo tempo em que se apresenta como transição da Antiguidade Clássica à Idade Média, também pode ser visto como o mantenedor de práticas, especialmente políticas, provenientes do mundo clássico e, através disso, se configura como um momento

ímpar da História ocidental. Importa precisar que esse período é identificado muito mais pelas permanências que pelas rupturas entre os elementos sociais.

Outra referência fundamental ao estudo da transição do Mundo Antigo ao Medieval são os trabalhos de Santo Mazzarino. O historiador italiano dedicara-se em grande parte à compreensão das vicissitudes crepusculares a respeito dos conceitos de *Império Universal* e *Decadência de Estado*. Um primeiro trabalho referencial de Mazzarino é *Aspetti sociali del IV secolo. Ricerche di storia tardo-romana*, de 1951, no qual o autor já coloca que as questões políticas do Império Romano no século IV seriam prementes a sua fragmentação nas épocas imediatamente posteriores. Nessa mesma perspectiva é publicado, em 1988, *La fine del mondo antico. Le cause della caduta dell'impero romano*, obra na qual se propõe uma análise minuciosa do processo de fragmentação política do Império Romano desde a época de Marco Aurélio (161-180), negando-se finalmente a ideia de "decadência", como uma expressão reducionista e determinante à História tardo-antiga. Com efeito, Mazzarino, em ambos os trabalhos, revela que o problema político do Império Romano tardio é o que irá, particularmente, determinar o quadro das transformações no Ocidente, posto que essas já se operavam no seio do Império mesmo antes de quaisquer perspectivas das chamadas invasões bárbaras.

111

Num trabalho editado em 1997, Michelle Brown e Leslie Webster reúnem uma coletânea de artigos de diversos especialistas de alto gabarito como Javier Arce, Evangelos Chrysos, Averil Cameron, Ian Wood e Walter Pohl, dentre outros não menos importantes. A louvável iniciativa das historiadoras Brown e Webster demonstrou que, fundamentalmente, as transformações do Mundo Romano decorreram nos mais diversos aspectos da sociedade ocidental. Particularmente, Ian Wood nos chama a atenção para o fato de que nos séculos IV e V, momentos finais do Império Romano ocidental, as transmissões de ideias do Mundo Clássico desempenharam um papel determinante para o sentido do que chamamos de "transformação". Segundo Wood (WOOD 1997, p.111), um claro exemplo dessa transmissão de ideias pode ser verificado partindo dos legados dos "pais da Igreja" como Ambrósio de Milão, João Crisóstomo, Jerônimo de Aquiléia, Agostinho de Hipona, dentre outros.⁶ Tal legado pode, igualmente, ser buscado nos séculos VI e VII, a partir dos exemplos de Cassiodoro e Isidoro de Sevilha, respectivamente. Com efeito, a sobrevivência dos elementos político-institucionais e mesmo das tradições provenientes do Mundo Clássico somente foram possíveis por meio dessa valorização cultural, revelada sob a pena dessas destacadas figuras.

Recentemente, o sentido de Antiguidade Tardia, como a transição ou a transformação do Mundo Clássico, foi retomado por uma edição do *Journal of Late Antiquity* sob a edição de Ralph Mathisen (2008).⁷ Os especialistas debruçaram-se sobre os aspectos do Mundo Romano em sua plena transformação

⁶ Cf. WOOD, I. Transmission of ideas. In: WEBSTER, Leslie e BROWN, Michelle. (ed.) **Transformation of the Roman World AD 400-900**. California: California University Press, 1997, pp.111-127.

⁷ MATHISEN, Ralph (ed.) **Journal of Late Antiquity**. Vol.1, nº1, 2008.

e a insurgência da nova sociedade, contando igualmente com a participação de nomes como Arnaldo Marcone, Edward James, Clifford Ando, Ian Wood e Luís Garcia Moreno, dentre outros. A proposta de Mathisen retoma a Antiguidade Tardia como um campo de pesquisas, viabilizando uma melhor compreensão do período subsequente, a Idade Média. Esses estudos projetam variadas perspectivas sobre o período em questão, transformando-o em objeto essencialmente válido e atual de pesquisas.

Mesmo cientes de que a Antiguidade Tardia, ao menos ao longo das três últimas décadas, já percorrera um longo caminho em vias de sua legitimidade, tal campo é rerepresentado enquanto um objeto complexo de análises, cujas idiosincrasias, para além de sua filiação cronológica, demonstram tempos, populações, costumes, tradições, culturas e vários outros elementos, distintos daquelas ideias do Mundo Antigo. Esse distanciamento teórico-metodológico somente significaria um elemento de concordância, segundo o ponto de vista dos autores, de uma forma geral: o Mundo Antigo se transformara.

3. As Transformações do Mundo Antigo e a Antiguidade Tardia

A ideia de transformação do Mundo Antigo tem sido proposta há algum tempo por diversos especialistas.⁸ Recentemente, os estudiosos têm demonstrado um grande esforço por compreender esse amplo quadro em relação ao Mundo Romano, num processo de interação cultural com o Mundo Bárbaro. Com efeito, um trabalho em particular merece melhor atenção que é o do historiador austríaco Walter Pohl.⁹ Num estudo seminal, esse autor levantou alguns questionamentos para a historiografia acerca do grau de perturbação ou da mudança gradual ao final da Antiguidade Clássica que viria a configurar o futuro Medieval na Europa ocidental, tratando, igualmente, outros pontos, como por exemplo, a intensidade com que a comunidade acadêmica tem debatido esses temas.

Com efeito, o questionamento chave das observações do professor Pohl é realmente: Roma caiu? Ou somente foi transformada? O Império foi destruído pelos bárbaros ou a sua decadência foi inevitável devida às razões internas? Atentamente à formulação de respostas que melhor contemplasse a essas e outras questões, o historiador austríaco tem demonstrado que o Mundo Romano, indubitavelmente, se transformou. Porém, a dúvida suscitada a partir dessa afirmação é justamente: em que sentido as transformações do Mundo Romano configuraram essa 'outra Antiguidade'? O próprio Pohl nos dá a trilha para essa complexa resposta: o processo gradativo de integração dos bárbaros ao Mundo Romano. Desse modo, afirma Pohl (POHL 1997, p.5), que "a integração dos bárbaros

⁸ Sobre este aspecto: WHITE, L. T. **The Transformation of the Roman World: Gibbon's problem after two centuries.** California: California University Press, 1966; e também WEBSTER, Leslie e BROWN, Michelle. (ed.) **Transformation of the Roman World AD 400-900.** California: California University Press, 1997.

⁹ Cf. POHL, W. (ed.) **Kingdoms of the Empire: The Integration of Barbarians in Late Antiquity.** Leiden, New York, Köln: Brill, 1997.

tem tradicionalmente sido vista sob o ponto de vista das normas e instituições, e explicada sob o contexto da teoria política romana e conceitos legais”,¹⁰ de modo que, e completando essa afirmativa, diz que:

[...] modos de produção e estilos culturais foram essenciais para esses esforços de integração, mas eles não podem explicar por si próprios porque certos tipos de comunidades prevaleceram e outros declinaram: *gens* ao invés de *civitas*, *regum* invés de *imperium*, duas chaves no desenvolvimento e no processo de “Transformação do Mundo Romano.”¹¹

Portanto, tal processo de “integração” foi muito mais amplo que puramente “assimilação” de aspectos políticos ou institucionais romanos, posto que, muitos preceitos bárbaros prevaleceram, sobremaneira, às antigas instituições da época clássica e imperial romana. Nesse sentido, sugerimos que invés de assimilação ou simples aceitação dos preceitos político-institucionais romanos por parte dos bárbaros como forma de inserção na sociedade, houve um processo de *reinterpretação* das velhas instituições como meio de integração e que a partir do século VI, de maneira mais particular, sofreram novamente um impacto, no sentido ideológico da transformação do Mundo Romano. Houve uma nova reelaboração da política à luz do cristianismo. Dois claros exemplos desse processo podem ser ilustrados por francos e visigodos. Primeiramente, os francos e a conversão ao cristianismo niceno com Clóvis (481-511), no limiar da sexta centúria e, *à posteriori*, os visigodos com o rei Recaredo I (586-601) e a conversão ao catolicismo niceno em 589, por ocasião da realização do III Concílio de Toledo. Ademais, a política régia revestiu-se de um caráter excepcionalmente cristão, dando vistas às práticas de poder dos imperadores romanos da época baixo imperial, cuja imagem do *imperator christianus sacratissimus* tem eco na imagem *rex Dei gratia* (rei pela graça de Deus) dos francos¹² ou mesmo, do *rex clementissimus* (rei clementíssimo) dos godos.

O processo de integração dos bárbaros foi, com efeito, somente um dos elementos de transformação do Mundo Romano, pois, correspondem unicamente a um aspecto dessa nova sociedade, assim como, as questões políticas, institucionais ou religiosas. Notadamente, todos esses elementos foram, sobremaneira, aliados à intensa burocracia na máquina administrativa romana tardia. Portanto, o trato dessas questões deve ser encarado não somente como um contexto ou uma realidade, na qual esse processo emerge de maneira clara. Na Antiguidade Tardia, as “realidades” dependeram, de forma direta ou mesmo indireta, de contextos variados, dependentes de relações exógenas não

¹⁰ “the integration of barbarians has traditionally been seen from the point of view norms and institutions, and explained from the context of Roman political theory and legal concepts”. In: **idem**, p.5.

¹¹ “modes of production and cultural styles were essential to these efforts of integration, but they cannot explain in themselves why certain types of community prevailed and others declined: *gens* instead of *civitas*, *regum* instead *imperium*, two key developments in the process of “Transformation of the Roman World””. In: POHL, W. (ed.) **Kingdoms of the Empire**. The Integration of Barbarians in Late Antiquity. Leiden, New York, Köln: Brill, 1997, p.5

¹² Sobre esses aspectos ver CÂNDIDO DA SILVA, M. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média**. São Paulo: Alameda, 2008.

apenas entre o Império e os Reinos Bárbaros, futuros sucessores, mas, também em relação à política imperial romana no Oriente, ou puramente, em relação aos próprios germanos, como, por exemplo, os Francos, Visigodos, Lombardos, Avaros, dentre outros. As relações políticas entre os bárbaros e o Império Romano, de um modo geral, podem ser interpretadas à luz das alianças ou tratados político-militares entre estes e aqueles, tratado este que a historiografia tem usualmente caracterizado como o *Foedus*.¹³

Essas alianças político-militares foram, paulatinamente, sendo transformadas durante a Antiguidade Tardia. Conforme nos chama a atenção Pohl:

O termo *foedus*, tratado, e *foederati*, federados, mudaram seus significados no decurso da antiguidade tardia. Estudiosos modernos têm adicionado mais outras camadas de significados. Historiadores jurídicos têm adotado o termo *foedus* como um termo técnico para o tratado de Roma concluído com os bárbaros, enquanto que os contemporâneos dizem que poderíamos chamar qualquer tratado de *foedus*. Ao contrário, *foederati* adquiriu um sentido mais moderno que tinham dado os estudiosos da antiguidade tardia (POHL 1997, p.8).¹⁴

Esse novo sentido atribuído ao termo *foederati* esteve ligado, particularmente, a partir do século VI, ao designativo grego¹⁵, e foi usado para a distinção dos contingentes bárbaros dentro do exército romano. Já o termo *foedus* pode ser de fato, interpretado como “tratado”, pois, as fontes romanas tardias denotam estas distinções no trato entre romanos e bárbaros, com relação particularmente a esta terminologia. Ammianus Marcellinus nos testemunha que desde os tempos do imperador Juliano, por volta de 361, os Alamanos haviam rompido com o tratado (*foedus*) devastando as fronteiras da Raetia,¹⁶ sendo que o “tratado” de paz fora restabelecido apenas com o

¹³ O termo é referido em extensa bibliografia dentre a qual citamos alguns: HEATHER, P. **The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians**. Oxford University Press, 2005, especialmente a p.82 “[...]rendered themselves completely (called in Latin an act of *deditio*) and were then graciously granted terms in treaty (Latin *foedus*), which made them imperial subjects [...]” (rendidos a si completamente (chamado em latim de ato de *deditio*) e em seguida foram agraciados em termos de tratado (latim *Foedus*), que os fez sujeitos imperiais [...]); e particularmente ao caso dos visigodos: FRIGHETTO, R. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000, p.49, aonde afirma que os “[...] visigodos reconhecidamente *foederati* do Império Romano do Ocidente desde 417-418 [...]”; e também ROUCHE, M. **L’Aquitaine des Wisigoths aux Arabes 418-781**. Naissance d’une region. Paris: E.H.E.S.S., 1979.

¹⁴ “The terms *foedus*, treaty, and *foederati*, federates, changed their meaning in the course of late antiquity. Modern scholarly use has added yet another layer of meanings. Legal historians have adopted *foedus* as a technical term for a treaty Rome concluded with the barbarians, whereas contemporaries might call any treaty a *foedus*. On the contrary, *foederati* has acquired a more general sense in modern scholarship than it had in late antiquity”. In: POHL, W. (ed.) **Kingdoms of the Empire: The Integration of Barbarians in Late Antiquity**. Leiden, New York, Köln: Brill, 1997, p.8.

¹⁵ *idem*, p.8.

¹⁶ **Amm. Marc.** XXI, 3-1 [...] *Dum haec ita aguntur, propinquante iam vere, nuntio percitus inopino ad tristitiam versus est et maerorem. Didicit enim Alamannos a pago Vadomarii exorsos, unde nihil post ictum foedus sperabatur incommodum, vastare confinis Raetiis tractus, nihilque sinere intemptatum manus, praedatorias fusius discurrentes [...]* em que segue: (Enquanto estes eventos prosseguiam e o perigo se aproximava, percebeu-se com tristeza e sofrimento que eles tinham uma inteligência inesperada. Por saber que os Alamanos tinham pagado tributos a Vadomarius, e tendo feito com ele um tratado (*foedus*), ele [o imperador] antecipou seus incômodos e viu que era desperdício colocar tropas ao longo da Rétia espalhando-se por toda fronteira e não deixando nada desprotegido).

imperador Valentiniano e o rei alamanos Macrinus¹⁷ e, posteriormente, após o ataque das regiões dominadas pelos francos, fez-se novo “tratado” de paz (*foedus*) com o mesmo imperador romano.

Semelhante relação pode ser verificada também no trato entre romanos e godos, como na célebre passagem de Jordanes (*Get. XXVII, 140-141*) ao se referir ao acordo de paz firmado entre o imperador romano Graciano e Teodósio com os Godos por volta de 382, após uma ação militar conjunta entre estes contra visigodos, ostrogodos e alanos. Segundo esse acordo, era permitido aos godos se instalarem nas regiões da *Mesía* e no norte da *Tracia*, ao longo do Danúbio e obrigava os romanos a prestar-lhes subsídios anuais, como roupas e comida e, em troca, os godos deveriam servir aos romanos como aliados (*foederati*) do exército. Porém, é importante destacar que o caso dos visigodos em relação ao estabelecimento como *foederati* do Império Romano é colocado muito antes por Jordanes. O historiador godo fala em um acordo datado ainda do final do século III com Maximiano na guerra contra os Partos.¹⁸ Esse mesmo acordo foi mantido pelo imperador Constantino contra Licínio e, mesmo após a morte do rei visigodo Atanarico, o acordo prevaleceu com o imperador Teodósio.

Assim, gradativamente, a reinterpretação das velhas instituições, como no caso do *foedus* que transformava os bárbaros em *foederati*, pode ser vista como parte integrante do processo de transformação do Mundo Romano, com vistas à nova sociedade romano-germânica. Evidentemente, não fora somente em termos militares que se deram tais transformações, sendo que podemos atribuir tal processo a um campo variado e particularmente rico para abordagens. O legado clássico aos reinos romano-germânicos foi mais amplo, constituindo uma gama infindável de elementos, que, conforme sublinhou Pohl (POHL 1997), iriam de modos de produção a estilos culturais, cada qual configurando os aspectos sociais no mundo pós-romano.

De fato, percebemos que as transformações que se operam na sociedade romana tardo-antiga, por muito prevaleceram sob os reinos romano-germânicos, formados a partir da desagregação política de Roma. Contudo, verificamos que a predominância de algumas dessas práticas e instituições germanas se sobressaem aos elementos político-institucionais romanos, o que não significa dizer que isso fora uma generalidade. Assim, a Antiguidade Tardia enquanto perspectiva

¹⁷ **Idem**, XXX, 3-4 [...] *Haec memorantes addentesque utilia, reduxere eum in meliorem sententiam, statimque, ut conducebat rei communi, prope Mogontiacum blandius rex ante dictus accitur, proclivis ipse quoque ad excipiendum foedus, ut apparebat. Et venit inmane quo quantoque flatu distentus ut futurus arbiter superior pacis, dieque praedicto conloquii ad ipsam marginem Rheni caput altius erigens stetit, hinc inde sonitu scutorum intonante gentilium [...]* ou na mesma passagem, XXX, 3-7 [...] *Periit autem in Francia postea, quam dum internecive vastando perrupit avidius, oppetit Mallobaudis bellicosus regis insidiis circumventus. Post foedus tamen sollempni ritu impletum Treveros Valentinianus ad hiberna discessit [...]* em que segue: (Recapitulando estas memórias, o rei resolveu adotar uma nova estratégia. O pai foi convidado a vir confessamente a Mogontiacum e este se mostrou inclinado a fazer um tratado (*foedus*). Quando veio, porém, este se mostrou orgulhoso e arrogante, como sábio, tal como deve ser alguém que quer fazer a paz. Tendo vindo à conferência no limiar do Reno, acompanhado de um grande séquito, fizeram um acordo com seus seguidores [...] Mas depois em Francia [país dos Francos] que foi invadida e destruída, até que tudo fosse devastado por Mallobaudo, e o seu rei massacrado e morto, depois então se fez o tratado (*foedus*), e quando foi ratificado, Valentiniano retirou-se para seus aposentos de inverno em Tréveris).

¹⁸ **Jord. Get.** XXI.

de estudos se apresenta de maneira ampla e rica, e os pesquisadores não são indiferentes a essas questões o que podemos verificar de forma crescente mesmo no caso das pesquisas em âmbito da academia brasileira.

4. A Antiguidade Tardia no Brasil: perspectivas de estudos

No Brasil os estudos relativos à Antiguidade Tardia têm angariado destaque nos últimos anos. Tal interesse, por certo, está ligado especialmente ao desenvolvimento de vários centros universitários de estudos, pesquisas e extensão aos quais se vinculam diversos especialistas brasileiros e estrangeiros. Contudo, só muito recentemente podemos falar de um interesse mais efetivo do público acadêmico brasileiro pelo tema. Todavia, importa assinalar que a maioria desses estudos provêm, particularmente, de dissertações e teses, que dirigem uma especial atenção, dentre outros aspectos, às implicações políticas, sociais, econômicas, religiosas, culturais na época da transição entre o Mundo Antigo e o Medieval.

O interesse pelos estudos da Antiguidade Tardia, no que tange o universo acadêmico nacional, pode ser compreendido através de um duplo panorama. De um lado, dissertações e teses que envolvem diretamente o Império Romano e as implicações geradas pela ideia de Alto e Baixo Império, de onde emerge um quadro central tendo por base o eixo do Mundo Mediterrânico. Por outro lado, destaca-se um grupo crescente de pesquisadores cujo enfoque desloca-se para o mundo pós-romano, de onde a emergência, organização e consolidação dos chamados reinos romano-germânicos no antigo espaço de domínio imperial traz como característica fundamental a herança cultural e a reorganização social da futura Europa.

Nesse processo de transformação do mundo romano, seja na época imperial ou no período de formação dos reinos romano-germânicos, as reflexões sobre o romanismo ou o germanismo evidenciam uma série de particularismos que, em maior ou menor grau, expõe a atualidade dos fenômenos relativos à Antiguidade Tardia. Embora as particularidades sejam muitas, ambos os grupos mantêm um ponto essencial em comum que é a negação incondicional do velho preceito de "ruptura" total do passado, admitindo assim, a permanência dos elementos político-institucionais no Mundo Mediterrânico. Desse modo, apontamos alguns trabalhos produzidos em âmbito nacional que podem ser compreendidos dentro dessa dupla vertente, sendo, primeiramente, os estudos relativos às discussões sobre o Alto e o Baixo Império Romano.

Nessa esfera, destacamos os trabalhos de Ana Teresa Marques Gonçalves, cujo foco de pesquisa está relacionado à dinastia severiana em finais do século II em Roma. Seus estudos trazem à baila discussões das representações imagéticas políticas no Mundo Antigo, convergindo à estruturação do poder no Alto Império Romano, destacando-se questões identitárias e de criação de uma ordem imperial, que propiciam análises acerca da permanência e da integração política e econômica em território imperial. Segundo nos aponta a

professora Ana Gonçalves, as mudanças no âmbito da política da época alto imperial romana deixam entrever o próprio sentido de “rupturas e continuidades”, e as inferências como parte componente elementar do processo de transformações do Mundo Romano são, em vários aspectos, inevitáveis.¹⁹

Tal caminho pode ser ainda verificado a partir de uma análise acurada do próprio sentido de “transformações”, segundo o qual somos remetidos, indubitavelmente, aos postulados braudelianos da “*longue durée*”.²⁰ Dentro do campo das múltiplas abordagens suscitadas sobre o Império Romano, podemos verificar os trabalhos de Margarida Maria de Carvalho, cuja atenção é dispensada particularmente à época baixo imperial, no tempo do imperador Juliano o Apóstata (331-363). Na perspectiva da historiadora, as atitudes no campo político, filosófico, religioso, administrativo e militar, exaradas principalmente pela perspectiva de Amiano Marcelino, contemporâneo do imperador, denotam efetivamente as ações deste em relação às transformações nas fronteiras do Império Romano em meados do século IV. Os estudos da professora Margarida de Carvalho vão ao encontro das elaborações da imagem imperial, vinculada ao processo de heroificação do Imperador Apóstata, processo esse construído por Amiano no momento da compilação e redação de suas memórias. Nesse sentido, seus trabalhos têm destacado, fundamentalmente, que o processo de transformações do Mundo Romano é colocado em perspectiva pelas próprias fontes do período, como é o sugerido através da análise de Amiano Marcelino nos finais da quarta centúria.²¹

117

Numa perspectiva dialógica, particularmente entre a política e a religiosidade, a respeito da aplicabilidade do conceito de Antiguidade Tardia, destacam-se os estudos de Gilvan Ventura da Silva. De início, destaca o historiador que o conceito cumpriu um importante papel num momento em que se tratava de “reabilitar” um período da história, no qual se supunha o Império tivesse experimentado uma melancólica ruína, anunciando a “*Dark Age*” medieval. Gilvan Ventura atribui a responsabilidade pelo interesse nos estudos relativos ao período em questão, particularmente, aos próprios romanistas, que num esforço por mitigar as imagens excessivamente pessimistas acerca da Idade Média, foram estimulados a também abordar a fase final do Império Romano sob outra ótica, procurando valorizar as inovações do período, especialmente aquelas que diziam respeito ao campo da religião, das sensibilidades e da cultura tomada em seu sentido lato.

¹⁹ GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Rupturas e Continuidades: os Antoninos e os Severos. In: **Fênix** Revista de História e Estudos Culturais, jan/fev/mar/2007, Vol.4, Ano IV, nº1, pp.1-15.

²⁰ Neste sentido BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: _____. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992, pp.41-78.

²¹ Destaque-se ainda, que na perspectiva da professora Margarida de Carvalho, o processo de transformação do Mundo Romano e as inferências com relação à Antiguidade Tardia, quando analisado pela ótica do governo de Juliano o Apóstata poderão ser verificadas mesmo na política religiosa desse imperador, com a chamada *restauração pagã*, numa tentativa de retomada dos valores da cultura clássica. Sobre essas questões cf. CARVALHO, Margarida Maria de. Gregório Nazianzo e a Polêmica em torno da Restauração Pagã de Juliano. In: MENDES, Norma Musco.; VENTURA DA SILVA, Gilvan. (orgs.) **Repensando o Império Romano**. Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: Edufes: 2006, pp.267-284.

Por fim, o eminente historiador brasileiro tem destacado que é preciso, fundamentalmente, compreender que o conceito, tal como ele foi durante muito tempo empregado, encerrava uma perspectiva excessivamente otimista acerca do final do Mundo Antigo, como se o processo de transição para a Idade Média só houvesse comportado encontros étnicos e inovações culturais, dentre as quais as mais significativas teriam sido a consolidação do cristianismo e a formação de uma civilização romano-bárbara no Ocidente. Apontando as potencialidades, mas também as limitações próprias do conceito, o professor Gilvan Ventura destaca que o conjunto de transformações que conduziram à desagregação do Império Romano do Ocidente somente pode ser compreendido a partir de uma visão não pessimista, tampouco reducionista da ideia de transição de um período ao outro, tal qual foi por muito tempo empregada (a visão) pela antiga historiografia do século XIX e, deveras, em alguns estudos atuais, ainda, infelizmente, mantidas.

Com efeito, destacamos, nesse mesmo aspecto de transformações do Mundo Romano, outro grupo de especialistas que tem defendido particularmente a ideia de transformação do Império e a manutenção de alguns preceitos da época clássica e imperial no âmbito de constituição e consolidação das monarquias romano-germânicas no eixo mediterrânico. Sobre essas questões destacamos em particular os trabalhos de Renan Frighetto. Este historiador revela a importância do Mundo Mediterrânico, cujos estudos, nos últimos anos, projetam este mundo enquanto elemento forjador de culturas diversas e sistemas políticos na constituição da História ocidental. Para o historiador, alguns elementos fundamentais compõem o quadro de transformações do Mundo Antigo, particularmente, interação, tradição, legitimação e etnogenese, o ponto comum na tessitura de suas considerações vincula-se justamente em relação à espacialidade de suas abordagens: o Mundo Mediterrânico. A ideia de "interação" é projetada com um sentido mais amplo, que associa a perspectiva cultural, mas também política e religiosa, num aspecto muito próximo daquele já proposto por Momigliano (MOMIGLIANO 1990), como sendo um sinônimo de "encontros" ou "intercâmbios".

Nesse aspecto, Frighetto propõe outro conceito característico desse universo historiográfico que é, justamente, o sentido de "tradição", exarado a partir das "construções" e "elaborações" teóricas inclusivas que foram paulatinamente transformadas e reintroduzidas no Mundo tardo-antigo. A partir do sentido proposto pela "tradição" do Mundo Antigo, advém o conceito de "legitimação", assentando-se sobre a ideia de que o passado, quando evocado numa tradição é o elemento primordial de constituição de instituições, poderes e grupos sociais e políticos no entorno da bacia mediterrânica. E, finalmente, o conceito chave de "etnogenese", partindo-se de um princípio que o processo de interação cultural entre os diversos grupos étnicos que compuseram o mundo pós-romano e que tomaram como base a tradição do pensamento clássico e imperial, evocado pela legitimidade política e social desses grupos, inquestionavelmente, seria a base de sustentação do que a historiografia atual

tem chamado de “etnogenese”. Um conceito que deve ser utilizado sem a preocupação política de inclusão contemporânea, mas que deve ser analisado como parte componente e elementar das transformações do Mundo Antigo na emergência do que chamamos de Europa.

Finalmente, poderíamos aqui apresentar outros ricos exemplos. Contudo, respeitando os limites do presente trabalho, pensamos que a presente exposição não deva ser tomada como um fim em si mesmo, mas como um ponto de partida para a ampliação e debate das ideias sucintamente apresentadas. Os debates acerca das permanências e continuidades ao longo do processo histórico têm por certo seu lugar dentro da discussão historiográfica nacional. O não alheamento dos especialistas brasileiros sobre essas questões é uma prova mais que suficiente para validar essa observação. Embora devamos reconhecer que ainda é muito cedo para fazer qualquer análise mais concludente acerca do interesse por parte da academia nacional, o certo é que não somos indiferentes acerca dos debates que concernem o mundo acadêmico estrangeiro no que tange a essas questões, históricas por certo, mas atualíssimas mais que nunca.

Considerações Finais

119

O período de transição entre o mundo clássico greco-latino e a Idade Média, tem sido visto tradicionalmente, desde Edward Gibbon em seu *The Decline and Fall of the Roman Empire*,²² como uma época de caos e obscuridade. As pesquisas atuais têm demonstrado justamente o contrário, revelando tal momento como uma profunda dinâmica, na inflexão de elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos que basicamente serviriam de pano de fundo à constituição do futuro Medieval da Europa Ocidental.

Decididamente, a Antiguidade Tardia apresenta-se como uma fase ímpar da História do Mundo Mediterrânico e da velha Europa, na qual a palavra “transição” deve ser entendida de forma positiva e inovadora. Ademais, diversas podem ser as formas de interpretações acerca do legado clássico, como no caso da cultura, poder, sociedade, dentre outros aspectos não menos importantes. Conforme chamou nossa atenção por sua vez Marrou (MARROU 1979), essas heranças podem variar desde a “revolução no vestuário, nova religiosidade, embates entre cristãos e pagãos”, até diversos outros elementos. Contudo, salientamos que, para além dessas relações, a Antiguidade Tardia é, deveras, caracterizada pela permanência e transformação dos preceitos clássicos, tanto no âmbito urbano quanto em âmbito rural.

As cidades e seus característicos modos administrativos do Mundo Antigo vão paulatinamente dando espaço a uma nova ordem, em razão da diminuição da função político-administrativa atribuída pelos imperadores romanos a *Pars*

²² GIBBON, Edward. **The Decline and Fall of the Roman Empire**. New York: Modern Library, 2003.

Occidentalis do Império desde o final do século II,²³ com Marco Aurélio (161-180). Desse modo, ao se analisar nesses processos de permanências históricas, seja em âmbito cultural ou político-social, acabamos por nos remeter àquilo que Braudel em meados do século XX qualificou como “*longue durée*” (longa duração).²⁴

Nos últimos anos, com o surgimento gradual de novas abordagens acerca dos temas ligados às questões sobre as delimitações cronológicas entre um período e outro, especialmente a partir da década de 1970, vêm-se revelando uma rede de relações político-institucionais de caráter fundamental ao entendimento da própria história da Europa. Um momento que, por certo, nos oferece um rico quadro de abordagens, tanto históricas quanto historiográficas. E, não obstante, se passou a investigar as condições históricas em que essas relações eram produzidas, em geral, quadros de intensas disputas políticas. A averiguação dessas relações de poder levou parte dos especialistas envolvidos à investigações mais profundas sobre as condições históricas de sua sustentação, tendo em vista que, esses processos necessitavam, em grande parte, de certa estabilidade político-social para desenvolver-se. Isso não tirava a originalidade dos mesmos, mas forçava os pesquisadores a analisar mais profundamente em que condições temporais e materiais certos processos históricos realizaram-se e qual sua relação com outros fenômenos análogos, tais como religião e sociedade.

A proposição de limites cronológicos de um período para outro é, por certo, uma das mais árduas tarefas que cabe ao historiador. Com efeito, uma proposição genérica é sempre incompatível com o desenvolvimento do próprio conhecimento histórico. No entanto, é necessário ao historiador levantar alguns questionamentos acerca do contexto ao qual se dedica a analisar, oferecendo, a partir daí, novas perspectivas em relação ao processo do fazer histórico. Nosso objeto na presente reflexão é, indubitavelmente, um dos mais complexos em termos de análise, posto que, a compreensão direta ou indireta do referido período depende, particularmente, de questões mais amplas a sua compreensão.

O Mundo Antigo sofre uma série de transformações que, ao fim, darão vistas à constituição, seja a nível de influência, pensamento ou formação, de uma nova época, que, contudo, ainda não é possível chamar de Medieval. No que tange à historiografia, os esforços por reconhecer o lugar de tais transformações nos leva, efetivamente, a inferir que existe, por certo, um período que intermedia o Mundo Clássico “fragmentado” e o Medieval “emergente”. Nesses termos, a Antiguidade Tardia deve ser aceita como a ponte entre ambos, cimentada a partir das concepções ideológicas, políticas, religiosas, sociais e econômicas que virão a constituir a futura Europa Medieval. Conforme destacamos, o mundo acadêmico brasileiro não é indiferente a essas perspectivas

²³ Sobre esta questão vide FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental**. Curitiba: Juruá, 2000, p.45-47.

²⁴ Cf. BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: _____. **Escritos sobre a história**. São Paulo: Perspectiva, 1992, 1992, pp.41-78.

e estudos, embora ainda de maneira bastante tímida, mas inserido por certo nesses debates, considerando possibilidades múltiplas para tais abordagens, num esforço inquestionável por um espaço reconhecido dentro da atual historiografia.

Para finalizar, a legitimidade de tais ideias encontra acolhida na fórmula de Bloch (2002, p.68), quando afirma que o historiador, pelo seu ofício, encontra-se impossibilitado de constatar os fatos que estuda, contudo, sua observação do objeto histórico é que o levará à constituição do próprio sentido para a história. Nas palavras do eminente historiador francês “o passado, é por definição, um dado que nada mais modificará [...] mas o conhecimento do passado é uma coisa em progresso [...]” (*idem*, p.75). Metodologia sugerida que empregamos de maneira semelhante em nosso ofício de historiador, embora com pretensões bem mais modestas, é verdade, mas que, de maneira sintomática, procuramos sempre desenvolver.

Fontes e Referências Bibliográficas

Fontes

AMMIANUS MARCELLINUS. **History. Vol. II. Liber 20-26.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 2006.

_____. **History. Vol. III. Liber 27-31.** Cambridge, Massachusetts, London: Harvard University Press, 1940.

JORDANES. **De origine actibusque Getarum. Origen y gestas de los godos.** Madrid: Cátedra, 2001.

Referências Bibliográficas

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou o ofício de historiador.** São Paulo: Cia das Letras, 2002.

BRAUDEL, Fernand. História e Ciências Sociais. A Longa Duração. In: **Escritos sobre a história.** São Paulo: Perspectiva, 1992, pp.41-78.

BROWN, Peter. **O Fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio à Maomé.** Lisboa: Verbo, 1972.

CÂNDIDO DA SILVA, Marcelo. **A Realeza Cristã na Alta Idade Média.** São Paulo: Alameda, 2008.

CARVALHO, Margarida Maria de. Gregorio Nazianzo e a Polêmica em torno da Restauração Pagã de Juliano. In: MENDES, Norma Musco.; VENTURA DA SILVA, Gilvan. (orgs.) **Repensando o Império Romano.** Perspectiva Socioeconômica, Política e Cultural. Rio de Janeiro: Mauad, Vitória: Edufes: 2006.

FRIGHETTO, Renan. **Cultura e Poder na Antiguidade Tardia Ocidental.** Curitiba: Juruá, 2000.

- GIBBON, Edward. **The Decline and Fall of the Roman Empire**. New York: Modern Library, 2003.
- GONÇALVES, Ana Teresa Marques. Rupturas e Continuidades: os Antoninos e os Severos. *In: Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, jan/fev/mar/2007, Vol.4, Ano IV, nº1.
- HEATHER, Peter. **The Fall of the Roman Empire: A New History of Rome and the Barbarians**. Oxford University Press, 2005.
- LOT, FERDINAND. **O Fim do Mundo Antigo e o Princípio da Idade Média**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- MARROU, Henri-Irenée. **Decadência Romana ou Antiguidade Tardia?** Lisboa: Aster, 1979.
- MATHISEN, Ralph (ed.) **Journal of Late Antiquity**. Vol.1, nº1, 2008.
- MAZZARINO, Santo. **La fine del mondo antico**. Le cause della caduta dell'impero romano. Milão: Rizzoli Libri, 1988.
- _____. **Aspetti sociali del IV secolo**. Ricerche di storia tardo-romana. Roma: l'Erma di Bretschneider, 1951.
- MOMIGLIANO, Arnaldo. **Os Limites da Helenização**: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- OLIVEIRA, Waldir. Freitas. **A Antiguidade Tardia**. São Paulo: Ática, 1990.
- POHL, Walter. (ed.). **Kingdoms of the Empire**. The Integration of Barbarians in Late Antiquity. Leiden, New York, Köln: Brill, 1997.
- ROUCHE, Michel. **L'Aquitaine des Wisigoths aux Arabes 418-781**. Naissance d'une region. Paris: E.H.E.S.S., 1979.
- WEBSTER, Leslie. e BROWN, Michelle. (ed.) **Transformation of the Roman World AD 400-900**. California: California University Press, 1997.
- WHITE, Lynn. Townsend. **The Transformation of the Roman World**: Gibbon's problem after two centuries. California: California University Press, 1966.
- WOOD, Ian. Transmission of ideas. *In: WEBSTER, Leslie e BROWN, Michelle.* (ed.) **Transformation of the Roman World AD 400-900**. California: California University Press, 1997.

Erotismo, libertinagem e pornografia: notas para um estudo genealógico das práticas relacionadas ao corpo na França moderna

Eroticism, libertinage and pornography: notes toward a genealogic study
of practices of body in the Modern Age in France

Daniel Wanderson Ferreira

Doutorando em História Social da Cultura

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

daniel_ferreira_bhz@hotmail.com

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Rua Serafim Valandro, 6/806 - Botafogo

Rio de Janeiro - RJ

22260-110

Brasil

Resumo

Na linguagem da bibliografia de História Moderna, algumas práticas e costumes sexuais relacionados ao corpo são descritas como "libertinagem", "erotismo" e "pornografia", sendo frequentemente usadas como sinônimas e sem diferenciar os significados desses conceitos. Esse hábito resulta em dois problemas. Primeiro, compõe-se diferentes tipos de estudos históricos, como a História da Pornografia, História da Literatura Erótica ou História da Libertinagem, sem, às vezes, definir a especificidade de seus objetos. Em segundo lugar, refere-se ao entendimento de áreas separadas à partir de modelos de continuidade dos processos históricos. Contrariando essa ideia, este artigo examina alguns usos dessas palavras feitos por franceses na Idade Moderna e demonstra como seus sentidos foram construídos em cada ato comunicativo. A conclusão é que a história do corpo deve ser vista como descontínua e atravessada por constantes modificações e conflitos.

123

Palavras-chave

História do corpo; Historiografia moderna; História da França.

Abstract

In the language of Modern History bibliography, some sexual practices and costumes related to the body are described in terms of "libertinage", "eroticism" and "pornography", frequently used as synonyms, with no differentiation between the significations of these concepts. This habit results in two problems. First, it takes to the composition of different types of historic studies, such as Pornography History, Erotic Literary History, or Libertinage History, which sometimes cannot define the specificity of their objects. The second one refers to the understanding of the separated areas in models of continuous historical processes. In disagreement to this idea, this article examines some uses of these words and concepts by French agents in Modern Age, to demonstrate how their contents was construed in each speak act; with the conclusion that the history of the body must be seen as discontinuous, crossed by constant modifications and conflicts.

Keyword

History of body; Modern Age historiography; France history.

Enviado em: 03/08/2009

Aprovado em: 20/10/2009

Em 1902 foi publicado na França o romance *La vénus à la fourrure*, do escritor austríaco Leopold Sacher-Masoch.¹ Essa narrativa, publicada originalmente em 1870, fazia parte dos volumes de *Legs de Caïn*, que pretendiam resumir “a herança de crimes e de sofrimentos suportados pela humanidade”. A crueldade, nesse texto, funciona como uma “imagem” da Natureza, “onde Caim descobre seu próprio destino”. Assim, de Caim ao Cristo há um mesmo signo, conduzindo “o Homem à cruz” (DELEUZE 2004, p. 9).²

Apesar da complexidade do texto, o crítico francês Benzon assinala “a beleza incomparável das descrições, o estudo pulsante e fino sobre as leis do caráter, o sentimento profundo da natureza, (...) uma sinceridade de impressões que nos faz crer voluntariamente no que diz o autor”.³ As referências de “anátema em nome dos princípios do cristianismo” e os elogios feitos pelos filósofos, em virtude da suposta filiação do texto a Schopenhauer e a Darwin, priorizam a trama dos conceitos. No entanto, para Benzon, Sacher-Masoch enfatiza as imagens, tal como a da estátua instalada num pátio residencial, iluminada superficialmente por luzes avermelhadas refletidas de um fogo que lhe colore palidamente o rosto. Esquecer isso conduz à perda dessa “sublime criatura” de corpo marmóreo, vestida com uma grande pele. Esquece-se do diálogo de Séverin com a deusa, na busca humana para compreender os motivos de Vênus usar a pele, já que “não faz verdadeiramente frio”. Apagam-se, também, “dois mil anos de história”, que separam a cultura grega de “deuses que riem” dessa cultura cristã do norte, onde o mundo é habitado por “demônios”. Quase não se ouve, por fim, a resposta e pedido da deusa para que se deixe o “mundo pagão repousar sob as lavas e escombros”, já que, junto aos cristãos, “nós, afirma a deusa, morremos de frio”.⁴

Não bastasse a reclamação dessa Vênus vestida com peles, a tradução do texto para o francês, feita por Raphaël Ledos de Beaufort, em 1902, apresentava algumas incorreções, possivelmente tornando mais fraca a voz e a queixa da deusa, num reforço daquilo que, supomos, o espírito vitoriano, ainda reinante no início do século XX, foi capaz de censurar. Mesmo que não se possa acusar nossa cultura de calar-se diante do corpo, de suas impurezas e sua sexualidade, as práticas que se relacionam a isso emergem em vocabulário e enunciações domesticados, num indício de um aprofundamento do que chamamos civilização (Cf. FOUCAULT, 1993; STAROBINSKI 2001, p.11-56).

A escrita da história também não escapou a esse processo civilizador. Segundo PORTER (1983: 292), a história do corpo tem sido negligenciada em

¹ No Brasil, o livro foi publicado com o título **A Vênus das peles**, editado pela editora Hedra, com tradução de Saulo Krieger.

² As citações foram retiradas do Prefácio que antecede à apresentação da obra de Sacher-Masoch feita por Deleuze. Como não há indicação de que o texto é de Deleuze ou do tradutor, Aude Willm, não temos certeza da autoria do texto. A edição brasileira, entretanto, indica que se trata de um texto de Deleuze.

³ BENZON, Th. Un romancier gallicien, M. Sacher-Masoch, **Revue des deux mondes**, Paris, XLV année, troisième période, 01.nov.1875, p.817. Os documentos históricos serão citados em notas ao longo do texto, como acontece normalmente em trabalhos historiográficos, com o objetivo de tornar mais próxima a referência das datas e fontes de consulta para o leitor. As traduções são pessoais.

⁴ SACHER-Masoch, Leopold. **La Vénus à la fourrure** (1870). in DELEUZE (2004, p.119-120).

virtude dos elementos clássicos e dos ditames judaico-cristãos da cultura ocidental, que, por razões e caminhos distintos, separaram corpo e alma e deram primazia ao pensamento. O corpo tornou-se o lugar da corrupção.

Esse cenário sofreu, entretanto, alguma mudança na segunda metade do século XX. Em virtude das mudanças sociais advindas dos movimentos de direitos civis e igualdade de gêneros, bem como pelas mudanças inerentes ao campo disciplinar, abriram-se novas perspectivas para pensar a escrita historiográfica (Cf. BURKE 1997; DOSSE 2003).⁵ A incorporação dos sentimentos e sensibilidades como objetos da história significou em alguma medida a composição de estudos sobre as representações, tal como já se fazia com o trabalho ou o poder. O risco que se evidenciou foi o do distanciamento entre o estudo das experiências concretas vividas pela sociedade e aqueles relacionados às formas de pensamento e expressão das sensibilidades (Cf. PORTER 1983, p. 295-298). Embora não se deva reduzir a história social à história dos conceitos, há uma relação entre os dois campos. As transformações vivenciadas “realmente” devem ser percebidas a partir da forma como elas são enunciadas socialmente. A experiência da linguagem e dos testemunhos também não é suficiente, embora essencial, para afirmações conclusivas sobre certos aspectos da realidade (KOSELLECK, 1997: 101-119). Assim, independentemente da maneira como é denominado no campo historiográfico o estudo do pensamento, da sensibilidade, do corpo etc., cabe ressaltar a interdependência desses estudos com as relações ditas concretas.

125

Não nos parece, desse modo, fortuito que o verbete *érotique* (erótico) apresentado em *La grande encyclopédie* separe a literatura erótica antiga daquela dos tempos modernos. O que poderia a princípio parecer resultado de uma especialização do saber, evidencia-se como uma forma de compreender o mundo, pois Charles Le Goffic, responsável pela apresentação dos tempos modernos do verbete, apresenta a existência de três formas de erotismo: o *sotádico*, o *sádico* e o *pornográfico*, respectivamente próprios aos antigos, aos modernos e aos contemporâneos.⁶ Assim, faz-se referência sobre a dificuldade em definir o erótico e revela-se que, para o autor, nem toda representação do corpo e do amor tem o mesmo valor e a mesma sensibilidade social. Ao separar os homens modernos dos contemporâneos, Le Goffic produz ainda uma ruptura de identidade com o passado. Há um “amor de outrora, (...) das épocas cavalheirescas” dos séculos XI ao XIII. No século XVII, pode-se ver, de novo, com Corneille, um amor à moda medieval, “uma ciência complicada, transcendente”. Já no século XVIII, “não há mais tanta felicidade em fatos eróticos”,

⁵ A coleção dirigida por Jacques Le Goff e Pierre Nora, publicada em 1974 com o título **Faire l'Histoire** e composta de três volumes: 1. **nouveaux problèmes**; 2. **nouveaux approches**; 3. **nouveaux objets**, é sintomática desse esforço de transformação. Em língua inglesa, destacamos o livro organizado pela historiadora Lynn Hunt, intitulado **The New Cultural History**, de 1989 (publicado no Brasil pela editora Martins Fontes com o título **A nova história cultural**).

⁶ ÉROTIQUE (verbetes). **La grande encyclopedie, inventaire raisonnei des sciences, des lettres et des arts, par une societei de savants et de gens de lettres**. Paris: H. Lamirault / Société Anonyme de la Grande Encyclopédie, 1886-1902[?]. O verbete está dividido em duas partes: a primeira refere-se ao erotismo antigo grego e romano e a segunda, ao moderno, sendo Lécivain e Le Goffic, respectivamente, os responsáveis por cada uma delas.

predominando a libertinagem, própria a Voltaire, Dorat, Chaulieu, Gentil-Bernard, Florian etc. Por fim, no século XIX, os “nossos líricos” puderam “dar à paixão uma linguagem realmente apropriada aos problemas e à melancolia dos corações que ela abraça”. Percebe-se, então, essa nova forma de erotismo como, também, uma nova sensibilidade estética.

Os dicionários deixam entrever a ideia do amor por um aspecto estético, sendo o caso extremo a percepção clínica do amor, visto pela ideia do doentio e do patológico. Como conceito médico, o amor apresenta sintomas de delírio e febre, inclusive podendo se manifestar como uma melancolia excessiva.⁷ Discutidos por intelectuais, os impactos da arte no público extrapolam o círculo dos debates para serem, por vezes, sentidos em efeitos e práticas sociais. Heickmann, amigo de Goethe em seus últimos anos, conta um episódio em que o famoso escritor alemão recebe o Lord Bristol, bispo de Derby, em Iena. Apesar da cortesia de Goethe em receber o visitante, este se comporta inicialmente de modo grosseiro, dirigindo-lhe um sermão sobre *Werther* ao afirmar ser o “livro completamente imoral, completamente condenável”. Seu argumento, em que pesem os valores morais, era de que “esse livro conduziu os homens ao suicídio”. A resposta de Goethe, contada com a “mesma malícia e a mesma ironia” com que tratava dessas anedotas, confirma o caso. Ele se nega a prestar contas pelo texto e condenar a obra “mal compreendida por algumas inteligências estreitas”. Acrescenta ainda que isso “livrou o mundo, no máximo, de uma dezena de imbecis e delinqüentes que não poderiam fazer nada a mais que apagar completamente o resto de suas medíocres luzes”.⁸

O entendimento de que a leitura de *Os sofrimentos do jovem Werther* conduz ao suicídio faz-se compreensível à medida que a condição humana passa a ser também vivida e notada esteticamente. O artista “amoroso da vida universal” assemelha-se “a um espelho imenso dessa massa; a um calidoscópio dotado de consciência, que, a cada um de seus movimentos, representa a vida múltipla e a graça transitória de todos os elementos da vida”. Por sua vez, a própria vida transmuta-se, na modernidade, em artifício, em obra de arte. “O mal se faz sem esforço, *naturalmente*, pela fatalidade; o bem é sempre um produto da arte”. Desse modo, os homens, sejam eles dândis ou cortesãos, tornam-se personagens, estetas da vida.⁹

A história não escapa também a esse movimento, já que para Marx, ela funciona como um teatro. Sua interpretação do *18 de Brumário* é narrada a partir de elementos teatrais, numa associação entre história e experiência estética.

⁷ ÉROTISME (verbetes) n.m. Méd. Amour maladif. Recherche de la sensualité. In: **LAROUSSE Universel en deux volumes**. Nouveau Dictionnaire Encyclopédique. Publié sous la direction de Claude Auge. Paris: Librairie Larousse, 1922. ÉROTIQUE. Adj. des 2 g. (du gr. fait d’amour). (...) – Médic. *Delire, fièvre érotique*. Espèce de mélancolie, qu’un véritable amour, qui va jusqu’à l’excès, fait contracter. BESCHERELLE, Louis Nicolas. **Dictionnaire national; ou Dictionnaire universel de la langue française, dans lequel toutes les définitions sont justifiées par fillos de quinze mille exemples choisis, le seul qui presente l’examen critique des dictionnaires les plus estimés, et principalement de ceux de l’Académie, de Laveaux, de Boiste et de Napoléon Landais**. 2 vol. Paris: Garnier, 1867.

⁸ ERCKEMANN. **Conversations de Goethe pendant les dernières années de sa vie, 1822-1832**. Trad. Émile Délerot. Paris: Charpentier Librairie, 1863. p.219-220.

⁹ BAUDELAIRE, Charles. **Le peintre de la vie moderne** (1863). Disponível em <http://baudelaire.litteratura.com/peintre_vie_moderne.php>. Acesso em: 02.jul.2009. p.09 e 23.

Esse argumento, segundo o filósofo, permite aos homens-personagens conjurar o passado de maneira vitoriosa desde que compreendam o papel que lhes cabe representar (Cf. FERREIRA 2007). Trata-se de pela estética recompor o homem, retirando-o da alienação que o havia condenado à forma e ao mundo da mercadoria.

Bricon, no verbete *pornographie* (pornografia), também presente em *La grande encyclopédie*, apresenta alguns apontamentos que ajudam a perceber a transformação histórica e identidade proposta por Le Goffic. O termo pornografia, para Bricon, “perdeu seu sentido técnico, aplicado aos escritores especialistas” que falavam sobre prostituição. Isso se deveu à passagem da referência da cortesã à “impureza dos seus hábitos”, num caminho paralelo ao processo de civilização e transformação das práticas de controle sobre o corpo, quer pela via jurídica, quer sanitária, que mudam o enfoque da disciplina e da punição na virada dos séculos XVIII e XIX (FOUCAULT 2000, p.145-152).

Essa ruptura histórica entre os séculos XVIII e XIX, percebida por Le Goffic e Bricon, aprofunda-se, também, em sua dimensão econômica. Para Bricon, “o fato pornográfico resulta principalmente da intenção do autor”, produzindo-se a partir da ideia de um “cálculo vergonhoso de dinheiro”.¹⁰ De igual maneira, a lei de 2 de outubro de 1882, que regula a repressão pelo ultraje aos bons costumes, estabeleceu uma diferença entre “os ultrajes aos bons costumes cometidos por desenhos, gravuras, pinturas, emblemas ou imagens daqueles cometidos com a divulgação feita pelos meios de publicação”. Tratou-se de entender a pornografia como atividade industriosa e promovida profissionalmente.¹¹

Podemos, ainda, pensar a pornografia a partir dos seus vínculos com a prostituição — atentos ao que Bricon chama de sentido original da palavra —, caso nos atentemos para os esforços de se consolidar no início do século XIX o “sistema da corrupção legal”, conforme denuncia Donat Sautter, em um panfleto datado de 1876. Nesse período, houve regulamentação da atividade de prostituição, primeiro em Paris, depois em outras cidades francesas e europeias. Ao falar da permissividade em relação ao “mal”, ele apresenta a montagem de um sistema sanitário em que as prostitutas dessas cidades foram cadastradas, estabelecendo-se, assim, um contrato entre elas e a polícia. À polícia coube exigir visitas sanitárias periódicas das prostitutas; em contrapartida, a casa de prostituição poderia estar aberta para a “prática da corrupção”. As mulheres poderiam ainda “com certas reservas de horas e vestuários ir buscar suas vítimas na rua”, o que, conforme Sautter, transformava em “reconhecimento de um direito, de um privilégio, [de] uma patente em uma palavra” aquilo que era condenado às mulheres.¹²

¹⁰ PORNOGRAPHIE (verbetes). **La grande encyclopedie, inventaire raisonnei des sciences, des lettres et des arts, par une societèi de savants et de gens de lettres**. Paris: H. Lamirault / Société Anonyme de la Grande Encyclopédie, [1886-1902?].

¹¹ BARBIER, Georges. **Code expliqué de la presse**. Traité general de la police de l apresse et des délits de publication. Paris: Imprimerie et Librairie Générale de Jurisprudence Mauchal & Bellard, 1911. p.361-364.

¹² SAUTTER, D. **L'état de la moralité publique**. 3^e ed. Neuchatel: Bureau du Bolletin Continental, 1876. p.15-17.

Os casos de política de vigilância e sanitarismo urbano, experimentados no século XIX, revelam uma das faces da relação entre modernidade e civilização do pensamento de Restif de la Bretonne. No livro *Le pornographe*, publicado em 1769, ele apresenta os “inconvenientes inseparáveis da prostituição” e, também, a “necessidade de tolerar as prostitutas na capital e em outras grandes cidades do reino”. Diante do dilema, receita o “remédio”, um regulamento, já que “uma casa pública” ou prostíbulo, quando “bem administrada”, pode “se sustentar por si mesma, diminuir os abusos que a sabedoria das leis tolera sem levar a nenhum dos inconvenientes que uma reforma de outro gênero ocasionaria”. Isso resultaria numa contribuição ao “restabelecimento da decência e da honestidade pública, que me parece os costumes distanciam-se insensivelmente”.¹³

Essa dimensão do pensamento sanitário e do controle do corpo das prostitutas, implementados no decorrer do século XIX, concorre ainda com outras formas segundo as quais os franceses demonstram entender as relações entre a pornografia e o erotismo. Durante a maior parte do século XIX, o termo erotismo é reservado à literatura canônica que toma o amor por tema, que fala e trata desse sentimento (Cf. PAUVERT 2000, p.9-10). Independentemente desse sentido mais geral, há uma dificuldade em definir o caráter erótico, isolando-o como gênero, daí o alerta de Lachâtre (apud PAUVERT 2000, p.10) sobre o dever de não confundir “o gênero erótico, que não deve ultrapassar os limites da decência e do pudor, com o gênero livre e grosseiro, ao qual se relacionam tantas produções cínicas ou obscenas”.

Não há apenas uma dificuldade em definir o erótico. A obscenidade é complexa e suas dimensões são vistas em marcas enunciativas que estão circunscritas a cada vivência social em sua historicidade. Daí Restif apontar, em consonância com esse desejo de diferenciar o universo obsceno, que libertinagem não é igual à pornografia.¹⁴ Émile Zola (apud PAUVERT, 2000, p.98), também, entende que entre seus textos naturalistas e os romances de Sade não há semelhança, já que sua escrita é “crua e terrível”, faltando-lhe o “riso” e a “fantasia galante da grosseria”. Ambroise Macobre, em seu glossário intitulado *La flore pornographique*, apresenta que “nossos pornógrafos modernos inventaram apenas palavras”, o que resultou haver entre eles e “a obra corajosa, robusta e franca de Rabelais (...) a mesma diferença que há entre rio e esgoto”.³ Aprofunda-se, assim, durante o século XIX, outro traço de diferenciação ao se

¹³ RESTIF DE LA BRETONNE. **Le pornographe** ou Idées d’un honnête homme sur un projet de règlement pour les prostituées, propre à prévenir les malheurs qu’occasionne le publicisme des femmes avec des notes historiques et justificatives (1769). in *Œuvres érotiques*. Col. L’Enfer de la Bibliothèque Nationale, tome 2. Paris: Fayard, 1985. p.52. Há um consenso em afirmar que esse é o primeiro uso da palavra em língua francesa. No Oxford English Dictionary, ela aparece em 1857 (cf. HUNT 1999, p. 13-14).

¹⁴ Conforme explica o autor, a ideia do livro *Le pornographe* ocorreu-lhe pela leitura de Lewis Moore, que afirma ter sido no passado um libertino e, com isso, haver compreendido que “prazeres muito curtos são seguidos de doenças longas e cruéis”. Disso resultou seu desejo de “ser útil aos outros ao tornar públicas suas ideias sobre os meios de diminuir os inconvenientes de um certo estado que revolta a natureza, mas que eu sinto muito que seja impossível de ser abolido”. RESTIF DE LA BRETONNE. **Le pornographe** (1769, p.51).

¹⁵ MACROBE, Ambroise. **La flore pornographique**, glossaire de l’école naturaliste, extrait des œuvres de M. Émile Zola et de ses disciples. Paris: Doublezevir Éditeur, 1885. p.18-19.

marcar como separadas a pornografia e a libertinagem.

No fim do século XIX, *libertino(a)* tem função morfológica de adjetivo, significando desregramento dos costumes, dos hábitos. Aplica-se também às coisas em diversos sentidos, como “contos libertinos” ou “vida libertina”. Fala-se ainda desse modo de uma criança ou um jovem estudante que negligencia seus deveres. Só ao fim, refere-se, como substantivo e num sentido já envelhecido, aos que não se sujeitam às leis da religião, quer por crença, quer por prática.¹⁶

A libertinagem apresenta sua própria historicidade. Não tratamos, entretanto, de vê-la como um deslizar de sentidos, presas a uma análise semântica, pois entender esse processo dessa maneira resulta em vê-los em continuidades e variações sobre um mesmo tema, praticamente desprezando as transformações sociais que o circunscrevem. Os sentidos da libertinagem emergem dentro de relações sociais específicas. O contrário resulta em reificações da compreensão do conceito, perdendo de vista o caráter relacional com o qual ele é constituído historicamente nas práticas sociais (Cf. CAVAILLÉ 2009). Assim, concordando com Cavailié, entendemos que mais que apresentar o surgimento de um neologismo — *pornografia* — e as marcas e usos que o diferenciam da libertinagem, trata-se de compreender o universo social libertino, numa tentativa de entender as distâncias que a cultura do século XIX assumiu em relação a um passado nem tão distante.

129

Em 1477, a forma *libertiniens* aparece em traduções da Bíblia, pelo uso presente em Paulo, nos Atos dos Apóstolos (VI, 9), ao se referir a *synagoga libertinorum*. Em 1523, a palavra francesa *libertins*, de origem latina, própria ao direito romano, aparece, na Bíblia (Atos dos Apóstolos, VI, 9), na tradução de Lefèvre d'Étapes, fazendo concorrência a *affranchi* (dar alforria a um escravo, libertar). A partir dessa segunda forma, o termo ganha conformação, em 1544, pelo ataque que Calvino dirige aos dissidentes anabatistas, resultando na composição de um sentido de inconformismo (TROUSSON 1993, p. I-II). Em uma advertência aos fieis, em 1547, Calvino afirma ainda ser comum a “todos os libertinos (...) divertir-se com a Escritura Sagrada, transfigurando-a a seu prazer por loucas alegorias, o que não é outra coisa que falsificar o seu sentido natural”. Além disso, dando livre curso à imaginação, fazem a Escritura “servir a tudo” que pensam.¹⁷ Desse modo, à ideia de resistência associa-se ainda os artifícios e a opacidade própria ao ser humano.

No século XVII, quando a França já havia consolidado o poder político e ultrapassado as guerras religiosas, o círculo dos libertinos eruditos, composto por La Mothe Le Vayer, Gassendi e Gabriel Naudé, dentre outros, mantém um caráter dúbio quanto a suas posições políticas e filosóficas. Isso decorre da lembrança

¹⁶ LIBERTIN, INE (verbetes). **DICTIONNAIRE de l'Académie Française**. Institut de France, 7^e ed. Paris: Librairie de Firm-Didot et C^e, 1878.

¹⁷ CALVIN, Jean. Contre un Franciscan, sectateur des erreurs des libertins. Genève, 20 août 1547. in **Œuvres françaises de Jean Calvin recueillies pour la première fois, precedes de sa vie par Théodore de Bèze et d'une notice bibliographique par P. L. Jacob**. Paris: Librairie de Charles Gosselin, 1842. p. 294.

das guerras e da desestruturação social e política que avassalaram a França no século XVI. O temor de que se reviva uma crise funciona, assim, tanto no sentido da defesa da diversidade quanto no sentido da adoção de posturas mais moderadas, em consonância com o que havia feito Montaigne. Diferentemente dos ataques que se dirigiram aos libertinos do século XVI, acusando-os de rebelião à religião, no século XVII, trata-se mais de ver uma outra realidade. A liberdade a que esses homens aspiram está mais voltada para o interior. (Cf. PINTARD 1983; ADAM 1986: 7-31). Além disso, a forma como o poder estrutura-se na monarquia absolutista francesa não garante a existência de uma livre expressão, senão no fórum íntimo dos círculos e academias de saber (Cf. KOSELLECK 1999).

Dada a diversidade do grupo a que são dirigidas a acusação de libertinos, fica difícil percebê-los como uma unidade homogênea. P. Garasse afirma, em sua *Doctrine curieuse des beaux esprits de ce temps*, escrita em 1622, que são libertinos “nossos beberões e glutões das tavernas, espíritos insensíveis à piedade e que não tem outro Deus que o próprio ventre”. De igual maneira, incluem-se no grupo os “ímpios e ateus”, que são “os avançados em malícia; (...) que fazem de Paris uma Gomorra”. Entretanto, mesmo aí há aqueles que “não são ainda completamente ateístas” (apud ADAM 1986, p.40-41). Assim, os libertinos não constituem uma escola, não buscando ao menos compor doutrinas filosóficas que os definam. Há muito mais uma sabedoria libertina, o que decorre da defesa de um *savoir-vivre libertin*, marcado pela indisciplina, entendida como recusa de se deixar contrariar por regras de escolas, facções ou normas e prescrições previamente à análise da realidade e dos pensamentos.¹⁸ Soma-se a isso, a liberdade de uma vida que se entrega aos instintos, entendidos como bons, e uma posição pessimista e cética da humanidade, que se contrapõe ironicamente ao humanismo (cf. GIRARD 2007, p.26-31).

A experiência, contudo, não necessariamente aproxima esses homens de uma vida de excessos. Existem grupos que, diferentemente dos libertinos mundanos, guardam-se em sua cultura cavalheiresca, marcando a libertinagem pela reserva. Esses libertinos eruditos são repletos de “audácia interior e de prudência prática”, apresentando “moderação na linguagem e discrição nos gestos”. Torna-se, então, mais compreensível as atitudes de Gabriel Naudé e Jean-Jacques Bouchard que, em viagem a Roma no carnaval de 1632, apresentam “palavras comedidas e gestos raros, de confidências pouco numerosas e discretas; uma grande submissão aparente aos usos; algumas fantasias, mais limitadas e vigiadas”. Isso, entretanto, manifestando mais “os hábitos da juventude deles do que as necessidades impostas pela nova vida” (PINTARD 1983, p.122; 210).

¹⁸ Nesse sentido, há os que relacionam o ceticismo à libertinagem, ainda que não reduzam uma coisa à outra. O que ganha destaque é a posição não-dogmática que tanto céticos quanto libertinos assumem (Cf. POPKIN 2003, p. 80-98; CAVAILLÉ 2009, p.68). Os homens que chamamos libertinos denominavam-se *déniaisés* (Cf. ADAM, 1986, p.12). Entendemos ser necessário empreender futuramente um estudo que busque pensar essa identidade, conforme produzida internamente ao grupo.

No século XVIII, a libertinagem é frequentemente apresentada a partir do modelo galante de Crébillon Fils e seu romance *Les égarements du cœur e de l'esprit*, de 1736. Tem-se, nesse caso, o predomínio do jogo e das relações de excesso, traduzindo os valores de uma nobreza, que a sociedade francesa revolucionária percebeu como uma imagem negativa, corrupta e superficial. Contudo, também no século XVIII, "a libertinagem não se limita ao domínio dos costumes: elevando-se, sob a trivialidade, à pretensão filosófica, ela acolhe a reflexão materialista e a contestação social, assim como a condenação de preconceitos morais e religiosos" (TROUSSON, 1993: XIV-XV). Podemos pensar, nesse sentido, num contraponto entre a noção de superficialidade nobre e os valores do pensamento filosófico. A libertinagem, em Sade, se por um lado é conservadora, por outro, para defender o valor nobre, apega-se à ideia de sentido político desse grupo.¹⁹

Em Sade, além disso, ela é apresentada em associação a outras características. Às vezes está relacionada à prostituição. Mesmo assim, os libertinos deixam claro que a ação erótica jamais é regrada senão pelas jornadas sucessivas de "novos prazeres e novas reflexões".²⁰ Sendo os desejos libertinos insaciáveis, tão logo eles se realizam, surgem outros, repletos de detalhes, que em nada se assemelham ao mundo supérfluo de Crébillon.²¹ Marcha-se assim numa ação contínua de prazer e pensamento, já que a libertinagem de Sade, de modo algum, dispensa o exercício da filosofia.²²

131

Talvez na linguagem ordinária seja possível encontrar uma relação mais precisa da libertinagem com o excesso, a corrupção e depravação dos costumes. É comum encontrar referências semelhantes à denúncia que Duchesne, funcionário do Procurador Geral do Parlamento de Paris, escreve ao Rei, solicitando uma *lettre de cachet* para que sua esposa, Marguerite Gobet, seja presa. Segundo ele, a vida seguia tranquila, "sem nenhum dos conflitos que nascem ordinariamente ou da desinteligência ocasionada pelas diferenças de pensamento ou pela aversão causada pela libertinagem". Isso muda, já que "os excesso da boca e do vinho" tornaram-se a "paixão dominante dessa mulher".²³ Estamos, nessa dimensão cotidiana, mais próximos do sentido que a palavra assumirá no senso comum a partir do século XIX, quando seu sentido filosófico de qualquer natureza é praticamente esvaziado.

Verifica-se, portanto, nesse emaranhado de concepções e práticas, diversos

¹⁹ Simone de Beauvoir discute o caráter conservador do pensamento de Sade, contudo em alguns aspectos ela apresenta as práticas que ele propõe como uma "tentativa de ressuscitar simbolicamente, no segredo das alcovas", numa atitude de "nostalgia", os poderes que os nobres já tiveram (Cf. BEAUVOIR, 1972: 09-82). Entendemos que a constituição de mecanismos simbólicos extrapola os sentidos do imaginário, compondo-se mesmo como práticas significadoras da experiência. Desse modo, Sade defenderia uma libertinagem que ao mesmo tempo é conservadora e libertadora, já que apontaria no passado e na tradição para um mundo repleto de valores éticos.

²⁰ SADE. *Les cent vingt journées de Sodome ou L'école du libertinage* (1785). in **Œuvres**, tome I. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1990. p.116.

²¹ SADE. *Les infortunes de la vertu* (1787). in **Œuvres**, tome II. Bibliothèque de la Pléiade. Paris: Gallimard, 1990.

²² SADE. **La philosophie dans le boudoir**. Ed. établie por Yvon Belaval. Col. Folio Classique. Paris: Gallimard, 2001. p.45.

²³ DUCHESNE, transcrição Ars. Arch. Bastille 11994, fol. 178-183 (1758). in FOUCAULT, Michel. FARGE, Arlette. *Le désordre des familles*. p.76-81.

processos históricos que se articulam: a proposta de Restif, publicada em 1769, e o ensaio de uma prostituição sanitária em algumas cidades europeias no século XIX; a oposição de um novo entendimento das relações com o corpo em oposição à libertinagem; as práticas de sanitarismo e controle do corpo e sua relação com a pornografia, produzidas durante o século XIX; a percepção de que o erotismo antigo é diferente do moderno e do contemporâneo; o entendimento da libertinagem como parte de um pensamento de natureza filosófica múltipla, mas que se traduz em divergência religiosa, em ceticismo, materialismo, embora não se deixe reduzir a nenhum dogma ou sistematização filosófica; os usos ordinários dados à libertinagem no século XVIII, num sentido que revela os limites dessa referência com a vida de corte e sua sofisticação de pensamento, bem como num prenúncio da sociedade mais massificada do século XIX.

Para os historiadores, entretanto, essas diferenças tendem a ser apagadas. O surgimento da palavra pornografia data, nas línguas europeias, do século XIX, mas Hunt reúne em livro artigos de diferentes historiadores que rastreiam sua origem desde o século XV. Além disso, afirma que a "literatura pornográfica, assim como o romance, era frequentemente associada à libertinagem", numa tentativa de demonstrar como a linguagem da transgressão encontra uma mesma enunciação (Cf. HUNT 1999, p.5-6; 38).

Para Goulemot (GOULEMOT 2000, p. 21-30), não há problema que se empreguem como sinônimas as palavras pornográfico, licencioso e erótico ao analisar as práticas sociais sobre do corpo e as narrativas de caráter ficcional da sociedade francesa do século XVIII. As valorizações diferenciadas decorreriam mais dos sentidos distintos com os quais o século XX compreendeu essas categorias.

De igual maneira, Abramovici (ABRAMOVIC 2003) delimita a obscenidade ao apresentar o cenário social no qual ela se constitui na sociedade clássica. Contudo, o autor deixa entender pela leitura de seu texto uma opção pelo uso indiscriminado das palavras libertino, pornográfico, obsceno, erótico e outras.

Torna-se, portanto, possível observar que as análises historiográficas, ainda que em diversos aspectos sejam extremamente profícuas, tendem mais a evitar as repetições dos termos, além de produzirem uma ideia de modernidade a partir de conceitos de linearidade e progresso que nos parecem suspeitos, já que tornam semelhantes essas diferenças tão fortemente visíveis aos homens do século XIX. Talvez Vênus não necessitasse de tanta pele, caso vivesse em período anterior a esse mundo de estetização burguesa. Entretanto, como prever que ela estaria à vontade diante de um riso de Rabelais, ao ouvir um poema de Théophile de Viau ou dentro de um boudoir de Sade? Podemos apenas pensar que ali havia mais calor, já que aquilo que se chama, para os homens do século XIX, "crueldade", para ela, nada mais é que parte intrínseca da "sensualidade e do amor puro, a verdadeira natureza da mulher". Em todo caso, não se trata mais de compor novas continuidades. Estamos diante de enunciações diferentes.

Referências Bibliográficas:

- ABRAMOVICI, Jean-Christophe. **Obscénité et classicisme**. Paris : Presses Universitaire de France, 2003.
- ADAM, Antoine. **Les libertins au XVII^e siècle**. Paris: Buchet/Chastel, 1986.
- BEAUVOIR, Simone. Faut-il brûler Sade? In: _____. **Faut-il brûle Sade?** Paris: Gallimard, 1972.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da historiografia**. Trad. Nilo Odália. São Paulo: UNESP, 1997.
- CAVAILLÉ, Jean-Pierre. Libérer le libertinage. Une catégorie à l'épreuve des sources. **Annales HSS** , t. LXIV, 2009, n. 1, p. 45-80.
- DELEUZE, Gilles. **Présentation de Sacher-Masoch**, avec le texte integral de 'La Vénus à la fourrure'. Trad. do alemão Aude Willm. Paris: Minuit, 2004.
- DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales a Nova História**. Bauru, EDUSC, 2003.
- FERREIRA, Daniel Wanderson. História e dramaturgia em O 18 Brumário. In: **XXIV Simpósio Nacional de História**; Associação Nacional de História - ANPUH, 2007, São Leopoldo. História e multidisciplinaridade: territórios e deslocamentos: anais do XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo : Unisinos, 2007. p. 1-10.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza Costa Albuquerque, José Augusto Guilhaon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1993.
- FOUCAULT, Michel. Poder-corpo (p.145-152). In: _____. **Microfísica do poder**. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 2000.
- GIRARD, Christophe. **Les libertins du XVII^e siècle**: anthologie. Paris: Librairie Générale Française, 2007.
- GOULEMOT, Jean-Marie. **Esses livros que se lêem com uma só mão**. Trad. Maria Aparecida Corrêa. São Paulo : Discurso Editorial, 2000.
- HUNT, Lynn (org.). **A invenção da pornografia: obscenidades e as origens da modernidade, 1500-1800**. São Paulo: Hedra, 1999.
- HUNT, Lynn (org.). **A nova história cultural**. Trad. Jefferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Trad. Luciana Villas-Boas Castelo-Branco. Rio de Janeiro: EDUERJ, Contraponto, 1999.
- KOSELLECK, Reinhart. Histoire sociale et histoire des concepts (p.101-119). In: _____. **L'expérience de l'Histoire**. Trad. Alexandre Escudier, Diane Meur, Marie-Claire Hock, Jochen Hock. Paris: Gallimard, Seuil, 1997.

- LE GOFF, Jacques, NORA, Pierre (org.). **História**. 3 vol.: novos problemas, novos objetos, novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986-1995.
- PAUVERT, Jean-Jacques. **La littérature érotique**. Paris: Flammarion, 2000. p.10.
- PINTARD, René. **Le libertinage erudite dans la première moitié du XVII^e siècle**. Genève, Paris: Slatkine. 1983.
- POPKIN, Richard H. **The history of skepticism from Savanarola to Bayle**. New York: Oxford University Press, 2003.
- PORTER, Roy. História do corpo. In: BURKE, Peter (org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Trad. Lopes Magda. São Paulo: UNESP, 1992.
- STAROBINSKI, Jean. A palavra "civilização". In:_____. **As máscaras da civilização: ensaios**. Trad. Maria Lúcia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- TROUSSON, Raymond. Préface. In:_____. **Romans libertines du XVIII^e siècle**. Textes établis, présentés et annotés par Raymond Trousson. Paris: Robert Laffont, 1993.

A Reforma Gregoriana: trajetórias historiográficas de um conceito

The Gregorian Reform: historiographical trajectories of a concept

Leandro Duarte Rust

Doutorando em História
Universidade Federal Fluminense (UFF)
Professor Assistente de História Antiga e Medieval
Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT)
leandrorust@yahoo.com.br
Rua Uruguai, 194/104 - Residencial Ana Paula - Jardim Tropical
Cuiabá-MT
78065-160
Brasil

Andréia Cristina Lopes Frazão da Silva

Professora Associada de História Medieval
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
andreaifrazao_ufrj@pq.cnpq.br
Bolsista de Produtividade em Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
Largo São Francisco de Paula, nº 1, sala 325b - Centro
Rio de Janeiro - RJ
20051-070
Brasil

135

Resumo

A expressão *Reforma Gregoriana* figura entre os conceitos mais freqüentes no estudo da história ocidental e, em especial, do mundo medieval. Referência básica na formação de nossos historiadores, esta expressão, contudo, raramente tem sua trajetória intelectual apresentada. A carência de estudos dedicados à dimensão historiográfica que define este conceito-chave do conhecimento histórico revela-se ainda maior em nossa língua portuguesa. Temos pouquíssimos trabalhos que oferecem ao leitor respostas para questões como: quais as ideias centrais veiculadas por estes termos? Quais os principais controvérsias e debates suscitados por eles junto aos historiadores? Quais as posições recentemente assumidas pelos estudiosos em relação ao seu emprego? O artigo aqui apresentado tem como propósito discutir estas questões. Para isso, apresentaremos um breve panorama das principais etapas da trajetória historiográfica que marcaram a formulação e o uso da expressão conceitual *Reforma Gregoriana* ao longo do século XX.

Palavras-chave

Reforma Gregoriana; Historiografia; Idade Média.

Abstract

The term *Gregorian Reform* is among the most frequent concepts used in the study of Western history and, in particular, in the medieval world. Basic reference in the formation of our historians, this expression, however, has rarely its intellectual trajectory displayed. The lack of studies devoted to the historiographical dimension that defines this key concept of historical knowledge is even greater in Portuguese. There are very few studies that offer the reader answers to questions like: what are the main ideas conveyed by these terms? What are the main controversies and debates raised by them with the historians? What are the positions recently taken by scholars in relation to the use of this expression? The purpose of this article is to discuss these questions. For this, we present a brief overview of the main steps of the path that marked the historiographical elaboration and use of the conceptual term *Gregorian Reform* throughout the twentieth century.

Keyword

Gregorian Reform; Historiography; Middle Ages.

Enviado em: 01/09/2009

Aprovado em: 17/09/2009

Expressar o significado da *Reforma Gregoriana* para o conhecimento histórico é tarefa por demais complexa, pois, na maioria das vezes em que se propõem a fazê-lo, os historiadores acabam recorrendo a superlativos e avaliações controversas. A seguir, apresentamos dois exemplos que consideramos emblemáticos. Em 1958, Norman Cantor publicou um estudo no qual assegurava ao leitor que o assim conhecido “momento gregoriano”, ocorrido na segunda metade do século XI, fora “the first of the great world-revolutions of western history, and its course follows the pattern as the well-know revolutions of modern times”, isto é, “the Protestant Revolution of the sixteenth century, the liberal revolution of the eighteenth century, the Communist revolution of the twentieth” (CANTOR 1958, p. 6-7). Há poucos anos, Paolo Prodi estampou, em seu ***Uma História da Justiça***, com um tom que expressa aparente naturalidade, a opinião de que “milhares e milhares de páginas foram escritas sobre essa temática e, a meu ver, nada de realmente novo pode ser dito” (PRODI 2005, p. 57). Embora estas afirmações soem como considerações desmedidas ou precipitadas, enunciam algo constatável a respeito da *Reforma Gregoriana*: é um tema que, por décadas a fio, tem atraído a atenção dos historiadores, figurando como temática habitual em suas mesas de trabalho. Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar ao leitor um perfil das principais contribuições historiográficas do século XX referentes à expressão conceitual *Reforma Gregoriana*.

Consideramos Augustin Fliche (1884-1951) o grande marco na construção da noção de *Reforma Gregoriana*. Oriundo de uma família católica, este medievalista, que foi aluno de Émile Mâle, Ferdinand Lot e Charles Diehl, após concluir seu doutorado na Sorbone, com tese sobre o reinado de Felipe I, iniciou sua carreira como professor universitário em 1913, primeiro na *Faculté des Lettres* de Bordeaux e, posteriormente, em Montpellier. Seu interesse pela História da Igreja, e, mais particularmente, pela Igreja papal no século XI, iniciou-se juntamente com a sua carreira acadêmica. Assim, já em 1916 publicou ***Études sur la polémique religieuse à l'époque de Grégoire VII. Les pré-grégoriens***, em 1920, ***Saint Grégoire VII***, e, em 1924, lançou aquela que se tornaria a mais referenciada síntese produzida por um historiador do século XX sobre o papado medieval, ***La Réforme Grégorienne***

Muitas das principais ideias presentes neste trabalho sobre a Reforma Gregoriana têm sido, desde então, tratadas pelos estudiosos ora como pressupostos consensuais, ora como evidências empíricas imediatas. Por sintetizar grande parte do legado historiográfico oitocentista, esta obra foi, ao longo do século XX, insistentemente considerada como o estudo referencial do qual deveriam partir as investigações sobre o lugar do papado - e da própria igreja cristã como um todo - na história do pós-Ano Mil (TOUBERT 2002, p. 1432-1440).

A perspectiva interpretativa proposta por Fliche pode ser assim sintetizada: o amplo movimento de restabelecimento do poder papal ocorrido

a partir de 1049 – cujo “maior protagonista”¹ foi o papa Gregório VII (1073-1085) – foi uma ampla resposta às intermináveis “desordens” que se alastraram por toda a Cristandade em razão da ausência de um “Estado” forte. Segundo Fliche, o colapso do poder estatal carolíngio fez do século X uma era de crise política, social e moral. Sem um poder central capaz de impor um direito público que contivesse a incessante busca dos indivíduos pela consecução de seus interesses particulares, a “anarquia feudal” triunfou nas terras ocidentais. Das Ilhas Britânicas ao Mediterrâneo, o vácuo político deixado pela inexistência de uma autoridade imperial ou régia capaz de se fazer obedecer foi ocupado por uma livre vazão das “destrutivas” rivalidades e ambições materiais das aristocracias locais. Em outras palavras, aos olhos de Fliche, o século X foi o teatro de uma profunda crise que pôs em risco a vida em sociedade. Os sintomas da ascensão “predatória” das aristocracias logo se generalizaram na forma de um esfacelamento da moralidade laica e da disciplina clerical. Ambas arruinadas por um tráfico irrestrito de bens eclesiásticos – a simonia – e por uma grave rotina coletiva de violações de interdições sexuais cristãs – o nicolaísmo e a corrupção do casamento (FLICHE 1924-1937).

137

Neste sentido, diz Fliche, o estabelecimento de uma cúpula papal comprometida com a “reforma” da ordem social tornou-se o nervo do “movimento gregoriano”. Este, por sua vez, galvanizava as contribuições de movimentos reformadores anteriores, uma vez que, na raiz das ideias partilhadas por este movimento, estavam as contribuições dos principais grupos integrantes da *ecclesia* cristã da época: os monges beneditinos, cluniacenses sobretudo; os bispos lotaríngios; os reformadores italianos. Tais grupos destacavam-se, ainda segundo o autor, por partilharem de um forte senso comum de que era necessário empenhar energias para libertar a igreja cristã da “opressão e desordem” impostas pelos laicos, em especial pelas aristocracias feudais. Tais círculos reformadores teriam fornecido os homens que, a partir de 1049, controlaram o papado e tiveram em Gregório VII seu maior porta-voz. Portando, sob este prisma, toda vez que o chamado partido gregoriano hasteava palavras de ordem como *libertas ecclesiae* (“liberdade da igreja”), muito mais era empunhado, pois os princípios defendidos por tal partido sintetizavam longas tradições intelectuais na forma de um abrangente projeto para reger a vida coletiva. Suas ideias moldavam um modelo societário, cuja defesa e implantação foram abrigadas no interior da liderança eclesial reclamada pelo papado no século XI. Deste modo, todos os poderes e prerrogativas reclamados pelos gregorianos derivavam da ambição de tornar real uma mesma meta: a regularização da vida coletiva de toda a Cristandade, através, sobretudo, da moralização das condutas laicas e da correção dos comportamentos clericais, segundo os rigores da disciplina monástica e da tradição canônica.

Perpetuando a interpretação notabilizada por outro erudito francês, Odon Delarc, Fliche assegura-nos que, situada nas décadas finais do século IX, a “era

¹ Os termos entre aspas foram empregados por Fliche.

gregoriana” foi a etapa difusora e a fase de radicalização de correntes ancestrais da espiritualidade e do saber legal medieval. Desta forma, campanhas pela purificação moral da *ecclesia* e pela moralização do laicato – como as punições decretadas por Gregório VII contra os bispos investidos em suas funções por poderes seculares ou os ataques desferidos por Urbano II à violação da moral matrimonial – revolviam uma herança que recuava no tempo, adentrando o século X. Resultavam da combinação da ascese acalentada no interior de claustros beneditinos, como Cluny e Gorze,² da tradição canônica preservada nas escolas episcopais da Lorena e do rigor moral dos reformadores e eremitas italianos (FLICHE 1924-1937, v. 1). Em outras palavras, o “partido gregoriano”, abrigado em locais que favoreciam a conscientização a respeito da gravidade da “desordem feudal”, teria sido a síntese do que restara de lei e ordem após o colapso da era carolíngia.

Portanto, falar de *Reforma Gregoriana* significava, na opinião de Fliche, falar da mobilização coletiva liderada pelo papado para viabilizar a implantação de um programa de normatização das condutas sociais. A perene necessidade de efetivar tal liderança foi, aos olhos do medievalista francês, o catalisador histórico da centralização da igreja ocidental nas mãos do bispo de Roma. Pressionados pelo propósito de tomar a dianteira das relações de moralização da *societas christiana*, os papas foram levados a converter o primado apostólico da igreja romana – sua alegada fundação por Pedro, “príncipe dos apóstolos” – na razão da subordinação hierárquica e jurisdicional das igrejas espalhadas pela Cristandade. Para levar adiante a “reforma”, o papado precisou soerguer uma igreja cristã burocratizada e uniformizada, tal qual uma pirâmide, em cujo ápice encontrava-se a Cúria romana, hierocrática e suprema. Este processo produziu impactos de outra ordem, pois, afinal, tal centralização exigiu emancipar a igreja da influência laica de nobres, reis e, sobretudo, da coroa imperial: foi preciso afirmar a autonomia e o caráter inviolável dos bens, propriedades, direitos e procedimentos sobre os quais se assentava a organização da igreja romana. Após emancipar o papado da tutela imperial, o “partido gregoriano” buscou disseminar o mesmo modelo por todo Ocidente, fechando as portas para as influências de nobres e reis nas eleições episcopais, na arrecadação dos dízimos, na gestão do patrimônio eclesiástico. A fé reformadora dos “gregorianos” colocou-os em rota de colisão com os poderes seculares que puderam resistir à “anarquia feudal”. Para salvaguardar a ordem social e modelar os comportamentos cristãos segundo a sacra palavra, os papas e seus colaboradores irromperam no primeiro plano da vida política do medievo, afrontando

² Odon Delarc havia se transformado no maior representante da visão que dominou o século XIX e que caracterizava os gregorianos como continuadores dos ideais morais e disciplinares cultivados por Cluny. Segundo este autor, Gregório VII estava imbuído e comprometido com os princípios cluniacenses da mesma forma que Napoleão estaria, séculos depois, com o ideário da Revolução Francesa. (DELARC 1890, v. 1, p. x-xxxvii). Este medievalista distanciava-se da perspectiva proposta por E. Sackur, erudito alemão que, no *Die Cluniacenser in ihrer kirchlichen und Allgemeingeschichtlichen Wirksamkeit bis zur Mitte des elfen Jahrhunderts*, de 1892, tornou-se o primeiro a propor uma clara distinção entre os objetivos reformadores cluniacenses e gregorianos (SACKUR 1964, p. 13-18). A perspectiva de Sackur havia se tornado muito influente nas primeiras décadas do século XX, sendo encontrada em SMITH 1911, p. 20-33. Ver ainda: COWDREY 1970 p. xiii-xxvii e COWDREY 2000 p. 1-22.

a ancestral crença em uma autoridade régia/imperial superior a dos próprios bispos.³ Esta imagem não era inédita, pelo contrário. Fliche reproduzia aqui um corolário historiográfico que autores como James Pounder Whitney e Robert Warrand Carlyle já haviam trazido à baila. Referimo-nos à ideia, apresentada por estes autores, de que entre as razões da *Reforma Gregoriana* não constavam as relações entre Estado e Igreja, mas a moralização, a obediência à lei e à palavra dos santos padres. As questões políticas que emergiram não passavam de implicações, conseqüências inauditas, que eram o preço a ser pago pela reforma.⁴

Podemos agora fechar o círculo do raciocínio de Fliche: confrontado com o risco geral de dissolução da ordem criada pela ascensão da nobreza, o papado foi forçado a ocupar um lugar de Estado, arrolando para si o controle de certos direitos, atribuições e competências até então exercidos pelos poderes temporais. Uma conclusão desenrola-se nas entrelinhas deste pensamento: a “reforma gregoriana” gerou a ascensão política do papado, ou seja, em seu bojo foi gestado o poder apostólico contra o qual, um dia, protestariam Lutero e Calvino.

Estado carolíngio, anarquia feudal, monasticismo, tradição canônica, Relações entre Igreja e Estado são temas de grande abrangência histórica que se perfilam sob os olhos, fazendo do fito de compreender a *Reforma Gregoriana* uma operação historiográfica de grande porte, algo que exige ao estudioso prestar contas de duzentos anos de processos históricos (900-1100). Segundo Fliche este período poderia ser sintetizado em etapas, regidas pela seguinte cronologia:

139

1. 1046-1054: fase pré-gregoriana, em que papas germânicos, como Leão IX, conservaram o antigo amálgama de poderes laico e espiritual característico do “cesaropapismo” alto-medieval;
2. 1054-1073: período de emergência das ideias gregorianas a partir da síntese obtida entre a espiritualidade cluniacense, a tradição jurídica lotaríngia e os desafios políticos da península itálica, todos deitando raízes no século X;
3. 1073-1085: época de implantação dos ideais reformadores, que, formados em anos anteriores, atingiram, com Gregório VII, sua forma mais elaborada e radical;
4. 1085-1122: período pós-gregoriano, no qual a cúria papal adaptou a meta de implantação do “programa reformador” diante das reações antigregorianas e das resistências oferecidas por grande parte da hierarquia eclesiástica.⁵

³ Identificado por Fliche através do termo “cesaropapismo” (FLICHE 1924-1937, v. II, p. 263-276).

⁴ Onde se explicaria, segundo os autores em questão, o porquê dos “gregorianos” terem criado nada, ou muito pouco, em matéria de pensamento político, limitando-se somente a acionar a herança deixada pela Patrística Latina e do papado alto-medieval (CARLYLE 1873, v. 4, p. 6-163; WHITNEY 1919, p. 129-151; WHITNEY 1932).

⁵ Para um panorama mais abrangente das ideias flicheanas sobre o tema em questão ver ainda FLICHE 1940; FLICHE 1946.

Ao vislumbrá-lo em seus traços fundamentais, podemos compreender porque o conceito de *Reforma Gregoriana* de Fliche tomou conta da escrita da história. Quando veio a público, esta expressão assumiu ares de uma chave para análises promissoras. Abarcando ampla caracterização da eclesiologia cristã, esta "Reforma" pressupunha um vasto mapeamento das concepções acerca da autoridade religiosa, das junções existentes entre formas de sociabilidade e as práticas religiosas, das relações mantidas entre as sés patriarcais e igrejas locais, das conexões que enlaçavam o sagrado, o profano e o poder político. Modelado por um olhar holístico e sintético, o conceito emergiu, nos anos 1920, como uma grande novidade colocada ao alcance daqueles que ansiavam por reescrever a história religiosa do século XI, segundo uma perspectiva globalizante. Por meio dele, como notou Zachary N. Brooke em 1939,⁶ tomava corpo a possibilidade de capturar uma unidade da sociedade feudal e ultrapassar os reduzidos limites do tema oitocentista do duelo Estado *versus* Igreja em razão da "querela sobre as investiduras".⁷ Assim, quanto mais os historiadores se convenceram, ao longo do século XX, de que o futuro de seu ofício dependeria de sua habilidade para compor sínteses históricas (BERR 1946; FEBVRE 1970; BLOCH 1999), mais razões surgiam para justificar a incorporação deste conceito à pesquisa em História. Isto explicaria seu predomínio em obras-síntese sobre a história religiosa medieval, como as de Alberto Gutiérrez (1983), Knowles & Obolensky,⁸ Jacques Paul (1988, p. 213-299) e Jean Chélini (1991).

Todavia, não foi o que pensou Gerd Tellenbach (1903-1999), historiador alemão que se dedicou à história social e religiosa, em particular ao estudo do papado entre os séculos XI e XII. Formado em Freiburg e Heidelberg, foi professor das universidades de Gießen, Münster e Freiburg, chegando a reitor da Albert Ludwigs Universität e, posteriormente, diretor do Instituto Histórico Germânico em Roma.

Possivelmente estimulado pela discordância firmada por Eric Gaspar – erudito alemão que, entre 1920 e 1923, havia publicado a primeira edição moderna completa do *Registrum* de Gregório VII (GASPAR 1924, p. 11-30) –, Tellenbach publicou, em 1935, sua refutação às ideias de Fliche, a começar pela negação da existência de uma "crise feudal" no século X. Longe de responder a

140

⁶ "Now, as far as the first part of that period is concerned, that is to say down to the death of Henry IV in 1106, it should be obvious that the struggle is not about investitures at all. The utterances of the two protagonists, the pamphlet literature of their supporters, make clear what was at stake. It was a struggle for supremacy between the heads of the secular and ecclesiastical departments, each side claiming that its power derives from God and that it has the right to judge and depose the other, while itself subject to no human judgment but to God alone." (BROOKE 1939, p. 217-247).

⁷ Para o tema oitocentista da "Querela das Investiduras", ver: MILMAN 1864, v. III, p. 236-526; v. IV, p. 15-146. Visão perpetuada no século XX por: TIERNEY 1988.

⁸ Na obra de Knowles & Obolensky, cuja primeira edição data de 1968, encontramos uma avaliação que retrata o significado assumido, junto aos historiadores da primeira metade do século XX, da perspectiva sugerida por Fliche: "O grande movimento de reforma que se verificou na Igreja ocidental e se estendeu pelo espaço de cem anos, é muitas vezes deturpado pelos historiadores, e mal compreendido por seus leitores [...]. No passado a atenção era com freqüência dirigida quase exclusivamente para o conflito entre o papado e o Império, e mais particularmente para um ponto do conflito a luta das investiduras leigas. Só nos últimos cinquenta anos é que esta grande polêmica (...) passou a ser encarada mais corretamente como um dos aspectos de um amplo movimento de reforma moral, disciplinar e administrativa, que atingiu toda a sociedade, e não apenas o papado e o clero" (KNOWLES & OBOLENSKY 1972, p. 179).

um contexto de declínio ou colapso do poder estatal, as ideias e ações gregorianas emergiram na época em que a dinastia dos sálios – fundada com Conrado II – fortalecia a autoridade imperial como um regime teocrático, no qual o imperador figurava como fonte de instauração de qualquer poder, secular ou religioso. O papado não foi forçado a reagir contra algum suposto *vacuum* de poder político que ameaçaria a sociedade medieval e a própria igreja cristã. Pelo contrário, ele digladiou-se com uma robusta ideologia estatal propagada por um poder central bem assentado e capaz de impor-se às pretensões aristocráticas por regiões inteiras.

A *Reforma Gregoriana* não foi um processo de atuação da igreja romana contra a dissolução da estabilidade social, mas, diz-nos Tellenbach, da criação e da imposição de toda uma nova visão acerca da “correta ordem de mundo” (TELLENBACH 1959, p. 126-161). Entrava em cena uma abrangente concepção sacerdotal do poder que rompia e passava a competir com aquela herdada dos tempos carolíngios e que, no século XI, tinha na realeza sália seu principal propagador. Ao contrário do que supôs Fliche, para o historiador alemão as questões políticas se encontravam no centro das matérias revolvidas pelo pensamento dos “gregorianos”. Caberia reconhecer, portanto, que homens como o cardeal Humberto de Silva Cândia e os papas Nicolau II e Alexandre II realizaram algo drasticamente diverso do que propunha a compreensão de Augustin Fliche. Sugerir que as ações daqueles eram definidas por um empenho coletivo para reavivar o teor político do pensamento agostiniano ou concretizar uma monastização dos ofícios eclesiásticos seria, conforme Tellenbach, deixar escorrer entre os dedos aquilo que lhes conferia especificidade no conjunto da igreja medieval. O que as obras e decisões daqueles homens colocavam em jogo era uma verdadeira reviravolta dos rumos da história. Suas ações estavam voltadas para estruturar a igreja e a sociedade cristãs segundo ideais que, originários da visão sacerdotal acerca da hierarquização dos homens, superavam o conservadorismo político dos grupos monásticos e transpunham os limites das visões ascéticas sobre a ordem do mundo, até então dominantes no seio da *ecclesia* medieval (TELLENBACH 1959, p. 38-39). A sociedade cristã concebida pelos “gregorianos” era uma grave afronta à ordem dos poderes então vigentes na Cristandade do pós-ano Mil.

Em questão de décadas, os “gregorianos” desacreditaram o secular ideário político no qual o “secular” e o “espiritual”, embora constituíssem diferentes esferas da vida humana, convergiam, isentos de conflitos de princípios, para o poder mandatário do monarca. De meados do século XI em diante, assegurou Tellenbach, o alto escalão da sé romana lançou-se na abnegada defesa de um inédito ideal de liberdade eclesiástica (*Libertas Ecclesiae*), que não se limitava a apregoar autonomias, isenções e imunidades para igrejas e abadias, mas advogava uma legítima absorção do “direito natural dos poderes seculares” no interior da autoridade superior e onicompetente da qual o papado se considerava o único investido. A *Reforma Gregoriana*, vista sob este prisma, era antes um resultado direto da revolucionária emancipação política do papado face à dominação

romana e à hegemonia exercida pelo poder imperial. Não era capítulo final de um longo *continuum* de espiritualidade de monges e eremitas. Por conseguinte, o histórico de choques e hostilidades protagonizado pelos poderes imperial e papal após 1050 resultava das reações deflagradas, pela corte sábia e por parte da igreja imperial, contra a imposição da “nova ordem de mundo”, na qual a igreja de Roma era anunciada como fonte de todo direito e poder (TELLENBACH 1959, p. 162-177).⁹

Ainda que critiquemos Fliche, pelo fôlego moralista e o culto ao biográfico que permeiam sua escrita,¹⁰ e Tellenbach, por circunscrever suas análises aos limites de uma “História das Ideias” de molde hegeliano,¹¹ não podemos escapar à constatação de que suas obras impulsionaram um redimensionamento historiográfico da chamada “era gregoriana”. Produzindo suas reflexões no período entre guerras, quando o marxismo ainda não se consolidara como paradigma historiográfico e a Escola dos Annales ainda lançava as bases do que Burke denominou a “Revolução Francesa da Historiografia” (BURKE 1991), tais autores mantiveram-se fiéis à perspectiva histórica que privilegiava os acontecimentos, os grandes homens, as correntes de ideias e o político. Entretanto, estimularam o interesse dos historiadores sobre o tema, acabando por suscitar novas pesquisas e contribuições, com as quais vieram as críticas e as revisões.

A primeira grande guinada revisionista ocorreu com a publicação, em 1947, da série *Studi Gregoriani* (BORINO 1947-1961). Reunindo grande número de pesquisas sob o propósito comum de aprofundar a investigação sobre as realidades sociais da *Reforma*, os *Studi* expuseram a complexidade – estimada como dimensionada de modo inadequado tanto por Fliche como Tellenbach, – das articulações jurídicas das práticas reformadoras, além de alertar para a diversidade, então pouco explorada, das inserções regionais do “movimento gregoriano”. Estimulando a elaboração de monografias versadas em documentações diocesanas, esta série ofereceu substanciais contribuições para que a *Reforma Gregoriana*, que antes se assemelhava mais a uma rubrica temática controlada pelas interpretações de um punhado de eruditos, fosse consolidada como um campo da pesquisa histórica, abalizado por promissoras diretrizes investigativas e dotado de um meio de divulgação próprio e regular. Em pouco tempo, esta espécie de re-fundação dos quadros da compreensão histórica fez-se terreno fértil para numerosas reavaliações dos fundamentos conceituais da expressão-título da obra de Fliche, cuja credibilidade foi então incisivamente revista. Observe-se, por exemplo, como Walter Ullmann, então familiarizado com a produção veiculada pelos *Studi*, publicou, em 1955, críticas

⁹ Ver ainda: TELLENBACH 2000, interpretação que influenciou autores como Uta-Renate Blumenthal (1995; 1998, p. 210-218), Friederich Kempf (JEDIN 1980, p. 351-425) e Greta Austin (2007, p. 40-57).

¹⁰ Não é demais lembrar que Fliche provinha de um ambiente familiar marcado pelo forte apoio paternal às medidas reformadoras papais iniciadas por Leão XIII com a *Rerum Novarum* (PALANQUE 1974, p. 238-249).

¹¹ Neste sentido, a obra de Tellenbach preservava as características dominantes na medievalística alemã da virada do século, representada por GIERKE 1900. Sobre esta questão, ver ainda: MEINECKE 1943; IGGERS 1968.

ásperas à conceituação manejada especialmente pelo medievalista francês:

The designation of the papacy as Reform papacy from Leo onwards express the fallacious view that with the accession of this Pope the era of "reform" begins. If indeed "reform" was what distinguished the Hildebrandine papacy, one may be forgiven for asking why this epitheton ornans is not bestowed upon the emperors immediately preceding this period. [...] This point of view which sees in the papacy a mere "Reform" papacy, would restrict its objectives to the removal of certain evils and abuses: did the papacy in the second half of the eleventh century really aim at nothing higher than this barren and negative end? (ULLMANN 1955, p. 262)

143

Em linhas como estas, carregadas com uma crítica quase cortante, Ullmann deu o tom do intenso revisionismo historiográfico que se seguiu. Pelas mãos de J. Gilchrist (1970, p. 1-10) e O. Capitani (1965, p. 454-481), a expressão conceitual *Reforma Gregoriana* ganhou ares de mote arbitrário. Nos termos destes autores, esta expressão induzia à imagem de um movimento reformador concebido como uma unidade, como um conjunto homogêneo, eclipsando, assim, no seu interior, numerosas divergências e tensões existentes no papado do século XI. Além disso, esta expressão comportava o inconveniente de colocar em primeiro plano o governo e a vida de Gregório VII – destacando o período de 1073 a 1085 –, projetando uma imensa sombra sobre as ações dos pontificados precedentes e posteriores. O pontificado gregoriano era assim destacado para dar sentido a toda uma época que se estendeu por mais de meio século, de 1046 a 1122. Deste modo, a compreensão histórica era muitas vezes levada a supervalorizar as crenças e ações de Hildebrando de Soana, estabelecendo-as como um referencial de comparação para os demais sujeitos sociais vinculados à Cúria romana. Em outras palavras, a expressão conceitual de Fliche sugeria que as condutas e práticas daqueles que, por décadas a fio, integraram o papado podiam e deveriam ser avaliadas à luz do que pensou e fez Gregório VII. Longe de se tratar de mera questão semântica ou de uma simples escolha de palavras, debater sobre a adequação do conceito *Reforma Gregoriana* implicava, para o historiador, ceder ou não um grande espaço para juízos de valor, análises teleológicas e comparações anacrônicas. As dubiedades que rondavam esta expressão tiveram sérias conseqüências para a periodização histórica, depondo contra a capacidade dos estudiosos de conferir às relações e aos processos históricos uma ordem de inteligibilidade.

Porém, mesmo com o aparecimento dos frutos deste revisionismo, décadas após o lançamento do primeiro volume dos *Studi Gregoriani*, a afirmação da história social da *Reforma Gregoriana*, noticiada pela série italiana de publicações, permanecia um desafio que calava fundo nas consciências dos especialistas. As mobilizações realizadas neste sentido resultaram em constantes safras de estudos que, a partir dos anos 70 do século passado, buscaram decifrar os emaranhados de estruturas e relações sociais que ligavam a "reforma" ao conjunto da vida em sociedade. Desde então, as mais diversas contribuições têm retocado as linhas de força de um modelo explicativo comum. Trata-se da

premissa norteadora de que as reformas religiosas promovidas a partir do século X não devem ser vistas pelos medievalistas como cartilhas de normatização de condutas sociais claramente articuladas e impostas “de cima” sobre a vida coletiva. As práticas reformadoras não emanavam de bispos de sólida bagagem intelectual, das lideranças de grandes estabelecimentos monásticos ou, finalmente, dos papas; os “reformadores” do pós-ano Mil respondiam a demandas generalizadas provenientes de uma “base social” em rápida transformação.

A ocupação do solo, até então dispersiva e intercalar, tornava-se densa e espessa, com as populações rurais confluindo para a formação de nichos habitacionais cerrados, compactos, dando forma a malhas urbanizadas concêntricas e nucleadas por fortificações senhoriais. Este processo de saturação dos veios demográficos ocidentais, chamado de “encelulamento” por Robert Fossier (1982) e de “*incastellamento*” por Pierre Toubert (1973), alterou decisivamente as relações sociais: estreitou a integração comunitária, alterou formas de sociabilidade, recompôs rotinas de convivência e de solidariedade.

A transformação das estruturas sociais acarretou pressões generalizadas por uma reordenação dos princípios regentes da interação social. Segundo Robert I. Moore, “a multidão emergia no palco da História” (MOORE 1980, p. 46-69), empurrada pelo progressivo desgaste da plausibilidade real das normas sociais até então vigentes, e semeando, por toda parte, demandas coletivas por sua reformulação. Deflagradas no bojo de uma “crise de teodiceia” (NELSON 1972, p. 65-77),¹² as fortes pressões sociais desencadearam, junto aos círculos laicos, ao chamado baixo clero e aos eremitas e monges, iniciativas de implantação de novos repertórios de regras comportamentais que incluíam desde a gestão da riqueza material à moral sexual (MOORE 1998, p. 179-208; MOORE 2000; BRUNDAGE 1987; MILLER 1993); da inserção espacial do sagrado (IOGNA-PRAT 2006; LAUWERS 2005; ROSENWEIN 1999) e dos critérios de santidade (RUGGIERI 1985, p. 245-261) à preservação da seguridade social (HEAD & LANDES 1992). O que tem sido demonstrado pela historiografia é que a sociedade estava por trás da reforma, não a igreja.

A mudança de rumos do saber histórico, com a consolidação da Nova História e da História socioeconômica modelada pelo materialismo histórico, foi fundamental para uma reinterpretação da questão. Afinal, na década de 1970, pela primeira vez, desde a publicação da obra de Fliche nos anos 1920, a *Reforma Gregoriana* deixou de ser vista como um conjunto de ações estritamente eclesiásticas. Caía por terra a imagem que a transformava em um feixe de ocorrências oriundas do “alto escalão” da sociedade medieval; protagonizada por “doutores da igreja”, papas, reis e imperadores; incitada por espiritualidades ritualísticas e potencializada por labirínticas compilações jurídicas. Era então possível “relier l’histoire de l’institution ecclésiastique élaborée par la réforme à l’histoire générale des formes et structures de pouvoir à l’intérieur de la chrétienté

¹² A crítica à proposta analítica da existência de uma “crise de teodiceia” no século XI encontra-se em: ASAD 1986, p. 345-360. Sobre esta questão ver ainda a valiosa síntese: LAMBERT 1992.

des XI^e-XII^e siècles” (TOUBERT 2002, p. 1434).

O essencial desta lição pode ser reencontrado na seguinte constatação, revestida com um tom de advertência por Giles Constable, em um conhecido livro:

In looking at [...] the movement of reform, it is customary to put in the center the highly institutionalized types of forms, above all the monks and canons, who led a strict community life [...]. It may be closer to the realities of medieval religious life to think in terms of a different model, [...] awakening to the variety of individual religious needs and temperaments and an acceptance of a diversity of forms of religious life (CONSTABLE 1996, p. 86-87).

Cluny e o papado não foram “focos” reformadores, tal qual pontos de origem, porque o processo chamado de “reforma” era coextensivo a todo tecido social: “before there was a center, there was reform, albeit local, popular, messy, frequently disorganized, and put to a variety of uses by different factions and groups” (HOWE 1997, p. 160).

Ambientados aos novos horizontes historiográficos, os especialistas investiram pesadamente contra o teor de artificialidade que permeava o uso da expressão *Reforma Gregoriana*. Já não era possível admitir a forma com que antes era individualizado um “partido reformador gregoriano”. Afinal, era possível perceber que se um historiador considerasse o combate à simonia, ao casamento eclesiástico e ao regime de “igrejas próprias”¹³ como traços suficientes para identificar um partidário de Gregório VII, então ele seria forçado a listar entre os “gregorianos” muitos dos inimigos declarados daquele papa, como os antipapas Clemente III e Gregório VIII, ou os cardeais Hugo Cândido e Beno de ss. Martino e Silvestro (Ver: GARCÍA-GUIJARRO RAMOS 1995). Estes foram homens que, partilhando dos mesmos princípios de Gregório, firmaram vorazes oposições a ele e aos seus sucessores.

Os textos compostos por Giovanni Miccoli, Constance Bouchard ou John Howe não cessam de contestar as fronteiras conceituais em que o olhar oitocentista de Fliche encerrou a *Reforma Gregoriana*. Especialmente, a delimitação das ações reformadoras como uma “matéria especificamente eclesiástica”, cujos sujeitos históricos só seriam encontrados em meio a ordens sacerdotais ou nos claustros das grandes abadias. Na opinião de diferentes autores era chegado o momento de reconhecer o fim desta dicotomia nos estudos sobre a reforma. Afinal, este dualismo vinha sustentando, por décadas inteiras, a caracterização, explícita ou velada, da presença laica como fator de resistência – quando não de aversão – às “reformas”. Algo que a pesquisa histórica não corrobora. Ao manter a dicotomia que vê eclesiásticos-que-reformam *versus* laicos-que-sofrem-a-reforma, os historiadores mantêm a visão turva para dimensionar o lugar ocupado pelas nobrezas junto às iniciativas reformadoras (BOUCHARD 1987; MICCOLI 1999. p. 47-73; RAMSEYER 2006;

¹³ Perspectiva que persiste no saber histórico. Seu exemplar pode ser encontrado em: FANNING 1988, p. 9-10.

HOWE 1988, p. 317-339) ou para reconhecer a importância exercida pelo papado na história das reformas, mesmo durante o período em que o trono pontifício permaneceu sob o julgo das famílias romanas dos Crescenzi e dos condes de Tusculum.¹⁴

Entretanto, se a expressão *Reforma Gregoriana* inflige tantos cortes arbitrários ao estudo do passado medieval isto é um indício de que não se trata de uma mera “ideia fora do lugar”. Seus efeitos controversos sobre a escrita da história são indicativos de uma negligência teórico-metodológica partilhada por muitos especialistas: a desatenção à história das *memórias* que acompanham a ideia de “reforma”. Nos idos dos anos 1950, Gehart Ladner já alertara – embora de maneira esquivada – para os riscos de incorporar tal ideia às pesquisas históricas de maneira acrítica. Afinal, a noção de *Reforma* não é um vetor conceitual neutro ou isento de interesses particulares, algo que, exterior aos movimentos da própria História, sobre ela poderia ser aplicado a fim de traduzi-la, de torná-la inteligível. Pelo contrário, a referida ideia está apinhada de intensas cargas de sentido moldadas segundo pontos de vista específicos e seculares: desde a Antiguidade, a *Reforma* integra os repertórios de autorrepresentação da religião cristã, perpetuando, portanto, uma coerência argumentativa, uma racionalidade e uma integridade normativa características desta religião (LADNER 1959; LYTLE 1981).

Esta é, em grande medida, a lição recentemente ensinada por John Howe. Em páginas de rara densidade intelectual, este medievalista norte-americano demonstrou que a memória coletiva partilhada pelos reformadores habitualmente designados como “gregorianos” não faltou à regra sociológica de impor triagens ao registro do passado, selecionando-o e reinventando-o retrospectivamente. Seus discursos memorialistas – em especial, aquele composto após sua ascensão à sé de Roma – retiveram muito de uma manipulação da relação “passado e presente”. Vieram à tona respondendo à necessidade de fincar um corte no curso do tempo, de separar dois momentos: o “antes” e o “depois” de sua ascensão, transformados, respectivamente, em “passado” e “presente” coletivos, em que o passado desponta de forma denegrada, rebaixado como período de vida indesejável. Em outras palavras, como um grupo que se apoderou de uma determinada instituição, os reformadores romanos transformaram a lembrança dos tempos que os antecederam em um passado sombrio que enaltecia o presente por eles protagonizado, em um viés de autolegitimação. É, portanto, uma grande parcela desta carga *memorialista* que os historiadores acabam reproduzindo quando utilizam a expressão conceitual *Reforma Gregoriana*.

146

¹⁴ Formulado a partir de LOUD 1985, p. 10-11. Não é difícil encontrar ecos da “lenda negra” de corrupção e decadência do papado pós-carolíngio, período discriminado como época da “igreja em poder dos laicos”. Note-se esta visão de Donald Logan, emitida há menos de uma década: “It can be said that the eleventh-century reform had two general periods. The first was the period up to 1049, when the papacy was corrupt and the plaything of local strongmen [...]. With the coronation of pope Leo IX (1049) the papacy began to take shift of the movement” (LOGAN 2002, p. 106). A matriz historiográfica deste olhar que postula a vinculação do papado ao império como marco do fim de um longo e torpe período de “anos de chumbo” consiste no volume 7 da coletânea *Histoire de l'Église* dirigida por Fliche & Martin: AMANN & DUMAS 1948.

À luz das ideias de Fliche, *gregoriana* não somente distingue uma *reforma*, mas destaca “a” reforma por excelência. Reproduz-se, com isto, o mesmo corte memorialista que, tracejado pelo próprio grupo hegemônico no interior do papado na segunda metade do século XI, estabelecia um novo “marco zero” para a fé reformadora um novo princípio (HOWE 2005, p. 21-35). Talhado como um divisor de águas, o adjetivo induz o historiador a incorporar o ponto de vista criado pelos ocupantes da cúpula romana no pós 1050.

Insistentemente passada em revista, a *Reforma Gregoriana* alcançou o século XXI como um conceito revisto e dissecado: “is there something that can be salvaged of ‘Gregorian’, given recent historiographical revisions?” (CUSHING 1998, p. 14). Diante destas saraivadas de críticas e revisões, não faltou quem estivesse convencido de que já havia chegado o momento de abandonar a expressão notabilizada por Augustin Fliche. O fundamental, segundo estudiosos como Karl Leyser (1982, p. 138-160; 1994), Harold Berman (1984) e Kathleen Cushing (1994), consiste em recusar a ênfase depositada sobre o termo *reforma*, inapropriado para expressar a amplitude social alcançada pelas ações papais na segunda metade do século XI. Mais do que uma *reforma*, o que houve foi uma *revolução*: especificamente “gregoriana”, para uns; amplamente *papal*, para outros. Já para Christopher Brooke (1973, p. 244-275), Colin Morris (1989, p. 79-108) e Ian S. Robinson (2004) era necessário maior cautela. Tirar do foco analítico a noção de *reforma* equivaleria a perder de vista o elo definidor da identidade histórica partilhada pelos integrantes da cúpula romana. Seria descartar o principal eixo conceitual de que dispõe o saber histórico para elucidar a singularidade e historicidade das ações daquele grupo dentro do conjunto da Cristandade. As *práticas reformadoras* foram o que distinguiram o papado na história social dos séculos XI e XII. Portanto, o referencial *gregoriano* era o que precisava ser recusado e substituído. Neste caso, por uma conceituada *Reforma Papal ou Pontifícia*.

Outrora senhora incontestada do campo historiográfico, a *Reforma Gregoriana* tornou-se, nos dias de hoje, uma expressão sobremaneira convencional, algo que, não poucas vezes, faz-se presente na escrita da história graças à aceitação tácita garantida pela familiaridade com que os historiadores a reconhecem. Mas, precisamente por ter sido levada ao limite de um desuso, esta expressão tem algo de grande importância a dizer aos historiadores. As trajetórias pelas quais seguiu delineiam o que poderíamos chamar de um salutar “desencantamento historiográfico”: o que antes chegou a ser canonizado como uma construção conceitual insubstituível, figura hoje como uma ideia aberta e flexível, e, por isso mesmo, uma rubrica historiográfica convidativa à pesquisa, estimulante ao interesse intelectual. A vulnerabilidade atualmente estampada no traçado da ideia de uma *Reforma Gregoriana* é a imagem espelhada da qualidade inesgotável do saber histórico. Trata-se, portanto, de uma prova *a fortiori* de que reunir “milhares e milhares de páginas” sobre uma fatia de passado não é razão suficiente para que os historiadores o encerrem em molduras intransponíveis ou cedam à vã pretensão de tê-lo exaurido.

Referências Bibliográficas

- AMANN, Emile & DUMAS, August. ***L'Eglise au Pouvoir des Laïcs (885-1057)***. Paris: Bloud et Gay, 1948.
- ASAD, T. Medieval Heresy: an anthropological view. ***Social History***, v. 11, p. 345-360, 1986.
- AUSTIN, Greta. Bishops and Religious Law 900-1050. In: OTT, John S & JONES, Anna Trumbore (Ed.). ***The Bishop Reformed***: studies of episcopal power and culture in the Central Middle Ages. Aldershot: Ashgate Publishing, 2007. p. 40-57.
- BERMAN, Harold J. ***Law and Revolution***: the formation of western legal tradition. Cambridge: Harvard University Press, 1984
- BERR, Henri. ***A Síntese em História***. São Paulo: Renascença, 1946.
- BLOCH, Marc. ***Apologia da História***. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- BORINO, G. B. (Ed.). ***Studi Gregoriani***, Roma, 1947-1961.
- BOUCHARD, Constance. ***Sword, Mitre, and Cloister***: nobility and the church in Burgundy (980-1198). Ithaca: Cornell University Press, 1987.
- BROOKE, Christopher. ***Europa en el Centro de la Edad Media (962-1154)***. Madrid: Aguilar, 1973.
- BROOKE, Zachary N. Lay Investiture and its relation to the conflation of Empire and Papacy. ***Proceedings of the British Academy***, v. 25, p. 217-247, 1939.
- BLUMENTHAL, Uta-Renate. ***The Investiture Controversy***: church and monarchy from the ninth to the twelfth century. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1995.
- _____. The Papacy and canon law in the eleventh-century reform. ***Catholic Historical Review***, n. 82-4, p. 201-218, 1998.
- BRUNDAGE, James A. ***Law, Sex, and Christian Society in Medieval Europe***. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- BURKE, Peter. ***A Revolução Francesa da historiografia***: a escola dos Annales (1929-1989). São Paulo: UNESP, 1991.
- CANTOR, Norman. ***Church, Kingship, and Lay Investiture in England (1089-1135)***. New Jersey: Princeton University Press, 1958.
- CAPITANI, Ovidio. Existe un'età gregoriana? Considerazione sulle tendenze de uma storiografia medievistica. ***Rivista di Storia e Letteratura Religiosa***, v. 1, p. 454-481, 1965.
- CARLYLE, Robert Warrand. ***A History of Medieval Political Theory in the West***. New York: Barnes & Nobles, 1873, v. 4.

- CHÉLINI, Jean. **Histoire Religieuse de l'Occident Médiéval**. Paris: Pluriel, 1991.
- CONSTABLE, Giles. **The Reformation of the Twelfth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- COWDREY, H. E. J. **Popes and Church Reform in the 11th Century**. Aldershot: Variorum, 2000.
- _____. **The Cluniacs and the Gregorian Reform**. Oxford: Clarendon Press, 1970.
- CUSHING, Kathleen G. **Papacy and Law in the Gregorian Revolution: the canonistic work of Anselm of Lucca**. Oxford: Clarendon Press, 1998.
- DELARC, Odon. **Saint Grégoire VII et la réforme de l'Eglise au XI^e siècle**. Paris: Retaux-Bray, 1890, v. q
- FANNING, Steven. **A Bishop and his World before the Gregorian Reform: Hubert od Angers, 1006-1047**. Philadelphia: DIANE Publishing, 1988.
- FEBVRE, Lucien. **Combates por La Historia**. Barcelona: Ariel, 1970.
- FLICHE, Augustin. **La Réforme Grégorienne**. Louvain: Spicilegium Sacrum Lovaniense, 1924-1937, v I e II.
- _____. **La Réforme Grégorienne et La Reconquête Chrétienne**. Paris: Bloud et Gay, 1940.
- 149 _____ **La Querelle des Investitures**. Paris: Bloud et Gay, 1946.
- FOSSIER, Robert. **La Infacia de Europa**. Barcelona: Labor, 1982, 2 v.
- GASPAR, Eric. Gregor VII in seinen Briefen. **Historische Zeitschrift**, n. 130, p. 11-30, 1924.
- GIERKE, Otto Friedrich von. **Das Deutsche Genossenschaftsrecht III. Die Staats-und Korporationslehre des Alterthums und des Mittelalters**. Berlin: Beidmannsech, 1881.
- GIERKE, Otto F. **Political Theories of Middle Ages**. Cambridge: Cambridge University Press, 1900.
- GILCHRIST, John. Was there a Gregorian Reform Movement in the Eleventh Century? **Canadian Catholic Historical Association, Study Sessions**, n. 37, p. 1-10, 1970.
- GUTIÉRREZ, Alberto. **La Reforma Gregoriana y el Renacimiento de La Cristandad Medieval**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 1983.
- HEAD, Thomas & LANDES, Richard (Ed.). **The Peace of God: social violence and religious response in France around the Year 1000**. Ithaca: Cornell University Press, 1992.
- HOWE, John. **Church Reform and Social Change in Eleventh-Century Italy: Dominic of Sora and his patrons**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1997.
- _____. The Nobility 's Reform of the Medieval Church. **American Historical Review**,

n. 9, p. 317-339, 1988.

_____. *Gaudium et Spes*: ecclesiastical reformers at the start of a "New Start". In: BELLITTO, Christopher & HAMILTON, Louis (Ed.). **Reforming the Church Before Modernity**. Aldershot, UK: Ashgate, 2005. p. 21-35.

IGGERS, Georg. **The German Conception of History**. Middletown: Wesleyan University Press, 1968.

IOGNA-PRAT, Dominique. **La Maison Dieu**: une histoire monumentale de l'Église au Moyen Âge. Paris: Seuil, 2006.

JEDIN, Hubert (Ed.). **The Church in the Age of Feudalism**. New York: Seabury Press, 1980. V. III.

KNOWLES, David & OBOLENSKY, Dimitri. **Nova História da Igreja**. Petrópolis: Vozes, 1972. V. 2: Idade Média.

LADNER, Gehart. **The Idea of Reform**: its impact on Christian thought and action in the age of the Fathers. Cambridge: Cambridge University Press, 1959.

LAMBERT, Malcolm. **Medieval Heresy**: popular movements from the Gregorian Reform to the Reformation. Oxford: Blackwell, 1992.

LAUWERS, Michel. **Naissance du Cimetière**: lieux sacrés et terre des morts dans l'occident medieval. Paris: Aubier, 2005.

LEYSER, Karl. **Medieval Germany and Its Neighbours, 900-1250**. Londres: Continuum International Publishing Group, 1982.

LEYSER, Karl J. **Communications and Power in Medieval Europe**: the Gregorian Revolution and beyond. Londres: Continuum International Publishing Group, 1994.

LOGAN, Donald. **A History of the Church in the Middle Ages**. Londres: Routledge, 2002.

LOUD, Graham. **Church and Society in the Norman Principality of Capua (1058-1197)**. Oxford: Clarendon Press, 1985.

LYTLE, Guy Fitch (Ed.). **Reform and Authority in the Medieval and Reformation Church**. Washington: The Catholic University of America Press, 1981.

MEINECKE, Friedrich. **El Historicismo y su Génesis**. México: Fondo de Cultura Económica, 1943.

MICCOLI, Giovanni. **Chiesa Gregoriana**: ricerche sulla riforma del secolo XI. Roma: Herder, 1999.

MILLER, Maureen Catherine. **The Formation of a Medieval Church**: ecclesiastical change in Verona (950-1150). Ithaca: Cornell University Press, 1993.

MILMAN, Henry Hart. **The History of Latin Christianity**: including that of the

- the popes to the Death of Pope Nicholas V. New York: Sheldon & Co., 1864, v. III, IV.
- MOORE, R. I. Family, Community and Cult in the Eve of the Gregorian Reform. **Transactions of the Royal Historical Society**, s. 5, n. 30, p. 46-69, 1980.
- MOORE, R. I. Property, Marriage, and the Eleventh-Century Revolution. In: FRASSETTO, Michael (Ed.). **Medieval Purity and Piety: essays on medieval clerical celibacy and religious reform**. Nova York: Taylor and Francis Group, 1998. p. 179-208.
- MOORE, Robert I. **The First European Revolution (970-1215)**. Oxford: Blacwell, 2000.
- MORRIS, Colin. **The Papal Monarchy: the western church from 1050 to 1250**. Oxford: Clarendon Press, 1989.
- NELSON, Janet. Society, Theodicy and Origins of Heresy: towards a reassessment of the medieval evidence. **Studies in Church History**, v. 9, 1972, p. 65-77.
- PALANQUE, Jean-Rémy. Notice sur la vie et les travaux de M. Augustin Fliche. **Comptes rendus des Séances de l'année 1974 de l'Académie des Inscriptions et Belles-Lettres**. Paris: Institut de France, 1974.
- PAUL, Jacques. **La Iglesia y La Cultura em Occidente (siglos IX-XII)**. Barcelona: Labor, 1988.
- PRODI, Paolo. **Uma História da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- RAMOS, Luís Garcia-Guijarro. **Papado, Cruzadas y Ordenes Militares**. Madri: Cátedra, 1995.
- RAMSEYER, Valerie. **The Transformation of a Religious Landscape: medieval southern Italy, 850-1150**. Ithaca: Cornell University Press, 2006.
- ROBINSON, Ian Stuart. **The Papal Reform of the Eleventh Century: lives of popes Leo IX and pope Gregory VII**. Manchester: Manchester University Press, 2004.
- ROSENWEIN, Barbara H. **Negotiating Space: power, restraint, and privileges of immunity in Early Medieval Europe**. Ithaca: Cornell University Press, 1999.
- RUGGIERI, Giuseppe. Santità ed ecclesiologia al sorgere della cristianità gregoriana. **Cristianesimo nella storia: ricerche storiche, esegetiche, teologiche**, vol. 6, n. 2, p. 245-261, 1985.
- SACKUR, Ernst. The Influence of the Cluniac Movement. In: SCHAFER, Williams (Ed.). **The Gregorian Epoch: reformation, revolution, reaction?** Boston: D.C. Heath and Co., 1964. p. 13-18.
- SMITH, L. M. Cluny and Gregory VII. **English Historical Review**, v. 26, p. 20-33, 1911.

- TELLENBACH, Gerd. **Church, State and Christian Society at the time of the Investiture Contest**. Nova York: Harper Torchbooks, 1959.
- _____. **The Church in Western Europe from the Tenth to the Early Twelfth Century**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.
- TIERNEY, Brian. **The Crisis of Church and State**. Toronto: University of Toronto Press, 1988.
- TOUBERT, Pierre. Réforme Grégorienne. In: LEVILLAIN, Phillipe (Dir.). **Dictionnaire Historique de la Papauté**. Paris: Fayard, 2002, p. 1432-1440.
- _____. **Les Structures du Latium Médiéval**. Roma: B.E.F.A.R., 1973. 2 v.
- ULLMANN, Walter. **The Growth of Papal Government in the Middle Ages**. Londres: Methuen, 1955.
- WHITNEY, James Ponder. Gregory VII. **English Historical Review**, v. 34, n. 134, p. 129-151, 1919.
- _____. **Hildebrandine Essays**. Cambridge: Cambridge University Press, 1932.

Resenhas

review essays

Lugar privilegiado de produção do conhecimento histórico

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Da Escola Palatina ao Silogeu: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1889-1938)*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2007, 246 pp.

Hugo Hruby

Doutorando em História

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS)

Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

hugohruby@yahoo.com.br

Rua Assunção, 395/101

Porto Alegre - RS

91050-130

Brasil

Palavras-chave

Conhecimento histórico; História da historiografia; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

Keyword

Historical knowledge; History of historiography; Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

154

Enviado em: 12/08/2009

Autor convidado

Através da coleção *Memória Social* da Editora do Museu da República, chega-nos esse instigante livro de Lucia Maria Paschoal Guimarães. Nele, ao dar continuidade às suas pesquisas de doutoramento (GUIMARÃES 1995), a autora avança na análise da mais importante instituição do saber na cultura histórica brasileira, o IHGB, para além do mecenato de D. Pedro II. Esse trabalho serviu-lhe de título no concurso para professor titular (2000) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, onde atualmente continua a desempenhar papel de grande incentivadora dos estudos historiográficos em nosso país. O livro, prefaciado por Arno Wehling, tem como objetivo analisar a trajetória da *Casa da Memória Nacional* da queda do regime imperial ao recrudescimento do autoritarismo na presidência de Getúlio Vargas. Do mecenato da Corte ao patronato do Catete. Para isso, ao longo de três capítulos, seguimos como fio condutor a atuação destacada de três sócios do Instituto: Afonso Celso, Max Fleiüss e Ramiz Galvão.

No capítulo primeiro, *Da Escola Palatina ao Silogeu*, é abordada a difícil situação da instituição no período posterior à instauração da República. Condição agravada pela ótica dos recém-chegados ao poder que viam a associação como uma herança típica do *ancien régime*. Despertando do "sono de crisálida", o Instituto começa, paulatinamente, a sair do isolamento após a presidência dos Marechais (1889-1894). O acontecimento-chave apontado pela autora, que contribuiu decisivamente para que "o brilho dos velhos tempos" ressurgisse, foi a escolha de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o barão do Rio Branco, para a direção da associação em 1908. Apesar da curta gestão do famoso diplomata, falecido em 1912, essa "segunda caminhada ascendente" teve continuidade garantida pela laboração de Afonso Celso, eleito presidente do Instituto, bem como de Max Fleiüss (secretário) e Ramiz Galvão (orador). A cumplicidade desses três confrades permitiu uma "união harmoniosa e produtiva" de vinte e cinco anos, respeitadas as trajetórias pessoal e profissional, a influência teórico-metodológica e o estilo próprios de cada um. Afora os méritos da "trindade do Silogeu", a autora examina como foi construída uma "aliança harmoniosa e fecunda" entre a associação científica e o governo Vargas. Do Silogeu viriam modelos para uma política cultural no Estado Novo; do Catete, favores e prestígio para a instituição entre a intelectualidade brasileira.

Em *A escola do patriotismo*, capítulo segundo, a autora investiga as ações desenvolvidas pelos sócios do IHGB para além de suas atividades internas rotineiras. Para esse fim, foram selecionadas três experiências acadêmicas sob a tutela do Instituto: o *Primeiro Congresso de História Nacional* (1914), o *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil* (1922) e a *Faculdade de Filosofia e Letras* (1919-1921). As conclusões que a autora nos apresenta sobre as comunicações nesse Primeiro Congresso nos causam surpresa pelo ineditismo das abordagens e pela familiaridade dos autores com as principais tendências europeias de então. Se a importância dessa atividade é inegável para a sistematização de um tipo de conhecimento por determinado grupo letrado na busca da institucionalização, não menos relevante é o trabalho de divulgação desse saber. Os debates sobre a necessidade de a corporação expandir

os seus horizontes de atuação desembocaram na dificultosa elaboração do dicionário. Com grande repertório, continha desde o meio físico, passando pela formação étnica e cultural, até os principais fastos da história nacional e seus vultos. Além dessas atividades de pesquisa, a autora nos apresenta uma experiência singular no campo do ensino superior no país para a formação de docentes e burocratas nas mais distintas esferas. Da experiência, desde 1916, da Academia de Altos Estudos, surge a Faculdade de Filosofia e Letras, em 1919, inspirada no modelo da Escola Normal Superior de Paris. Contudo, não obstante o êxito inicial, a iniciativa não conseguiu escapar das críticas, cerrando suas portas em 1921. Muito bem articulado pela autora, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é apresentado como um valioso lugar de discussão, divulgação e formação.

O capítulo final, *Os grandes fastos nacionais*, dá ênfase ao caráter comemorativo da instituição. O ano de 1922 é particularmente rico para se levar adiante não só festejos rememorativos, mas revisões interpretativas do sucesso de 1822. Diálogos tensos e profícuos entre Memória e História. O *Ciclo de Conferências no Centenário da Independência*, que se estenderia até 1923, evidencia, conforme a autora, o "divórcio do Instituto com as concepções historiográficas ali construídas" desde os tempos monárquicos. Os autores das dissertações apresentadas no evento produziram textos abrangentes ao relacionarem acontecimentos políticos com questões culturais e sociais, enriquecendo, sobremaneira, os discursos historiográficos. O êxito de tal empreitada oportunizaria a organização do *Segundo Congresso Nacional de História* em 1931. Ainda a propósito das celebrações do centenário da Independência, o *I Congresso Internacional de História da América* deu continuidade ao trabalho do barão do Rio Branco quanto à problemática americana. A partir desse evento, a autora destaca a superação da tradição historiográfica oitocentista que privilegiava a civilização europeia em detrimento da "barbárie" das vizinhas repúblicas americanas. Tal mudança está materializada no *Anteprojeto de bases para a elaboração da História Geral da América* esboçado pelos letrados que acorreram à cidade do Rio de Janeiro vindos de diferentes países do continente americano.

Nessa série de festejos e acerto de contas com o passado, no limiar da década de 1920, havia uma imagem que ensejaria todo o esforço de conciliação entre a República e o antigo regime. A autora analisa de que maneira a memória de D. Pedro II, muito cara aos sócios do IHGB, começa a adquirir uma nova vitalidade. A intensa participação do Instituto Histórico, com o apoio discreto do governo federal, contribuiu decisivamente para que o ex-imperador fosse identificado como "governante exemplar", "cidadão nacionalista" e "símbolo do patriotismo". Estes novos traços, desvinculados do regime que representava, somavam-se a outro deveras repetido na instituição, como o de "protetor das ciências e das artes". D. Pedro de Alcântara converte-se em uma figura atemporal. Na investigação dessas práticas comemorativas em torno do antigo monarca, Lucia Guimarães examina como as categorias *historiográfica*, *monumental* e

cerimonial se aplicam aos programas e propostas idealizados no IHGB. Do longo e discutido processo de repatriação dos restos mortais do ex-imperador e sua esposa, passando pela “festa espetáculo” na baía da Guanabara e pelas formalidades em terra, e chegando à publicação de duas obras pela passagem do centésimo aniversário do *Protetor do Instituto* em 1925, é investigado como D. Pedro II foi incorporado, com as bênçãos da República e a “mão” do Instituto, ao panteão cívico nacional.

Por fim somos conduzidos ao *Terceiro Congresso de História Nacional* convocado para celebrar a passagem do primeiro centenário do Instituto Histórico em 1938. O estudo que a autora desenvolve sobre os temas estabelecidos pela comissão organizadora lhe permite traçar fecundas comparações com os eventos anteriores e nos apresentar considerações interessantes sobre o alargamento das perspectivas historiográficas. Maior tratamento à problemática da evolução econômica, diminuição dos temas sobre a história das instituições políticas, bem como das histórias parlamentar e do direito, ênfase na temática dos movimentos nativistas e preferência por personagens da história regional são algumas das novas visões presentes nesse evento. A pujança demonstrada nas comemorações dos cem anos da instituição não foi arrefecida nem mesmo com os falecimentos de Ramiz Galvão e Afonso Celso. Aprendendo com os antigos mestres, principalmente por essa série de iniciativas acadêmicas, uma nova geração de historiadores já estava apta para lhes suceder na casa.

157

Eu gostaria de chamar a atenção para um elemento que, mesmo sendo objeto de análise específica na quarta parte do segundo capítulo, parece-me transpassar o debate historiográfico apresentado no livro. Trata-se do “tribunal da História”. Apesar de constar como clichê em alguns discursos dos sócios, ele está presente como uma entidade regulamentadora, de difícil delimitação temporal e aplicabilidade pelos homens de letras que labutavam no ateliê de Clio. Através desse recurso, vários fatos passados e seus atores seriam revisitados na posteridade para serem julgados. O transcurso do tempo aclararia os episódios acontecidos, novos documentos seriam anexados ao “processo” e as paixões políticas já estariam amainadas, possibilitando o veredito em um futuro não definido. O maior distanciamento propiciaria a crítica melhor embasada, o que não prescindiria por completo de juízos políticos e morais. E o acesso a essa entidade julgadora pelos sócios do IHGB, nesses novos tempos de República, é examinado de maneira arguta por Lucia Guimarães. Os exemplos dados pela autora, como as discussões sobre a Revolução Pernambucana de 1817 e a publicação da *História da Independência do Brasil* (1917), do falecido e polêmico sócio Francisco Adolfo de Varnhagen, demonstram a plena utilização dos vereditos dessa Corte reunida *in tempore oportuno*.

Toda essa trama institucional ao longo de cinquenta anos é apresentada em uma narrativa clara, bem costurada e selecionada, permitindo a leitura e discussão por todos aqueles, acadêmicos ou não, que se interessam pela História do Brasil. Outrossim, é uma escrita preocupada com as questões conceituais, discutindo uma rica bibliografia teórico-metodológica particularmente de matriz

francesa. Não obstante a delimitação temporal aposta no título (1889-1938), o livro nos conduz para além desse limite, dando-nos uma visão mais abrangente das mudanças e continuidades na Casa da Memória Nacional. Com muita propriedade, a autora estende a análise bibliográfica até os dias atuais, demonstrando como muitos daqueles temas e abordagens dos sócios do Instituto foram valorizados por estudos recentes. Não só diacrônica, mas sincronicamente, o escopo de análise ratifica a importância da atuação dos sócios para além das paredes do Silogeu. O Instituto Histórico não navegava à deriva pelo ambiente letrado da época, conforme as relações tecidas pela autora entre a instituição e as produções nacionais e européias.

Não bastassem as forças das palavras, a seleção das fotografias apostas ao final do livro nos permite adentrar naqueles espaços que transpiravam saber-poder. São dez imagens que nos familiarizam com semblantes, poses, rituais e lugares longínquos. Os anexos documentais, de igual maneira, possibilitam-nos perscrutar parte do material consultado na pesquisa. E esse exuberante manancial de fontes primárias confirma o quão profícua se mostra a pesquisa para aqueles que se debruçam sobre as páginas da Revista do IHGB (e seus diversos tomos especiais) e para os que têm o privilégio de pesquisar nas coleções organizadas nos arquivos da instituição. Podemos vislumbrar tal acervo no sítio (www.ihgb.org.br) e na belíssima publicação sobre o sesquicentenário do Instituto (ADONIAS 1990).

Lucia Guimarães encerra seu livro lançando o convite para que os pesquisadores continuem a refletir sobre o papel do IHGB nas primeiras décadas do século XX. Conhecedor de outros tantos trabalhos da autora, eu diria que suas pesquisas nos instigam a refletir por um período bem maior, pois através delas nos é possível acessar esta longa e copiosa trajetória da instituição. Em trabalho igualmente recente (GUIMARÃES 2006), a pesquisadora expande sua análise, comparando o Primeiro e o Quarto (1949) Congressos de História Nacional. E é a partir daquele convite que pretendo finalizar minhas considerações, tecendo problematizações que foram gestadas ao longo da prazerosa leitura do livro. Organizo-as em três blocos: 1) textos; 2) sócios; 3) instituições. Os dois primeiros serviriam para o retorno e aprofundamento do material pesquisado pela autora, enquanto o terceiro nos propiciaria lançar olhares para outros locais de produção do conhecimento histórico no Brasil a partir do IHGB. Mesmo corpus documental, outros consócios e demais lugares (com outros textos e seus produtores).

Poderíamos averiguar o registro, através dos discursos nas sessões e dos artigos publicados na Revista do Instituto, da participação mais efetiva dos demais sócios que por lá estiveram, para além da trindade do Silogeu. Através desses outros, analisaríamos a pertinência de diferentes propostas teórico-metodológicas sob as idas e vindas do jogo político. Um texto singular publicado na Revista, nos momentos tormentosos após a proclamação da República e que representa esse dilema historiográfico e político, foi escrito/adaptado pelo sócio Tristão de Alencar Araripe (ARARIPE 1895a e 1895b). Afora as interferências

políticas na historiografia, de que forma se deram as aproximações e afastamentos dos estudos históricos com a Literatura, Geografia, Etnografia, Arqueologia e Sociologia? O 1º Congresso Brasileiro de Geografia, por exemplo, foi realizado em setembro de 1909, anterior portanto ao de História organizado pelo IHGB. Que outras concepções de história eram aventadas nas discussões e sob quais leituras? As reflexões do historiador alemão Karl Lamprecht são discutidas, por exemplo, nas considerações do sócio João Coelho Gomes Ribeiro em outubro de 1911 (ATAS 1911). Na busca do *status* científico para as atividades desempenhadas, o que os sócios entendiam como “ciência”? Artigo de grande força argumentativa, que reflete sobre ciência, História, Filosofia da História e dogmas religiosos, foi escrito por Pedro Lessa (LESSA 1908). Para além de Afonso Celso e Ramiz Galvão, era considerável o peso do pensamento católico na produção dos demais consócios? E de que maneira interferia na articulação temporal e no embasamento crítico do conhecimento histórico? Talvez devamos ainda nos indagar sobre as estratégias narrativas, como o estilo no texto de história, ou conforme os sócios, sobre “predicados literários” destes. Seguindo a história institucional praticada pela autora, a partir da proclamação da República, aos poucos institutos provinciais fundados em tempos monárquicos se agregam muitos outros nos recém-fundados estados da Federação. Aos já existentes Institutos pernambucano (1862), alagoano (1869) e cearense (1887) somaram-se os de São Paulo (1894), Bahia (1895), Santa Catarina (1896), Rio Grande do Norte (1902), Paraíba (1905), Minas Gerais (1907), Sergipe (1912), Espírito Santo (1916), Piauí (1918), Maranhão (1925) e Rio Grande do Sul (1929). De que forma se constrói (ou não) essas relações institucionais, como também historiográficas, entre o centro cultural/político e seus congêneres?

Elenco apenas algumas sugestões diante de tantas outras que campeiam pelo ambiente acadêmico em nosso país, como podemos observar nos trabalhos apresentados e publicados em livros, periódicos e simpósios sobre a história da historiografia, e em cursos de pós-graduação, nas suas mais diferentes linhas de pesquisas, que têm a produção dos sócios do IHGB como objeto de estudos. Trabalhos que juntamente com os de Lucia Maria Paschoal Guimarães demonstram a vitalidade do momento como próprio à reflexão dos historiadores sobre o seu ofício. E especificamente sobre o Instituto, perde força a falsa percepção de que ele feneceu com a queda do trono e que continuou a contribuir para os estudos históricos somente pelo acervo documental. Outra noção equivocada estaria no menosprezo ao intenso trabalho e permanente diálogo entre os historiadores muito antes da insigne década de 1930, em que houve a fundação dos cursos de História no Brasil e a divulgação dos trabalhos de outra trindade: Caio Prado Jr. – Sérgio Buarque de Holanda – Gilberto Freyre. Continuamos nos referindo aos historiadores do século XIX e início do XX como “positivistas”, “saudosistas” ou uma miríade de “autodidatas ilhados” parece-me descabido, principalmente após o livro *Da Escola Palatina ao Silogeu*. Um livro que exemplifica de modo magistral as palavras de outro historiador, cuja leitura julgo imprescindível aos que se dedicam à história da historiografia. De

acordo com Michel de Certeau, é "impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função do qual ele se organiza silenciosamente" (CERTEAU 2006, p. 71). Será através das articulações discretas entre um saber e um lugar que os métodos serão instaurados, os interesses delineados e os documentos e as questões organizados. Portanto, seja pelo lugar, ou pelo período, ou ainda pela abordagem teórico-metodológica, o convite da autora permanece válido para que continuemos garimpando nesse rico filão.

Referências Bibliográficas

- ADONIAS, I. (Org.). **Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 150 anos**. Rio de Janeiro: Studio HMF, 1990.
- ARARIPE, T. de A. Indicações sobre a História Nacional. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 57, parte 2, p. 259-290, 1895a [1894].
- _____. Indicações sobre a História Nacional, nota. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 58, parte 1, p. 343, 1895b.
- ATAS da 7ª Sessão ordinária em 10 de outubro de 1911. **RIHGB**, t. 74, parte 2, p. 641-645, 1911.
- CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.
- LESSA, P. A. C. Reflexões sobre o conceito da História. **RIHGB**, Rio de Janeiro, t. 69, parte 2, p. 193-285, 1908 [1906].
- GUIMARÃES, L. M. P. Circulação de saberes, sociabilidades e linhagens historiográficas: dois congressos de História Nacional (1914 e 1949). In: GUIMARÃES, M. L. S. (Org.). **Estudos sobre a escrita da história**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 162-181.
- _____. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). **RIHGB**, Rio de Janeiro, n. 388, p. 459-613, 1995.

Tras las huellas de lo local y lo regional: notas críticas y tendencias de la análisis en la historiografía argentina

FERNÁNDEZ, Sandra R. (Comp.). *Más allá del territorio: la historia regional y local como problema. Discusiones, balances y proyecciones.* Rosario (Argentina): Prohistoria ediciones, 2007, 182 pp.

Leonardo C. Simonetta

Auxiliar Docente de 2ª Categoría "Ad Honorem"
Universidad Nacional de Rosario (UNR)
leosimonetta@hotmail.com
Calle San Martín 519, 5º piso, departamento "5"
Rosario - Provincia de Santa Fe
2000
Argentina

Palavras-chave

Teoria da história; Historiografia; História regional e local.

161

Keyword

Theory of history; Historiography; Regional and local history.

Enviado em: 30/07/2009

Aprovado em: 31/08/2009

Desde hace poco más de dos décadas, la historiografía argentina ha sido testigo de acaloradas discusiones que, tanto desde el campo de la teoría como desde estudios concretos, fueron demarcando sendas novedosas que no han sido del todo transitadas ni agotadas. Las numerosas inquietudes desplegadas desde algunos espacios académicos, la entrada incontenible –y por cierto bienvenida– de nuevos problemas y miradas que modificaron impetuosamente las agendas de discusión, así como los intentos por visitar desde posturas complejizantes un relato histórico “nacional” plagado de mitos e invisibilidades, cimentaron el terreno para el desarrollo de la historia regional y local en nuestro país. Aunque su llegada a la arena historiográfica argentina puede evidenciar un cierto “rezago”, especialmente si se la compara con sus tempranos desarrollos en Europa y América Latina, los tópicos y conclusiones en torno a los cuales giró la reflexión –y que tuvieron como marco jornadas, simposios y congresos en distintos puntos del país– no pueden concebirse en términos de “ecos” de lo que se acontecía en otras latitudes. Más bien, un grupo de científicos sociales se nutrió de ellos y los puso en tensión tomando como referente el acontecer del campo disciplinar local.

Así, desde mediados de la década de 1980 se fueron conformando grupos de investigación con el objetivo de iniciar indagaciones de corte regional que se enfocaran sobre cuestiones que, hasta ese momento, habían quedado relativamente marginadas de las grandes líneas de interés. En esta tarea, se destacaron los centros universitarios de Rosario, Tucumán y Comahue, los que resaltaron las particularidades regionales que atravesaban las formas de organización del mercado y del Estado Central en la inserción de la Argentina en la división internacional del trabajo que proponía el modo de producción capitalista. Años más tarde, estos proyectos impulsarían a varios investigadores a ensayar intentos de conceptualización de la “región” y su significado para la Historia.¹

Sin embargo, y por más de que ya ha corrido mucha tinta sobre la vigencia y pertinencia de esta práctica historiográfica, la historia regional y local parece tener todavía un buen número de detractores en los espacios académicos quienes, apelando a justificaciones que no siempre poseen fundamentos sólidos, muestran cierto resquemor ante su innegable, creciente y bien merecido lugar en la investigación y enseñanza de la historia en distintos niveles.

En este contexto, *Más allá del territorio...* aparece como un aporte fundamental para insertarse en la discusión tanto desde la teoría como desde la empiria, aunando los esfuerzos y experiencias de reconocidos historiadores e historiadoras cuyos intereses puntuales, no siempre coincidentes, están guiados aquí por un enfoque y por una forma particular de abordar los problemas históricos que desarrollan. Lejos de ser una barrera a la comprensión y coherencia

¹ FERNANDEZ, Sandra. “El revés de la trama. Contexto y problemas de la historia regional y local”. In BANDIERI, Susana; BLANCO, Graciela y BLANCO, Mónica (coords.). **Las escalas de la historia comparada**. Tomo 2: Empresas y empresarios. La cuestión regional. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008, pp. 238-240.

interna del libro, esta diversidad de preocupaciones abre un horizonte que, si bien es fragmentado y no agota la totalidad de la riqueza temática y temporal de los trabajos desde el enfoque regional y local, permite al lector aventurarse en muchas líneas de investigación desplegadas y aún vigentes.

A su turno, los autores de los nueve capítulos que dan cuerpo a la obra proponen un recorrido por los espacios particulares del saber a los que han dedicado años de su formación académica, rescatando el accionar de diversos actores en los escenarios y momentos más disímiles y tomando al recorte regional y local ora como objeto de reflexión en sí mismo, ora como propuesta metodológica para repensar algunos postulados más o menos asentados y aceptados en el quehacer de la disciplina. Pero más allá de las especificidades temáticas de cada contribución, se pueden destacar algunas líneas comunes que, aunque no estén explicitadas directamente, sobrevuelan a todas las intervenciones.

En primer lugar, el carácter de la región en tanto *construcción* y *recorte analítico* es realizado por el investigador en función de sus intereses concretos. En este sentido, la región no supone una territorialidad más o menos naturalizada y solamente perceptible a través de los sentidos, sino que tiene que ver con una trama social y relacional que la va configurando temporalmente, a la vez que se presenta como un espacio de interacción dinámico, en constante cambio y redefinición. Esto implica considerar que las fronteras o delimitaciones de la región no se corresponden necesariamente con los límites jurídico-administrativos que la historiografía más tradicional tomaba como principales referentes; y que la propia temporalidad de estos espacios, así como los ritmos de las continuidades y cambios, ameritan un tratamiento particular que no se condice mecánicamente con las cronologías admitidas para otros recortes espaciales.

En segundo lugar, la alusión a lo *regional* y lo *local* no tiene como meta la búsqueda de ejemplos que ratifiquen los supuestos de la historia general, sino que más bien se trata de detectar la singularidad y particularidad de los problemas históricos en un espacio más acotado y, a partir de ahí, revisar críticamente las grandes "verdades" de la historia general, evitando a su vez caer en lo meramente anecdótico o pintoresco. De allí se desprende que, tal como afirma categóricamente Fernández, "su eje no es temático sino analítico. Dicho con otras palabras, la historia regional no propone un nuevo tema, un nuevo objeto, sino una nueva mirada, un nuevo acercamiento, un nuevo abordaje analítico" (p. 39).

Los primeros dos capítulos se destacan por una fuerte impronta teórica y por los esfuerzos de sus autores en dar cuenta de la polifonía que rodea a las categorías de *lugar* y *región*. Anacleto Pons y Justo Serna resaltan la *flexibilidad* y *artificialidad* de la noción de "lugar" en tanto *constructo* del cientista social. Asimismo, se detienen en algunas metáforas (de la lente y de la red) que son desglosadas y leídas en su relación con la historia local y con otras corrientes como la microhistoria. Por su parte, Sandra Fernández nos sitúa en el contexto argentino para trazar el recorrido de esta práctica desde las variables y concepciones

más tradicionales de la región hasta las nuevas búsquedas. En este sentido, convoca a la realización de estudios comparativos que permitan una incorporación de la producción generada hasta el momento, apostando no simplemente a la indagación de la localidad, la comarca o la región sino a estudiar "localmente" elementos que hacen a la densidad de la trama social, por ejemplo las formas de construcción y percepción identitarias.

Partiendo del establecimiento de relaciones –y diferenciaciones– entre la historia regional y local y otros modelos interpretativos que, como la microhistoria italiana, tuvieron un muy considerable impacto en el mundo académico argentino, Susana Bandieri nos introduce en la génesis, puntos de partida y resultados de una experiencia de investigación particular en el año 1995, que reunió bajo expectativas comunes a docentes y alumnos de historia de la Universidad Nacional de Comahue (Argentina) y de la Universidad de la Frontera de Temuco (Chile). Por un lado, ilustra el modo en que la conformación de una región –la Norpatagonia– rompía con las divisiones administrativas de las provincias y con las actuales fronteras internacionales, develando continuidades, flujos y contactos constantes entre actores de los países a ambos lados de la cordillera. Por otro, logra demostrar con creces no sólo que ciertos presupuestos e hipótesis que se barajaban desde la historia general –como el tan mentado éxito de la penetración del Estado Nacional en el espacio patagónico– debían ser modificados o, al menos, matizados; sino que la realidad actual de los estudios regionales y locales es más vasta de lo que usualmente se cree.

El capítulo confeccionado por Andrea Reguera, vinculado a los estudios rurales y a las dinámicas de los procesos regionales, se aboca a dar cuenta de las articulaciones del accionar de los actores entre sí y con la comunidad –en este caso, en el marco del poblado de Tandil al sur de la provincia de Buenos Aires–, en un proceso que admite ser explorado desde la perspectiva local. Tomando las observaciones y planteos de viajeros, aventureros, científicos, cronistas locales e historiadores, se recrea una urdimbre de relaciones en ese otrora espacio de frontera en constante ebullición, operación intelectual en la cual la comunidad y el espacio local se erigen en unidades de análisis pertinentes a la hora de reconsiderar numerosos temas y aseveraciones.

Los aportes de Darío Barrera y Diego Roldán se ubican en el mundo urbano, aunque cada uno está signado por especificidades temáticas y registros argumentativos propios que es útiles desplegar. El primero apela a una estrategia narrativa original que toma como excusa el comentario a un texto de Rodolfo González Lebrero para ir abriendo un abanico de posibilidades de pesquisa de fenómenos espaciales en el área rioplatense colonial. A esto añade la búsqueda de precisiones conceptuales referidas a la "espacialidad" en los procesos históricos a nivel regional y local. Por su parte, Roldán se sumerge en las formas en que se han llevado adelante los acercamientos a la historia cultural de las ciudades y en la historia de los imaginarios urbanos desde mediados del siglo XX, pensando en la actualidad de buena parte de las imágenes conformadas a lo largo de esos

años así como en la vitalidad de algunas de las hipótesis esbozadas en diversos contextos de producción científica. Con la prosa ágil y amena que suele caracterizar a su producción, pasa revista a los modelos de arriba a estas problemáticas desde variadas perspectivas de trabajo, entre las que se destacan la planificación y sociología urbanas y la geografía económica, pasando por las teorías del desarrollo y la dependencia hasta llegar a las aproximaciones intelectuales que abogaban por diversas entradas a las densas realidades urbanas desde la economía, lo social, lo cultural y lo político. Concluye con algunas referencias a los denominados *nuevos estudios urbanos* de las últimas décadas.

Por su parte, las contribuciones desde la historia reciente y las iniciativas de recuperación de memorias a la luz todo un universo de acontecimientos, sentidos y significaciones novedosos, conectados a problemas históricos no demasiado distantes temporalmente, en interacción con la propuesta del libro, han sido encaradas por Débora Cerio y Gabriela Águila. El mundo de la conflictividad social en la Argentina de las décadas de 1960 y 1970 considerado por Cerio en clave regional abre la arista de la construcción de identidades sociales y de la complejización de la realidad histórica. No obstante, y como plantea acertadamente, puede verse una ausencia considerable de indagaciones regionales sobre las modalidades de organización y lucha de las clases subalternas. El desafío propuesto no es sólo sanear esta situación sino también propugnar una construcción pluridisciplinar de la categoría de *región* que capitalice los desarrollos antropológicos y los esfuerzos por dotar de sentido a las luchas e identidades políticas en una nueva clave. En el caso del trabajo de Águila, se salda la brecha entre la enunciación de postulados teórico-metodológicos y la aplicación práctica de los mismos en problemáticas históricas concretas, en este caso, la represión, la resistencia y el consenso generados en relación a la dictadura militar en Argentina entre 1976 y 1983. Lejos de circunscribirse a Rosario, la historiadora reconstruye el accionar de los actores sociales en un espacio como es el *Gran Rosario*, que necesariamente escapa a los límites de la ciudad para incluir a otras localidades adyacentes de la provincia de Santa Fe, revelando la riqueza de las contribuciones regionales a la hora de plantear una historia más densa y comprometida.

El cierre de esta obra colectiva queda a cargo de Elvira Scalona, quien rescata y trae a primer plano la relevancia didáctica y los modos pedagógicos de implementación de la enseñanza de la historia en clave regional y local en las escuelas argentinas a partir de la sanción y puesta en marcha de la Ley Federal de Educación. La estrategia narrativa la lleva a recuperar las líneas argumentativas que implican su inclusión –muchas veces ilusoria o vaciada de sentido y contenido– en los programas de la educación formal así como a ponderar su injerencia en la conformación de identidades ciudadanas críticas en el contexto de globalización actual.

Teniendo en cuenta lo expuesto, la alusión a los estudios regionales y locales que hace la compiladora en la introducción como un *gran mosaico* es más que acertada. Planteos diversos, temáticas plurales todavía abiertas y

fructíferas se amalgaman en cada uno de los recorridos sugeridos, más no definitivos. De esta manera, y parafraseando a Barrera, *Más allá del territorio...* se convierte en una obra relevante y provocativa en tanto abre más problemas de los que cierra. Esto, lejos de ser una falencia, debe entenderse como el corolario de uno de los principales objetivos que persigue la obra: alentar deliberadamente la discusión y la reflexión en pos de la consiguiente ampliación de preguntas, dudas y posibles respuestas que toda historia, como ciencia social, debe provocar.

Historiografia moderna em perspectiva global

IGGERS, Georg G.; WANG, Q. Edward; MUKHERJEE, Supriya. *A Global History of Modern Historiography*. London: Pearson-Longman, 2008, 436 pp.

Jurandir Malerba

Professor Adjunto
Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul (PUC-RS)
jurandir.malerba@puers.br
Avenida Ipiranga, 668 - Partenon
Porto Alegre - RS
90619-900
Brasil

Palavras-chave

História da historiografia; Historiografia comparada; História global.

Keyword

History of historiography; Comparative history; Global history.

167

Enviado em: 22/07/2009
Aprovado em: 15/08/2009

Há uma longa tradição histórias da historiografia, cujo início remonta, pelo menos, ao século XIX. Como qualquer outro campo do conhecimento histórico, cada época propõe problemas e abordagens, investiga e narra a história (da historiografia, neste caso) à sua maneira. O mais recente livro do emérito Professor Georg Iggers e Q. Edward Wang (com a contribuição de S. Mukherjee), traz uma contribuição sem precedentes aos estudos históricos. Sua excelente análise das linhas de força da historiografia contemporânea é francamente amparada numa abordagem de *Global History*, ou seja, de que vivemos numa época de *globalização* e essa marca de nosso tempo está cravada nos modos contemporâneos de se escrever história. Mais que isso, que esse processo de globalização é fortemente marcado por outro paralelo de *ocidentalização* dos modos de se pensar e produzir história. Sua análise propõe-se enfaticamente comparativa, mais do que um mero recitativo ou catalogação de historiografias regionais ou nacionais.

O método escolhido impõe aos autores tratar a história da historiografia dentro de um período que permita essa abordagem global e comparativa, portanto, desde finais do século XVIII (quando as várias tradições historiográficas ocidentais e orientais começam a interagir) até os dias de hoje. O foco da obra incide precipuamente nas interações de diversas tradições historiográficas ocidentais e não-ocidentais num contexto global. Se no início do período estudado as trocas transculturais são poucas, elas se intensificam vertiginosamente a partir do final do século XIX no sentido do que os autores entendem como processos (no plural!) de *ocidentalização* das historiografias não-ocidentais, pois que esses processos são múltiplos, diversos, compreendendo desde a difusão dos paradigmas racionalistas e normativos ocidentais no Oriente até suas mais diversas formas de filtragem e resistência cultural (SATO 2006). Outro pressuposto importante é o de que os modelos ocidentais de pensamento não são tomados, na obra, como intrinsecamente positivos ou normativos, mas contextualizados conforme os diversos momentos e cenários. O "Ocidente", entendem os autores, não se refere a uma unidade orgânica, mas a algo muito complexo, heterogêneo, a tal ponto marcado por fissuras políticas e intelectuais que melhor se pode falar de "influências" ocidentais (no plural), mas nunca de um único Ocidente se irradiando de forma imperialista pelo globo.

Outra marca forte da obra é sua sensibilidade para tratar "historiografia" num sentido mais amplo do que meramente o *stock* de obras produzidas pelos historiadores, a produção acadêmica, mas percebendo essa tradição acadêmica dentro de processos mais amplos de constituição de *culturas históricas*.¹ Basta lembrar que toda produção acadêmica desde Ranke, quando a história surgiu como disciplina acadêmica na Alemanha e logo por todo Ocidente e imediatamente no Japão Meiji, foi concebida sobre os ideais da objetividade científica, da neutralidade axiológica, do método crítico, do amparo às fontes -

¹ No sentido proposto por Jörn Rüsen e divulgado no Brasil por Astor Diehl (2002).

quando na prática toda essa mesma produção *decimonónica* foi artilharia letal na guerra de construção dos mitos nacionais. (MALERBA, prelo).

A consideração do conceito de cultura histórica é um pilar da obra. Evitando restringirem-se à análise textual da bibliografia histórica, os autores trabalham sim com os textos e seus autores, mas sem descurar que estes permanecem imersos em climas de opinião maiores, dentro de suas culturas originárias, o que induz os autores a examinarem, para além dos textos, os cenários institucionais, políticos e intelectuais dentro dos quais se inserem as diversas historiografias. Por exemplo, a formação das cátedras universitárias e a respectiva profissionalização dos historiadores, o apoio governamental, o peso dos estudos históricos no cenário político mais amplo no momento da construção das nações-estado e seu impacto vertiginoso na opinião pública da classe média e os efeitos da difusão das discussões científicas (como o darwinismo social, por exemplo) no século XIX e início do XX foram cuidadosamente levados em conta na análise da escrita histórica do mesmo período.

Para tratar da história da escrita e do pensamento históricos no período mais recente da era moderna, quando se incrementam os intercâmbios culturais em escala global, o livro se ampara em outro conceito básico, além do de globalização: no conceito de *modernização*. Grande parte da teoria social desde o iluminismo foi construída a partir do pressuposto de que a história moderna equivale ao processo acelerado de modernização do Ocidente. Por modernização, via de regra, subentende-se uma ruptura com as instituições e os paradigmas tradicionais de pensamento, seja na religião, na economia, na política, ruptura essa ancorada em três pontos: o surgimento da ciência moderna (rompendo com o senso comum e o pensamento dogmático) (SANTOS, 1995), as revoluções liberais do longo século XIX (HOBSBAWM 1999^a) e o processo de industrialização capitalista (COLEMAN 1992; HARTWELL 1970; HOBSBAWM 1999^b). Desde os economistas clássicos (Smith, Ferguson, Condorcet) até a década de 1960 aproximadamente, entendia-se *modernização* como um processo uniforme que caminhava (herança da idéia de progresso da ilustração) com as descobertas científicas, a consolidação do mercado capitalista mundial e das sociedades civis e o estabelecimento de democracias liberais pelo mundo afora. Por suposto que a crítica à idéia de modernização é tão antiga quanto a própria, tendo se sofisticado imenso ao longo do século XX, particularmente pelo pensamento de base marxista.²

Globalização e modernização não se confundem, embora sejam indelevelmente conectados. A globalização, como demonstrou Felipe Fernández-Armesto num livro fascinante, é tão velha quanto a humanidade (FERNÁNDEZ-ARMESTO 2009).³ Mas a modernização a que se referem nossos autores refere-se à época mais recente, tendo uma primeira fase entre os séculos XVI e XVIII, uma segunda coincidente com a fase dourada do imperialismo europeu no globo

² Mas igualmente por outras vertentes de pensamento, dentre as quais destaca-se a obra de Weber (1977).

³ Para uma abordagem que enfatiza o caráter recente do fenômeno, cf. HOBSBAWM (2005).

e uma terceira, posterior à segunda guerra mundial. Cada um desses momentos, de acordo com os autores, impactou de forma decisiva a consciência histórica e o pensamento e a escrita da história. O corpo da obra foi desenhado para demonstrar como esses processos da história do pensamento histórico e as diversas fases da globalização moderna se entrelaçam. De modo que a meta dos autores é demonstrar os desdobramentos no pensamento e na escrita histórica em seus contextos intelectuais, sociais e econômicos mais amplos, desde o século XVIII ao início do século XXI, abordando as interações entre culturas histórica ocidentais e não-ocidentais, numa exposição estrategicamente narrativa.

O livro começa com uma panorâmica de diversas tradições historiográficas pelo mundo afora, com ênfase no Ocidente, Oriente Médio, Extremo Oriente, Sudoeste da Ásia e Índia ao longo do século XVIII, para, em seguida, passar à discussão das transformações das práticas historiográficas na era moderna com o advento do nacionalismo, desde o Ocidente se espalhando pelo globo. Esse processo se caracteriza pelo surgimento da história acadêmica, com a fundação da primeira cátedra universitária de história por Ranke e a respectiva profissionalização da atividade historiadora (IGGERS 1998, ORTEGA Y MEDINA 1980). Não obstante sua força, o historicismo alemão sofreu um golpe letal no início do século XX, particularmente no período entre guerras. Seu efeito foi uma reorientação no pensamento histórico ocidental, com o advento da história científica e estrutural tal como propugnada pelo Annales, que deitou profunda influência no exercício da escrita da história ao longo do século XX.

Nos universos não-ocidentais, a sedução da história nacionalista persistiu por mais tempo, por todo século XX, muito embora, conforme demonstram os autores (cap. 5), críticas contundentes ao paradigma nacionalista pulularam em vários países orientais, como a Índia e o Japão, principalmente no período pós-guerra. Tais críticas ganharam força com o advento do pós-modernismo e sua crítica ao recitativo da historiografia moderna no Ocidente do pós-guerra, quando se assiste ao esforço, deflagrado pelos Annales braudelianos e reverberado pelo historiadores e cientistas sociais anglo-americanos e ingleses, no sentido de expandir as fronteiras do campo de conhecimento da história para além do paradigma nacionalista. Essa crítica ganhou força com as críticas pós-coloniais oriundas dos chamados *Subaltern Studies* propostos por autores indianos (NANDY 1995) e pelo *Orientalismo* (SAID 1990) de Said nos anos 1970 e 80. Paralelamente, outras forças, de caráter político e religioso, que impactaram na escrita da história no Oriente Médio e na Ásia no último quartel do século XX foram a eclosão do Islamismo e a queda do marxismo.

Após essa discussão, os autores abordam as mudanças recentes na prática historiográfica mundo afora sob a força da globalização, elencando cinco tendências importantes no mapa historiográfico atual que, provavelmente, estarão presente num futuro próximo: a continuidade do "giro cultural e historiográfico" que deu origem a "nova história cultural" (CLIFFORD 1986); a expansão ainda maior da história feminista e de gênero (SCOTT 1988; HARAWAY

1988, EPPLÉ 2006); a nova convergência entre os estudos históricos e as ciências sociais na construção da crítica à pós-modernidade; os desafios à historiografia nacional associados aos estudos pós-coloniais; e, finalmente, a emergência e disseminação da *world history* e da *global history*, já muito fortes no mundo anglo-americano, mas praticamente ignoradas no Brasil.

Como todo bom estudo historiográfico, as análises e conjecturas dos autores desta *A Global History of Modern Historiography* possuem caráter heurístico, apontam para tendências, reclamam novos estudos. Seus grandes diferenciais são, por um lado, a aberta rejeição do eurocentrismo e, por outro, a defesa veemente da investigação racional, esta diretamente dirigida contra boa parcela da crítica pós-moderna à herança intelectual da Ilustração, que sustenta que um estudo objetivo da história não é possível porque o passado não se apóia na realidade objetiva, não passando de um construto da mente ou de uma linguagem não-referencial, de acordo com o qual todo estudo histórico inevitavelmente derivaria para uma forma de literatura imaginativa, carente de critérios objetivos para o estabelecimento da distinção entre verdade e falsidade nos estudos históricos (MALERBA 2008; ZAGORIN 1998; DRAY 1989). A proposta desta obra de fôlego vai nos antípodas das posturas radicais pós-modernas.

171

Numa obra com a envergadura desta, que busca analisar em chave comparativa a história do pensamento histórico em perspectiva global na época moderna, seria inevitável diferenças de ênfase e profundidade na análise. Uma crítica que não poderia passar em branco volta-se às inevitáveis lacunas e àquelas diferenças, para nós evidentes no tratamento dado, por exemplo, à análise da historiografia latino-americana (“Da Teoria da Dependência aos Estudos Subalternos”), tratada em cinco páginas e amparada em oito referências bibliográficas, todas elas em inglês.⁴ Não causará espanto que especialistas acusem a mesma generalidade no que tange às análises do livro voltadas às tradições historiográficas de outras partes do globo.

Essa observação, porém, não compromete o mérito dessa grande obra de síntese, interpretativa, estruturada a partir de pressupostos claros e construída por autores que trazem vasto conhecimento das culturas históricas de sua proveniência. Uma obra destinada a ser referência para as novas histórias da historiografia.

Bibliografia citada

CLIFFORD, James. Introduction: Partial Truths. In: Clifford, J.; G. Marcus (ed.). **Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography**. Berkeley: University of California Press, 1986.

COLEMAN, D.C. **Myth, History and the Industrial Revolution**. London & Rio Grande: Hambledon P, 1992.

⁴ Para uma análise recente das tendências majoritárias na historiografia da América Latina desde a década de 1960, cf. Malerba (2009).

- DIEHL, Astor. **Cultura historiográfica**: memória, identidade e representação. Bauru: **Edusc**, 2002.
- DRAY, William. On the Nature and Role of Narrative in History. In: ____ **On History and Philosophers of History**. Leiden/Nova York: E. J. Brill, 1989.
- EPPLE, Angelika. Gênero e a espécie da história: uma reconstrução da historiografia. In: Malerba, J. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto: 2006.
- FERNÁNDEZ-ARRESTO, Felipe. **Os desbravadores**. Uma história mundial da exploração da Terra. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- HARAWAY, D. Situated Knowledges: The Science Question in Feminism and the Privilege of Partial Perspective. **Feminist Studies**. Vol. 14, No. 3, 575-599, 1988.
- HARTWELL, R.M. (ed.). **The Industrial Revolution**. New York: Barnes & Noble/Oxford: Basil Blackwell, 1970.
- HOBBSBAWM, Eric. **The age of Revolution**: Europe 1789-1848. London: Peter Smith, 1999a.
- _____. **Industry and Empire**: The Birth of the Industrial Revolution. New York: The New Press, 1999b.
- _____. **A Era Dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- IGGERS, G. **The german conception of History**: the national tradition of historical thought from Herder to the present. London: Wesleyan University Press, 1988.
- MALERBA, Jurandir. **A história na América Latina**: ensaio de crítica historiográfica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.
- _____. La historia y los discursos. Una contribución al debate sobre el realismo histórico. **Contrahistorias**, v. 9, p. 63-80, 2008.
- _____. (Org.). **Lições de história**. *A construção da ciência no longo século XIX*. (no prelo).
- NANDY, Ashis. History's Forgotten Doubles. **History and Theory**. Volume 34, Issue 2, Theme Issue 34: World Historians and Their Critics (May, 1995), 44-66.
- ORTEGA Y MEDINA, Juan A. **Teoría y crítica de la istoriografía científico-idealista alemana** (Guillermo de Humboldt- Leopoldo von Ranke). México: UNAM, 1980.
- SAID, Edward. **Orientalismo**: o oriente como invenção do ocidente. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

- SANTOS, Boaventura de S. **Toward a new common sense**. Londres/Nova York: Routledge, 1995.
- SATO, Masayuki. Historia normativa e história cognitiva. In: Malerba, J. **A história escrita**: teoria e história da historiografia. São Paulo: Contexto, 2006.
- SCOTT, J. Gender: A Useful Category of Historical Analysis. In: _____. **Gender and the Politics of History**. New York: Columbia University Press, 1988.
- WEBER, Max. **Economía y Sociedad**: teoria de la organizacion social. México: Fondo de Cultura Económica, 1977. (3ª reimpressão).
- ZAGORIN, Perez. History, the Referent, and Narrative: Reflections on Postmodernism Now. **History and Theory**, 38(1):1-24, fev1998.

As “luzes” de um “reino cadaveroso”: entre a polêmica e a tradição

CARVALHO, Flávio Rey de. *Um iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)*. São Paulo: Annablume, 2008, 135 pp.

Ana Rosa Clocllet da Silva

Professora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas)
clocllet@ig.com.br
Rodovia D. Pedro I, km 136 - Parque das Universidades
Campinas - SP
13086-900
Brasil

Palavras-chave

Educação; História; Reformismo.

Keyword

Education; History; Reformism.

174

Enviado em: 04/08/2009
Autor convidado

Como pensar a singularidade ibérica e, particularmente, portuguesa no contexto da intensa transformação mental e cultural da época moderna? Como conceber a via trilhada pela modernidade lusa, desde meados do século XVIII, no âmbito de fenômenos que, a despeito de repercutirem em todo o ocidente europeu e nas colônias americanas, rejeitaram sempre definições precisas, seja pelas suas origens esparsas, seja pelas especificidades das circunstâncias históricas que a viram nascer, ou pelas profundas divisões que separaram aqueles que se definiam *filósofos*, num mesmo espaço cultural? Como situar-se em relação a enfoques que, tradicionalmente, consolidaram conceitos e noções sobre o fenômeno ilustrado luso, pautados na polaridade entre seu suposto atraso e palidez frente às “luzes européias”? São estes alguns dos desafios enfrentados pelo jovem historiador Flávio Rey de Carvalho, no livro recentemente publicado pela editora Annablume – *Um iluminismo português? A Reforma da Universidade de Coimbra (1772)* -, cujo título já denuncia o teor das questões que instigaram sua pesquisa.

Neste trabalho - resultado de sua dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História da Universidade de Brasília, em 2007, sob orientação da Profa. Dra. Tereza Cristina Kirschner -, o autor persegue questão de inestimável relevo e que, há muito, demandava estudo mais verticalizado: a problematização do fenômeno das Luzes em Portugal, pautada no esforço em romper com dois vieses interpretativos que, articulados, desdobraram-se na produção historiográfica portuguesa do século XX. Por um lado, a interpretação cristalizada por historiadores inspirados na produção literária portuguesa de finais do XIX, tendentes a realçar as idéias de atraso e decadência presentes nos discursos dos primeiros reformadores do Reino, derivando desta leitura uma “ênfase exagerada e unilateral atribuída aos estigmas da diferença e da eterna defasagem” da ilustração portuguesa, associada ao monopólio ideológico eclesiástico (pp. 25-28). Por outro, o que o autor identifica como sintoma mais geral entre historiadores de diferentes nacionalidades: “a adoção indiscriminada de certa noção de Iluminismo”, como conjunto de idéias harmoniosas, autônomas e descarnadas de seus contextos políticos e culturais de elaboração que, trazendo no cerne a crença na razão transformadora, na crítica universal, na busca da felicidade, teriam inspirado, a partir da França, um ambicioso programa de secularização, humanidade, cosmopolitismo e liberdade (pp. 28-33). Uma concepção que, vale frisar, embora endossada por determinadas abordagens ainda hoje influentes, é aqui atribuída um tanto quanto indiscriminadamente às clássicas formulações de Peter Gay, Ernst Cassirer, Paul Hazard, intelectuais cujas contribuições, além de cunhadas em momentos muito distintos, inserem-se em áreas específicas do campo disciplinar e teórico, só passíveis de nivelamento mediante rigorosas ponderações.¹

¹ Na intenção de salientar algumas destas especificidades, devemos lembrar que enquanto Peter Gay é um historiador consagrado pelos estudos no campo da história social das idéias - o que, em boa medida, já problematiza o tratamento supostamente “descarnado” por ele emprestado ao Iluminismo - e que elabora seus estudos sobre o Iluminismo na década de 1970, o filósofo judeu-alemão Ernst Cassirer especializou-se no campo da filosofia cultural de tendência neokantiana, nos anos de 1920-

Instigado pelas controvérsias interpretativas suscitadas por ambas as tendências e pautando-se numa recente produção intelectual que tende a romper com os “modelos” e estigmas mencionados, o autor deriva seu percurso investigativo, tomando por objeto central as reformas pombalinas da *Universidade de Coimbra*, implementadas a partir de 1772. Assim, perquirindo os motivos imediatos e a concepção predominante entre os reformadores da Universidade, privilegia a análise de três documentos principais: o *Compêndio histórico da Universidade de Coimbra* (1771) - elaborado pela *Junta de Providência Literária*, criada em 23 de Dezembro de 1770 com o objetivo de examinar o estado da Universidade -; os *Novos Estatutos* - que em 28 de agosto de 1772 recebiam licença para serem implementados em substituição aos velhos, em vigor deste 1598 - e a *Relação geral do estado da Universidade*, elaborada por Francisco Lemos em 1777.

Embora bastante revisitado pela historiografia luso-brasileira, o recorte temático e o corpo documental eleito recebem, na presente obra, um tratamento apurado, verticalizado a partir do esforço de identificação dos principais vetores que estruturaram o discurso antijesuítico, seu conteúdo político e ideológico, bem como as congruências do ambiente intelectual luso com as “Luzes do século”. Além do detalhamento dos conteúdos programáticos formulados pelo âmbito estatal, a opção pela sistemática metodológica de contrapor estas fontes com algumas obras representativas do pensamento iluminista francês - dentre as quais os próprios verbetes da *Encyclopédie* -, examinando seus traços comuns, algumas adaptações, bem como a simultaneidade da produção do pensamento ilustrado no reino e no além-pirineus, permite ao autor desconstruir as noções de atraso, decadência, isolamento e estrangeiramento das Luzes em Portugal - a partir das quais concebeu-se tradicionalmente a suposta “crise mental” do século XVIII português -, bem como o próprio conceito de Iluminismo, tal qual divulgado pelas sínteses históricas do século XX.

Guiado por tais propósitos, a narrativa desdobra-se em quatro capítulos. No primeiro, alinhando-se a versões contemporâneas da historiografia portuguesa, bem como da produção intelectual - sobretudo anglo-saxônica - sobre o Iluminismo,² o autor problematiza o suposto impasse existente entre Portugal e a modernidade européia, tomada por aquilo que situa como herança dos intelectuais inseridos no movimento romântico luso: segundo ele, uma noção de “história da humanidade”, sob os signos de superioridade, exemplaridade e universalidade (p.27), por ele identificados à denominada “geração de 1870”, mas que, a rigor, já se inscrevem numa tendência pré-realista e naturalista, como é o caso dos textos de Antero de Quental, de 1871,

40, enquanto o historiador francês Paul Hazard tornou-se um especialista em História da literatura comparada entre as décadas de 1920-40, especialidade que seguramente permeia seu clássico *A crise da consciência européia*, de 1935.

² No caso da historiografia portuguesa contemporânea, o autor dialoga mais diretamente com as abordagens de Sebastião da Silva Dias, Jorge Borges de Macedo, Francisco Domingos Contente e Pedro Calafate. Para o debate atual sobre o Iluminismo, baseia-se nas abordagens de Dorinda Outram, Jonathan Israel, Robert Darnton, dentre outros.

tomados pelo autor como referência paradigmática de tal tendência. Empenhado na historicização dos fenômenos em causa e compartilhando das perspectivas recentes, que tomam o Iluminismo como fenômeno plural, perpassado por especificidades, debates, diferenças e tensões internas, o autor analisa algumas expressões cunhadas por intelectuais portugueses frente ao reconhecimento de peculiaridades do caso luso no contexto das Luzes setecentistas. É assim que conceitos como “iluminismo católico” - cunhado pelo historiador português Luis Cabral Moncada e generalizado como mera contraposição à suposta tendência anticlerical do Iluminismo (pp. 34-36) -; “ecletismo” - presente nos textos de filosofia e história do século XX, com destaque para José Sebastião da Silva Dias, tomado como atitude filosófica de mera contemporização com as idéias do século (pp. 36-40) -; “ilustração de compromisso” - proposto pelo historiador português Norberto Ferreira da Cunha, para designar uma forma de compatibilizar a incorporação das novidades, com a tradição lusa pós-tridentina (pp. 40-41) -, a despeito da intenção inicial de seus formuladores, acabaram, segundo o autor, por reforçar a visão pejorativa imputada à ilustração portuguesa, recrudescendo sua contraposição à “cultura Europa”.

Em qualquer dos casos, conclui que tais tendências não se apresentam como “anomalias” do caso luso, mas reprisaram-se em diferentes contextos, não justificando os estigmas do atraso, decadência e isolamento intelectual do país que, segundo o autor, também não corresponderiam às impressões dos próprios reformadores setecentistas. Este último, a meu ver, argumento merecedor de estudo mais detido, pautado tanto num alargamento das fontes quanto no diálogo com uma produção historiográfica recente que, longe de constituir-se por abordagens generalistas, com tendência à mera “repetição umas das outras” (p. 19) - julgamento precipitado um tanto generalista do autor, que tende a desqualificar outras possibilidades de verticalização a partir da documentação analisada - têm demonstrado não serem os diagnósticos do atraso e da decadência “exceção de uns poucos estrangeirados” (p. 48), constituindo, a despeito de seu conteúdo político e ideológico, vetores estruturantes dos diagnósticos e das reformas implementadas pelo Marquês de Pombal, ele próprio um “estrangeirado”.³

No segundo capítulo, é examinada a situação do ensino universitário português e a proposta de reforma da Universidade, à luz de duas fontes principais: o *Compêndio histórico* e os novos *Estatutos*. Argumentando que a “decadência do ensino estendia-se à maioria das universidades europeias no período” (p. 43), ainda presas ao modelo de instrução escolástico, o autor infere que o saber nestas ministrado não poderia constituir contraponto ao suposto atraso português, além de explicar “porque a ciência moderna se desenvolveu exteriormente ao ambiente universitário” (p. 46). Afirmações no mínimo instigantes de uma análise mais retida às instâncias e veículos de informação

³ Apenas a título de ilustração, merecem destaque as questões pioneiramente propostas por FALCON (1993), as quais vêm sendo desdobradas por sucessivas gerações de historiadores, dentre as quais incluo minha pesquisa de doutoramento SILVA (2006).

por meio dos quais os “estrangeirados” lusos vislumbraram comparativamente a situação de Portugal, emitindo seus diagnósticos. De outro modo: se no âmbito das Universidades de Évora e Coimbra não se impunham diferenças significativas em relação à situação universitária geral europeia, como era o ambiente fora da instância do ensino superior? Quais os espaços de diálogo e troca de experiências freqüentados por estes primeiros reformadores lusos, que franqueavam os elementos para a elaboração de raciocínios comparativos? Indagações cuja pertinência é reforçada pela própria constatação do autor - segundo o qual os “reformadores de Coimbra tinham consciência de que os conhecimentos filosófico-científicos (...) aperfeiçoavam-se e enriqueciam-se, cada vez mais, com os novos descobrimentos feitos fora da esfera ortodoxa das universidades” (p. 108) - e que vêm sendo incontornavelmente associadas pela recente produção historiográfica luso-brasileira a duas instâncias fundamentais: a *diplomacia* e as *academias científicas* criadas no âmbito da República das Letras.⁴

Como contribuição definitiva do capítulo - e em boa medida inédita, no que concerne ao tratamento da documentação -, Flávio de Carvalho averigua o cerne da crítica pombalina à Companhia de Jesus, concluindo que o mesmo residia na “metodologia escolástica”: um método essencialmente especulativo, assentado na “prevalência da filosofia peripatética”; no “descaso ao estudo do grego e latim”; na “desordem do conteúdo ensinado nas cadeiras universitárias”; na “falta de disciplinas subsidiárias e na fragmentação do conhecimento”, assim como na “ausência do ecletismo” (p. 52). A partir destas críticas, reclamavam uma orientação *prática* aos estudantes, pautada tanto na *erudição* - requisito para a interpretação dos textos antigos - quanto na *experimentação* e, portanto, no empiricismo das Luzes, esgarçando uma concepção de método perfeitamente alinhada àquela preconizada pelos literatos franceses, reforçando seu argumento de que a crítica dos reformadores lusos à atividade dos jesuítas constituiu antes “manobra política, de cariz ideológico” (p. 61), que sintomas de atraso e isolamento cultural do Reino.

No terceiro e quarto capítulos, o autor analisa as reformas que melhor representaram o renovado programa de instrução, apresentado pelos *Estatutos* de 1772: segundo ele, a reestruturação das Faculdades de Leis e a criação da Faculdade de Filosofia, ambas em consonância aos objetivos de fortalecimento e centralização do poder régio - o qual não podia prescindir, sob o ponto de vista jurídico, do esforço de “formalização” e “uniformização” das leis, submetido, desde então, aos preceitos do jusnaturalismo racionalista - e revigoramento da economia do Reino “por meio do estímulo à pesquisa dos recursos naturais rentáveis em todo o império” (p. 64).

No primeiro caso, segundo o autor, pautadas nos “princípios iluministas e apresentando feições regalistas”, as reformas na prática jurídica encaminhadas por Pombal visaram desfazer as bases plurais e fragmentárias de uma “prática

⁴ Dentre estas, vale menção os trabalhos de CLUNY (1999); SILVA (1998); KANTOR (2004); FILHO (1998).

jurisprudencial tida como incerta”, empenhando-se no sentido da racionalização e uniformização do direito (pp. 68-74). Objetivo que seria galgado através de dois marcos interligados das reformas pombalinas: a Lei da “Boa Razão”, de 18 de 1769, e a reforma dos Cursos Jurídicos da Universidade de Coimbra. A primeira, envolvida pelo espírito jurídico cunhado no âmbito da ilustração europeia, fundava uma prática jurisprudencial de caráter racionalista e disciplinador submetida, no caso português, à interpretação exclusiva do Supremo Senado da Casa de Suplicação, que circunscrevia o uso legítimo do direito canônico ao poder temporal, além de estabelecer punições “aos juristas que insistissem na manutenção de usos e práticas vetados”, impondo uma nova noção de direito fundada no “voluntarismo régio” e nos condicionantes morais da “boa razão”.

Estas, segundo Flávio de Carvalho, as disposições norteadoras das críticas apresentadas no *Compêndio* às jurisprudências canônica e civil ministradas na Universidade de Coimbra, bem como da reforma estatutária da Faculdade de Leis, a qual destacou-se pelo esforço de ordenamento e articulação entre saber prático e teórico, pela delimitação clara das esferas de atuação dos direitos canônico e civil, pela valorização do direito pátrio e das pesquisas histórico-filológicas, pela adoção do método “sintético-demonstrativo-compendiário” e pela criação do direito natural e uso da “boa razão”, formando desse modo juristas habilitados ao cumprimento “claro, uniforme e preciso das leis” (pp. 100).

179

No concernente à criação da Faculdade de Filosofia, as reformas pombalinas coadunam-se a uma concepção de filosofia cunhada no âmbito da República das Letras, a qual era alçada à condição de verdadeiro “meio universal” de elaboração, desenvolvimento e consolidação dos diversos campos do conhecimento, submetida ao método empírico e experimentalista aplicado, privilegiadamente, aos fenômenos passíveis de serem apreendidos no “mundo natural sensível” (pp. 102-104). Desse modo, a análise dos novos *Estatutos da Universidade de Coimbra* denuncia o esforço de implementação dos estudos filosóficos em nível do ensino superior, os quais, englobando privilegiadamente as áreas de medicina, matemática e filosofia natural – nestes dois últimos casos, procedendo-se à criação das respectivas Faculdades de Matemática e Filosofia -, fecundavam uma noção de filosofia comprometida com a transmissão de princípios sólidos e úteis, formando “filósofos dignos das Luzes do século” e oferecendo “lições subsidiárias aos alunos das demais faculdades coimbrãs”. Neste sentido, a criação desta última Faculdade teria representado um marco fundamental na assimilação e divulgação da metodologia empírico-experimental em Portugal (p. 104), institucionalizando o conhecimento científico moderno, coadunando-se à necessidade de reelaboração dos mecanismos de exploração dos recursos naturais do império ultramarino, num momento em que evidenciavam-se os primeiros sintomas de sua crise.

Em qualquer dos âmbitos das reformas assinaladas, o estudo de Flávio Rey de Carvalho desvenda o profundo comprometimento dos reformadores portugueses com o ideário do século – e, particularmente, com a assimilação de

princípios metodológicos e epistemológicos divulgados no âmbito da “República das Letras” -, orientado para o atendimento dos desígnios da monarquia lusa e articulados aos dogmas do catolicismo. Um fenômeno que, longe de desqualificar o ambiente intelectual luso setecentista, esgarça dimensões que estiveram no bojo de todo o movimento filosófico e científico em curso em outros países, corroborando a pertinência de tomá-lo como uma das expressões de um movimento intelectual que só pode ser compreendido na sua pluralidade, justificando a expressão empregada pelo autor: um “Iluminismo português”.

Um trabalho digno de mérito, que atende plenamente aos objetivos propostos e, inevitavelmente, incita algumas ponderações - fruto da própria natureza polêmica do objeto eleito -, bem como convida a desdobramentos futuros, os quais devem vir necessariamente pautados no diálogo mais afinado com a historiografia, no alargamento do núcleo documental e do recorte cronológico ora considerados, bem como no aprofundamento de algumas dimensões norteadoras do conteúdo programático analisado, por ora apenas tangenciadas. Particularmente, ocorre-me a enriquecedora articulação das reformas com a *questão imperial* e com a criação do *aparato humano* necessário à fecundação dos projetos políticos elaborados, impondo um perfil de *homem público* capaz de reunir os qualificativos intelectuais, administrativos e morais,⁵ supostamente adequados ao exercício da difícil tarefa de equilibrar inovação e conservação, no enfrentamento dos desafios impostos pelos tempos modernos.

180

Bibliografia citada:

- FALCON, Francisco (1993). **A Época Pombalina**. 2ª. ed., São Paulo: Ática.
- SILVA, Ana Rosa Clocllet da (2006). **Inventando a Nação. Intelectuais Ilustrados e Estadistas luso-brasileiros (1750-1822)**. São Paulo: Hucitec
- CLUNY, Isabel (1999). **D. Luís da Cunha e a idéia de diplomacia em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte.
- SILVA, Júlio Costa Rodrigues da (1998). **Ideário Político de uma Elite de Estado. Corpo Diplomático (1777/1793)**. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2 vols. (Tese de Doutorado).
- KANTOR, Íris (2004). **Esquecidos e Renascidos. Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)**. São Paulo: Hucitec.
- FILHO, Oswaldo Munteal. **Uma Sinfonia para o Novo Mundo. A Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2 vols. (Tese de Doutorado).

⁵ Ocorrem-me as importantes reflexões do historiador K. Maxwell ao desvendar esta dimensão das práticas pombalinas, em sua obra *Marquês de Pombal. Paradoxo do Iluminismo*. Rio de Janeiro: Paz Terra, 1996.

Plutarco: historiografia e biografia na cultura greco-romana

SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco historiador: análise das biografias espartanas*. São Paulo: Edusp, 2006, 168 pp.

Luiz Otávio de Magalhães

Professor Adjunto
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)
luizmagal@uol.com.br
Morada do Bem Querer, Rua C, Quadra C, nº 26
Vitória da Conquista - BA
45055-020
Brasil

Palavras-chave

Antiguidade; Cultura historiográfica; História da historiografia.

Keyword

Antiquity; Historiographical culture; History of historiography.

181

Enviado em: 25/08/2009
Autor convidado

Com efeito, não escrevemos histórias, mas vidas. Nem sempre, aliás, são as ações mais brilhantes as que mostram melhor as virtudes (*aretai*) ou os vícios (*kakiai*) dos homens. Muitas vezes uma pequena coisa, a menor palavra, um gracejo ressaltam melhor um caráter (*éthos*) do que combates sangrentos, batalhas campais e ocupações de cidades. Assim como os pintores, em seus retratos, procuram fixar os traços do rosto e o olhar, refletindo nitidamente a índole da pessoa, sem se preocupar com as outras partes do corpo, aqui nos permitimos concentrar nosso estudo, principalmente, nas manifestações características da alma (*psykhé*) e esboçar de acordo com esses sinais, a vida (*bios*) dessas duas personagens [Alexandre e Júlio César], deixando a outros os grandes acontecimentos e os combates (Plutarco, *Vida de Alexandre*).

Estas palavras de Plutarco parecem escritas especialmente para o pesquisador moderno ocupado em estabelecer os marcos divisórios e distintivos entre dois gêneros de discursos legados pela tradição clássica: a narrativa historiográfica e a narrativa biográfica. Plutarco estabelece e identifica os gêneros, *historia* e *bios*, ao mesmo tempo em que vincula seu próprio labor compositivo a um deles, o *bios*. Em seguida, precisa os alvos específicos que deve mirar o biógrafo: as virtudes e os vícios que compõem o caráter de um homem. E, derivado deste objetivo definido para o narrador de *bioi*, indica-se os objetos de sua atenção, de sua análise: os eventos que, ainda que desprovidos da grandiosidade bélica ou política que estimulavam os poetas épicos e os historiadores, são capazes de revelar indícios dos vícios e virtudes que compõem o *éthos* de um indivíduo. Desta forma, teríamos, então, de um lado, a escrita da história, centrada na narrativa de eventos eminentemente públicos, desempenhados por inteiras comunidades políticas, caracterizados pela grandiosidade e pela ostentação de poderio bélico; de outro lado, a escrita de *bioi*, a biografia, centrada na descrição de caracteres, de temperamentos, de qualidades da *psykhé*, e, portanto, passível de dedicar-se à exposição de eventos relacionados tanto à ação de um indivíduo no âmbito do público, da *polis*, como no do *idios*, do privado e do particular.

O livro de Maria Aparecida de Oliveira Silva, *Plutarco historiador*, se propõe, fundamentalmente, a questionar esta leitura do proêmio da *Vida de Alexandre*. E questiona nem tanto o que, à primeira vista, poderia parecer mais questionável – as distinções e fronteiras entre a história e a biografia – mas o próprio auto-reconhecimento de Plutarco como compositor de *bioi* e não de *historiai*. Como afirma a autora na Introdução, “o objetivo deste livro é demonstrar que além de Plutarco ter desenvolvido um trabalho de historiador na coleta, seleção e registro das informações colhidas, pensou a história de Esparta por meio da composição das biografias de espartanos ilustres”. Trata-se, então, de identificar, nas biografias de Plutarco, procedimentos metodológicos de investigação (“coleta, seleção e registro das informações”) e uma estrutura narrativa focada na trajetória de comunidades políades (Plutarco “pensou a história da Esparta”), que nos autorizariam – ou, antes, nos obrigariam – a encará-lo como um colega de Tucídides e de Tito Lívio.

Plutarco Historiador é dividido em três capítulos. O primeiro apresenta os

fundamentos da proposição da autora, que consiste em apreender o intelectual de Queronéia como um *historiográphos*. Uma das preocupações do capítulo é, como não poderia deixar de ser, a de atenuar a importância do enunciado de Plutarco na *Vida de Alexandre*, pelo qual o autor se identifica como compositor de *bioi*. Maria Aparecida Silva destaca que, em outras passagens de suas *Vidas Paralelas*, Plutarco, diferentemente do que enuncia na *Vida de Alexandre*, se reconhece especificamente como historiador: assim, por exemplo, na *Vida de Timoleão* (“Nós, que com a história nos ocupamos seriamente e também a escrevemos habitualmente [...]”) e na *Vida de Péricles* (“Para quem nasce depois dos fatos, o tempo ido oculta os acontecimentos, e, com isso, parece ser inteiramente difícil e sofrida de se executar a tarefa de um historiador em estabelecer a verdade dos fatos”). Esta aparente contradição entre seus enunciados auto-identificadores revelaria, segundo a autora, a dificuldade de Plutarco em dissociar biografia e história enquanto gêneros distintos.

Uma conclusão apropriada, sem dúvida, mas as passagens destacadas permitem outras leituras que não a indicada pela autora. Ao citar o trecho da *Vida de Timoleão*, a autora não faz menção ao contexto em que o mesmo se insere. Plutarco inicia a biografia de Timoleão afirmando que escreve, sim, vidas, *bioi*: “Eu comecei a escrever minhas *bioi* tendo em mira o benefício dos outros, mas agora percebo que continuei o trabalho com grande satisfação e também para meu próprio proveito, recorrendo à história como um espelho que me ajuda a aprimorar e embelezar minha vida na medida em que observo as virtudes dos homens cujas ações eu descrevi”. Ou seja, Plutarco está afirmando que a observação dos caracteres e das virtudes dos homens notáveis do passado é caminho seguro para o aprimoramento moral; ele parece indicar que se “ocupa seriamente com a história”, mas para escrever *bioi*, descrições de caráter. Quanto à segunda passagem, da *Vida de Péricles*, nela Plutarco não afirma precisamente que é “difícil e sofrida a tarefa de um *historiador* em estabelecer a verdade dos fatos”; ele não utiliza nem o termo *historiográfos* nem *histór*, que poderiam remeter para a imagem de um escritor de História. O termo utilizado por Plutarco, aqui, é *historía*, que aparece no plural – “é difícil, através de *histórias*, estabelecer a verdade dos fatos” – e, desta forma, *historiai* bem pode expressar o seu sentido original, de “investigações”, “pesquisas”, e não propriamente o gênero “História”.

Uma outra linha argumentativa desenvolvida pela autora, entretanto, ao invés de insistir na debilidade das fronteiras entre história/biografia, assevera as marcas distintivas dos gêneros – como, por exemplo, as que identificam a história pela atenção à trajetória de comunidades políticas e a biografia por seu interesse em indivíduos singulares. E, para a autora, mesmo quando se aceita tal linha divisória entre os gêneros, Plutarco deveria ser situado do lado dos historiadores, pois ele “não centrou sua narrativa no indivíduo”:

A despeito das divergências sobre o caráter da obra plutarquiana, frisamos que Plutarco não centrou sua narrativa no indivíduo, o que iria ao encontro da definição de biógrafo formulado [sic!] por Maurois, segundo o qual o biógrafo toma um indivíduo como o centro, devendo ser o

personagem o autor dos acontecimentos do início ao fim (p. 49).

Segundo a autora, a estrutura biográfica serve, em Plutarco, como artifício para se abordar o contexto histórico do biografado, a vida da *polis* em que ele se inseria, este sim o foco de interesse do escritor (p. 50). Desta forma, a leitura de Maria Aparecida Silva pretende inverter o sentido da relação história/biografia em Plutarco: se, na *Vida de Timoleão*, ele afirma que recorre à história para escrever *vidas*, a autora acredita que, na verdade, ele recorre às *vidas* como um artifício para escrever história. Mas, ao concluir este tópico, a própria autora parece hesitar em suas conclusões: “Em sua narrativa biográfica, que lhe serve de pano de fundo, subjaz a história de uma cidade-Estado” (p. 50). Se os relatos biográficos servem de pano de fundo e se a narrativa histórica em torno de uma *polis* permanece subjacente, o que, exatamente, está em primeiro plano nos textos plutarquianos?

Outro argumento desenvolvido por Maria Aparecida Silva para sustentar a filiação de Plutarco à facção dos historiadores baseia-se na afirmação de seu cuidado em retratar a verdade dos acontecimentos: “O principal aspecto do gênero histórico sublinhado por Plutarco foi a importância dada à busca da verdade dos fatos narrados” (p. 57). Buscar a verdade dos acontecimentos é, então, para a autora, traço distintivo da pesquisa e da escrita da História: “compreender os acontecimentos históricos dentro de uma lógica que nos permita a sua aproximação com a verdade tem sido a tarefa do historiador” (p. 65). É certo que, desde Heródoto e Tucídides até Luciano de Samósata, os historiadores antigos procuraram estabelecer a busca pela verdade como traço característico de seu labor, contrapondo suas narrativas ora à poesia, ora aos diversos ramos da retórica, ora ao *encomium* ou panegírico. Mas é possível hoje, para a análise moderna, corroborar, sem contestações ou atenuantes, tal apreciação e reafirmar a perseguição à verdade como atributo distintivo da História? Como não lembrar que a afirmação da verdade é uma pretensão que se manifesta tanto na narrativa historiográfica como na poesia homérica, na filosofia platônica, na retórica jurídica e também na composição de *bioi*? Afirmar que, por perseguir a verdade, Plutarco escreve *História* e não *Vidas*, não equivaleria a simplesmente reproduzir uma imagem a partir da qual os historiadores antigos gostariam de ser figurados?

Ao final do capítulo, para a questão central proposta por Maria Aparecida Silva – Plutarco é, ou deve ser identificado como, historiador – é possível identificar arrazoados diferentes e contraditórios. Por vezes, se sugere que Plutarco compunha seus escritos conscientemente como historiador: ele não tinha por foco os indivíduos, mas as comunidades políticas, e recorria às biografias como artifício para registrar a história de diferentes *poleis* (p. 49-50). Em outros momentos, argumenta-se que Plutarco, embora adotasse métodos de pesquisa característicos dos historiadores (e por isso deveria ser considerado como um deles), hesitava em se auto-definir como *historiographos* porque não conseguia relacionar sua narrativa, centrada na história de indivíduos, com o conceito de História afirmado desde Heródoto: “de acordo com o seu [de Plutarco] conceito

de História, apreendido dos gregos, Plutarco não escreveu a história, mas a biografia de suas personagens, uma vez que relatou fatos da vida cotidiana delas, sem tratar exclusivamente de assuntos relativos às guerras” (p. 66-67).

O segundo capítulo do livro trata das fontes utilizadas por Plutarco na elaboração de seus escritos. Maria Aparecida Silva demonstra, em primeiro lugar, como era vasto o repertório de fontes a que recorreu o autor pesquisado, que incluía fontes iconográficas, testemunhos orais e fontes escritas de variadas origens e variados períodos do passado. O objetivo da autora é demonstrar a preocupação de Plutarco – uma preocupação que seria característica do historiador – em pesquisar, comparar e criticar fontes e informações sobre o passado. E estas atividades de pesquisa, comparação e crítica em Plutarco, seriam, para autora, norteadas pelos critérios da verdade e do verossímil: “O aparato informativo presente nas biografias permitiu a Plutarco avaliá-las [não, presumivelmente, as biografias, mas as fontes – L.O.M.] comparativamente e, com isso, selecionar as julgadas verdadeiras. Também utiliza como critério de seleção dos fatos a credibilidade e a autoridade da fonte” (p. 77). Rechaçando a opinião de comentadores que afirmam que Plutarco – por estar diretamente interessado em expor, dramatizando, traços de caráter de indivíduos singulares – não vacilava em recortar e manipular suas fontes, Maria Aparecida Silva sustenta que o conhecimento de um amplo conjunto de fontes é indicativo de “busca da verdade”: “Analisando os dados deste levantamento [das fontes utilizadas por Plutarco – L.O.M.], enxergamos que Plutarco conhecia escritos de variadas procedências e épocas, de onde poderia retirar os dados, sem a necessidade de inventar ou manipular os testemunhos” (p. 84).

185

A autora não deixa claro por quais caminhos interpretativos ela conclui que o conhecimento aprofundado das fontes serve de antídoto aos impulsos de “manipulação” dos testemunhos, nem por que associa tal isenção de manipulação ao labor historiográfico. Como se sabe, a palavra grega para “verdade”, *alétheia*, é formada pela junção da partícula negativa *a-* com o termo *léthé*, esquecimento; portanto, o propósito das *histórias* de Heródoto, tal como ele o expõe (impedir que os eventos efetivados pelos homens se dissipem da memória; que grandes e maravilhosos feitos deixem de ser lembrados), o permite associar sua narrativa à afirmação da verdade. Tucídides, por outro lado, apreendeu sua composição como uma “aquisição para sempre”, *ktema es aei*, porque, ao narrar a guerra entre atenienses e peloponésios, localizou sua força motriz no âmbito do que é próprio ao homem, *to anthrópinon*, e, desta forma, concluiu que, sendo tal força inerente e inseparável da espécie humana, continuará ela a se manifestar enquanto os homens persistirem em existir. “Verdade”, então, para Tucídides, não se associa propriamente ao resgate do que pode ser esquecido mas, sim, ao desvelamento do que permanece oculto, das forças mais profundas que impulsionam as ações dos homens. Já Aristóteles negou ao historiador a capacidade de alcançar qualquer verdade que não se situasse no âmbito do particular, do parcial (“o que Alcibíades fez ou o que lhe aconteceu”), concedendo apenas à filosofia e à poesia a possibilidade de afirmar verdades universais. Mas,

e Plutarco? Se a busca da verdade é preocupação dominante em Plutarco, a que tradição intelectual se filia sua concepção de verdade? Buscar a verdade se resumiria a, diante de diferentes versões de um mesmo acontecimento, optar pela mais verossímil, levando-se em consideração a autoridade e credibilidade de cada fonte?

Para Maria Aparecida Silva, Plutarco é historiador, fundamentalmente, porque a) sua metodologia de pesquisa envolvia um trabalho de pesquisa, comparação e crítica de fontes típico dos historiadores; e, b) não restringiu a narrativa de suas *Bioi Paralleloi* ao relato de trajetórias de indivíduos específicos, mas nela incluiu uma reflexão em torno da trajetória histórica das comunidades políticas em que estes indivíduos estavam inseridos. O terceiro e último capítulo de *Plutarco historiador* se dedica a desenvolver este segundo argumento, demonstrando como, permeando a narrativa das trajetórias de Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis e Cleômenes, Plutarco tece um relato mais amplo: o da história da cidade de Esparta, desde o período arcaico até a época helenística.

No texto de Plutarco, a *Vida* de Licurgo é acompanhada da de Numa Pompílio; a de Lisandro precede a de Sula; à de Agesilau segue a de Pompeu; e as vidas de Ágis e Cleômenes são acompanhadas pelas dos irmãos Graco. E, característica das *Bioi Paralleloi*, após o relato de cada par de *vidas*, Plutarco apresenta sua *synkrisis*, sua comparação, em torno do caráter e da trajetória dos biografados. Segundo Maria Aparecida Silva, para que se perceba o arcabouço historiográfico presente nas biografias de Plutarco é necessário, em primeiro lugar, rejeitar esta estrutura paralelística com a qual o autor, apenas aparentemente (trata-se somente de artifício?), procurava guiar seu leitor: "A leitura das vidas dos espartanos ilustres retratados por Plutarco, *realizada na seguinte seqüência*: Licurgo, Lisandro, Agesilau, Ágis e Cleômenes, demonstra o entrelaçar de causas e de efeitos em sua interpretação dos eventos históricos de Esparta" (p. 113, grifos nossos).

Na exposição do que considera como "concepção histórica de Esparta" de Plutarco, Maria Aparecida Silva divide este terceiro capítulo em três seções, intituladas "O Nascimento", "A Vida" e "A Morte". Sugere-se, então, que a concepção de história em Plutarco é derivada de sua noção de biografia: escrever a história de uma cidade é escrever sua *vida*, desde seu nascimento até sua morte. Desta forma, a narrativa do "nascimento" de Esparta corresponderia à biografia de Licurgo: "No entender de Plutarco, a Esparta de Licurgo representa o nascimento de uma nova cidade que [...] atingirá seu apogeu com a guerra do Peloponeso e, paradoxalmente, com os efeitos dela, conhecerá o seu crepúsculo" (p. 124). Maria Aparecida Silva não chega a utilizar o termo "caráter" para designar os traços identificadores desta cidade que nasce, se desenvolve e extingue-se, o que poderia indicar uma maior extensão da analogia, em Plutarco, entre os indivíduos biografados e a cidade apreendida em sua trajetória histórica. Para a autora, o que confere identidade a esta cidade são suas leis, sua *politeia*: "Plutarco estimou em cinco séculos o tempo de vida da Esparta de Licurgo. Durante este período, a cidade permaneceu regida

pelas leis licúrgicas tornando-se a primeira polis da Grécia” (p. 125). A “vida” de Esparta estaria retratada nas biografias de Lisandro e Agesilau, momento de apogeu do poder espartano no mundo grego, e, ao mesmo tempo, momento em que se inicia o paulatino abandono da legislação e dos preceitos licúrgicos. Por fim, a “morte” de Esparta estaria representada nas vidas de Ágis e Cleômenes, reis que, no século III, esboçaram as últimas tentativas de restabelecimento das leis legadas por Licurgo e que, por se verem completamente frustrados em seu intento, assinalam o definitivo desaparecimento da *polis* lacedemônia.

Não deixa de ser surpreendente que, após tantas páginas dedicadas a demonstrar a pertinência em se apreciar Plutarco – que se auto-declarava escritor de *bioi* – como historiador, Maria Aparecida Silva conclua que a estrutura historiográfica que se pode divisar em seus escritos é tributária justamente da biografia, a ponto de denominar essa estrutura historiográfica, no caso da trajetória da mais célebre cidade da Lacedemônia, de “biografia de Esparta”. Por detrás das biografias havia uma história e, por detrás desta história, havia... uma biografia! Este aparente paradoxo não invalida, é claro, a abordagem proposta pela autora, mas é estranho que ele não seja objeto de sua apreciação.

Outra pendência deixada ao término da leitura do último capítulo de *Plutarco historiador* refere-se à sua relação com os postulados mais gerais defendidos no capítulo inicial. Ali, a autora afirmara que a existência de uma narrativa historiográfica subjacente aos relatos biográficos era uma característica de todo o conjunto das *bioi* plutarquianas:

187

com a *leitura de todas as biografias*, entende-se a metodologia utilizada por Plutarco em suas narrativas e nota-se que, embora a estrutura geral corresponda à do gênero biográfico, em seu conteúdo encontramos o trabalho de investigação e de reflexão que são peculiares ao historiador. Logo [...], Plutarco não escreveu apenas biografias, mas um tipo de História, uma história subjacente, que é a das cidades-estados de seus biografados (p. 57, grifos nossos).

A tese de que Plutarco escreveu um “tipo de História” pode ser válida, mas sua demonstração com o caso de Esparta é dificilmente aplicável a *todas* as outras biografias. Em que medida a vida de Epaminondas compõe uma história de Tebas? A história de Corinto, de seu “nascimento” até sua “morte”, é toda ela contada nos meandros da vida de Timoleão? Subjacente às vidas de Alexandre e de Pirro se delinea a história de qual comunidade? E às vidas de Árato e de Artaxerxes?

Pela relevância das questões que suscita, a leitura de *Plutarco historiador* é, sem dúvida, extremamente útil para o pesquisador interessado nas relações e interconexões entre os gêneros de discurso que adotam a investigação e o relato das ações humanas como seu fundamento e sua essência.

O historicismo alemão, revisto desde o Brasil

VARELLA, Flávia et al. (orgs.). *A dinâmica do historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Belo Horizonte: Argumentvm, 2008, 247 pp.

Arthur Assis

Professor Adjunto
Universidade de Brasília (UnB)
arthurassis@hotmail.com
Campus Darcy Ribeiro, ICC-Norte
Brasília - DF
70910-900
Brasil

Palavras-chave

Historicismo; História da historiografia; Teoria da história.

Keyword

Historicism; History of historiography; Theory of history.

A coletânea organizada por Flávia Florentino Varella, Helena Miranda Mollo, Sérgio Ricardo da Mata e Valdeci Lopes de Araujo é mais uma boa testemunha do recente incremento das reflexões sobre história e historiografia no Brasil. Remontando ao II Seminário Nacional de História da Historiografia, realizado em agosto de 2008, em Mariana-MG (UFOP), o livro contém 14 artigos escritos por pesquisadores lotados em diferentes universidades de quatro das cinco grandes regiões brasileiras. É demasiado vasto e complexo o leque dos temas abordados no livro, de modo que uma discussão detalhada de cada um dos artigos seria aqui inapropriada. Muito mais oportuno parece ser um breve exame geral dos componentes de tal leque temático – e é precisamente isso o que se tentará a seguir.

É preciso começar pelos temas centrais, nomeadamente o “historicismo”, as diversas acepções desse conceito e questão da atualidade da tradição intelectual a que faz referência. Apesar de quase todos os autores se terem pronunciado acerca de tais questões, foram os textos de Estevão C. de Rezende Martins e de Sérgio da Mata os que se dedicaram exclusivamente a elas. Martins argumenta que, no seu significado mais geral, “historicismo” se confunde com “pensamento histórico”; isto é, com uma forma de pensamento que – através da interpretação de experiências pretéritas – busca reconstruir a gênese de uma situação presente, de modo a abrir perspectivas de futuro (p. 17). Já da Mata equipara “historicismo” a uma “atitude espiritual diante da realidade”, atitude essa marcada pelo foco em propriedades tais como singularidade e historicidade (p. 50).

Não é difícil perceber que essas duas definições são ou coincidentes ou complementares. Ainda assim, não se podem ignorar as diferentes ênfases particulares propostas pelos dois autores. Tal diferença se torna clara especialmente quando se consideram as suas respectivas avaliações acerca da atualidade do historicismo. Da Mata afirma que o modo historicista de conceber o mundo humano representa um pressuposto fundamental de toda a tradição historiográfica moderna. Desse modo, qualquer crítica radical lançada contra o historicismo seria, no fundo, uma crítica à própria ideia de história (p. 53). Portanto, a questão acerca da atualidade do historicismo deve, segundo ele, ser colocada em conjunto com a questão sobre a relevância da própria história em geral. Uma boa dose de atualidade estaria assim assegurada de antemão à atitude historicista, uma vez que quase nenhum historiador estaria disposto a endossar a tese da irrelevância do conhecimento histórico. Martins, por sua vez, ressalta que o grande mérito do historicismo – o seu “legado útil” – se relacionaria com a emergência de formas de “controle metódico” do conhecimento histórico (p. 18). Diferentemente de Sérgio da Mata – para quem o historicismo é antes uma maneira de ver as coisas, não necessariamente vinculada a uma época ou lugar –, Martins aborda o historicismo enquanto a época da história da historiografia alemã que se estende por todo o “longo” século XIX. Martins antepõe à cientificização do conhecimento, decorrida ao longo de tal época, o que designa “aspecto desagradável” do historicismo, a saber,

o seu desdobramento na direção de um "relativismo sócio-cultural", crítico dos valores supra-temporais (p. 15). A mais significativa dissonância entre as argumentações de Martins e da Mata dá-se a perceber exatamente nesse ponto, pois o que o primeiro condena enquanto relativismo valorativo corresponde a boa parte do que o segundo aclama como sendo a atitude histórica por excelência.

Os textos de Cássio da Silva Fernandes, José Carlos Reis e Pedro S. Pereira Caldas projetam todas essas questões sobre o escopo, significado e atualidade do historicismo na obra de grandes teóricos associados a tal termo. Caldas procura definir a especificidade do historicismo ao contrapor a teoria da história de Johann Gustav Droysen ao que se pode chamar de "teoria marxista da história". Ele refere que a afirmação do historicismo no século 19 gerou três impactos fundamentais: a autonomização da ciência histórica, a ruptura com uma concepção metafísica de verdade e uma nova predileção pelos processos de individuação. Caldas compara as posições de Droysen e Karl Marx relativamente às três mencionadas características do historicismo, a fim de localizar similitudes e diferenças. De acordo com Pedro Caldas, surpreendentemente, a única divergência fundamental está relacionada com os padrões de individuação. O historicismo estaria vinculado a um modelo hermenêutico cuja marca distintiva seria a reverberação do conhecimento da alteridade pretérita sobre a própria subjetividade cognoscente. Caldas clarifica que, com efeito, tanto a tradição marxista quanto a hermenêutica historicista aspiram a um tipo de saber em que o sujeito cognoscente sabe mais sobre o seu objeto do que este sabe ou soube sobre si. Todavia, somente o historicismo estaria dotado de uma reflexividade radical, uma vez que também permitiria ao sujeito "saber mais sobre si do que soubera antes – ou, se for o caso, saber menos" (p. 121).

A intersecção natural entre historicismo e hermenêutica também é tematizada por José Carlos Reis, na sua análise comparativa das concepções de "compreensão" (*Verstehen*) desenvolvidas por Wilhelm Dilthey e Max Weber, respectivamente. A interpretação de Reis detalha em profundidade o cerne das hermenêuticas desenvolvidas pelos dois autores, assinalando as diferenças entre o subjetivismo psicologizante de Dilthey e o racionalismo neo-kantiano de Weber. Já Cássio Fernandes se detém na obra do autor que foi talvez o mais importante *outsider* do historicismo de língua alemã, o suíço Jacob Burckhardt. Fernandes não discute a conexão entre Burckhardt e o historicismo, mas examina cuidadosamente a influência da tradição humanista – e sobretudo do humanismo da Basiléia do século 16 – sobre a historiografia cultural produzida por Burckhardt.

Num terceiro grupo de textos, Antônio Edmilson Martins Rodrigues, Luiz Sérgio Duarte da Silva e René E. Gertz procuram traçar as conexões entre o historicismo e tradições intelectuais tanto precedentes quanto subseqüentes ao mesmo. Rodrigues explora as raízes do historicismo no romantismo alemão, conferindo destaque especial ao conceito de "espírito do povo" – conceito esse que se originou no contexto do romantismo e que figurou como um dos mais

importantes pressupostos da visão historicista de cultura. Ele postula, contudo, que sob a influência de Leopold von Ranke e do seu alegado cientificismo se teria processado um distanciamento entre atitude romântica e perspectiva histórica (p. 87). Luiz Sérgio Duarte da Silva, por sua vez, discute o desdobramento da tradição historicista nas discussões contemporâneas acerca de "história global" e "comunicação intercultural", enfatizando principalmente a obra recente de Jörn Rüsen. A partir de uma reflexão comparada sobre os modos de conceitualização do tempo nas grandes civilizações mundiais, Rüsen teria lançado as bases teóricas para uma ampliação substantiva da consciência histórica. De acordo com Silva, a meta de Rüsen seria nada menos do que o desenvolvimento de uma estratégia de superação do eurocentrismo pela via do reforço dos pressupostos intelectuais para a comunicação entre as culturas. Silva ainda conecta esse projeto teórico ao campo de pesquisa denominado "história transnacional" ou "história global".

René Gertz discute as relações entre a tradição historicista e a abordagem de pesquisa que, na Alemanha dos anos 1970, pretendeu superá-la, isto é, a ciência social histórica. Ele assinala que os acadêmicos que inauguraram essa última tendência recorreram ao historicismo como uma espécie de "bode expiatório" (p. 150), ao qual foi atribuída a função de realçar as novidades metodológicas então propostas: o foco nos fenômenos sociais (em vez dos políticos), em estruturas condicionantes do agir (em vez da autonomia e genialidade dos indivíduos); o primado dos procedimentos explanatórios (em vez dos compreensivos); a predileção por constructos teóricos (contraposta à "escassez teórica" que teria sido típica do historicismo). Gertz aponta, no entanto, que, nas últimas décadas, importantes adeptos da ciência social histórica foram levados a relativizar a postura crítica em relação ao historicismo. Essa nova tendência teria resultado da emergência de um "inimigo maior" na cena historiográfica alemã, isto é, a nova história cultural. Os historiadores culturais teriam rechaçado a tese de que a função da história é contribuir para o esclarecimento pessoal e coletivo, e redefinido tal função em termos da fixação de memórias e da consolidação de identidades. Com isso, estar-se-ia não somente a questionar um pressuposto comum ao historicismo e à ciência social histórica, mas também a favorecer indiretamente a aproximação entre ambas as tradições (p. 165).

A essas discussões em torno do historicismo alemão/europeu o livro acrescenta ainda reflexões acerca do efeito do historicismo no contexto historiográfico brasileiro. Os textos de Helena Mollo e Márcia Regina Capelari Naxara procuram situar o campo historiográfico entre as diferentes tendências científicas no Brasil do século XIX. Ambos ilustram como o propósito de contribuir para a consolidação da nação esteve longe de ser exclusivo dos historiadores oitocentistas, tendo sido compartilhado com cientistas e técnicos associados às mais diferentes áreas: geógrafos, geólogos, mineralogistas, naturalistas, engenheiros, agrônomos, entre outros. Avançando nessa mesma senda, Maria Margaret Lopes explora a história dos museus de história natural ao longo do

século XIX brasileiro. Ela demonstra como tais museus constituíram os principais espaços de rememoração pública do passado e de projeção da identidade nacional.

Durval Muniz de Albuquerque Júnior analisa a recorrência da metáfora da "formação" na historiografia produzida no Brasil dos anos 1930-40. Ele concentra-se especialmente em *Formação do Brasil contemporâneo*, de Caio Prado Júnior, referindo-se entretanto a inúmeras outras obras e autores do período. Albuquerque refuta a tese de que a ancoragem da obra de Caio Prado no materialismo histórico lhe teria conferido uma perspectiva verdadeiramente científica de abordagem da história brasileira; uma perspectiva com a qual se pretendia superar modelos interpretativos tidos por menos científicos, como o historicista. Amparando-se numa gama de intérpretes que abrange Walter Benjamin, Benedetto Croce e Karl Popper, Albuquerque argumenta que o marxismo – tanto o de Caio Prado, quanto em geral – pode ser perfeitamente visto como um desdobramento da tradição historicista (p. 218). O que ele tenciona mostrar com a sua análise crítica da obra de Caio Prado é a íntima conexão entre a tradição de interpretação da história brasileira que se estrutura em torno da metáfora (biológica) da "formação" e a perspectiva genética que conforma o cerne do historicismo europeu/alemão. Tanto a obra de Caio Prado quanto o restante "historiografia de formação" seriam historicistas, uma vez que todas teriam por pressuposto a ideia de que a realidade (brasileira) somente é compreensível mediante o conhecimento do processo através do qual a mesma se constituiu, em outras palavras, mediante a investigação das suas "raízes", ou do seu "sentido" (p. 219).

O texto de Norma Côrtes encerra a coletânea, prolongando o mapeamento da cultura histórica brasileira do século 20 – iniciado por Albuquerque – para as décadas de 40 a 70. Ela analisa tanto o historicismo da geração de intelectuais nacionalistas do imediato pós-1945 quanto o anti-historicismo da geração que lhes sucedeu nos anos 1960-70. A primeira geração – à qual se incluem nomes como os de João Cruz Costa, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Álvaro Vieira Pinto, Nelson Werneck Sodré, entre outros – ter-se-ia marcado pela ênfase na singularidade sócio-cultural brasileira, pelas expectativas desenvolvimentistas de futuro, pela crença de que "realidade histórica está preenchida por ação, vontade e consciência" (p. 238), bem como pelo elitismo das instituições que lhe serviram de *loci* (ABL, IHGB, ISEB, Itamaraty, etc.). A segunda geração, emergente no contexto da expansão do sistema universitário e dos programas de pós-graduação, teria por principais expoentes Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes, Fernando Novais, entre outros. Côrtes sustenta que esses últimos autores se afirmaram academicamente em meio a uma "querela contra o historicismo" da geração precedente. Ao aderirem (difusamente) a teorias estruturalistas, os intelectuais da geração de 60-70 passaram a criticar a concentração anterior nas idiosincrasias nacionais, e a enfatizar que a experiência econômico-social brasileira é antes condicionada pelas dinâmicas do sistema capitalista mundial. Por detrás dessas diferenças metodológicas e

institucionais, Côrtes enxerga um conflito muito mais amplo, e nunca resolvido, entre as visões de mundo que foram características das duas gerações de intelectuais. Ela fornece, ademais, uma boa pista para uma caracterização da cultura histórica brasileira atual, ao mencionar que, desde os anos 1980 até os dias de hoje, estaria em curso uma espécie de retorno ao horizonte historicista. Assim como no velho historicismo brasileiro dos anos 30-50, a historiografia (neo-)historicista contemporânea teria na singularização dos objetos de interpretação a sua estratégia epistemológica fundamental. O que, contudo, distingue o paradigma historiográfico atual é, segundo ela, a nova ênfase na construtividade do conhecimento e nas descontinuidades dos processos históricos.

Como se vê, *A dinâmica do historicismo* é uma obra marcada por uma enorme profusão de temas altamente complexos. A coletânea pode ser lida como um excelente resumo do estado da arte das pesquisas sobre o historicismo (sobretudo, o alemão), como um reservatório de bons fios-condutores para uma história do historicismo brasileiro, como um conjunto de reflexões ponderadas acerca da crítica do historicismo por tradições acadêmicas subseqüentes. Contudo, se tal multiperspectividade e profusão temática indubitavelmente agregam valor ao livro, tornam, ao mesmo tempo, o seu perfil geral indefinido, prejudicando-lhe a coerência interna. Aqui se situa, portanto, o ponto fraco da coletânea. Isso não obscurece, porém, os seus vários pontos fortes, muitos dos quais já foram sumariados acima. Ao final, vale apenas ressaltar a seriedade e qualidade das contribuições individuais, e elogiar o esforço dos editores em organizar o que é certamente uma das melhores fontes de informação em língua portuguesa sobre o historicismo, o seu significado e o seu impacto.

Luciano de Samósata e a escrita da história

LUCIANO. *Como se deve escrever a história*. Tradução, introdução, apêndices e o ensaio “Luciano e a história”: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009, 278 pp.

Henrique Estrada Rodrigues

Professor substituto de Brasil Contemporâneo
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
henriqueestrada@hotmail.com
Rua Apucarana, 85/103 - Ouro Preto
Belo Horizonte - MG
31310-520
Brasil

Palavras-chave

Luciano de Samósata; Escrita da história; Teoria da história.

Keyword

Lucian of Samosata; History writing; Theory of history.

194

Enviado em: 30/07/2009

Aprovado em: 06/08/2009

Como se deve escrever a história é o nome de um pequeno texto de Luciano de Samósata. Natural da Síria, ele vivera no segundo século de nossa era, num mundo submetido à influência do Império Romano e à do patrimônio cultural grego. Cultor de gêneros como o diálogo cômico-filosófico, o panfleto e o romance, Luciano nunca adentrou pelo terreno da historiografia, embora tenha produzido, com esse *como se escreve*, um significativo “tratado” sobre a história. As aspas para o “tratado” são de Jacyntho Lins Brandão, autor da mais recente tradução do texto luciânico para a língua portuguesa, publicada em edição bilíngue, anotada e comentada. De fato, o intérprete de Luciano, em ensaio apostado à obra traduzida, prefere nomear o texto como uma espécie de panfleto político anti-romano, cujos aspectos teóricos estariam “a serviço da polêmica e das necessidades que o presente impõe” (BRANDÃO 2009, p.165).¹

O presente, no caso, diz respeito à época do reinado de Marco Aurélio (161 a 180 d.C.), com destaque para o período em que o Império Romano entra em guerra contra os partos, no Oriente, entre 162 e 166 d.C. Já a polêmica era dirigida contra historiadores que, perante os eventos em curso, escreviam histórias de Roma com esperança ou temor: a esperança de obter ou o medo de perder recompensas do público filo-romano – salário, proteção, vitória em concursos. Então, para Luciano, como se deveria escrever a história? Segundo a leitura de Lins Brandão, como se o historiador fosse estrangeiro nos livros. Ou seja: escrevendo de um ponto de vista outro que o daqueles autores excessivamente harmônicos com os interesses do momento, pródigos em ditarem fartas lições de servilismo ou adulação.

Em muitas de suas obras polêmicas e, freqüentemente, satíricas, Luciano evita apresentar embates de ordem geral, “sem que as idéias se encarnem em personagens” (BRANDÃO 2009, p.231). O mesmo teria ocorrido em *Como se deve escrever a história*, cuja crítica ao servilismo se faz a partir da identificação dos vícios de um amplo leque de historiadores, notadamente daqueles empenhados em narrar as recentes guerras párticas. Toda essa crítica é reconstituída e analisada com detalhe pelo ensaio de Lins Brandão, enfrentando a dificuldade de lidar com nomes ou obras que têm, nos testemunhos do polemista de Samósata, sua única fonte conhecida. Contudo, apesar de encarnasse suas críticas em historiadores específicos, Luciano também não deixara de condensar seus pensamentos no plano das formulações universais.

Por esse motivo, Lins Brandão interpela essas formulações a partir de uma questão bem específica, que parece orientar todos os passos de sua análise: se a história procura dizer a verdade – por intermédio da qual ela se separa da poesia –, sob quais condições o historiador poderia ser verdadeiro? Essa foi uma questão chave para Luciano. E é a partir dela que o tradutor brasileiro, desdobrando estudo anterior, intitulado *A poética do hipocentauro* (BRANDÃO 2001), orienta os dois eixos centrais de seu comentário: de um lado,

¹ Nesta resenha, todas as citações de Jacyntho Lins Brandão são provenientes do ensaio “Luciano e a história”, que acompanha a obra traduzida.

trata-se de analisar os pressupostos teóricos da diferença entre poesia e história, a partir dos quais a historiografia fora pensada, na Antiguidade, em meio a um debate sobre os diferentes gêneros de discurso; de outro lado, Lins Brandão investiga detidamente qual seria o estatuto da verdade da escrita historiográfica, contraposta, em *Como se deve escrever a história*, não apenas à mentira, mas, especialmente, à adulação interesseira.

É certo que Luciano era tudo, menos historiador, reafirma o ensaísta brasileiro na esteira de Hartog (HARTOG 2001, p.223). Mas teria vindo do polemista grego (ou melhor, que escrevera em grego) uma "teorização explícita" sobre a história, do mesmo modo que a teoria poética, na Antiguidade, ganhou direito de existência pela obra não de poetas, mas de filósofos (Platão e Aristóteles) e, depois, retores (BRANDÃO 2009, p. 254). Aproximando-se da teoria, esse contemporâneo de Marco Aurélio amplia o diálogo da história

com uma ampla tradição, não só historiográfica, como também retórica, poética e filosófica, não deixando de atribuir ao historiador as mais altas qualidades que espera encontrar em qualquer que se dedique à atividade intelectual, independentemente da disciplina de que se ocupe. (BRANDÃO 2009, p.262-263).

Entretanto, uma vez que a história compõe um patrimônio que se transmite de geração a geração, Luciano de Samósata também dirigira sua verve crítica e teórica para um outro diálogo: o da historiografia com a esfera dos assuntos públicos. Estrangeiro nos livros – e não aos assuntos da cidade –, uma das mais altas qualidades de um historiador é a de ser dotado de "inteligência política" (LUCIANO 2009, p. 65). Em outros termos, na síntese proposta por Lins Brandão, de nada adiantaria ser amigo da verdade sem ter a coragem de exercitar, ao menos, três virtudes: a "parrésia", ou seja, a obrigação de falar com franqueza; a "justeza" no julgamento, com a qual o intelectual se diferencia dos que avaliam em vista da recompensa; e a "isenção" na análise, ou melhor, o dever de escrever com autonomia, sem se preocupar com o que achará este ou aquele.

Ressalte-se, nas trilhas de seu tradutor brasileiro, que Luciano intercala, à figura do historiador justo e imparcial, qualidades como "autonomia", "equidade" e "liberdade", reforçando, por este caminho, a presença do político no interior do debate historiográfico. Essa presença não se revelaria, apenas, na delimitação de um objeto específico de análise ou na defesa de determinadas teses. Antes disso, o político se apresentaria, no ensaio luciânico, como uma certa "política da história". Em outros termos, Luciano delinea, como próprio de seu panfleto, uma contínua interrogação sobre o contexto em que se inserem os intelectuais quando escrevem seus textos, sobre as práticas de legitimação das obras historiográficas. Particularmente, *Como se deve escrever a história* questiona autores que, incorporando a heteronomia na própria ordem do conhecimento, escreviam suas histórias como caução de interesses que não ousavam se dizer enquanto tais. Reconhecendo o interesse e a adulação como as pátrias da servidão,

mereceria o nome de historiador, para Luciano, quem fosse verdadeiramente apátrida.

Foi, assim, um estrangeiro à própria disciplina que renovou os combates pela história a partir de uma perspectiva explicitamente reflexiva e sistemática, da qual a historiografia era até então carente. Segundo Lins Brandão, essa carência talvez se justifique pelo fato de a prosa historiográfica ter ultrapassado, na Antiguidade, a forma narrativa da poesia, sem, contudo, “assumir a dicção argumentativa da retórica ou da filosofia” (BRANDÃO 2009, p. 254). É certo que os historiadores antigos sentiram necessidade de justificar suas opções, seus objetivos e suas referências canônicas. A esse respeito, Lins Brandão relembra, por exemplo, certas reflexões de Políbio e de Flávio Josefo, interpostas no decorrer de suas próprias narrativas historiográficas. Porém, a partir do livro que aqui se resenha, não deixa de ser interessante pensar que a teoria da história ganha foro específico com um desafio vindo de fora – ou como o próprio foro desse desafio, sem o qual a relevância teórica poderia esmorecer perante hábitos ensimesmados.

Referências bibliográficas:

197

BRANDÃO, Jacyntho Lins. **A poética do hipocentauro:** literatura, sociedade e discurso ficcional em Luciano de Samósata. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

HARTOG, François (org.). **A história de Homero a Santo Agostinho.** Prefácios de historiadores e textos sobre a história reunidos e comentados por Hartog, traduzidos para o português por Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

LUCIANO. **Como se deve escrever a história.** Tradução, introdução, apêndices e o ensaio “Luciano e a história”: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Tessitura, 2009.

La construcción del pasado desde los espacios provinciales en Argentina: notas críticas a propósito de un libro reciente de historiografía

MAEDER, Ernesto J., LEONI, María Silvia, QUIÑONEZ, María Gabriela y SOLÍS CARNICER, María del Mar. *Visiones del Pasado: estudios de historiografía de Corrientes*. Corrientes (Argentina): Moglia Ediciones, 2004, 238 pp.

Horacio Miguel Hernán Zapata

Auxiliar Docente 2ª Categoría "Ad honorem"
Universidad Nacional de Rosario (UNR)
horazapatajotinsky@hotmail.com
Calle Ituzaingó 441, 2º piso, departamento "A"
Rosario - Provincia de Santa Fe
2000
Argentina

Palavras-chave

Teoria da história; Historiografia; História da historiografia.

198

Keyword

Theory of history; Historiography; History of historiography.

Enviado em: 30/07/2009

Aprovado em: 06/08/2009

Esta obra compila una serie de trabajos que –producidos en distintos momentos a lo largo de la última década y, en la mayoría de los casos, publicados en revistas especializadas o en actas de congresos o reuniones– se nuclean en torno a la problemática del desarrollo de la historiografía de la provincia de Corrientes (Argentina). Algunos son resúmenes de tesis o los productos de proyectos de investigación desarrollados por un grupo de trabajo orientado a la indagación de temas de historia de la historiografía argentina, en el marco del Instituto de Historia de la Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional del Nordeste (UNNE) y el Instituto de Investigaciones Geohistóricas (IIGHI) dependiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Tecnológicas (CONICET).

Además de reunir un conjunto de trabajos antes dispersos y ponerlos al alcance tanto de los estudiosos como de aquellos interesados por el pasado correntino, otro de los logros del libro es apartarse de la tendencia positivista de la historia de la historiografía. En efecto, una versión temerosa de interpretar audazmente su propio objeto de estudio, que se dedicaba a inventariarlo y describirlo, dejando de lado la dimensión autorreflexiva de la propia disciplina, ha estado presente por mucho tiempo en el campo. Y con ello, se obtenía un recuento obsoleto de autores, obras y tendencias que, además de no agregar nada a nuestro acervo de conocimientos, banalizaba la caracterización de los distintos autores y obras más significativas al reducirlos a etiquetas desgastadas y poco explicativas, acudiendo a clasificaciones simplistas y esquemáticas de los complejos periplos historiográficos recorridos en diferentes climas culturales, debates políticos y escenarios sociales.

199

Muy lejos de esta versión positivista, el volumen intenta en cambio partir de una concepción mucho más compleja y elaborada de lo que debe ser esa historia de la historiografía, agregando no sólo su necesaria dimensión crítica sino todas las herramientas intelectuales que el mismo siglo XX ha desarrollado y los renovados instrumentos que el novel siglo XXI trae consigo, tanto dentro de la Historia como en las Ciencias Sociales en general. Los autores del libro entienden que la historia de la historiografía se asienta en cuatro supuestos. En primer lugar, es un saber objetivamente situado, pues se inscribe en la dinámica de la sociedad; en segundo lugar, debe estudiarse a partir de las prácticas que posibilitan su realización, o sea, a partir de lo que hace el historiador cuando hace libros de historia; en tercer lugar, cumple una función social en cada época y en cada sociedad; y, en cuarto lugar, es un proceso comunicativo contextualizado, ya que para analizar el discurso historiográfico es necesario conocer el mundo de la producción, circulación y consumo que el mismo discurso implica. Partiendo de esta premisa, la historia de la historiografía que aquí se dibuja busca desplegarse sobre múltiples frentes:

las condiciones de producción y constitución del discurso acerca del pasado; la relación entre los productos de la historia profesional y el mercado de bienes culturales, la organización de 'lugares de la memoria colectiva', los aspectos institucionales que impactan en la producción historiográfica y las conexiones que esas particulares instituciones sostienen con los demás

sectores del mundo cultural y científico. (CATTARUZZA 2003, p. 194)

Así, ésta es una historia de la historiografía correntina diferente, que lejos de limitarse a la simple enunciación y mal resumen de autores y obras, propone una novedosa exploración de la *cultura histórica de la provincia*, desde el registro de análisis de la historia social de las ideas. El volumen se pregunta cómo el conocimiento de la historia y la actitud del hombre hacia el pasado han marcado el devenir histórico en las distintas épocas. En esta línea, no sólo se presta atención a la historia de los estudios históricos *tout court* o a un simple examen de obras históricas referidas a la provincia. Se interroga también por las tendencias predominantes, los problemas fundamentales y los autores centrales a la vez que acomete la tarea de establecer clasificaciones que expliquen de manera convincente las filiaciones intelectuales de los diversos agentes dentro de una determinada corriente, junto a las raíces internas y externas de sus diferentes obras, además de los procesos de intercambio, aclimatación o transferencia cultural de perspectivas y horizontes que impactan a esas mismas filiaciones. Además, se analizan las polémicas que se entablaron, tópico que permite desentrañar las perspectivas enfrentadas, las estrategias adoptadas, el grado de profesionalización alcanzado y la visión de la tarea historiográfica que proyectan los historiadores intervinientes. De igual manera, se atiende a los "lugares de memoria", objetos que cumplen una función simbólica y que pueden ser tanto materiales como inmateriales (monumentos, espacios públicos, lugares históricos y ceremonias conmemorativas), pero que siempre proporcionan indicadores del pasado como terreno de disputa e instrumento de legitimación en el presente. Finalmente, se interroga sobre las cambiantes vinculaciones que se tejen con el pasado y sobre las condiciones, los medios y los límites de los conocimientos del historiador, para percibir con mayor claridad cómo se configura la historia en la actualidad.

Si bien los artículos se centran en la primera mitad del siglo XX, época de emergencia de la historiografía correntina, el lapso temporal que abarcan los artículos se extiende desde fines del siglo XIX, cuando comienza a desarrollarse la actividad historiográfica en la provincia, impulsada fundamentalmente por Manuel Florencio Mantilla, hasta la segunda mitad del siglo XX, a través del estudio dedicado a Federico Palma. Estas reconstrucciones del pasado en este marco temporal revelan elementos comunes que la obra se preocupa por indagar. En primer lugar, las imágenes que se diseñan, en la gran mayoría de los casos, se fundamentan rigurosamente en el estudio de los documentos, efecto del impacto de los procesos de profesionalización de la historia. En segundo lugar, en todos los casos está presente la reivindicación del aporte de los estados provinciales a la construcción de la Nación, así como la voluntad explícita de "polémica" con aquellas interpretaciones generales del pasado argentino de tono más decididamente "porteñocéntrico" o elaborados desde la Capital Federal. Queda como saldo pendiente un estudio de esta cincuentena que comprenda también el papel jugado por la Universidad Nacional del Nordeste a partir de la creación del Profesorado de Historia.

El libro está organizado en un artículo introductorio que versa sobre las características generales de esta historiografía y dos secciones. La primera sección contiene los trabajos referidos a tres historiadores centrales de la provincia de Corrientes: Manuel Florencio Mantilla (1853-1909), Hernán Félix Gómez (1888-1945) y Federico Palma (1912-1985). El primer trabajo, "La historiografía correntina en la primera mitad del siglo XX", de María Silvia Leoni, se plantea las permanencias de una historiografía provincial que se desarrolla en contextos cambiantes; indaga en los marcos institucionales, las características peculiares del proceso de profesionalización, las relaciones establecidas con otros espacios y las vinculaciones entre historia y política. María Gabriela Quiñonez, en "Manuel Florencio Mantilla y la historiografía decimonónica argentina", examina el primer esfuerzo intelectual realizado en Corrientes para aportar una reconstrucción integral de su pasado, inserto en el marco de las "historias provinciales" surgidas a fines del siglo XIX y representativo de la historiografía decimonónica argentina. "Hernán Félix Gómez, un historiador para Corrientes", de María Silvia Leoni, explora sus propuestas para vincular historia provincial e historia nacional y para insertar a Corrientes en esta última. "Entre la tradición y la renovación historiográfica. Federico Palma y su contribución a la historiografía correntina contemporánea", de María del Mar Solís Carnicer, busca determinar las continuidades y rupturas con la historiografía tradicional de Corrientes que su producción revela, convirtiéndola en un punto de inflexión entre la historiografía de la primera y de la segunda mitad del siglo. Así analiza los aspectos teóricos, metodológicos y temáticos de su labor historiográfica y establece su inserción local, regional y nacional.

En la segunda sección del libro se abordan algunos nudos problemáticos de la historiografía correntina relativos a la época colonial, la memoria sanmartiniana y la época de Rosas. El capítulo de Ernesto Maeder, "La historiografía correntina. Algunas observaciones sobre su visión de la época colonial en esa provincia", se centra en la interpretación prevaleciente sobre la jurisdicción atribuida a la ciudad de Corrientes y la pretendida intromisión de las misiones jesuíticas en su territorio. En "La tradición sanmartiniana en Corrientes", María Silvia Leoni y María Gabriela Quiñonez, tras analizar el contexto político y económico en el cual se inscriben las reivindicaciones historiográficas de la provincia, abordan los mecanismos empleados para imponer, ante la opinión pública nacional, a un San Martín correntino. "El centenario de Pago Largo en la controversia historiográfica de los años treinta", de María Gabriela Quiñonez, examina las representaciones elaboradas por la elite intelectual correntina sobre la época de Rosas, la "Cruzada Libertadora" y el papel que cumplió la conmemoración del Centenario de Pago Largo frente a las visiones impuestas por la tradición historiográfica liberal y el revisionismo.

En síntesis, la pregunta por las *visiones del pasado* que se fueron construyendo en la provincia de Corrientes permite a los autores evaluar críticamente hasta dónde se ha llegado, cuáles son los logros y las carencias en el sendero ya transitado en la historiografía correntina, así como los caminos que

aún faltan por recorrer en esta tarea de hacer historia.

Referencias Bibliográficas:

CATTARUZZA, Alejandro. "Por una historia de la historia". In CATTARUZZA, Alejandro y EUJANIAN, Alejandro. **Políticas de la historia, Argentina 1860-1960**. Buenos Aires: Alianza, 2003.

Textos e
documentos
historiográficos

historiographical texts
and documents

Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721)

Power and *episteme* in the historical erudition of 18th century Portugal: an approach of the Academia Real da História Portuguesa's historiographic program (1720-1721)

Taise Tatiana Quadros da Silva

Doutoranda em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

taiseq@yahoo.com.br

SHCGN, quadra 706/707, quadra D, entrada 25, Morato VI, apto. 403

Brasília - DF

70740-770

Brasil

Palavras-chave

Erudição; Hagiografia; Restauração portuguesa.

Keyword

Erudition; Hagiography; Portuguese Restoration.

204

Enviado em: 31/08/2009

Aprovado em: 11/10/2009

Isabel da Mota, no livro *A Academia Real da História, os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*, afirma que “nas origens da Academia Real da História cruzam-se as linhas da erudição europeia dos séculos XVII e início do XVIII” (MOTA 2003, p. 29). O estudo sobre a dinâmica daqueles cruzamentos sugere a investigação das modalidades textuais manuscritas ou impressas que serviram às ideias publicizadas e leva a indagar, especialmente, de que maneira tais ideias foram apreendidas e empregadas. No mesmo sentido, faz-se necessária a investigação dos espaços de sociabilidade que propiciaram a circulação dos letrados, permitindo-lhes compartilhar ideias e valores os mais diversos, nos mais longínquos destinos. O proponente do plano de fundação da Academia Real da História Portuguesa, aceito por D. João V, D. Manoel Caetano de Sousa (1658-1734), foi um desses “peregrinos instruídos”, reputado por conhecer a erudição italiana e francesa.¹

Ao conferir a real chancela ao plano da história eclesiástica, D. João V também incumbiu D. Manoel Caetano de Sousa da composição de texto que versasse sobre as regras da pesquisa e do estilo da narrativa histórica, a fim de facilitar a realização da escrita da história. Esse texto, primeiramente intitulado *Origem da Academia Real da História Portuguesa Fundada por el Rei D. João V N. S. em Lisboa no Palácio da real Casa de Bragança*², originou, conforme Isabel da Mota, o discurso *Proposição da Academia da História Eclesiástica de Portugal*. Esse discurso, que se encontra abaixo transcrito, foi publicado no primeiro volume da *Coleção de Documentos, Estatutos e Memórias*, série publicada em vários tomos entre 1721 e 1736. O conteúdo da publicação, empreendida pela Academia Real da História Portuguesa reúne, junto à produção historiográfica daquela sociedade letrada, um repertório de discursos acadêmicos proferidos por seus sócios e uma parte de sua documentação institucional.³

Entre as características que singularizaram o projeto da Academia Real da História Portuguesa, está a de ter usufruído, frente a outras academias do mesmo período, o privilégio do mecenato régio. A atribuição do título de Real Academia diferenciou-a das demais associações literárias, ao conferir estatuto distinto aos seus sócios no cenário da corte. Sob a condição de acadêmicos, os letrados adquiriram reconhecimento como fiéis súditos prestadores de real serviço, noção valorizada na corte portuguesa do setecentos (MONTEIRO 1998, p. 383-402).⁴ Concomitantemente, o reconhecimento do papel dos letrados para a elevação das letras pátrias conferiu-lhes lugar no rol dos varões ilustres

¹ D. Manuel Caetano de Sousa, clérigo regular teatino, procomissário geral da bula da Cruzada, Acadêmico da Academia Real da história e Sócio da Portuguesa, etc. N. em Lisboa a 25 de Dezembro de 1658, e m. a 18 de Novembro de 1734. - A sua vida acha-se extensamente relatada por D. Thomás Caetano de Bem nas Mem. Hist. dos Clérigos regulares, tomo I, de pág. 321 a 464, da qual é principal e interessante episódio a viagem e peregrinação do mesmo padre pela Itália, e a sua estada em Roma. SILVA, Inocêncio Francisco da. E ARANHA, Brito. Dicionário Bibliográfico Português. Volumes 1 a 23. OPHIX, Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses.

² Esse documento encontra-se, segundo Isabel da Mota, na Biblioteca Nacional de Portugal.

³ Os textos abaixo transcritos foram reproduzidos da coleção original existente no Real Gabinete Português de Leitura, sendo eleitos para a presente publicação aqueles que se caracterizaram por discutir as normas de investigação e as formas de escrita da história na academia.

⁴ Conforme Nuno Gonçalo Monteiro a noção de *serviço* caracterizou o *éthos* cortesão na nobreza bragantina.

por armas, por letras ou por virtudes, nobilitando-os, ainda que não procedessem de família fidalga.

O sistema coletivo de escrita da história, escolhido desde a fundação da Academia, conforme se lê nas *Reflexões sobre o Estudo Acadêmico* e no *Sistema da História Eclesiástica e Secular de Portugal*, aproximava-se daquele empregado pela erudição eclesiástica seiscentista francesa, afastando-se do modelo do cronicado-mor, que teve expressão em Portugal a partir do século XV, e ainda presente no Portugal do setecentos. Embora a alusão aos eruditos eclesiásticos de Saint Maur e à obra do beneditino Jean Mabillon (1632-1707) fosse frequente no trabalho dos acadêmicos portugueses, a configuração institucional dos beneditinos maurinos e dos letrados da Academia Real da História Portuguesa é bastante diversa. Outro aspecto relevante na comparação entre a erudição eclesiástica seiscentista francesa e a da academia portuguesa da primeira metade do setecentos relaciona-se à especificidade de seus planos historiográficos. Segundo Blandine Kriegel, o principal objetivo dos estudos maurinos foi o de elaborar uma História Geral da Congregação, enquanto a Academia Real da História Portuguesa ambicionava escrever uma narrativa que abrangesse a totalidade da história eclesiástica e secular de Portugal (KRIEGEL 1996, p. 47). Assim, mesmo que fossem abundantes as referências à erudição eclesiástica do século XVII, a academia não se caracterizou por expressar somente as repercussões do projeto erudito francês ou mesmo italiano. Em breves linhas, apresentaremos algumas relações entre o projeto historiográfico formulado pela Academia Real da História Portuguesa, com a simbologia do cerimonial régio e com algumas vertentes da erudição histórica portuguesa.

O mecenato régio, que garantia legitimidade às investigações acadêmicas, também delimitou o caráter da produção da sua historiografia. A produção discursiva da academia, no gênero história, deveria auxiliar a manutenção do poder monárquico ao obedecer às regras formuladas para a abordagem dos temas que colaboravam para a formação da imagem real. Isso repercutiu no estilo erudito da historiografia acadêmica que promoveu textualmente o aparato simbólico já utilizado no cerimonial régio. O alinhamento entre as práticas de exaltação da figura real e o estabelecimento da Academia Real da História Portuguesa evidencia-se desde sua fundação, com a escolha da data aniversária da instituição. A definição do 8 de dezembro, dia da comemoração da padroeira do reino, ilustra como o cerimonial régio construía e solidificava laços de fidelidade entre o monarca e os seus súditos, ainda que esses representassem o escol daquela sociedade.

No reinado de D. João V, a construção da imagem sacralizada do soberano envolveu uma série de iniciativas. A memória exaltada da aclamação de D. João IV garantiu a atualização da imagem heroica do monarca português da primeira metade do setecentos, que retomou a simbologia religiosa da Restauração. A edificação do palácio-mosteiro em Mafra, a partir de 1717, e a exaltação religiosa, que legou a D. João V o epíteto de "rei freirático", foram, igualmente, aspectos utilizados na construção de uma imagem sacralizada do

soberano. O emprego da simbologia religiosa por esse soberano convergiu, do mesmo modo, com a matriz cristológica da literatura áulica de educação dos príncipes, corrente na elaboração do discurso normativo régio português (BUESCU 1996). Além disso, ao fortalecer a imagem real pela consagração da própria religiosidade, D. João V conquistava uma posição singular dentro do clero, o que, conforme Ana Cristina de Araújo, promoveu a centralização do poder nas mãos do rei, ao antecipar o regalismo e o absolutismo pombalinos (ARAÚJO 2001, p. 175-208). O patrocínio da Academia Real da História Portuguesa, combinado com as demais táticas de afirmação da figura real, expressou uma estratégia de construção imagética do monarca. Em conjunto com as práticas de exaltação da figura real, a reflexão historiográfica na academia esteve completamente vinculada à simbologia de legitimação da soberania formando, com os demais gêneros retóricos de representação do rei, a unidade do discurso de consagração régia. Tendo em vista essas ilações sobre o sentido do patrocínio real e suas implicações para o gênero história, desenvolvido na Academia, analisaremos algumas relações entre a reflexão historiológica e historiográfica daquela instituição com três grupos de discursos que caracterizaram a reflexão histórica portuguesa entre 1640 e o período tratado: a parenética da restauração, o gênero hagiográfico e o genealógico.

207

Os textos programáticos, publicados em 1721, na *Coleção de Documentos, Estatutos e Memórias*, trazem as resoluções e os atos iniciais da academia. Neles, é possível identificar dois objetivos centrais: primeiramente, o da redação da história eclesiástica de Portugal e, em segundo lugar, o da história secular do reino. Os acontecimentos exemplares que ilustraram a glória de Portugal e as vidas dos clérigos insignes são considerados os únicos fatos substancialmente históricos. Além desses, foi proposto que os acadêmicos eleitos escrevessem a apresentação descritiva dos bispados e das cidades, de seus lugares pios, e também das suas relíquias. Para a escrita da história secular, por sua vez, recomendava-se iniciar pela apresentação da Lusitânia anterior aos romanos, seguida pela história das ocupações do território luso, desde os denominados bárbaros até os mouros. Dever-se-ia, ainda, avançar até o período dos reis portugueses, contando os fatos da sua vida e os da de seus herdeiros. Para a realização de tal *Sistema*, aconselhava-se o uso de “segura crítica erudita”, que não permitisse a defesa de sucessos inverossímeis, mas que não recaísse na incredulidade frente às “tradições fundadas” e aos “milagres aprovados”.⁵

A delimitação dos elementos comuns presentes nos discursos oficiais permite-nos a análise sobre as relações entre a reflexão historiográfica e as outras modalidades discursivas. Em primeiro plano, destaca-se, na reflexão historiológica da Academia Real da História Portuguesa, a construção profética e religiosa do sentido da história, largamente difundida no contexto anterior ao da Restauração de 1640 e que, conforme João Francisco Marques, foi um dos elementos-chave na elaboração da legitimidade dinástica bragantina (MARQUES

⁵ Conforme se pode ler nos textos programáticos da Academia Real da História Portuguesa.

1979, p. 391-416). Conforme Marques, o movimento autonomista em Portugal, no século XVII, não pode ser compreendido sem que nos detenhamos na utilização de uma série de práticas simbólicas e discursivas que serviram para fundamentar a legitimidade do rei português.

A aclamação de D. João IV, em 1640, foi definida pelo uso religioso da experiência histórica, a partir da justificação mística do poder monárquico português. Em conformidade com a ideologia presente na *Parenética da Restauração*, a historiografia, entre a segunda parte da *Monarquia Lusitana* (1609), de Frei Bernardo de Brito (1569-1617), e a *História de Portugal Restaurado* (I parte, 1679, II parte, 1698), de D. Luís de Meneses (1632-1690), 3º Conde da Ericeira, reiterou o elo entre a visão cristianizada da ordem social e o poder político. Essa sacralização da monarquia portuguesa foi utilizada também na parenética, ou sermonária, gênero formado pelos discursos eclesiásticos veiculados nos púlpitos, como definiu João Francisco Marques. Segundo analisa o autor, a parenética serviu como meio de disseminação do ideário autonomista em 1640, ao prever na Bíblia a emancipação almejada e, nas vitórias das batalhas, as graças milagrosas recebidas pela chancela divina: na parenética, “a Bíblia estaria para a História” da mesma maneira que, segundo Aristóteles, a potência está para o ato (MARQUES 1996, p. 402):

Texto profético, ela contém potencialmente toda a história, sendo o devir histórico, ao concretizar-se a passagem do acto da profecia. Dentro desta sermonária, a Bíblia funciona como frondosa árvore polissêmica que pela técnica das acomodações e pela via da analogia os permite descobrir a poalha factual de que a história de cada povo se compõe. No caso específico do pregador político da Restauração, os sobreditos planos – o profético e histórico – imbricam-se a nível dos “desígnios de Deus” para a nova nação eleita que, na linha do tempo, veio a ser Portugal, como o seu passado demonstra e a sua história mostrará.

208

A exaltação do sentido místico da monarquia portuguesa foi favorecida pela utilização da popularidade da Virgem Maria da Imaculada Conceição, aclamada padroeira de Portugal em 8 de dezembro de 1646. O argumento da intercessão da Virgem colaborava diretamente para a imagem de D. João IV como rei protegido e legítimo de Portugal. A imagem real foi, da mesma maneira, fortalecida pelas evocações simbólicas ao rei fundador da monarquia portuguesa, D. Afonso Henriques, que, conforme se afirmava, havia sido protegido de forma semelhante por Santa Maria do Claravall. A escolha do dia da padroeira para data aniversária da Academia Real da História Portuguesa corroborou, assim, com as demais táticas de afirmação do poder real de D. João V. O lugar da Academia Real da História Portuguesa no seio da corte joanina, como ilustra o episódio de sua fundação, expressa, em alguma medida, o estatuto granjeado pela instituição, bem como os aspectos que deveriam ser respeitados na sua produção historiográfica. Dessa forma, coube à sua historiografia espelhar a ordem do poder o que, seguramente, garantiu a manutenção do regime profético de discurso histórico, embora esse deixasse de se *revelar* na “arcana Dei”, ou

seja, nos recônditos da narrativa bíblica, para se *evidenciar* em provas abalizadas. O tema da Virgem ganhou especial destaque no ano de 1733, quando coube à academia “festejar a puríssima conceição”. Em sermão pregado pelo acadêmico Frei Manoel da Rocha, a estrutura discursiva presente desde a Restauração foi retomada, ao afirmar o sentido teológico-político da reflexão histórica na academia (ROCHA 1734, p. 09):

Senhores, agora advirto, como justamente disse, que temia enganar-me hoje com a Verdade. Eu cuidava, que a nossa Academia, ou a sua Empresa só era para declarar a Historia; mas agora vejo, que também para declarar a profecia. Continuemos com o salmo, que ainda se não acabou de todo. Faz pausa o nosso David na ultima geração; e para melhor constar de quem falava, diz, havia de ser de um Príncipe, que pusesse especial desvelo em inquirir a Verdade: *Veritatem ejus quis requiret*. E não é este o nosso felicíssimo Monarca, que para a inquirir, não só instituiu esta Real Academia, mas, ainda mais, lhe deu a mesma Verdade por Empresa? Parece se não podia dizer mais claro; mas a verdade é que ainda o Real Profeta o diz como nova, e maior expressão.

209

A literatura dos fatos milagrosos foi de grande importância no contexto da Restauração, apesar das restrições por que passou o gênero desde a Contrarreforma. No *Discurso* do Frei Manoel da Rocha, a aliança entre História Sagrada com a História Profana, retoma uma fórmula discursiva consolidada ao longo do momento restauracionista, em que se professou uma leitura profética da história do reino. Na perspectiva profética forjada, os protagonistas da história do reino atuavam em conformação com os propósitos divinos, sendo a história de Portugal um capítulo da vontade de Deus. Dessa forma, o conceito de história manipulado subordinava-se ao conjunto conceitual operante para a defesa do pressuposto teológico-político defendido. Segundo esse mesmo pressuposto, o conceito de soberania, consumado entre a ideologia do consentimento popular e manipulado na corte de D. João V, servia, igualmente, como prescrição à própria investida historiográfica. Os gêneros historiográficos produzidos, assim, conformaram-se a um horizonte segundo o qual a idéia da liberdade apenas subsistia obediente à vontade real, sendo a função de historiador uma das honras do vassalo. Por isso, também a escrita historiográfica não expressou um campo profissional cuja normatização conforma-se na relação entre pares que escrevem para si, mas também para um público leitor amplo e irrestrito que legitima e autoriza aquela função-autor (FOUCAULT, 1992).

Contudo, na Academia Real da História Portuguesa, a manipulação escrita de importantes narrativas difundidas por meio oral, como o próprio milagre de Ourique, deve ser analisada como um aspecto de modernização operacionalizado pelo governo de D. João V. O monarca, ao fomentar e proteger a Academia, criou um espaço legítimo e circunscrito de controle de tradições narrativas que serviam à memória do reino na construção da soberania do monarca. O plano historiográfico formulado pelos clérigos e nobres que tomaram parte da associação operou uma importante transformação da memória, criando, pela escrita historiográfica, mecanismos para cercear, de um lado, a tradição restauracionista que atribuía ao povo a origem da soberania monárquica e, de

outro, ao clero que atuara nos púlpitos fomentando leituras diversas da relação entre o poder do rei e a vontade de Deus.

A restrição do imaginário político-religioso, colocada em prática pelo programa historiográfico de D. João V, convergiu, ainda, com um processo já em andamento de controle sobre narrações de vidas de santos e milagres disseminadas pelo reino. Em Portugal, o gênero hagiográfico, que formava o núcleo capital da prosa historiográfica eficiente dentro do clero e entre os leigos, sofreu com a rápida difusão das regras impostas pelo concílio tridentino ao culto dos santos e dos milagres. Tal adesão por parte da nobreza e do clero em Portugal pode ser notada já na censura ao inverossímil, presente na obra *Historia das vidas e feitos heroicos dos Santos* do Frei Diogo do Rosário, publicada em 1567. Entretanto, o controle da imaginação medieval não representou, o abandono do interesse pelos milagres e pelos santos populares que fundavam a identidade pátria. As políticas da memória, tal como a primeiramente formulada por Trento e convencionada por D. João V, no início do século XVIII, seguiram veiculando o conceito de soberania com a origem sagrada do reino português. Concomitantemente, a construção de uma História da Igreja portuguesa, como a idealizada no plano historiográfico da Academia Real da História de Portugal, atuou na secularização da vida de religiosos, ao rejeitar, como já fora proposto pelos padres autores da obra *Acta Sanctorum*, milagres forjados (ou mal provados), o que serviu na revisão sobre a identidade das congregações religiosas e sobre o papel das mesmas dentro do espaço político do reino.

A transformação do discurso historiográfico promovida na Academia Real da História Portuguesa deve ser analisada mediante a retomada das obras históricas que manipularam o gênero popular das biografias santas ou ilustres antes da empresa acadêmica inaugurada por D. João V e do direcionamento que tal estudo tomou a partir de então. Em 1652, Jorge Cardoso (1606-1669) publicou um *Agiológico Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em Virtude do reino de Portugal e suas Conquistas*, bem recepcionado pelos letrados portugueses. Em sua obra, Cardoso procurou equacionar o padrão crítico que se tornava comum nos círculos letrados com os fatos religiosos que consagravam o vínculo entre os súditos e os reis, característico da piedade popular, comum a Portugal e Espanha (GONZALEZ 1993, p. 179-191). Apesar disso, na obra *Agiológico Lusitano*, o gênero hagiológico foi substituído pela exaltação nobiliárquica de ilustres portugueses, operando, assim, uma manipulação importante da historiografia biográfica empregada, igualmente, para a manutenção da coesão social e das identidades estamentais que conformavam o próprio Estado (FERNANDES 1996, p. 25-68). Essa mudança do gênero hagiográfico em gênero genealógico se agudizou na geração erudita presente na Academia Real da História Portuguesa. O sócio António Caetano de Sousa (1674-1759), com a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e suas demais *Provas*, realizou o projeto presente no plano da Academia Real da História e transportou o tema hagiográfico da vida exemplar para as biografias dos varões ilustres.

Essa transformação no regime discursivo hagiográfico, contudo, não se deveu apenas ao efeito direto das regras tridentinas, mas à repercussão de obras católicas eruditas como a *Acta Sanctorum*, já mencionada e a *De probatis Sanctorum historiis* (1570-1576) de Lourenço Surio, citada como modelo no plano historiográfico da Academia.⁶ Em decorrência desses e de outros episódios, a relação com o vestígio adquiriu maior dinamismo na historiografia setecentista e manteve aspectos de caráter aparentemente antagônicos: se, como relíquia, o vestígio apresentava o estatuto de objeto de devoção, como “prova”, tornou-se objeto de dúvida. O uso do vestígio como prova, no entanto, ganhou importância tanto nos processos de canonização de santos populares de Portugal em Roma, quanto na construção das genealogias de varões de sangue limpo, como destaca João de Figueirôa Rêgo (RÊGO 2005). Ainda que fossem aparentemente periféricos, os argumentos jurídicos disseminaram-se como instrumento de legitimação da soberania real diante de Roma e das provas genealógicas dos varões que buscavam o seu lugar entre a nobreza. O intercâmbio entre as lógicas discursivas que serviam à legitimação jurídica da nobreza foi conjugado ao discurso religioso sem provocar uma ruptura com os argumentos de autoridade a partir dos quais estava fundada a fé popular. A complexa rede de valores que sustentava a teia discursiva no Portugal setecentista permitiu uma integração sem confronto entre o discurso de autoridade, presente na tradição religiosa, com o novo léxico jurídico e filosófico que passava a legitimar a ordem do regime.

A regulação das práticas de escrita e de leitura pela Igreja e pelo Estado na primeira metade do século XVIII garantiu, dentro dos espaços oficiais de produção do saber, que os eventos milagrosos populares, como o milagre de Ourique, fossem resguardados da crítica. A devoção religiosa e a fidelidade ao monarca, como aspectos estruturais do sistema simbólico e cultural praticado dentro da corte delimitaram a produção do discurso historiográfico e promoveram a consolidação de uma literatura historiográfica dependente em relação à simbologia do Estado e ao sistema teológico-político pelo qual se organizava a lógica social. Dessa maneira, o gosto da dúvida, entre os letrados da Academia Real da História Portuguesa, foi cultivado como um meio de memória e exaltação da soberania régia, sendo este fim o limite da empresa crítica. A boa crítica, como o bom uso da Razão, advinha do decoro cortesão caracterizado pelo *discreto* (HANSEN 1996, p. 77-102). O *discreto*, no método histórico, apresentou-se, assim, como zelo aos princípios que garantiam a soberania, ao aproximar a história da virtude. A memória do reino, a construção do poder real e a escrita da história entremeavam-se de modo a condicionar a noção de verdade histórica ao regime de possibilidades discursivas presentes na sociedade de corte. Para os letrados da Academia Real da História Portuguesa, incluídos no seio da cultura cortesã, verdade e virtude foram aspectos inseparáveis, sendo a noção de verdade subsidiária da noção de virtude e não o contrário. A relação

⁶ A obra *De Probatiss Sanctorum* do alemão Surio (1522-1578) é existente no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal em latim, em cinco volumes publicados entre 1576 e 1581.

entre história milagrosa, boa crítica e formação de conjunto de varões ilustres em armas e em letras prevaleceu na academia, ao caracterizar as reflexões sobre o passado e ao pautar a norma escrita que se deveria seguir nos textos acadêmicos. A mudança no padrão de decoro cortesão e nas ideias que fundamentavam a noção de soberania real foi impulsionada com a emergência de um novo modelo de homem público que seria formado, depois do terremoto de 1755, com a ascensão política de Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782) e com as reformas pedagógicas a partir de seu ministério (SILVA 2003).

Fontes:

BRITO, Fr. Bernardo de. **Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as Histórias de Portugal desde o nascimento de nosso Senhor Jesu Cristo até ser dado em dote ao conde D. Henrique.** Dirigida ao Católico Rei D. Fillippe, segundo do nome em Portugal e terceiro em Castela: Imprensa em Lisboa, no Mosteiro de S. Bernardo, Por Pedro Craesbeeck, 1609.

CARDOSO, Jorge. **Agiológico Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em Virtude do reino de Portugal e suas conquistas.** Na Oficina Craesbeeckiana, Lisboa, 1652. (I tomo).

MENESES, D. Luís de. **História de Portugal Restaurado.** Parte I. Na Ofic. de João Galvão, Lisboa, 1679. Parte II, na Ofic. de Miguel Deslandes, 1698.

ROSÁRIO, Fr. Diogo do. **História das vidas e feitos heroicos e obras insignes dos santos: com muitos sermões e práticas espirituais que servem a muitas festas do ano. Revistas e cotejadas com os seus originais autênticos pelo padre frei Diogo do Rosário da ordem de São Domingos, etc...** Impresso em Casa de António de Mariz, Braga, 1567.

Sermão que pregou o P. Fr. Manoel da Rocha, D. Abade Geral, Esmoler mor, Lente de Teologia na Universidade de Coimbra, e Acadêmico da Academia Real, Festejando a mesma Academia a puríssima Conceição da Virgem Maria, nossa Senhora, na Capela do Paço do Duque, em 15 de Dezembro de 1733. *Coleção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Na oficina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. Lisboa Ocidental, 1734. pp. 03-16.

SOUSA, António Caetano de. **Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem até o presente, com as famílias ilustres que precedem dos Reis, e dos Sereníssimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos e escriptores de inviolável fé.** Por José António da Silva, Lisboa, (12 tomos entre 1735-1748).

_____. **Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa tiradas dos instrumentos do Arquivo da Torre do Tombo, da Sereníssima Casa de Bragança, de diversas Catedrais, Mosteiros e outros**

particulares deste reino. Na Régia Oficina Silviana, (6 tomos entre 1739 e 1748).

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustración y Reforma de la teologia en Portugal em el siglo XVIII. **Cuadernos Dieciochistas**, 2, 2001, pp. 261-279.

_____. Ritualidade e Poder na corte de D. João V. a gênese simbólica do regalismo político. **Revista de História das Ideias**, Vol. 22, 2001. pp.175-208.

BLAY, Francisco M. Gimeno (org.) **Erudición y Discurso Histórico: Las Instituciones Europeas.** (s. XVIII-XIX). Universitat de València, Departamento de la antiguidad de la Cultura Escrita, Valencia, 1993.

BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe.** Discurso normativo e representação (1525-49) Edições Cosmos, Lisboa, 1996.

CAJUEIRO, Renato Luiz Bacellar. **Letrados D’El Rey: os conselhos da história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em História, sob orientação de Guilherme Pereira das Neves, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CURTO, Diogo Ramada. **O discurso Político em Portugal.** (1600-1650). Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa / Projeto Universidade Aberta, Lisboa, 1988.

ÉGIDO, Teófanos. Hagiografia y estereótipos de santidad contrareformista (La manipulación de San Juan de La Cruz). *Cuadernos de Historia Moderna*, 2000, 25, pp. 61-85.

FARIA, João André de Araújo. O Monumento Eterno da Restauração de Portugal (1640-1668): A aclamação da Virgem de Imaculada Conceição como Padroeira de Portugal. XIII Encontro de História ANPUH-Rio, 2008, Seropédica, RJ. **XIII Encontro de História ANPUH-Rio: Caderno de Resumos e Programação.** Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2008.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. História, santidade e identidade. O Agiológico Lusitano de Jorge Cardoso e seu contexto. **Via Spiritus**, 3 (1996), pp. 25-68.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Veja: Lisboa, 1992.

HANSEN, João Adolfo. O Discreto. NOVAES, ADAUTO (Org.). **Libertinos/ Libertários.** Companhia das Letras/ FUNARTE, São Paulo, 1996. p. 77-102.

KRIEGL, Blandine. **L'histoire à L'Age Classique**. Les Academies de L' Historire. tomo 3. Quadrige, Presses Universitaires de France, Paris, 1996. pp. 47.

LUCAS, Maria Clara de Almeida. **A hagiografia medieval portuguesa**. Biblioteca Breve, vol 89, Ministério da Educação, Amadora – Portugal, 1984.

MARQUES, João Francisco. A problemática da Parenética da Restauração: um sermão no Porto comemorativo da Batalha de Montes Claros. **Revista de História**, vol. II, Porto, 1979, pp. 391-416.

_____. **A parenética portuguesa e a Restauração. 1640-1668**. INIC, Lisboa, 1989.

MENDES, António Rosa de. **Cultura e Política no Algarve Setecentista**. Damião de Faria e Castro (1715-1789). Gente Singular Editora: Algarve, 2007.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O "ethos" da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao Rei, **Revista de História das Ideias**. A Cultura da Nobreza. Vol. 19, 1998.p. 383-402.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**. Os Intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Minerva: Coimbra, 2003.

PEREIRA, Ana Paula Lopes. O relato hagiográfico como fonte histórica. **Revista do Mestrado de História**, Universidade de Severino Sombra, Vassouras, Vol. 9, nº 10, 2007. pp. 161-170.

RÊGO, João de Figueirôa. **Reflexões de um poder discreto**. Discurso Acadêmico, Saberes e práticas sociais em Portugal Setecentista a propósito dos Códices de dom flamínio. CHAM, Centro de História do Além Mar/ FCSH : Lisboa, 2008.

_____. Family Genealogical records: cleansing and social reception (Portugal – 16th to 18th century). **E-JPH**, Vol. 6, number 1, Summer 2008.

_____. A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do atlântico entre os século XVII e XVIII: alguns aspectos. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/joao_figueiroa_rego.pdf (visto em 23 de julho de 2009).

RUIZ, Ronaldo Cueto. La tradición profética en la monarquía católica em los siglos 15, 16 y 17. **Arquivos do Centro Cultural Português**, vol. 17, Paris, 1982. pp. 411-444.

SERAFIM, João Carlos. Relíquias e propaganda religiosa no Portugal pós-tridentino. **Via Spiritus**, 8 (2001), pp. 157-184.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a nação**. Intelectuais ilustrados e

estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822).
Hucitec: Campinas, 2006.

_____. A Formação do homem público no Portugal setecentista. (1750-1777). **Revista Intellectus**, Ano 2, vol. II, 2003. pp. 01-31.

SILVA, Amélia Maria Polínia da. Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino em 1553. **Revista da Faculdade de Letras**, História, 2^o série, vol. 7, Porto, 1990. pp. 133-143.

Coleção dos documentos, estatutos e memórias da Academia Real da História Portuguesa, que neste ano de 1721, se compuseram e se imprimiram por ordem dos seus censores, dedicada a el rei nosso senhor, seu augustíssimo protetor e ordenada pelo conde de Villamayor, secretário da mesma academia. Lisboa Ocidental, na oficina de Pascoal da Sylva, Impresso de S. Majestade real. MDCCXXI.

Índice das Composições que se acham neste volume com os nomes dos seus Autores.

Advirta-se que os números declaram a Conferência, a que pertencem as obras, cujos títulos vão entre um, e outro.

Notícias da primeira Conferência, que a Academia fez em 8. de Dezembro de 1720. num. I.

Decreto da Instituição da Academia

Proposição da Academia feita pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa

Notícias da Conferência de 22 de Dezembro de 1720. num. 2

Estatutos da confirmação dos Estatutos.

Reflexões do Conde da Ericeira sobre o estudo Acadêmico

Catalogo dos Acadêmicos

Distribuição dos empregos Acadêmicos

Notícias da Conferência de 5 de Janeiro de 1721, num. 3.

Memória das Notícias, que se devem mandar dos Arquivos do Reino.

Notícias da Conferência de 19 de Janeiro de 1721, num. 4.

Notícias da Conferência de 2 de Fevereiro de 1721. num. 5.

Notícias da Conferência de 16 de Fevereiro de 1721. num. 6.

Sistema da História feito pelo Conde da Ericeira, e pelo Padre D. Manoel Caetano de Sousa.

Notícias da Conferência de 4. de Março de 1721. num. 7.

Elogio na morte de Júlio de Mello de Castro pelo P. D. Joseph Barbosa.

Notícias da Conferência de 18. de Março de 1721. num 8.

Declaração, que o Marquez de Abrantes fez de estar eleito Acadêmico o Conde de Assumar.

Prática do Conde de Assumar.

Notícias da Conferência do primeiro de Abril de 1721. num. 9.

Discurso do Padre D- Luis de Lima sobre a introdução de algumas palavras novas na língua Latina.

*Hieronymi Godinii Nizensis judicium de novatis sacrorum Magistratum nominibus.*¹

Notícias da Conferência de 16 de Abril de 1721. num. 10.

Dissertatio Historico-Juridica de potestate Judaeorum in mancipia, Auctore

¹ Juízo de JGN* sobre os novos nomes dos Magistrados (Cargos) sagrados. (trad.) Todas as traduções em latim foram feitas por Flávia Varella.

*Doctores Emmanuele de Azevedo Soares.*²

Discurso do Doutor João Alvares da Costa sobre o poder, que nos servos Cristãos tinham os Judeus nos primeiros séculos.

Notícias da Conferência de 30 de Abril de 1721. num. 11.

Catálogo dos Bispos de Miranda, ordenado pelo Padre Fr. Fernando de Abreu.

Notícias da Conferência de 13 de Maio de 1721. num. 12.

Catálogo dos Bispos de Portalegre, que compôs o Conde de Monsanto.

Notícias da Conferência de 27 de Maio de 1721. num. 13.

Catálogo dos Bispos de Elvas composto por Ignácio de Carvalho e Sousa.

*Epistolae aliquot de rebus ad academiae Regiae institutum spectantibus.*²²

Epístolas aos espectadores sobre algumas coisas para o instituto da A.R.

Notícias da Conferência de 5. de Julho de 1721. num. 14.

Panegírico na eleição do Sumo Pontífice Inocêncio XIII. Composto pelo Conde da Ericeira.

Notícias da Conferência de 17 de Julho de 1721. num. 15.

Notícias da Conferência de 31. de Julho de 1721. num. 16.

Notícias da Conferência de 31 de Julho de 1721. num. 17.

Decreto de S. Magestade de 13. de Agosto de 1721.e copia do que baixou ao Desembargo do Paço sobre a conservação dos monumentos antigos.

Catálogo dos Bispos do Funchal, que compôs o Padre D. Antonio Caetano de Sousa.

217

Notícias da Conferência de 28 de Agosto de 1721. num. 18.

Notícias da Academia Real em 7 de Setembro de 1721. num. 19.

Cerimonial, que se há de observar quando a Academia for ao Paço.

Introdução Panegírica, que o Conde da Ericeira repetiu na presença de Suas Magestades, e Altezas em 7.de Setembro de 1721.

Notícias da conferência de 24 de Setembro de 1721. num. 20.

Assento, que se tomou sobre a autoridade que se devia dar a alguns Escritores, e Catálogo dos reprovados.

Notícias da Conferência de 9 de Outubro de 1721. num. 21.

Notícias da Academia Real de 22 de Outubro de 1721. num. 22.

Discurso, que o Marques de Abrantes fez, e repetiu na presença de Suas Magestades, e Altezas em 22 de Outubro de 1721.

Notícias da Conferência de 6 de Novembro de 1721. num. 23.

Notícias da Conferência de 20 de Novembro de 1721. num. 24.

Notícias da Conferência de 9. de Dezembro de 1721. num. 25.

Catálogo dos Arcebispos da Bahia, e mais Bispos seus sufragâneos, composto pelo Padre D. Antonio Caetano de Sousa.

Catálogo dos Deputados do Conselho Geral da Santa Inquisição, composto pelo Padre Fr. Pedro Monteiro.

Oração do Padre D. Manoel Caetano de Sousa na última Conferência da Academia deste ano de 1721.

² Dissertação Histórico-jurídica sobre o poder dos Judeus nas propriedades, Autor Doutor Emmanuel de Azevedo Soares. (trad.)

Decreto porque Elrei N. Senhor D. João V foi servido instituir a Academia Real da História Portuguesa

Tenho resoluto que se estabeleça uma Academia, em que se escreva a Historia Eclesiástica destes Reinos, e depois tudo o que pertencer a toda a História deles, e de suas Conquistas; e porque as notícias necessárias não se acharão só nos livros impressos, mas estarão nos Arquivos: ordenarei por cartas firmadas da minha Real mão se participem à Academia todos os papéis, que deles se pedirem, comunicando-lhe os Catálogos dos mesmos Arquivos, e Cartórios as pessoas, a cujo cargo estão, e os Acadêmicos farão alguns Estatutos para facilitar o seu progresso, e mos proporão, para que eu como Protetor da mesma Academia os examine, e aprove, para que possam ter sua devida execução e vigor. E porque tenho escolhido muitas pessoas, que pela sua ciência, e outras qualidades hão de formar este Corpo, e se hão de nomear outras até que fique o número bastante para o fim, a que os aplico: ordeno que o presente Decreto na primeira Conferência, para que escolhi o dia de N. Senhora da Conceição, Padroeira dos Reinos, se leia na mesma Academia, e se registre nos seus livros, e nas mais partes em que for necessário, para que conste que a minha Real intenção é concorrer para o aumento de uma Academia, de que espero resulte uma Historia tão útil, conservando-se as ações tão dignas de memória, que nestes Reinos se tem obrado no aumento do serviço de Deus, da Igreja Católica, dos Reis meus predecessores e meu. Lisboa Ocidental a 8. de Dezembro de 1720. Com Rubrica de Sua Majestade.

218

Proposição da Academia da História Eclesiástica de Portugal, que por ordem de S. majestade se abriu no paço da casa de Bragança em 8 de dezembro de 1720

Disse-a por ordem Delrei Nosso Senhor

O P. D. Manoel Caetano de Sousa.

Clérigo Regular, Lente da Sagrada Teologia, Examinador das três ordens Militares, e do Priorado do Crato, Deputado da Junta da Bula da Santa Cruzada.

Mandou-me Sua Majestade, que Deus guarde, que eu expusesse a este eruditíssimo Congresso o alto fim, para o qual por sua Real ordem foi instituída a Academia da Historia Eclesiástica de Portugal, cujas Conferências é servido que tenham hoje glorioso princípio neste Palácio.

Conhecendo a vastíssima compreensão de S. Majestade, que a pouca notícia, que o mundo tem das Histórias de Portugal, nasce não só de não se acharem escritas na língua Latina, mas também de não estarem todas impressas na Portuguesa. E que este dano só se podia remediar, mandando que se escrevesse em Latim um corpo de toda a História deste Reino, o qual se dividisse em duas partes, uma Eclesiástica e outra Secular; foi servido ordenar-me em quatro do mês passado, que lhe apontasse os meios, que me parecessem úteis, para que exata, e prontamente se pudesse escrever uma, e outra História; mas primeiro a Eclesiástica, fazendo-se uma obra, que tivesse o título de *Lusitânia*

Sacra. Em sete do mesmo mês ofereci a S. Majestade um largo papel, no qual expus todos os meios, que me pareciam mais proporcionados para se conseguir brevemente este fim; os quais todos se reduziam a dois, que são ajuntar manuscritos, e convocar Escritores. Acrescentando eu que para uma, e outra coisa era necessário o poder Real, porque sem ele não se abrem os Arquivos, nem se descobre o que neles está não só recolhido, mas sepultado. E sem o impulso soberano não se podem unir muitos engenhos a compor uma só obra, e que para isto se pode conseguir era necessário formar-se uma Academia.

É tão grande a Real clemência de S. Majestade, que mostrou não lhe desagradava o arbítrio, que a mim me ocorria. E logo resolveu mandar descobrir os manuscritos, como nos declara no seu Real Decreto, que agora leu Excelentíssimo Senhor Conde de Villarmayor.

E para a formação da Academia me ordenou, que tratasse particularmente com algumas pessoas, de cuja erudição, e zelo do Real serviço tem sua Majestade total conhecimento, e larga experiência. E todas concordarão em que a Academia seria apontando as qualidades que deviam ter as pessoas, de que se havia de compor aquele Corpo. do que logo dei conta a S. Majestade, que foi servido aprovar o que se lhe propunha.

Animados nós com a Real aprovação comunicamos a mais algumas pessoas o desígnio, e todos acrescentamos algumas observações necessárias para se lograr o fim pretendido, as quais também foram aprovadas por Sua Majestade.

219

Não cabia na brevidade do tempo, com que todos desejamos executar a ordem de Sua Majestade, o comunicar esta matéria a todos aqueles, que conhecemos serem úteis para esta empresa; porém de tudo quanto se apontou fui dando sucessivamente conta a sua Majestade, e sempre o zelo, com que todos desejamos servi-lo, logrou o inestimável prêmio da sua Real aprovação; e facilitou-nos muito a merecê-la, o termos conseguido, que todas as vezes que eu dava conta a Sua Majestade, saia dos seus Reais pés com novas luzes, que nos conduziam a todos ao maior acerto.

Finalmente tendo resoluto S. Majestade, que no dia de hoje tivesse princípio a Academia, foi servido ordenar que eu expusesse a este Congresso a Real intenção.

Ouvidas as disposições Reais, entenderam as pessoas consultadas sobre estas matérias, que convinha que houvesse um Diretor da Academia, e Quatro Censores, que durassem naquele exercício por um ano; porém de tal sorte, que destes cinco cada um fosse Diretor em uma Conferência, sucedendo-se uns a outros pela ordem da sua eleição, até se acabar o ano no fim do qual se dará conta a S. Majestade para se fazer nova eleição, se assim for do seu Real serviço.

Também pareceu que seria conveniente, que para o ato deste dia ter a devida ordem se deputassem logo Diretor, Censores, e Secretário. E esquecendo-se da minha indignidade, atendendo só a ter S. Majestade mandado, que fosse eu o que fizesse esta Proposição da Academia, me nomearão a mim para Diretor.

Para Censores escolheram prudentíssima, e justissimamente ao Excelentíssimo Senhor Marquês da Fronteira, ao Excelentíssimo Senhor Marquês de Abrantes, ao Excelentíssimo Senhor Conde da Ericeira: e para Secretário ao Excelentíssimo Senhor Conde de Villarmayor.

Logo dei conta deste parecer a Sua Majestade, que também foi servido aprovado, e mandar que se avisassem para esta tarde as pessoas, a que até aqui se tinha falado, para darem princípio à Academia; e me ordenou a mim que declarasse nela que é do seu Real agrado, que sejam muitos os que logrem esta honra, havendo muitos digníssimos de merecê-la com se empregar cuidadosamente em promover a desejada obra da *Lusitânia Sacra*. E assim quer que cada um dos que aqui se acham já Acadêmicos aponte as pessoas, que lhe parecerem úteis para este exercício, as quais serão recebidas pela maior parte de votos de toda a Academia.

Ainda que a Academia, como manda Sua Majestade no seu Decreto, ha de fazer Estatutos, devo antes de tudo declarar que Sua Majestade é servido, que os Congressos dela se façam de quinze em quinze dias.

E que o Diretor, e Censores, além dos Congressos ordinários, se ajuntem extraordinariamente quando, e aonde lhes parecer.

E que de tudo o que se conferir, assim nos Congressos ordinários, como nas Juntas extraordinárias, se dará logo exata conta a Sua Majestade para ele ter notícia do calor com que se trabalha nesta obra, e do progresso que se faz nela.

Tenho obedecido ao honroso preceito de sua Majestade expondo a este eruditíssimo Congresso as suas Reais ordens, e todas as que nesta tarde se ouviram devem ser adoradas pelos que temos a incomparável felicidade de ser seus Vassallos; porque todas estão respirando devoção para com a Virgem Senhora nossa, beneficência para toda a Monarquia, e benignidade para esta Academia.

Não é a obra da *Lusitânia Sacra* outra coisa senão uma ilustração histórica de todas as Igrejas de Portugal; e é glória da Nossa Senhora que esta ilustração se principie no dia, em que dela se canta: *Cunctas illustrar Ecclesias*.³ Será o empenho da *Lusitânia Sacra* ilustrar as Igrejas e Catedrais deste Reino, mas tudo redundando em glória da mesma Senhora, a quem todas elas são dedicadas.

Que outra coisa é instituir El Rei nosso Senhor em dia da Conceição da Virgem Santíssima, e a sombra da sua Imagem uma Academia para se escrever a *Lusitânia Sacra*, senão o protestar que tem consagrado o Reino de Portugal à Rainha dos Anjos à imitação do seu Augusto Avô o Senhor Rei D. João o IV. e do seu décimo sexto Avô o Senhor Rei D. Afonso Henriques?

Mandar que em dia da Conceição se principiem a immortalizar por meio da Historia as Igrejas e catedrais de Portugal, e agradecer-lhe a piedade, com que todas elas seguindo a Metropolitana de Lisboa juraram no ano de 1646 a Conceição

³ Ilumina todas as Igrejas. (trad.)

imaculada, como tinha feito no mesmo ano o Senhor Rei D. João o IV. segundo escreve o discretíssimo Padre Sebastião de Novaes no seu *Lilium inter spinas*,⁴ dizendo: *Omnes denique Lusitaniae Cathedrales, praegunte Metropolitana Ulyssiponensi, Regio subscriptere diplomati de eligenda pro Regni Praeside Sanctissima è Conceptione Virgine, illius que propugnanda libertate à naevo originali.*⁵

Fez o Senhor Rei D. João IV aquele juramento da Conceição imaculada em obséquio da Senhora, para lhe agradecer o benefício da Aclamação, que lhe deu a posse da Coroa deste Reino, do qual foi jurado Rei pelos três Estados dele, e manda Sua Majestade dar princípio a História deste Reino em dia da Conceição, para que nela dure imortal aquele agradecimento.

E para avivar a memória daquele beneficio quer El Rei nosso Senhor, que os eruditos Congressos, em que se há de dispor aquela obra, se façam neste Palácio, por ser o mesmo lugar, em que ha oitenta anos se faziam os Congressos, em que os quarenta Fidalgos zelosos da liberdade Portuguesa dispuseram, que se restituísse a Coroa à Sereníssima Casa de Bragança, como felizmente se executou no faustíssimo dia primeiro de Dezembro do sempre famoso ano de 1640. Esta Real determinação do Sereníssimo Rei D. João o IV. é muito conforme, ao que a Eterna Providência ordenou, que sucedesse naquele glorioso dia, decretando, que o Senhor Arcebispo de Lisboa, D. Rodrigo da Cunha, sendo o maior Autor da História Eclesiástica que teve este Reino, como provam os livros que escreveu dos Prelados do Porto, Braga e Lisboa, lograsse a singularíssima glória no ato da Aclamação ser a primeira pessoa de cujo conselho, e direção se valeram por sua autoridade, como testemunha o Senhor Rei D. Pedro II. de gloriosa memória em uma doação que fez, sendo ainda Príncipe Regente, em 22 de Fevereiro de 1673.

E se me fora lícito discorrer sobre os inescrutáveis segredos da Providência Divina, dissera eu que a causa desta misteriosa união da História Eclesiástica de Portugal com a Aclamação do Senhor Rei D. João o IV. era o serem uma, e outra o desempenho dos oráculos do Campo de Ourique; porque na História Eclesiástica, que descreve a santidade, a Fé, e a piedade do nosso Reino, e as vidas dos Prelados que nele plantarão, cultivarão, e propagarão a Fé; e que com a santidade da vida e verdade da doutrina ensinarão a piedade, se mostra satisfeita a promessa de Cristo ao Senhor Rei D. Afonso Henriques Fundador do nosso Imperio: *Erit mihi regnum sanctificatum, fide ourum, e pietate dilectum.*⁶ E na Aclamação do Senhor Rei D. João o IV. se viu o desempenho da palavra do mesmo Senhor: *Volo in te, e in semine tuo Imperium mihi stabilire.*⁷ Pondo Cristo os olhos na décima sexta geração atenuada, como ao mesmo Rei tinha vaticinado o Eremita.

⁴ O lírio entre os espinhos. (trad.)

⁵ Afinal todas as Catedrais lusitanas, [indo] à frente a Metropolitana de Lisboa, subscreveram-se/ inscreveram-se para a permissão régia de ser eleita como Presidente do Reino aquela que preside o Reino a Santíssima Virgem da Conceição, e de ser defendida a sua liberdade da mácula original. (trad.)

⁶ Terei um reino santificado, puro na fé e amado pela sua piedade. (trad.)

⁷ Quero em ti e na tua semente estabelecer o meu Império. (trad.)

A beneficência para com toda a Monarquia mostra S. Majestade em querer ressuscitar as suas insignes memórias, que o descuido de muitos séculos tinha não só amortecidas, mas profundamente sepultadas.

Na Lusitânia Sacra a terão nova vida muitos Prelados, que se não conheciam, muitos Santos, e Varões ilustres, que se ignoravam. Descobrir-se-ão Fundadores de Templos, de Mosteiros e de lugares pios. E se o Senhor Rei D. João o III. merece eternos louvores por escrever uma carta a um Bispo encomendando-lhe muito o descobrir as memórias dos Santos Portugueses, para mandá-las a Surio, que naquele tempo escrevia as vidas dos Santos em Alemanha; de que elogios se não faz a crer El Rei D. João o V. nosso Senhor quando escreve cartas a todos os Bispos, e Cabidos dos Reinos, e suas Conquistas, para que remetam a esta Academia todas as memórias Eclesiásticas, que acharem nos seus arquivos? Quanta glória resultará da Lusitânia Sacra às Cidades Episcopais, que nela hão de ir descritas, e a todas as que forem pátrias dos Santos, dos Prelados, e de outros Varões ilustres?

As famílias também receberão muita utilidade desta obra; porque de quase todas se acharão nelas Prelados insignes, e ilustres Varões. O quanto a Lusitânia Sacra contribuirá para a glória das famílias se pode entender, sabendo-se que um dos motivos, que animou ao Abade Fernando Ughello a escrever a sua grande obra da Itália Sacra, foi o desejo de ilustrar as famílias italianas, como ele diz no Prólogo do primeiro dos nove tomos daquela obra: *Addidit deinde mihi scribendi animos de innumeris propemodum Italicis famillis benemererai nobilis cupidu.*⁸

E havendo de resultar da Lusitânia Sacra, e da Academia em que ela se escreve, todas estas, e outras muitas utilidades à monarquia, e sem dúvida, que são argumento da Real beneficência, todas as clausulas que conduzem para a perfeição de uma e perpetuidade da outra.

Porém excede a tudo a benignidade, com que El Rei nosso Senhor favorece a Academia, dando-lhe os mais eficazes meios de conseguir a incomparável fortuna de exercitar com acerto a sua obediência, elevando-a a mais sublime honra, ao mesmo tempo que a perpetua com a sua Real Proteção, a qual põem toda a Academia na gostosa obrigação de um eterno agradecimento. E eu em nome de toda a Academia acabo este discurso com as mesmas palavras, com que Ausonio principiou o Panegírico, em que deu as graças ao seu Soberano: *Ago tibi gratias, Imperator Auguste; si possemetiam referrem. Sed nec tua fortuna desiderat remunerandi vicem, nec nostra suggerit restituendi facultatem.*⁹

⁸ O nobre desejo de ser útil então me encorajou a escrever sobre as quase inúmeras famílias itálicas. (trad.)

⁹ Agradeço-te, Imperador Augusto; se eu pudesse, daria ainda algo em troca. Mas nem a tua fortuna deseja troca de remuneração, nem a nossa fortuna fornece a faculdade de restituição. (trad.)

Estatutos da Academia Real da História Portuguesa

Introdução

§. I.

Querendo a Majestade Del Rei D. João o V nosso Senhor fazer uma especial demonstração de sua inata piedade, e Real ânimo, dando a conhecer o desejo, que tem de que se perpetue a memória das ações pias, generosas, e úteis ao culto da Religião, ao serviço Real, e ao bem comum de seus Vassalos; ordenou se instituísse uma Academia composta de pessoas, por virtudes, letras, e mais qualidade, dignas deste emprego, que trabalhem em compor a História Eclesiástica, e Secular destes Reinos, ressuscitando por este meio o nome daqueles, cuja memória, e opinião tem injustamente sepultado, ou a ignorância, ou o descuido; não podendo tolerar a Real benignidade, fique totalmente entregue ao esquecimento a opinião dos que merecem, o inestimável prêmio da mais dilatada lembrança, nem que pereçam as memórias, e documentos que provam, e merecimento; isentando Sua Majestade por este modo da jurisdição da morte o Vassalos mais beneméritos, que são os que obrarão ações dignas de serem imortalizadas pela vida da fama, que sempre lhe conservará a História, na qual acharam também singulares exemplos, e veementes estímulos os que devem generosamente aspirar a semelhante prêmio, que não pode ser maior, nem mais seguro, do que aquele com que contribui ao verdadeiro merecimento a veneração da posteridade interessada; com o que paga juntamente S. Majestade com tão grande mercê aos mais relevantes serviços, que ou não foram satisfeitos, ou estão por esquecidos inutilmente remunerados; e vence El Rei nosso Senhor nesta ação toda a generosidade de seus Reais predecessores, que nunca pagarão tão abundantemente aos seus Vassalos, e dá à justiça distributiva o melhor, e mais adequado exercício com premiar aos passados beneméritos, segurando-lhes a estimação na perpetuidade da memória, e aos vindouros seus que só se consegue por meio da História, e pela conservação dos verdadeiros, que não sendo conservados, e reproduzidos pela impressão, ordinariamente se perdem, e facilmente caducam, o que também tem prevenido a singular providência de Sua Majestade.

Por tanto deve ser o primeiro cuidado, e principal emprego dos Acadêmicos concorrer para a composição da História de Portugal, principiando pela Eclesiástica, procurando apurar a verdade, sem mais fim, que a obediência, sem mais interesse, que o da glória da Nação, e pelos meios da união, e do estudo; para o que não necessitam os Acadêmicos de outro Estatuto, nem de mais lei, que aquela, lhe ditar o zelo do culto da Religião, do preceito de S. Majestade, do interesse da Pátria, e aumento das virtudes.

Porém para satisfazer à ordem de Sua Majestade, e às regras comuns se fizeram os Estatutos Seguintes.

§. II.

Far-se-á todos os anos no dia seguinte ao da conceição de nossa Senhora na Casa da Academia, e pelas três horas da tarde, eleição por escrutínio de cinco Acadêmicos; para Diretor, e Censores, e o seu exercício durará por tempo de um ano, e deste se tirará por fortes no mesmo dia a ordem, porque se não de suceder nos dias da direção.

§. III.

Presidirá o Diretor em uma Conferência, e a sua direção até a seguinte, em que lhe há de suceder o que saio pela sorte em segundo lugar, e assim os outros até que torne ao primeiro pelo tempo referido de um ano; e se nele, por morte, ou ausência larga, em que deles faltar, se fará por escrutínio eleição de outro Diretor, que continuará até o dia da Conceição de N. Senhora; e assim este como os outros, poderão ser eleitos no ano seguinte, e nos mais, ficando a arbítrio dos Acadêmicos votar no escrutínio em quem entenderem.

Proporá o Diretor todas as matérias que lê parecer, e pondo-se em votos, os regulará, para que se vença pelo maior número.

Poderá impor silêncio, evitar questões, tocar a campainha, e fazer as mais funções de Presidente, e fará declarar os Acadêmicos, que farão leitões para diferentes aplicações, e será quem dê conta a S. Majestade, ou a quem ele ordenar, do que se tratou em cada conferência, e quem recorra à sua Real Proteção, para observância destes Estatutos, e para as diligências, em que se necessita do seu Real patrocínio.

Ocupará o primeiro lugar da mão na mesa da Academia com os quatro Censores, que lhe não de suceder.

§. IV.

Os quatro Censores, que são os mesmos, que sucedem na direção, se assentarão na forma, em que sairão pelas sortes, à mão esquerda do Diretor do dia, e faltando este, o substituirá o que fica no lugar imediato, e o Diretor, que teve impedimento, o não tornará a ser, se não acabado o giro.

Os Censores poderão lembrar ao Diretor as matérias que lhe parece se devem propor, o que lhe fará, inda que não seja conforme o seu parecer, se ficar vencido em votos sobre a proposta, procurando que na Junta particular, que há de haver cada semana, composta de todos cinco, e do Secretário, e convocada na parte, que parecer ao Diretor, se confira, e ajuste tudo o que ha de tratar-se na Academia seguinte.

Devem livremente sem dependência do Diretor censurar qualquer abuso, que se introduza, e encontre o instituto da Academia, e da mesma sorte os papéis dos Acadêmicos, e dos mais que se remeterem à Academia; e tudo o que vier ajustado das conferências particulares, e comunicará à Academia, e o que nela se vencer por mais votos, se lançará nos livros do registro, para ter força de lei Acadêmica.

§. V.

O Secretário será perpétuo, e faltando todos os cinco diretores, será ele quem presida, podendo nomear por aquela ocasião quem substitua o lugar de Secretário; e se tiver impedimento, que o obrigue a faltar em alguma Conferência, somente em uma poderá nomear substituto; porque sendo a ausência de mais de uma Conferência, nomearão o diretor, e Censores quem sirva até que o Secretário se possa achar presente, e a eleição do Secretário, em caso que falte o que é perpétuo, será de toda a Academia por escrutínio na mesma forma que a dos Diretores.

A sua obrigação é fazer os assentos de tudo o que se lançar nos livros no tempo da Conferência, avisar os Acadêmicos novamente eleitos, escrever, e responder às cartas, como parecer ao Diretor, e Censores, e fazer os meios avisos extraordinários; e para os registros terá livros separados. O primeiro em que se hão de lançar o Decreto de S. Majestade da Instituição desta Academia, os seus Estatutos, e todas as ordens, e resoluções do mesmo Senhor, os nomes dos Acadêmicos, que agora há, e depois se elegerem, e outros documentos semelhantes. O segundo livro será para se lançar o que se tratar de mais importância em cada Conferência, com as principais razões que forem dignas de memória, incluindo as que se lhe derem por escrito, para que de tudo se forme a História da Academia.

O terceiro livro será para fazer lançar pelos seus oficiais o traslado dos papéis, que se remeterem dos Arquivos, e mais memórias, que se mandarem à Academia.

No quarto livro se requestarão as cartas, e respostas, que há de mandar, e receber na forma que se tem determinado. O quinto livro será para se escreverem os nomes dos Acadêmicos, a quem se encomendam alguns estudos particulares com o dia, em que se lhe destinaram, e também os livros, e documentos, que se fiam dos Acadêmicos, e que se emprestarem à Academia, de que dará recibo com obrigação de os restituir pontualmente, e de que se não divulgue o que for de segredo, e de outras matérias, que podem vir nos livros, e documentos, que não pertencem a História, e dará as certidões com despacho do Diretor, que exercita, e se depositaram com toda a ordem, e segurança no Arquivo Acadêmico, fazendo Inventário em livro à parte de todos os livros, e documentos.

§. IV.

Os Acadêmicos serão cinquenta, e se não poderá pela Academia eleger supernumerário, se não quando S. Majestade assim o ordene. Serão todos pontuais em assistir às Conferências e se assentarão sem preferência pela ordem, em que forem entrando, começando a votar pela mão direita do Diretor; e quando algum tenha impedimento que por dois meses o embarace ir às Conferências, o participará por escrito ao Secretário; e só o Diretor, e Censores terão obrigação de avisar o Secretário antes da Conferência, que tem embaraço para ir a ela. E todos os papéis que se entregarem ao Secretário, serão escritos

em folha de papel com margem para se encadernar, e também de palavra poderão com permissão do Diretor, e brevidade propor o que entenderem que é preciso, para que o fim, a que se dirigem seus estudos, se facilite.

Vagando algum lugar, se fará o provimento por escrutínio, apresentando-se a S. Majestade, para que aprove a eleição, sendo servido, ou mande proceder a outra, e se for por morte, nomeará o Diretor o Acadêmico, que lhe parecer, para que escreva o Elogio com o Epítome da sua vida, que se lerá na Academia, e se lançará no livro do registro para se imprimir na História da Academia, e se procurarão recolher os livros, e papéis, que se lhe entregaram, e o que tiver escrito pertencente ao Instituto Acadêmico. Não poderão os Acadêmicos imprimir obra, em que declarem o título de Acadêmicos, se não for primeiro aprovada pela Academia.

Haverá os Acadêmicos supranumerários, que se julgarem são convenientes, e que tenham domicílio em cada um dos bispados, e Conquistas do Reino; e quando venham a Lisboa, terão igual lugar com os mais Acadêmicos.

§. VII.

Todos os quinze dias no Domingo, desde o primeiro de Maio até o fim de Setembro às quatro horas, e do primeiro de Outubro até o último de Abril às duas horas da tarde haverá Academia, e se principiará tanto que chegar o Diretor, e dois Censores dos que se esperam, por não terem feito aviso de que estão impedidos, e sem esperar mais, que até doze Acadêmicos; e nas Conferencias não poderá entrar pessoa alguma de qualquer qualidade que seja, não sendo Acadêmico, ou chamado, ou tendo representado por escrito, que tem que dar alguma notícia importante, julgando o Diretor, e Censores, que é conveniente ser ouvido, e neste caso se assentará entre os Acadêmicos; mas sairá, em tendo feito a sua proposta, sem assistir mais na Conferência.

226

§. VIII.

Haverá os Oficiais necessários para escreverem o que lhes ordenar o Secretário, e para trasladarem todos os documentos, e um porteiro, que assista nos dias da Academia, e nos mais que lhe ordenar o Secretário; os quais Oficiais, e Porteiro serão pagos pela renda, que Sua Majestade foi servido dar à Academia. Haverá também um Impressor, que prontamente imprima as folhas avulsas, avisos circulares, e as mais coisas, que a Academia lhe ordenar.

§. IX.

Haverá duas Academias públicas cada ano, em dia dos anos del Rei nosso Senhor, e da Rainha nossa Senhora, em que se hão de ler as obras do Instituto da Academia, que couberem no tempo, e escolherem o Diretor, e Censores, e se farão na forma, e na parte que S. Majestade ordenar.

§. X.

A Academia terá Selo, e Empresa, de que use onde e costume. O Selo

será composto do escudo das Armas Reais, e debaixo dele a figura do tempo preso com cadeias, e na circunferência este título: *Sigillum Regiae Academiae Historiae Lusitanae*.¹⁰ A empresa será o simulacro da Verdade, como a representarão os Antigos, com esta letra: *Restituet omnia*.¹¹

Decreto, pelo qual sua majestade, que Deus guarde, foi servido confirmar os estatutos da Academia

Sendo-me presentes os Estatutos, que a Academia da História Eclesiástica, e Secular destes Reinos, de ordem minha, fez em dez Capítulos, fui servido aprová-los; e hei por bem que se observe inviolavelmente presentes, como pelos futuros. Lisboa Ocidental 4 de Janeiro de 1721.

Com Rubrica de Sua Majestade.

Reflexões sobre o estudo acadêmico

Como nos Estatutos se estabeleceu aos Diretores que seria útil um método de estudos em comum, de que pudesse aproveitar-se toda a sociedade; como se fosse uma comutação de frutos, donde o interesse é pronto, recíproco, e seguro: porque, ainda sendo tanta, e tão profunda a erudição dos Acadêmicos, (como se reconhece) não bastava a aplicação particular para o benefício universal, e para o acerto, e brevidade, com que se espera a História deste Reino, e suas Conquistas.

Dividiu-se entre os Acadêmicos a História Eclesiástica, e Secular de Portugal, e para a primeira se nomearam nove Historiadores Latinos, que hão de escrever com o título de *Lusitania Sacra* a vida dos Bispos, e tudo o que houve memorável no seu tempo; e porque esta matéria é tão vasta, e não podia executar-se exatamente, e em pouco tempo, e ficava aos Historiadores imenso o trabalho de examinar os documentos, e tecer a História, ainda que isto fosse vencível, sempre ela ficava com a imperfeição de se encherem as margens de alegações, o fim do volume de documentos, e de interromper a narração com questões nos pontos duvidosos; e assim se entendeu que bastava, que no Prólogo declarassem o benefício, que deverão aos Escritores das memórias, e aos mais Autores, de que se valerão para formar a sua História.

Os Acadêmicos, que hão de aplicar-se a escrever memórias de cada bispado, tem diferente instituto, e não menos útil, e glorioso; pois imprimirá cada um em folha um, ou mais volumes, em que trate a descrição do Bispado, e da cidade, a sua antiguidade, a família, empregos, virtudes, e mais circunstâncias da vida, e morte de cada Prelado, as fundações de conventos, Igrejas, e lugares pios, o descobrimento, e colocação de Relíquias, e Imagens, a vida dos Varões Ilustres em Virtude, e letras e as mais circunstâncias próprias deste assunto: e como há de tratar com dissertações tudo o que tiver questão na antiguidade, na Cronologia, e nas mais matérias duvidosas, citará fielmente nas margens os

¹⁰ Selo da Academia Régia de História Lusitana. (trad.)

¹¹ Reparará todas as coisas. (trad.)

Autores, que segue com o número dos livros, e capítulos, e ainda das folhas declarando a impressão que segue; não só dos impressos fará esta memória, mas também alegará os manuscritos, e as Livrarias em que existem, para que também se dê o justo agradecimento a quem os participou. Como os títulos dos arquivos são as provas mais seguras, se devem imprimir no fim de cada volume das memórias todos os que corroboram o que o Autor refere, para que assim se perpetuem e se conheçam os que o tempo, e o lugar deixariam sempre ocultos: ficando ao Autor judicioso, e à Censura Acadêmica o exame com as regras ajustadas da Crítica, assim dos Escritores, como dos Títulos que são verdadeiros, duvidosos, ou falsos. Para facilitar descobrirem-se, e trasladarem-se estes documentos declarou já Sua Majestade, que Deus guarde, como Protetor da Academia no Real Decreto da sua Instituição, que escrevia aos Bispos, Cabidos, Prelados das Religiões, Câmeras, e outras Comunidades, Cartas firmadas pela sua Real mão, como também aos Provedores das Comarcas, e a outras pessoas, e em cada uma vai uma memória impressa, em que se pedem os Catálogos dos Arquivos, e não só dos livros deles em comum, mas dos papéis que se acham em maços, ou avulsos nos mesmos Cartórios, e de cada título o ano em que foi feito, e os nomes das pessoas que o afirmarão: também se pede o índice das Livrarias grandes, principalmente dos livros manuscritos, e a cópia das letras, e o mais que se acha gravado em pedras, e todas as notícias de todos estes monumentos, e a tradição, e origem das Procissões, festas públicas, que fazem as Igrejas e as Câmeras.

228

Na História Secular se observará quase o mesmo método, e nomeará a Academia um só Historiador, que a escreva em Português, e depois que a imprimir se comporá em Latim, e a sua matéria se dividiu na mesma forma pelos acadêmicos, para que se imprimam as suas memórias com a mesma distribuição, que se referiu nas Eclesiásticas, sem mais diferença que se fazer à separação pela ordem dos tempos, escrevendo o primeiro as memórias da antiga Lusitânia até a Conquista dos Romanos, o segundo desde o princípio do seu Império até a entrada dos Godos, e das outras Nações bárbaras, o terceiro desde o princípio destes Reinos até o da entrada dos Mouros, o quarto até o Conde D. Henrique, e os mais a vida dos nossos Reis, como se vê distribuída na segunda tábua, e se espera de uns, e outros Historiadores, que ajustando pode ser a ordem dos tempos, e as regras mais seguras da Crítica erudita, por preocupação, ou desejo de adquirir glória à Pátria, nem por indiscreta piedade, nem por adornar a História com o que é raro, e plausível, defendam os sucessos inverossímeis, sigam os Autores, ou documentos, que na melhor censura se tem por falsos; nem passando a outro extremo oponham ao que se acha solidamente estabelecido em títulos originais, e autênticos, em Autores contemporâneos, e estimados, e em tradições bem fundadas, em milagres aprovados, e em razões demonstrativas.

Sendo esta a matéria do estudo histórico, pareceu fazer algumas reflexões sobre a sua forma. A cada Acadêmico se dará um Catálogo impresso com os

Bispos, de que até agora se sabe o nome, feito pela ordem dos anos, e com claros que se vão ocupando com o que cada um for descobrindo nos seus estudos; de tal sorte, que tendo cada Acadêmico o Catálogo do Bispado, de que escreve, terá também os dos outros, e irá apontando em cada um o que descobrir, porque também é própria a utilidade, porque os outros estudam para ele, e todos hão de alegar nas suas memórias, e histórias os nomes dos Acadêmicos, a quem deverão o benefício. Estas reflexões, que forem descobrindo para o estudo dos outros, se entregarão ao Secretário, escritas em folha de papel com margem pra se encadernar, alegando fielmente a parte em que acharam a notícia e depois de registradas, o Secretário as irá repartindo pelos Autores das memórias, e também o mesmo Secretário irá entregando a cada Acadêmico, segundo os seus assuntos, os papéis que lhe vierem dos Arquivos, e os manuscritos, que adquirir a Academia, fazendo-se o assento no livro para a segurança da restituição na forma, que declaram os Estatutos.

Para a História Secular se observará o mesmo, e os Catálogos impressos serão com a divisão dos tempos, e dos Reis; e uns, e outros Acadêmicos terão estes Catálogos de uma, e outra História, para que os que escrevem as memórias Eclesiásticas, apontem também o que serve de luz, aos que compõem as memórias da História Secular, e estes façam o mesmo.

Os Acadêmicos das Províncias tem a ocupação de buscar, e inculcar à Academia os documentos, que se acham nos seus distritos, para as memórias de uma, e outra História, advertindo os erros que se acham nas impressas, na Genealogia das Famílias delas, porque nos livros das Famílias com escrituras, se pode achar a notícia da qualidade das pessoas, de que se trata nas duas Histórias, com datas do tempo em que viveram, e muitas ações da vida destes Varões ilustres, que se não acham em outra parte. Como em muitos Autores Estrangeiros por ignorância, ou por malícia se acham muitas opiniões, e sucessos contrários à verdade, e à Glória da Nação Portuguesa, se encomenda aos Acadêmicos, que participem ao Secretário na mesma forma, o que encontrarão nos seus novos estudos, nos livros Estrangeiros com as suas reflexões; e da mesma sorte se pede a todos queiram comunicar o que nesta matéria, e nas mais, de que se trata, adquirirão nos seus estudos antigos pelo interesse universal, que resulta à Academia, e podem por escrito Anônimo avisar ao Secretário alguns manuscritos, ou documentos que se ocultam para que Sua Majestade, que Deus guarde, sendo servido procure adquirí-los à Academia com a segurança da restituição; e dos Países Estrangeiros, e Academias das outras Nações, e homens doutos delas, se procure igualmente adquirir todas as notícias, que contribuam para a perfeição desta insigne obra.

Em cada Conferência podem propor os Acadêmicos a falta de matérias, e as dúvidas que forem encontrando, a que os Censores, e pessoas que nomearem, ou toda a Academia procuram satisfazer, e também para facilitar o estudo se fará um Catálogo dos Autores Portugueses, e Estrangeiros impressos, ou manuscritos, de que podem tirar-se notícias, feito pela mesma distribuição das matérias, que se repartirão pelos Acadêmicos, os quais poderão acrescentar neste Catálogo os Autores que faltarem nele, para que se imprima mais amplo,

e correto.

Assim poderá em cada Conferência ter-se notícia do progresso, que faz a Academia no seu assunto, satisfazendo o Real preceito do seu Augusto Protetor, a gloria da Nação, e a expectação, em que está o mundo deste Instituto, que é o primeiro que se fez na República literária, para escrever a História com Academia fundada só para este fim. Lisboa Ocidental 18 de Dezembro de 1720.

Sistema da história eclesiástica e secular de Portugal, que há de escrever a Academia Real da História Portuguesa

Sendo qualquer História mui propriamente comparada a um edifício, convém esta semelhança com muita mais propriedade a que há de escrever a Academia Real da História Portuguesa; porque assim como o edifício, sendo uma só obra, é fabricado por muitos Artífices, assim esta História há de ser composta por muitos Escritores.

Para que o edifício seja construído, segundo as regras da arte, por todos os que trabalham nele, se faz primeiro a planta de toda a obra; e para que a História Portuguesa seja escrita por todos os seus Autores de tal maneira que forme um corpo proporcionado em todas as suas partes, é necessário, que primeiro se forme uma ideia de toda ela, apontando-se algumas observações, que são muito necessárias para se conseguir aquele fim, para o que se ordenou o presente Sistema.

As observações, umas são comuns à história Eclesiástica, e à Secular, outras são próprias só da História Eclesiástica, e outros só úteis para a História Secular.

§. I. Observações comuns à História Eclesiástica e Secular.

As observações comuns a uma e outra História são as seguintes.

As Memórias da História de Portugal serão escritas na língua portuguesa com estilo puro, e claro, próprio deste assunto, e como a Arte Histórica deixa toda a liberdade a este gênero de escritos, pra examinar as questões, e pontos difíceis, e alegar os documentos, e Autores, não pode seguir-se a forma de anais, se não a de dividir a obra pelas matérias, que se hão de continuar, sem se interromperem, só em cada uma se guardará pontualmente a ordem Cronológica, até se acabar de referir os sucessos, de que se trata no seu título.

Como a Geografia, e a Cronologia são os dois olhos da história, é preciso que todos os Escritores se conformem nelas pelas muitas opiniões, em que se dividem os Autores, nos cálculos, e épocas do tempo, e nas alturas, e situações dos lugares. Estas devem examinar em todas as memórias os Acadêmicos destinados para a Geografia, assim nas divisões da antiga Lusitânia, como nas observações Astronômicas, e distâncias itinerárias. Como há poucos sucessos da História de Lusitânia, que necessitem de averiguar o tempo entre o princípio do Mundo, e o Nascimento de Cristo, bastará seguir o Sistema do Padre Dionísio Petavio da Companhia de Jesus, que principia a era Cristã no ano de 4714 do

período Juliano, 3984 do principio do Mundo, 754 da fundação de Roma, e no ano 38 da era Hispânica, chamada também de César. Para o tempo que corre da era de Cristo até a presente, se conte a Hégira no ano de 622. A aclamação del Rei Dom Afonso Henriques em 1139. e a Lei porque El Rei D. João I. mandou contar os anos só pelo do nascimento de Cristo em 1422. E para que esta Cronologia, que a Academia manda imprimir, na qual se verão pelos anos de Cristo, dos Pontífices, e dos Reis, as memórias dos sucessos, que depois se repartem por matérias.

As descrições das Cidades, Vilas, e outros lugares, que forem dignos de memória, ou porque tenham Cathedral, ou pela conquista, ou pela defesa, ou por outra ação gloriosa, se devem fazer com esta distinção, que nas Memórias Eclesiásticas se hão de descrever no estado, em que de presente se acham; porém nas Memórias Seculares deve haver a advertência de que cada um dos escritores desta parte Topográfica trate do lugar que descreve, como estava no tempo, em que se refere os sucessos, para que sem repetição se veja sucessivamente a mudança, que o tempo fez nestes lugares.

O título, que terá cada livro das Memórias Eclesiásticas, será: Memórias para a História Eclesiástica de Portugal, do Arcebispado de etc. e no mais se conformará com o título das Memórias Seculares, que será este: Memórias para a História de Portugal, que compreendem o governo de ... do ano de ...até o ano de...dedicadas a El Rey D. JoãoV, nosso Senhor, aprovadas pela Academia Real da História Portuguesa, escritas pelo Acadêmico F..

231

Seguir-se-á a Dedicatória a El Rei nosso Senhor.

O Prólogo explicará tudo o que for preciso para a inteligência das Memórias Históricas, com a notícia dos livros impressos, e manuscritos que se alegam, e o juízo que se faz dos seus Autores, e do tempo em que floresceram, e das impressões, que cada um segue, o lugar, ano, e nome do Impressor, e a forma do volume, e número de páginas que tem. E quanto aos manuscritos, se hão de declarar as Livrarias, em que existem, e a demonstração, ou conjecturas que há da sua legalidade, e o mesmo se fará com os documentos que se tiraram dos Arquivos.

Ao Prólogo se seguirá um Índice por alfabeto, das abreviaturas dos apelidos, e das obras dos Autores, que se alegam nas margens das Memórias.

A este índice se seguirá a Tábua Cronológica, que a Academia mandará distribuir.

Toda a obra terá suas divisões por livros, capítulos, parágrafos, e números, e estes correrão sucessivamente desde o primeiro até o último parágrafo de um, ou mais volumes, em que as memórias se compreendam, porque sempre o número correrá desde o primeiro até os mais tomos, se os tiver, para que o índice Alfabético dos nomes, apelidos, e matérias notáveis, que se há de pôr no fim de toda a obra, sirva para todas as impressões; porém também no princípio de cada volume haverá um Index particular dos seus Capítulos pelo sumário deles, que se há de compor do extrato dos parágrafos numerados, que também se há de escrever na margem dos mesmos parágrafos.

Os anos, a que pertence cada uma das matérias, que se hão de referir em uma, e outra historia, se irão apontando também nas margens, e nelas irão os autores, livros e documentos alegados, e no contexto as suas palavras que forem precisas, para que a significação delas esforce ou decida as dúvidas, e se hão de referir na língua própria do Autor e também traduzidas fielmente; mas quando as autoridades forem muito largas, se trasladarão no fim de cada volume com os tratados manuscritos, que devem publicar se para prova, e fé das Memórias, e as escrituras autênticas, que se tirarem dos Arquivos, examinadas pelas regras da boa Crítica.

De uma História só se tratarão na outra aqueles sucessos, que forem inseparáveis dela, e nas margens das Memórias Eclesiásticas se alegarão os autores das Memórias Seculares, e nestas os das memórias Eclesiásticas; e o mesmo se observará entre os Acadêmicos das Memórias Eclesiásticas com os que escreverem de outras Dioceses, e com os Acadêmicos das Memórias Seculares com os que escreverem de outros Reinados, a quem pertencem as ações que se não individualizam.

Como em uma, e outra História se hão de encontrar muitos pontos Teológicos, e Jurídicos, farão os Autores das Memórias as observações que lhes ocorrerem, e as participarão ao Diretor, e Censores, para que as repartam pelos Acadêmicos, que estão destinados para este fim.

Não se farão dissertações, ou notas separadas das Memórias no fim dos Livros, e Capítulos, porque no mesmo contexto se hão de tratar as dúvidas, com a liberdade que permite este gênero de História, sem obrigar a quem a lê a que vá a outra parte a resolução das questões.

§. II. Observações particulares para a História Eclesiástica.

As Memórias Eclesiásticas de cada Diocese se dividirão regularmente em doze Títulos, e cada um em Livros, e estes em Capítulos, conforme pedir a matéria.

O primeiro Título tratará da Diocese. O Acadêmico, que escrever de qualquer Diocese, há de principiar pela descrição dela, declarando os seus limites, e confins, e logo descreverá brevemente a cidade, em que se acha cathedral, declarando brevemente o tempo da sua fundação, quando e por quem foi plantada nela a Fé de Cristo, e também quando foi erigida Cadeira Episcopal, e por quem foi fundada a Sé.

Quem escrever as memórias da Igreja de Lisboa, que hão de ser a primeira parte desta História, deve principiar por uma breve descrição da Monarquia Portuguesa, pelos Reinos, e Estados que compreende, e logo continuar com outra descrição igualmente breve da Hierarquia, pelas Metrôpoles que há neste Reino, e suas Conquistas.

O Acadêmico, que escrever de qualquer Metrôpole, deve principiar descrevendo-a pelas Dioceses, que compreende a sua Província.

No segundo Título escreverá as vidas dos Prelados, que governaram aquela Diocese, o que fará com a miudeza, com que as Leis da História mandam

escrever as vidas; advertindo que dos Prelados, que tiveram muitas Dioceses, se há de escrever por extenso as ações, que em cada uma fizeram, e por epítome a parte, que toca da sua vida às mais Dioceses. Declarará os Sínodos que fez o Prelado, os Concílios a que foi, as Visitas, e Leis que estabeleceu, as funções em que se achou ou só, ou com outros Bispos, as fábricas que fez, os livros que compôs, e outras particularidades, que vão apontadas na Memória impressa, das notícias, que se procuram para esta História. Também contará todos os sucessos memoráveis, que aconteceram na Diocese no tempo de cada Prelado.

Neste mesmo segundo Título se há de escrever tudo o que houver digno de memória no tempo das Sés vacantes, assim como elas forem sucedendo aos Bispos. E neste escreverá as vidas dos Bispos, que só foram nomeados, e não chegaram a governar, ou porque morrerão antes da confirmação, ou porque não quiseram aceitar aquela dignidade, mostrando-se com isso mais dignos dela, e também as vidas dos Bispos, e a descrição daquelas Cidades, ou Villas, em que houve Catedrais, e hoje pertencem ao Bispado de que trata.

No terceiro Título deve fazer uma exata descrição da Sé, e do seu Cabido, sabendo fazendo memória dos seus Estatutos, e dos homens insignes que dele saíram.

Se na Diocese houver algumas Colegiadas, também deve tratar delas com a mesma miudeza, com quem tem tratado do Cabido da Cathedral.

233

No quarto Título se escreverá dos Santuários frequentados por causa da veneração das Relíquias, ou Imagens milagrosas, que neles se acham, declarando as suas origens autênticas.

No quinto Título se deve tratar de todas as Igrejas Seculares.

No sexto Título se deve tratar de todos os Mosteiros de Religiosos com o tempo das suas fundações, descrevendo os mais principais.

No sétimo Título se escreverá da mesma sorte dos mosteiros das Religiosas, que há em toda a Diocese, declarando a quem estão sujeitos.

No oitavo Título deve tratar das Universidades, dos Seminários, Recolhimentos, Casas de Órfãos, da Misericórdia, Hospitais, e semelhantes lugares pios.

No nono Título deve cotar as Procissões, votos, e romagens, que há em toda a Diocese, declarado os seus motivos, e princípios.

No décimo Título deve fazer memória particular dos casos milagrosos acontecidos na Diocese.

No undécimo Título deve referir as cousas notáveis que sucederam na Diocese. Neste número entram as coroações, casamentos, mortes, e sepulturas dos Reis, ou Príncipes.

No duodécimo Título deve fazer Memórias distintas dos Varões ilustres em virtude, ou em letras, ou em dignidades Eclesiásticas, que por algum título pertençam à Diocese; e aqui hão de entrar os Prelados naturais dela, ainda que fossem somente Titulares.

A exação, e miudeza, com que tudo isto deve ser tratado, se insinua

bastantemente na individuação, com a qual na Memória impressa se procuram notícias para esta História.

§. III. Observações particulares para a História Secular.

Havendo de ter as Memórias da História Secular a divisão de Livros, e Capítulos, que fica dito; o primeiro Livro ha de incluir nos Capítulos, que forem necessários, em primeiro lugar a História do estado, em que se achava o Reino no princípio do tempo, de que se escrever, e dos seus interesses, com os Príncipes estrangeiros, de que se deve dar notícia com breve digressão, e do estado, em que também se achavam os Príncipes, com quem Portugal tinha guerra, ou aliança, principalmente nos de Espanha.

Escrever-se-á a vida do Rei, de que se trata, no tempo antecedente ao ano, em que as memórias principiam, com brevidade, porque as ações, que fez enquanto Príncipe, e antes de Rei, pertencem a quem escreve do seu antecessor, e em outros capítulos; com toda a individuação, se descreverá para seu caráter, e as mais circunstâncias particulares, que se não podem reduzir a outras classes: e para que em tudo fique mais conhecido, se mandam tirar cópias dos retratos, e debuxos das estátuas mais antigas, que existem notícias, que se acham nos Autores, se conheça não só o que toca à pessoa, mas o traje, de que usavam os nossos Reis e Príncipes.

A aclamação, e coroação, os casamentos, os nascimentos dos filhos, e netos legítimos, e ilegítimos, a morte, a sepultura, o testamento do Rei, e com toda a individuação as vidas das Rainhas, e Infantes, e notícia das Famílias com que se aliarão.

Referir-se-ão logo os sucessos raros, e particulares do progresso daquele Reinado, que não tem lugar entre os Políticos, e Militares, as festas de que se não tratou antes, as jornadas, e as obras públicas, das quais se porão também as estampas. As mercês que fez, com a notícia que parecer necessária das Famílias ilustres, que principiavam, e dos Varões insignes em Armas, Política, e Letras, com os Catálogos dos Governadores, Presidentes de Tribunais, e Officiais da Casa dos Reis, e Infantes, com os nomes que se acham nas escrituras antigas, confirmando as doações.

Os Livros seguintes compreenderam as Matérias Políticas, principiando pelas Cortes, declarando as pessoas que nelas se acharam, e o que nelas se tratou, e resolveu, as Leis, Questões, o Cerimonial, e o mais que pertence ao Despacho, Justiça, Fazenda, e mais Tribunais com a sua origem, forma e Regimentos, e tudo mais que toca ao governo Civil.

A outra parte da Política se comporá dos negócios Estrangeiros com as instruções dos Embaixadores, a relação das suas Embaixadas, e das suas negociações, e dos mais ministros que os Reis mandarão a outros Príncipes; e logo se fará a mesma memória dos que receberam na sua Corte, com os Tratados de Passes, Tréguas, e quaisquer outros que celebraram, e tudo o demais de fora do Reino, exceto as Conquistas.

Nos últimos Livros se descreverão as guerras, e descobrimentos, e primeiro

as de Europa, e suas Ilhas adjacentes, assim das expedições terrestres, como marítimas, referindo-se as causas da guerra, as prevenções para ela, os socorros dos Aliados, e a forma da milícia, e depois as Campanhas, Batalhas, e Combates, Praças que se sitiaram, e defenderam, e os sucessos militares.

De todas as Conquistas se descreverá também o estado, Político, e Militar, em que estavam no tempo de que se escreve, e primeiro se tratará de África, e suas Ilhas, começando nesta, como nas outras Conquistas da parte mais vizinha a Portugal até a mais remota, com as Leis, e costumes dos seus povos, e notícia dos animais, plantas, e minerais, e descrição das costas, e interior do País com as viagens, e naufrágios dos Portugueses, guerras que fizeram, socorro que mandaram, e ações dos Governadores.

A América seguirá a mesma ordem, não só no que toca ao Brasil, mas no que os Portugueses descobriram para outros Príncipes, porque não hão de esquecer as ações, que executaram fora da Pátria os homens ilustres nascidos em Portugal.

A História da Ásia será a última parte das Memórias, que principiam do descobrimento da Índia, referindo o Civil, Político, e Militar dos Vice-Reis, e Governadores, seguindo pela ordem Geográfica tudo o que toca aquele Domínio, e à navegação, e comércio dos Portugueses.

235

As Memórias que se acabarem primeiro, se imprimirão, tanto que se entregarem na Academia, à custa da mesma Academia, a quem El Rei nosso Senhor assinalou larga renda para este efeito, e oferecendo-se primeiro um exemplar a cada uma das pessoas Reais, e dando-se outro a cada Acadêmico da Corte, e Províncias, e às pessoas, que concorrerão generosamente com documentos dos seus Arquivos, e Livrarias para esta obra, reservando-se alguns volumes para os Acadêmicos novos, e mais ocasiões que ocorrerem, se dará ao seu Autor o resto da impressão, para que a distribua como lhe parecer, levando todas as obras aprovadas pela Academia, no princípio a sua empresa, e na sua aprovação o Selo, assinando o Diretor, e Censores, e subscrevendo o Secretário esta Censura.

Foram estas Leis estabelecidas pelo Diretor, e Censores, que as mandaram observar na forma dos Estatutos que se registrassem, e imprimissem. Lisboa Ocidental em 3 de Fevereiro de 1721.

O Conde de Ericeira.

O P. D. Manoel Caetano de Souza

O Marquez de Fronteira.

O Marquez de Abrantes.

O Marquez de Alegrete.

O Conde de Villarmayor.

Entrevista

interview

Entrevista com Lucia Maria Paschoal Guimarães

Interview with Lucia Maria Paschoal Guimarães

Valdei Lopes de Araujo

Professor Adjunto
Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
valdeiaraujo@ichs.ufop.br
Rua do Seminário, s/n - Centro
Mariana - MG
35420-000
Brasil

237

Enviado em: 27/10/2009
Autor convidado

Pesquisadora das mais atuantes no campo da História da Historiografia, a Professora Lucia Maria Paschoal Guimarães, do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, possui inúmeros trabalhos nos quais podemos encontrar uma instigante interseção entre história política, das instituições e da vida intelectual. Suas pesquisas sobre o IHGB pioneiramente avança sobre o Instituto para além de sua conjuntura oitocentista, apontando para uma nova e imensa fronteira de problemas ao longo da vida republicana da casa da “memória nacional”. Nessa entrevista, um ensaio de ego-história e de memória do próprio “fazer história”, Lucia Guimarães generosamente nos relata momentos fundamentais de sua formação como pesquisadora, além de refletir sobre problemas teórico-metodológicos da escrita da história. Além disso, Lucia Guimarães nos fala sobre os contextos de produção de suas pesquisas e os problemas e inquietações que orientaram e orientam sua agenda de investigação.

Ao oferecer esse espaço de conversa entre leitor e autor, entre historiadores de diversas gerações, a entrevista torna-se uma situação privilegiada não apenas para a formação de uma “memória” disciplinar, mas também como uma espécie de cápsula do tempo que entregamos modestamente ao futuro, sem temor ou esperança.

**

238

Valdei Araujo: Lucia, de início gostaria que você nos falasse um pouco sobre os seus anos de formação.

Lucia Guimarães: Eu fiz o ginásio e o curso normal no Instituto de Educação, aqui do Rio, como boa parte das moças de classe média, do final da década de sessenta. Fui professora primária e dei aulas durante quatro anos. O Instituto era considerado um dos melhores colégios femininos do Brasil. Tanto assim que não fiz cursinho pré-vestibular. Quando eu saí do Instituto prestei exame direto para o curso de história da história da Faculdade Nacional de Filosofia, a atual UFRJ, e passei. Resolvi cursar História, influenciada, sobretudo por *Vicente Tapajós*,¹ que foi meu professor no Instituto de Educação, e que dava aulas magníficas, com mapas, desenhos, esquemas. Por isso, quando eu ouço, às vezes, as pessoas falarem de ensino de história tradicional, de nome e data, eu me lembro de certos professores do Instituto de Educação, como é o caso do Vicente Tapajós. Já naquela época ele trabalhava com linhas de tempo, cronologias comparadas, problemas históricos. Abordagens que só ouviríamos falar muito tempo depois.

¹ Nascido em Petrópolis em 1917, foi professor por mais de 50 anos, atuando nos diversos níveis do ensino. Lecionou no Colégio Pedro II, no Instituto de Educação, na UFRJ, no Instituto Rio Branco, dentre outras instituições. Foi assessor de história da TVE e da TV Rio. Possui uma ampla e diversificada obra historiográfica, tendo também sido autor de livros didáticos. Membro do IHGB desde 1984, do qual foi presidente entre 1992 e 1995. Faleceu em fevereiro de 1998.

Valdei Araujo: Você entra na faculdade então para ser Professora, era essa a expectativa?

Lucia Guimarães: Não tinha outra possibilidade. Havia curso bacharelado e curso de licenciatura, como hoje. Apesar de eu ter feito os dois, a oportunidade que se apresentava era o ingresso no magistério. Embora, e isto é uma coisa interessante, a minha primeira experiência de pesquisa foi na graduação, com a Professora *Maria Yeda Linhares*, que ainda não tinha sido cassada. Junto com *Bárbara Levi* a professora Yeda desenvolvia um projeto sobre a população nas paróquias do Rio de Janeiro.

Valdei Araujo: E quando é esse seu período de graduação?

Lucia Guimarães: Eu entrei para faculdade em 1967. Em 1968, as duas começaram o projeto, que compreendia um estudo demográfico sobre casamentos, batizados, óbitos nas paróquias do Rio de Janeiro. Trabalhei com elas algum tempo, fiquei encarregada dos registros da paróquia de São José no centro da cidade. Mas, o projeto não teve continuidade porque elas foram cassadas. Aprendi muita coisa com elas. Inclusive, lembro-me de que naquele ano, 1968 ou o início de 69, *Albert Soboul*, que era o papa da história quantitativa, apesar de marxista, esteve no Brasil e fez duas conferências. E eu fui assisti-lo. Até para entender melhor os objetivos daquele projeto.

230

Valdei Araujo: Você já sabia francês naquela época como formação básica de colégio ou algo de família?

Lucia Guimarães: Não, eu tinha alguma noção, porque quando menina eu morei na França, em Marseille. Meu pai, *Maurício Paschoal*, é oficial da Marinha. Ele passou um período lá, servindo, e a família o acompanhou. Eu tinha seis, sete anos. Lá aprendi a falar o básico. Aliás, mais tarde, primeiro eu estudei na Cultura Inglesa, depois é que eu fui para a Aliança Francesa. Mas tem uma coisa interessante, o curso de francês, no ginásio do Instituto de Educação, era tão bom que muita coisa que depois eu fui ver na Aliança Francesa eu já sabia. Olha só o sinal dos tempos, o ensino de inglês não era tão bom, já o de francês era excelente. E naquela ocasião nós estudávamos latim, também. Acho que eu fui da última turma que estudou latim. Qual era a oportunidade que eu tinha, senão o magistério? Então, depois de concluir a faculdade, eu fiz concurso para professora de Ensino Médio. Aquela matrícula que era de professora primária migrou para o ensino médio do então estado da Guanabara. E eu me lembro que em 1973-1974, a UFRJ abriu um curso de especialização de História do Brasil que tinha por objetivo preparar para o Mestrado.

Não havia curso de mestrado aqui no Rio naquela época. Só em Niterói, na Federal Fluminense, em História Agrária e em História da América, se não me engano. Nenhum desses dois campos me interessava, ou me atraíam. Fiz esse

curso [especialização] e no final houve uma tremenda confusão porque ao fim e ao cabo ele não seria reconhecido. Era no tempo do *Eremildo Viana*. De qualquer modo, eu sei que durante o tal curso eu encontrei duas pessoas que iriam exercer grande influência na minha carreira, uma foi *Célia Freire*. Se sou professora de Teoria hoje é por causa dela. Ela tinha vindo da França, havia sido aluna de *Fernand Braudel*. Suas aulas eram instigantes. Formulava problemas para que resolvêssemos. A outra figura a quem devo muito foi o saudoso professor *Fernando Sgarbi Lima*.²

O currículo de história da UERJ havia sido alterado e eu já dava aula aqui de História da Educação. Entre as mudanças efetuadas, introduziu-se a disciplina historiografia – geral e do Brasil. Aliás, isto eu narrei naquela conferência que fiz no ano passado, no Seminário Nacional de História da Historiografia Brasileira. A disciplina se institucionalizou, sendo aprovada pelo Comitê Internacional de Ciências Históricas. O professor *Sgarbi*, sempre muito atualizado, propôs as duas disciplinas no novo currículo da UERJ. Isso por volta de 1976 ou 1977. Eu tenho guardados os esboços dos primeiros programas das duas disciplinas Historiografia geral e Historiografia do Brasil, manuscritos preparados pelo professor *Sgarbi*. Bela recordação. Até digitalizei, agora estão no computador. O professor *Sgarbi* estava procurando alguém que ministrasse essas aulas junto com ele. E eu era sua aluna no curso de especialização. Mas foi a *Célia Freire* quem me indicou para ele, afirmando que eu era boa aluna em Teoria.

240

Valdei Araujo: E o que vocês discutiam nesses campos? Você falou da influência da *Célia Freire* e do *Sgarbi*, citou obviamente os franceses, mas quais eram os problemas, os debates. Os *Annales* já eram referência?

Lucia Guimarães: Na verdade os *Annales* não entravam tanto assim. O que havia mesmo eram perspectivas marxistas. E aí lia-se desde o *Maurice Godelier*, até as primeiras obras de *Eric Hobsbawm*, que ainda não tinham sido traduzidas no início de 70, mas que eram vendidas em uma livraria especializada em publicações espanholas, na Rua Senador Dantas. Todo mundo comprava, nós tínhamos *As revoluções burguesas*.

Valdei Araujo: Como você percebia a repressão política dentro da Universidade nesses anos de Ditadura?

Lucia Guimarães: Muito forte no meu primeiro e segundo anos da faculdade. Eu comecei o curso na antiga Faculdade Nacional de Filosofia, na avenida presidente Antônio Carlos, no prédio ao lado da Maison de France. A faculdade foi extinta e criado o Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, quando fomos para um prédio na Rua Marquês de Olinda; por lá ficamos cerca de dois

¹ Nascido em Petrópolis em 1917, foi professor por mais de 50 anos, atuando nos diversos níveis do ensino. Lecionou no Colégio Pedro II, no Instituto de Educação, na UFRJ, no Instituto Rio Branco, dentre outras instituições. Foi assessor de história da TVE e da TV Rio. Possui uma ampla e diversificada obra historiográfica, tendo também sido autor de livros didáticos. Membro do IHGB desde 1984, do qual foi presidente entre 1992 e 1995. Faleceu em fevereiro de 1998.

anos. No meu último ano de curso, o IFCS foi transferido para antiga Escola de Engenharia, no Largo de São Francisco, onde ainda se encontra. Então, nos dois primeiros anos eu acho que foi muito difícil. Nós corríamos muito da polícia. Agora, no final da faculdade eu acho que já não se percebia tanto. Quem me dava aulas ótimas, seguindo abordagem marxista, sobre descolonização era o Professor *Francisco Falcon*. Eu até mostrei a ele uma vez as anotações de uma aula que eu copiara. Eu acho que a repressão foi mais forte nos anos de 68 e 69, mas depois diminuiu, ou quem sabe se tornou menos visível, ou talvez porque as principais lideranças estudantis já tivessem deixado o país...

Valdei Araujo: Mas também algumas pessoas mais envolvidas com a militância foram cassadas, afastadas e houve alguma estabilização?

Lucia Guimarães: Mas repare, o Professor *Falcon* seguia o viés marxista. Ele era assistente da Professora *Maria Yeda Linhares*. Bom, vamos ver agora do que estava se falando... Ainda não havia uma influência tão forte de Annales quanto se diz. Até porque quem estava trazendo isso da França estava chegando naquele momento. A *Célia Freire*, por exemplo, e o pessoal da USP. A Célia tinha sido inclusive orientada pelo *Eurípides Simões de Paula* no doutorado dela. Depois ela fez doutorado de estado na França, orientada pelo *Braudel*. As linhas mestras eram as temporalidades de *Braudel*, a História Demográfica, a História Quantitativa, a importância dos métodos estatísticos. Lembro que eu estudei com a *Célia* um texto de *Jean Meuvret* sobre a econometria retrospectiva. Isto se discutia naquela ocasião. Mas, na prática o que era mais utilizado? Aqui no Rio de Janeiro, o *Nelson Werneck Sodré*, mas também se lia *Godelier*. No meu modo de ver aqui aparecem as duas vertentes de viés marxista da historiografia brasileira. No Rio de Janeiro o nome é o *Nelson Werneck*, em São Paulo é o *Caio Prado*. Eu acho que essa bifurcação tem que estar clara para nós.

Continuei a estudar na pós-graduação, pois o curso de especialização, conforme disse, não deu certo. Foi criado o Mestrado na UFRJ. Na ocasião fiquei muito desapontada porque eles não aproveitaram os meus créditos da especialização. Validaram apenas os créditos daqueles alunos que já eram professores da Federal. O professor *Sgarbi* chegou a conversar com a coordenadora do mestrado, a professora *Eulália Maria Lahmeyer Lobo* a respeito do meu caso, mas não aproveitaram nenhum crédito mesmo, por isso tive que fazer a prova de seleção de novo.

Valdei Araujo: E a organização desse momento já pressupunha a escrita de um trabalho final? Você chegou a escrever algo?

Lucia Guimarães: No curso de especialização eu fiz para a *Célia Freire* um trabalho de História Quantitativa, sobre as *rotas do açúcar e do ouro*. Não se tratava de uma pesquisa de fôlego, com fontes primárias. Apenas um estudo que tomava como modelo o de *Victorino Magalhães Godinho*.

Valdei Araujo: E os temas pesquisados? Quando se fala em pesquisa nessa época há certo predomínio de história colonial, ao menos o trabalho do *Amaral Lapa* parece apontar isso.

Lucia Guimarães: Na minha turma depois de mestrado, lembro-me que *Norma Musco*, era minha colega, hoje professora da UFRJ, foi para a área medieval. Daquele grupo, a *Ana Maria Moura* estudou século XIX, a *Marilene Rosa*, também era da turma, pesquisava escravidão, mas eu não tenho uma noção muito clara hoje do que todos faziam. Havia pessoas estudando colônia, mas também já havia aqueles que estudavam o Império. Inicialmente eu pretendia fazer o mestrado sob a orientação da *Célia Freire*. Mas ela viajou para a França e eu escolhi como orientadora a *Maria de Lourdes Viana Lyra*. Escrevi então minha dissertação sobre a Sociedade Defensora, um trabalho que estou ainda devendo para publicação.

Valdei Araujo: E porque sobre a Defensora naquele momento? Já é um tema de História Política, não?

Lucia Guimarães: Tem certas questões que os grandes esquemas analíticos não conseguem explicar. Os grandes esquemas analíticos jamais conseguiram explicar porque a república não se instaura no período regencial, após a Abdicação. O problema é esse. Eu me lembro que esse problema me foi colocado pela *Célia Freire*. A questão que me instigava era saber o porquê de a República não ter sido proclamada em 1831?

242

Valdei Araujo: E quem era o estado da arte dessa discussão de Primeiro Reinado nesse momento?

Lucia Guimarães: Nesse momento, basicamente, os textos da *História Geral da Civilização Brasileira* e da coletânea *1822: Dimensões*. O capítulo sobre o período regencial da HGCB escrito por *Paulo Pereira de Castro* é muito importante até hoje. O mesmo acontece com os que foram preparados por *Francisco Iglésias* e pelo próprio *Sérgio Buarque de Hollanda*, que escreveu um dos melhores textos sobre a falta de unidade das províncias, articulando-a ao movimento da Independência, *A Herança Colonial*. Nós só conseguimos entender a mão de ferro centralizadora do Segundo Reinado a partir da *Herança Colonial* de Sérgio Buarque.

Valdei Araujo: A desagregação como um legado essa é a ideia do Sérgio.

Lucia Guimarães: Pensando bem, eu acho que a colonização portuguesa, o seu legado é desagregador, sim. Porque aí você tem que entender os diferentes brasis. É certo que há um legado do período joanino, que de algum modo contribuiu para aglutinar as províncias do Centro-Sul, mas não foi isso que *aconteceu*

no Norte. Lá ocorreu uma coisa que a historiografia ainda precisa explicar melhor. Ou seja, que a independência não foi concomitante nos antigos territórios portugueses da América. Foram datas diferentes, ritmos diferentes, circunstâncias históricas diferentes. Eu acho que compreender isso é fundamental. E aí vou entrar no Instituto Histórico. Em 1922, no centenário da proclamação, o Instituto realizou um Ciclo de conferências denominado *As Independências*. A independência na Bahia só se deu em 1823, no Pará, em 1825.

Valdei Araujo: Existe uma tradição brasileira de escrever história política?

Lucia Guimarães: Sim. Não tenha dúvida. Essa tradição vem do tempo do *Varnhagen*. E teve continuidade através de um *Nabuco*, de um *Oliveira Lima*, do próprio *Pedro Calmon*, antes tão desdenhado e hoje historiador bem avaliado, de *Otávio Tarquínio*, de *Tobias Monteiro*. E aí nós aprendemos o seguinte: quando uma escola historiográfica surge e pretende se afirmar como tal, é óbvio que ela irá desqualificar a anterior. É isso que ela faz, ela identifica lacunas, aponta para aquilo que está pouco explorado, tal como fez *Capistrano de Abreu* em sua crítica a *Varnhagen*. Será que *Capistrano* é tão diferente do *Varnhagen*? Não. Ele foi buscar as brechas deixadas pelo Visconde, e ali se inseriu. Mais ou menos assim: *Se ele veio pelo litoral eu vou pelo interior*.

243

Valdei Araujo: Isso também ajudaria a explicar certas opções disciplinares, sendo natural que a história política e o Estado apareçam em primeiro plano nesse “caminho do litoral”; e no outro, que busca o interior, será mais relevante as dimensões da história social e da vida material.

Lucia Guimarães: Não tenha dúvida, via de regra o historiador examina a produção existente, identifica as falhas e pensa: é aqui que eu me encaixo. O grande problema, eu acho, é que levamos ao pé da letra as recomendações dos *annalistes* quando nem eles mesmos faziam isso. Eu me lembro que você era meu aluno, quando mostrei em sala a edição de cem anos do conhecido manual do Langlois e Seignobos, com prefácio de *Madeleine Rebérioux*, da segunda geração de *Annales*, fazendo *mea culpa* e reconhecendo que em matéria de metodologia tratava-se de obra intemporal. No Brasil, deixou-se de lado a História Política, que passou a ser considerada como sinônimo de *petite histoire*. Só que existem fenômenos que não se explicam sem uma incursão na *petite histoire*. Você tem de ir no “miudinho” para explicar como se processavam as negociações, as alianças políticas, as fraturas, as fusões. E isso só vem à tona no “miudinho”. Porque em abordagem estrutural isso não vai aparecer.

Valdei Araujo: E porque o século XIX?

Lucia Guimarães: Por que o século XIX é fascinante. É um século de aceleração do tempo: os contextos mudam, as ideias se multiplicam, novas

invenções aparecem.

Valdei Araujo: Seria muito difícil adotar as análises estruturais dos *Annales* para o século XIX? Ao mesmo tempo, no Brasil, é um dos séculos fundamentais da nossa história, em que nascemos ou fomos inventados como Nação.

Lucia Guimarães: Não tenha dúvida. Basta dizer, que as grandes figuras do movimento de *Annales* estudaram, sobretudo, o período medieval. Quando muito, chegaram à idade moderna, tal como o próprio *Braudel*, em *O Mediterrâneo e a época de Felipe II*. Por outro lado, a ideia de que o estudo do Estado era um território interdito ao historiador teve um efeito perverso. Porque se deixou de estudar temas relevantes, como é o caso da atuação da Sociedade Defensora. Que associação era essa, que chegou a ser considerada pelos seus críticos como um Estado dentro do Estado? Quais foram os seus associados, que postulados ideológicos adotou? E quais as suas práticas políticas? Mas não fui eu apenas que enveredei pela história política, não. Meu colega de mestrado, o *Wlamir Silva*, também se aventurou por esse campo, e uma série de outros colegas que já se debruçavam sobre história política na década de 1980. Não sei se conscientemente vislumbrávamos a renovação do campo, porém já tateávamos as suas relações com o social, com o cultural. No meu trabalho sobre a Sociedade Defensora destaquei a dimensão política alcançada por suas festas. De qualquer modo, quando fui para o Doutorado na USP percebi que lá a história política nunca deixou de ser estudada, em que pese a influência de *Annales* e da reverência prestada a *Braudel* – que foi professor na USP, nos anos 1930. Talvez por causa da influência do *Sérgio Buarque de Hollanda*. Não se pode esquecer que *Sérgio* dirigiu a coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, em um momento em que historiografia se guiava por tendências econômicas de viés marxista, ou então pelo modelo estruturalista.

244

Valdei Araujo: Talvez tenha sido o último momento em que tivemos um projeto editorial que juntou a ponta da historiografia, mas produziu uma obra de apelo amplo. Não é uma obra para um público especializado apenas. Está na estante de advogados, de médicos...

Lucia Guimarães: Nesse ponto o *Sérgio* foi muito inteligente. Ele reuniu especialistas de áreas diversas. Mas não tomou a economia como eixo da coleção; o eixo era político. Isto me faz lembrar de outra coisa, de um texto dele que gosto muito, em que examina a proclamação da República, *A Fronda Pretoriana*. É um texto cujo título tem um enorme apelo. Em última análise os proclamadores da República formavam a guarda pretoriana do Imperador. Então, o *Sérgio* teve uma perspicácia muito grande. Uma picardia, mesmo.

Valdei Araujo: Esse ano completou oitenta anos de formação dos *Annales*. Qual o legado dos *Annales* na sua trajetória?

Lucia Guimarães: Eu acho que a herança dos Annales é importantíssima. O movimento nos legou a noção de totalidade, a ideia de temporalidades múltiplas e nos ensinou a pensar de maneira interdisciplinar. O que de certo modo explica a própria recuperação dos estudos de história política. Mas tem que ser a história política renovada. Você tem que articular, até porque eu gosto muito de fazer a contraprova, se você não tem o político você não tem a totalidade. É um lado da análise que é importante. O legado deles eu considero fantástico, só acho que não podemos nos apoiar apenas nesta escola historiográfica. A escola anglo-saxã sempre foi extremamente representativa, embora não chegasse aqui, a não ser no caso do Hobsbawm devido à relação com o marxismo e com a esquerda. O Thompson também é importantíssimo e o eu considero melhor ainda que o Hobsbawm, quando do uso da noção de totalidade.

Valdei Araujo: Agora eu queria que você falasse um pouco sobre a sua formação de pesquisadora.

Lucia Guimarães: Minha formação de pesquisadora começou para valer no mestrado, exceto aquele rápido ensaio com o projeto de *Maria Yeda Linhares* e *Bárbara Levy*. Hoje as gerações mais novas podem se inserir na pesquisa na graduação, por meio de bolsas de iniciação científica. No tempo em que eu fiz graduação isso não existia. O mestrado oferecia bolsas da CAPES. A minha experiência de pesquisa mesmo, exceto aquele breve ensaio de ir ao arquivo, só começaria no mestrado. Obvio que eu sendo aluna de metodologia e de teoria da *Célia*, tinha uma vantagem, pois as minhas dúvidas eu tirava com ela. Tive uma formação muito boa nos cursos de paleografia com Professor *Hasselman*, um erudito, muito famoso na UFRJ, foi um grande paleógrafo, uma referência, acho que pertencia ao Arquivo Nacional ou à Biblioteca Nacional. O certo é que por causa da Sociedade Defensora precisei fazer um estudo de fontes diversificado. Não me restringi aos documentos da Sociedade, ou ao seu próprio periódico "O homem e a América". Eu tive que investigar os Anais da Câmara e a "Aurora Fluminense" - jornal publicado por *Evaristo da Veiga*, que era o secretário perpétuo e principal mentor da Defensora. Eu acho que minha experiência começou a se enriquecer a partir daí.

Valdei Araujo: E qual foi a sua conclusão estudando a Sociedade Defensora que ainda te persegue até hoje? Ou seja, o que te inquietava ali que ainda te inquieta?

Lucia Guimarães: Algumas coisas eu já consegui explicar, mas o que ainda me inquietava é porque a República não foi proclamada em 1831. Foi o problema que a *Célia* me deu para discutir. Até por que você tem um conjunto de personalidades que atuaram na Sociedade Defensora, de 1831 a 1836, que são os mesmos que vão estar na fundação do IHGB. Então uma coisa me levou a outra. A própria dinâmica da Sociedade Defensora levava com que ela se imiscuisse

em alguns serviços próprios do Estado. Ela agiu na educação. Fez, inclusive, um concurso de monografia sobre o tema “como não se ter mais trabalho escravo”.

Acho que o chamado Regresso constitui uma figura de retórica. O regresso é 1831, quando as circunstâncias históricas apontavam para a mudança do regime, e a República não veio. O que segurou isso afinal? É uma questão muito interessante. *Borges da Fonseca*, que era tido como um grande republicano liberal, foi um dos fundadores da Defensora, sugere o regime político de Monarquia Federativa, ou uma federação monárquica. Ou seja, não vejo tanto naqueles homens o ideal republicano, mas vejo sim aquela herança que o *Sérgio Buarque de Holanda* nos mostra, que depois a *Miriam Dolnikoff* foi estudar.

Temos que pensar em alguns fatores: 1) Essas pessoas tiveram uma socialização semelhante, conforme a tese de *José Murilo de Carvalho*. Mas acho que além dessa socialização, temos que considerar que elas vivenciaram experiências semelhantes e seus horizontes de expectativa não são muito diversos. E por qual motivo não o são? Aqui temos um ponto fundamental: o exemplo da América Espanhola. No momento em que esses indivíduos vêm as coisas politicamente difíceis, que eles percebem que a brecha aberta pela abdicação poderia levar a uma ruptura com o regime, eles dizem “Não, nós não podemos nos fragmentar”. E aí o curioso é que de Norte a Sul todos eles dizem isso, seja o parlamento conservador ou liberal. Essa concepção de unidade é muito interessante...

246

Valdei Araujo: Falávamos do Sérgio Buarque de Holanda e do legado desagregador. Esse não seria um legado agregador, principalmente no que se refere à administração?

Lucia Guimarães: A administração colonial portuguesa é muito eficaz nesse ponto.

Valdei Araujo: De maneira geral essa elite que nos identificamos não é uma elite reformista no sentido lusitano que associamos ao Marquês de Pombal? Talvez não esteja aí essa unidade ideológica?

Lucia Guimarães: Sim, ela é formada nesse contexto, mas não só. Muitos foram formados também na França e na Alemanha, como é o caso do *Borges da Fonseca*. Na França há a ideia de restauração e na Alemanha unificação, talvez por isso a tal federação monárquica que *Borges da Fonseca* defendia.

Valdei Araujo: Agora você poderia nos falar mais um pouco do IHGB.

Lucia Guimarães: Os fundadores do IHGB, em 1838, eram indivíduos que estavam em pontos-chaves do Estado. Creio que no seu entender, havia chegado o momento de dotar o Império de um passado. Uma das formas de

se conseguir unidade e coerência, além da língua, é criando um passado comum. É isso que eles fazem.

Valdei Araujo: Então, para você foi bastante natural sair da Sociedade Defensora em direção ao IHGB, praticamente acompanhando a trajetória dessas pessoas.

Lucia Guimarães: As pessoas eram praticamente as mesmas, com exceção do *Evaristo*, que morreu. Estavam presentes no IHGB *Januário da Cunha Barboza*, *José Clemente Pereira*, *Cunha Matos*, entre outros. Uma vez me perguntaram: mas não haveria uma alternativa? Eu respondi: pense em um órgão que funcionava dentro do Paço, protegido pelo Imperador, que afinal de contas era um garoto, e dirigido por indivíduos que o conheciam desde que ele nasceu como era o caso do *Januário*, do *Marquês de Sapucaí* e outros. É razoável acreditar que dali iria sair algo de diferente? Cabe-nos pensar como é que esses indivíduos cortaram e recortaram esse mosaico até lhe dar uma forma, cuja melhor expressão é a obra de *Varnhagen*.

Valdei Araujo: De alguma maneira você está fazendo a história de indivíduos?

247

Lucia Guimarães: Não, na verdade trata-se muito mais da história das instituições. A Sociedade Defensora, diga-se de passagem, embora de natureza conservadora, o seu *modus operandi* inspirava-se na atuação do Clube dos Jacobinos, inclusive a ideia de estabelecer filiais em outras cidades do Império. Se não me engano, quem apontou essa semelhança foi *Holanda Cavalcanti*. Eles costumavam atuar como um grupo de pressão. Encaminhavam representações à Câmara, assinavam petições e na época das eleições acionavam as filiais do interior para assegurar a vitória dos seus candidatos, a exemplo do que fazia a entidade francesa durante a Revolução. Foram as filiais do interior, conduzidas por *Evaristo da Veiga*, que garantiram a eleição do *Padre Feijó*.

Valdei Araujo: Queria que você falasse um pouco mais do seu estilo de fazer história da historiografia enquanto uma história institucional.

Lucia Guimarães: Eu acho que você compreende melhor a história da historiografia se perguntando onde e como se processou a operação historiográfica. Pensando conforme *Michel de Certeau*, o historiador tem escolhas – ele seleciona as fontes, escolhe os recortes, constrói as problemáticas que quer demonstrar. Ou seja, ele tem uma orientação teórico-metodológica, mas escreve de um determinado lugar. Talvez tenhamos embarcado um pouco demais na ideia francesa da autonomia do intelectual: essa autonomia é relativa. Podemos comprovar isso quando vemos a trajetória de um *Braudel*, ou mesmo de *Febvre*. Este último, enquanto não foi para Paris, enquanto não se instalou

na Sorbonne, não alcançou grande repercussão. Depois da Segunda Guerra, enquanto ele não funda a Escola de Altos Estudos as coisas também não fluem.

Valdei Araujo: Mas não há também um fator político atuando? Afinal de contas, a maior parte desses lugares são construídos por esses intelectuais. No caso do IHGB, você demonstra bem, há uma tradição de sociedade para intervir na Política e uma concepção de história que é anterior ao próprio instituto, ou seja, não se cria o IHGB e depois se concebe uma história.

Lucia Guimarães: *Januário da Cunha Barbosa*, naquele texto que dizem que é a primeira lição de metodologia da história do Brasil, deixa isso muito claro. Dá para ter clareza de uma coisa: o projeto era um Império retrospectivamente projetado no passado. Agora, como fazer isso era muito complicado. *Januário* achava que as coisas deveriam ser feitas de forma centralizada, já o *Visconde de São Leopoldo* — assim como *Cunha Matos* — propunha algo parecido com o projeto das academias do século XVIII, na medida em que achava que deveria ser feito primeiro as histórias provinciais. O que podemos notar é uma tensão, visto que as visões que se tinha da história não eram únicas. Isso é perceptível nas atas, onde notamos que a discussão era patente, embora o que era publicado na revista transmitisse a falsa ideia de consenso.

Valdei Araujo: Podíamos falar um pouco mais sobre sua tese. Nela você analisa o IHGB, continua fazendo uma história da historiografia que é também uma história política...

Lucia Guimarães: Eu não entendo uma história da historiografia dissociada dos contextos em que ela foi produzida. Veja-se Koselleck, por exemplo, quando ele fala de *espaço de experiência e horizonte de expectativa* não podemos deixar de ter em mente que ele o faz de uma Alemanha que se encontra em uma posição intermediária. Então eu acho que a gente deve considerar a situação de onde essa reflexão surgiu e como influencia a produção historiográfica.

Valdei Araujo: Quais os modelos que você tinha para escrever sua tese de doutorado? Se considerarmos o *José Honório Rodrigues*, o modelo dele, apesar de tudo, propõe uma história da historiografia independente da história da literatura. Ele estava se referindo ao fato de que em geral os textos de história eram avaliados dentro de livros como os de *José Veríssimo* e *Sílvio Romero*. Portanto, os critérios estéticos vinham a frente dos critérios historiográficos. Apesar de representar um avanço, ele não produziu esses critérios para orientar a história que fazia, pois creio ainda se tratar de uma história de nomes e livros. A sua geração, que inclui o Manuel Salgado, Afonso Carlos Marques dos Santos, dentre outros, começou a mudar isso. Como foram produzidos esses modelos?

Lucia Guimarães: Os modelos aparecem no momento em que você contextualiza e começa a desenvolver o seu problema.

Valdei Araujo: Seria a emergência de uma consciência historiográfica? Por que no caso do José Honório a preocupação era de saber se a disciplina histórica estava evoluindo...

Lucia Guimarães: Não sei. Se pensarmos na historiografia brasileira talvez pudéssemos afirmar que *Varnhagen* tinha uma consciência historiográfica fantástica; *Capistrano* também. Mas essa consciência reflete um tempo: o deles. No nosso caso, o que acontece é que começamos a aprender que, primeiro: a historiografia não tinha que ser pensada em separado da literatura; segundo: nós aprendemos que só a escrita pela escrita não abarcava todo o problema. Vou te apresentar um problema fantástico: como explicar a censura que a História Geral do Brasil, de *Vanhagen*, recebeu dentro do próprio IHGB? Podemos explicar isso por dois caminhos. O da sua opção por um romantismo à moda luso-brasileira, distinto, portanto, do romantismo de viés indianista. Neste sentido, dá para observar como as duas facções disputavam a primazia no Instituto. Sem mostrar essas tensões, ou distinguir que nem sempre se tratavam de disputas meramente intelectuais, fica difícil explicar...

249

Valdei Araujo: Você acha que sem entender a historiografia do século XIX é possível entender o século XIX?

Lucia Guimarães: Não, porque você começa a ter uma série de visões deturpadas. É a historiografia que confere sentido ao século XIX. E é ela também que mostra de que maneira esse sentido foi superado. O grande problema é que a história é um campo do conhecimento passível de superação e essa superação é mais rápida do que podemos pensar.

Valdei Araujo: Eu vejo isso na diferença entre a sua geração e a do José Honório. Para vocês a ideia de Nação é mais problemática. Nem a história da historiografia que o José Honório fazia ou a que o Carlos Guilherme Mota ensaiou tinham na Nação seu foco central.

Lucia Guimarães: O grande problema é esse. Essa é uma questão do século XIX que nós nos apropriamos. Neste sentido, eu faço a seguinte pergunta: o que é a Nação no Brasil? Se pensarmos corretamente, como você exige de uma antiga colônia que de uma hora para outra se transforme em uma Nação aos moldes de uma Prússia, por exemplo? O nosso caso eu acho que é mais complicado, e o estudo do Instituto Histórico me mostrou que eu estava correta. Se a América portuguesa, originalmente, era aquela demarcada pelo Tratado de Tordesilhas, desse ponto para o Sul, para o norte, e para o oeste, foi tudo conquistado. Então nos indagamos: que Nação é essa? Começamos a pensar

que a cada cem anos a linha de Tordesilhas avançava, então como é que podemos ter uma ideia de Nação diante desse fenômeno que eu acabo de descrever, que se reveste de características muito peculiares. Territórios de características geográficas e climáticas diversas; populações heterogêneas; épocas de conquistas diferentes que implicam várias cronologias.

Valdei Araujo: O que você está dizendo é que essa história nacional é inventada. Mas qual é a natureza dessa invenção? Ela acaba sendo também um dos vetores da estabilidade desse Estado?

Lucia Guimarães: Sem dúvida. E o responsável por tal invenção foi o Instituto Histórico. Temos um Estado onde se fala português e que de certa maneira se percebe como herdeiro do Império ultramarino português. Por outro lado, também não se pode esquecer que quando D. João VI regressa, e aí há uma contradição, ele deixa um Estado mais ou menos organizado, o que não acontece com os nossos vizinhos, cujo processo de consolidação do Estado só completaria bem mais tarde.

Valdei Araujo: O próprio IHGB só é possível porque existe esse Estado...

Lucia Guimarães: Não tenho dúvida disso. Se isso é uma construção? É. E alias, todo o resto é construído...

250

Valdei Araujo: Parte da historiografia tomou essa invenção no sentido apenas negativo, sendo então entendida a produção intelectual a ela associada como mera ideologia, o historiador tinha então que buscar coisas mais profundas, que efetivamente explicassem...

Lucia Guimarães: Pois é. Mas que coisas profundas são essas? Só conseguimos entender essas "invenções" com dois elementos que se cruzam. Um é de natureza epistemológica e o outro são as próprias circunstâncias históricas, com as quais o historiador tem de dialogar. É nesse cruzamento que as coisas vão acontecer. É aí que você vai imaginar: que Nação é essa? Que Estado é esse?

Valdei Araujo: Voltando a sua tese, a hipótese central é que o IHGB produz uma memória e não propriamente uma história.

Lucia Guimarães: De fato. Ele não produz uma história. Ele produz uma memória, cujas premissas estão desenvolvidas na obra do Varnhagen, embora censurada pelo próprio IHGB. *Era uma história-memória*. O que faziam os fundadores do IHGB? Estavam organizando os materiais, estavam dando as orientações. Eu tenho uma aluna que está terminando uma dissertação muito interessante sobre aquilo que eles chamavam de *programas históricos*. Que na

verdade não são bem programas históricos como nós hoje concebemos, porque se tratavam de temas para estudo que revelam preocupações contemporâneas. Como é que se resolve o problema do Índio? Chamando os Jesuítas para fazer outra catequese. Da mesma maneira que eles apresentam questões de ordem epistemológica, ligadas à institucionalização da disciplina, há uma retórica que reflete problemas sociais e políticos do momento. Os membros do IHGB estavam no Rio de Janeiro e precisavam de materiais que os permitissem a conhecer a antiga capitania do Rio Negro...

Valdei Araujo: Mas eu volto em uma questão. Todos esses problemas de alguma maneira já estavam pautados por aquela elite reformista – como o conhecimento do território e a própria ideia de programa mais pragmático – assim como estão também na Academia de Ciências de Lisboa.

Lucia Guimarães: Nem todos...

Valdei Araujo: Eu gostaria que você falasse sobre as diferenças.

Lucia Guimarães: Eu acho que temos uma diferença básica: primeiro, a Academia possuía objetivos diversos. Quando ela faz aquele programa de investigação ela está buscando subsídios para manter o Império colonial. Aqui, nos estamos buscando subsídios para, de alguma forma, homogeneizar o que já se conhece.

Valdei Araujo: Ou seja, a ideia de Nação tem um lugar diferente nos dois programas...

Lucia Guimarães: Sim, os intuitos são diferentes. A Academia estava buscando resolver problemas da Nação Portuguesa, incluindo o seu Império ultramarino. Isso porque o Reino que se encontrava aquém dos progressos alcançados pelo império colonial inglês e mesmo o francês. Agora no caso do IHGB a situação era diferente. Era uma Nação que tínhamos que construir. Para isso, tinham que dotá-la de um passado comum; criar na população o sentimento de pertencimento.

Valdei Araujo: Então poderíamos dizer que com a Independência os projetos nacionais de Brasil e Portugal começam a divergir, o que explicaria, em parte, essa diferença da historiografia brasileira da portuguesa no pós-independência? Por exemplo, nós não temos um historiador como *Alexandre Herculano*, no qual uma agenda liberal de luta contra permanências religiosas na historiografia foi uma espécie de programa.

Lucia Guimarães: Os projetos e as ideias são diferentes, embora tivessem muita influência sobre Varnhagem e outros mais. Mas, repare, aqui nós estamos

criando praticamente do zero. Lá não...

Valdei Araujo: Seria um acerto de contas com o passado...

Lucia Guimarães: Naquele texto que eu escrevi sobre a historiografia e d. João VI, cuja primeira versão foi publicada pela a revista da Academia Brasileira de Letras, eu mostro como em Portugal houve um acerto de contas com a história. Não se esqueça de uma coisa importantíssima: 1822 é o início do fim; é o início da derrocada do Império Colonial Português.

Valdei Araujo: O Herculano vai escrever a história de Portugal, mas vai escrever também a história da Inquisição...

Lucia Guimarães: Mas porque que ele vai escrever a história da Inquisição? Qual é a dinastia mais arrasada pela Inquisição? É a dos Bragança. d. Maria que era supersticiosa; O d. João que considerado carola. Isso é uma coisa complicadíssima. Ninguém nunca entendeu porque a historiografia brasileira reverencia tanto o d. João e a portuguesa não. Por que o filme de Carla Camurati causou tanta repulsa aos historiadores? Porque o d. João para nós é o d. João do Oliveira Lima. Enquanto que para os portugueses, ele é o d. João de Oliveira Martins, que perdeu a mais preciosa jóia da Coroa dos Bragança

252

Valdei Araujo: E o da Carla é o d. João português...

Lucia Guimarães: Exatamente. É o d. João português. Foi Oliveira Martins que desenhou a figura caricata de d. João indeciso, pouco asseado e com os frangos nos bolsos. Então foram os próprios portugueses os responsáveis por esta interpretação. Mas, por quê? Porque a vinda para o Brasil, seguida da independência marca o início da decadência.

Valdei Araujo: Não sei se você percebe também uma mudança grande, e eu acho que seu trabalho fez parte disso, na própria avaliação da história do Brasil. Os trabalhos sobre Independência, por exemplo, mesmo de José Honório e alguns marxistas, sempre a trataram como um falso evento, que não transformou nada, que não foi uma revolução...

Lucia Guimarães: Porque para eles o modelo é o da ruptura. O modelo é o da América Hispânica. E há uma historiografia por lá que ajuda a consolidar isso. Só que ultimamente na própria América hispânica vêm acontecendo coisas fantásticas. Eu me lembro que alguns anos atrás, uns quatro ou cinco anos, num congresso de americanistas, houve uma briga entre duas venezuelanas. Uma dizia que Bolívar queria ser imperador e mostrava cartas assinadas pelo general para todo mundo. A outra dizia que não. Ai conversando com a *Francisca*

Azevedo ela me confirmou a intenção de *Bolívar*, e disse que não precisava ir muito longe, bastava reler as atas do Congresso de Tucumã e ver que *Manuel Belgrano* propôs estabelecer um império: no trono seria colocado o herdeiro de um Inca, casado com uma princesa brasileira. Isso está escrito. A historiografia faz escolhas. Escolheu-se falar do Congresso Tucumã, mas guarda-se silêncio a respeito da proposta de *Belgrano*. Alias, foi contra essa opção que a Grã-Bretanha e a França se puseram.

Valdei Araujo: Queria aprofundar a relação com IHGB. Depois da tese de doutorado você escreveu também sua tese de titularidade sobre o IHGB na Republica.

Lucia Guimarães: É um dos trabalhos que eu mais gosto.

Valdei Araujo: Então os fale um pouco dele...

Lucia Guimarães: Essa tese foi escrita na contra-mão da cronologia proposta por *Francisco Iglésias*. Eu peço licença ao falecido Professor *Iglesias* para discordar dele. Criou-se toda uma historiografia achando que o marco temporal da profissionalização dos historiadores seria no final da década de trinta, alias 34-35, com a criação das Faculdades de Filosofia. Só que não é. As faculdades formavam professores de ensino médio, não formavam historiadores. Quando acabei o meu doutorado, me candidatei a uma bolsa de produtividade do CNPq, não ganhei da primeira vez, nem da segunda, mas da terceira eu ganhei. O projeto apresentado pretendia dar continuidade ao doutorado, com uma pesquisa sobre a atuação do Instituto Histórico depois da queda da Monarquia, quando perdeu o mecenato de d. Pedro II. Isso é um problema. Eu comecei a investigar e percebi que o Instituto quase foi fechado, eles retiraram as verbas. Porém, o Instituto ofereceu resistência: criou a classe dos Sócios Beneméritos, que passariam a financiá-lo. Há uma crítica contundente aos Beneméritos feita pelo *Visconde de Taunay* naquele livro, o *Encilhamento*, quando ele os censurava porque iam para o Instituto, vestiam o fardão literário e se "achavam". O IHGB deixa a insolvência e, ao mesmo tempo, passa por um momento de renovação. Paralelo a isso, no mundo político, encerra-se o ciclo da República da Espada e as oligarquias voltam ao poder. Eu comecei a perceber que, ao contrário do que se apregoava, o Instituto não era só um espaço de reconhecimento. Até porque lá se realizaram os primeiros congressos de história nacional. Então, no IHGB é que se discutiam as novidades, se propunham os temas. Com a continuação da pesquisa eu verifiquei, inclusive, que o Instituto teve um segundo grande mecenas, Getúlio Vargas, no primeiro e no segundo governo. As primeiras teses produzidas no ambiente universitário datam de meados dos anos quarenta: nomeadamente os trabalhos do Professor *Eduardo França*, de *Alícia Canabrava* e de *Olga Pantaleão*. Mas, aí vem minha pergunta, em qual espaço esses especialistas foram buscar o reconhecimento das suas

respectivas teses? No IV Congresso de História Nacional, promovido pelo Instituto Histórico, em 1949. Afinal de contas, quando é que começa essa importância do pessoal formado pelas universidades? Creio que na virada da década de 1960.

Valdei Araujo: E como é que você entende o fato de um Instituto Histórico, certamente um dos mais antigos do mundo, com uma vida institucional estável, regular, sobreviveu a uma série de transformações políticas.

Lucia Guimarães: Olha, talvez essa tenha sido a grande lição que o IHGB tomou com o fim da Monarquia. Apesar de sempre ter sido um órgão particular, defrutava das benesses do Imperador. Não só o Instituto Histórico, também o Instituto dos advogados, a Academia Imperial de Medicina e outras instituições culturais. Mas o que se aprendeu quando o governo republicano cortou verbas, quando entraram em cena os Beneméritos que mal assinavam o nome, conforme as palavras do Visconde de *Taunay*, mas enfim, o IHGB se deu conta de que não deveria permanecer à sombra de um Estado. É obvio que a revista ainda é editada pelo governo, na gráfica do Senado Federal. O Instituto tem renda garantida, pois é proprietário daquele prédio onde está instalado.

Valdei Araujo: Você conseguiria recuperar os nomes dos grandes diretores do instituto para você, aqueles que conseguiram manter o espírito da casa...

Lucia Guimarães: Eu acho que, primeiro, no tempo do Império não poderíamos dizer que eram os diretores, pois a grande figura ali era o Imperador. *Antonio Candido* tem uma frase que eu acho ótima no livro *Momentos Decisivos*, ele diz o seguinte: Essa geração de intelectuais do Império tinha um olho na arena literária e o outro no Imperador. Então eu acho que a figura chave ai é o Imperador. Na República eu acho que é aquilo que chamei de Trindade do Silogeu, formada por *Max Fleiuss*, *Afonso Celso* e *Ramiz Galvão*.

Valdei Araujo: Você tem uma relação de parentesco com o Max Fleiuss?

Lucia Guimarães: Sou bisneta dele. Eu sempre admirei muito o Fleiuss. Desde menina gostava de ler seus livros que pertenciam à minha avó, que era filha dele. Mas ninguém da família estudava história. Estavam lá os livros na estante, eu olhava aquilo. Mais tarde, depois de formada, eu me debrucei sobre a sua obra vi como ele era interessante. Um sujeito que estuda teatro no Brasil, em 1910, discute o descobrimento, e se preocupa em registrar a participação de D. Leopoldina no processo da independência. O lado mais tradicional da sua obra, por assim dizer, ficou por conta da *História administrativa do Brasil*, que reflete a orientação de *Langlois e Seignobos*. Mas ele gostava de certos objetos inusitados. E tinha algumas metodologias, por exemplo, ele tem um texto maravilhoso sobre a coroação de *D. Pedro I*. Você sabe qual foi a fonte

que ele usou? Só jornais de época, fazer isso em 1908-1909 tinha que ter uma cabeça diferente. E ele era secretário perpétuo do IHGB, mas isso eu só tomei conhecimento muitos anos depois. Aliás, eu só tomei conhecimento quando eu fui estudar o IHGB no século XX. Aí sim comecei a perceber como o relacionamento dele com o *Ramiz Galvão* e o *Conde Afonso Celso* era uma coisa afinada. O *Fleius* é um historiador que eu passei a admirar depois que eu o estudei mais a fundo. Sua correspondência revela uma figura bastante respeitada e funcionava como uma espécie de ponto de interseção entre diversas redes de intelectuais. As cartas que trocou com *Afonso de Taunay*, de quem era muito amigo, mostra como é que essas redes intelectuais se formavam, como se trocavam os favores, as edições, os empregos, isso tudo aparece. Era uma figura interessante do meio intelectual do Rio de Janeiro.

Valdei Araujo: Quando consideramos o tipo de vida intelectual, de produção historiográfica que o Instituto permitiu durante boa parte da República, e que hoje nós conhecemos cada vez mais, e que é uma história de muita qualidade, muito complexa, e não apenas aquela estereotipada “história tradicional”, enfim, durante muito tempo apontamos apenas para o lado negativo, a ausência de universidade, de carreira, de autonomia ou profissionalização. O que você apontaria como vantagem nesse modelo e que hoje ainda poderia ter validade?

255

Lucia Guimarães: Às vezes chego a ter inveja da erudição daqueles sujeitos. Mas falando do presente, eu creio que o Instituto Histórico reconhece a pluralidade de vocações e de modelos de institucionalização dos estudos históricos. Outro dia mesmo, estava sendo marcada a posse do antropólogo *Roberto Da Matta*. Há historiadores que vieram da Universidade, diplomatas como *Alberto da Costa e Silva*, arquitetos como *Dora Alcântara*, voltada para as questões do patrimônio. Eu acho que essa pluralidade no IHGB mostra que a historiografia universitária não esgota o campo, nem as formas de se escrever história. De mais a mais, se o Instituto recebia as benesses da Coroa, hoje nós acadêmicos recebemos verbas do CNPq. O Estado mudou, mas nossa relação ainda é com ele. Por isso considero a autonomia acadêmica como algo sempre relativo. Nos anos em que o Cnpq fecha o cofre, o número de livros de história diminui. Podemos fazer essa comparação com o IHGB do período imperial

Valdei Araujo: como você vê sua atuação dentro do IHGB hoje?

Lucia Guimarães - Desde 2005 que sou sócia, recentemente passei para o quadro dos titulares. Tenho procurado contribuir, organizando, junto com a *Maria de Lourdes Viana Lyra*, as sessões das CEPHAS – Comissão de Estudos e Pesquisas Históricas – onde especialistas têm se apresentado e discutido os resultados de suas investigações. O IHGB hoje está vivendo um momento impar, que em parte deve ser creditado ao seu atual presidente, o Professor *Arno*

Wehling.³ Esse momento começou na presidência de *Américo Jacobina Lacombe*⁴ e passou por *Vicente Tapajós*. Como podemos avaliá-lo? Primeiro, pela afluência de pesquisadores às reuniões da CEPHAS, seja de antigos sócios seja de recém doutores, como na semana passada quando *Marilda Ciribelli*, que foi minha professora na graduação, apresentou um trabalho interessantíssimo sobre o homem Machado de Assis. Ao lado de Marilda, apresentou-se um recém doutor. Com isso conseguimos mostrar um pouco da riqueza da historiografia, dos campos em que ela se divide, ou que tangencia. Por exemplo, ainda nesse mês de agosto recebemos uma pesquisadora, a *Alice Viveiros de Castro*, que é especializada em história do circo. Assim, o que procuramos é mostrar essa diversidade e pluralidade, colocando em contato diversas gerações de historiadores, com formações e atuações profissionais distintas, até mesmo aqueles que escrevem a história sem fazer da sua prática uma profissão.

Por outro lado, há certas tradições no Instituto que não devemos abandonar, a revista deve continuar publicando transcrições de documentos, e estudos críticos. Acho isso importantíssimo. O IHGB é um espaço aberto ao pesquisador, onde você pode levar o seu Notebook e contar com boa infraestrutura para trabalhar. A biblioteca está muito bem organizada, assim como a parte documental, novos acervos estão sendo arranjados e incorporados, cito aqui o trabalho desenvolvido pela professora *Regina Wanderley*.

256

Valdei Araujo: Existe algum projeto de digitalização desses acervos?

Lucia Guimarães - Sim. Alguns acervos já estão digitalizados, com verba federal.

Valdei Araujo - Brasil afora os pesquisadores sempre se queixam da lentidão com que esses acervos são disponibilizados

Lucia Guimarães - Eu já perguntei a professora *Esther Bertoletti*, que é inclusive minha colega no IHGB, por que o material do projeto Resgate não é multiplicado. Parece que há alguma limitação com relação a direitos. Eu realmente ainda não sei por que esse material que foi digitalizado não foi ainda colocado amplamente à disposição dos pesquisadores e do público em geral.

Valdei Araujo - Para finalizar, gostaria que você falasse um pouco como avalia o futuro dos estudos em História da Historiografia? Quais são as novas fronteiras para a pesquisa?

³ Presidente do IHGB desde 1996.

⁴ Advogado, historiador e professor, nasceu no Rio de Janeiro em 1909. Professor de história em diversos colégios, participou do grupo que lançou as bases da PUC-Rio. Foi secretário do CNE entre 1931-1939, diretor da Casa Rui Barbosa entre 1930-1967 e presidente do IHGB entre 1985-1991. Faleceu em abril de 1993.

Lucia Guimarães - Minha avaliação hoje não é muito diferente da que fiz há mais de dez anos, quando se inaugurava o mestrado da UERJ. A História da Historiografia é a disciplina mais bela que existe, mas também a que demanda maior esforço por parte do pesquisador. Pois ele não precisa saber apenas os protocolos de sua própria disciplina, ele tem que articular esses protocolos a contextos sociais, econômicos e políticos; a trajetórias pessoais e círculos de sociabilidades, a instituições e tradições intelectuais, enfim, é uma disciplina que tem um forte componente - lembro agora de *Braudel* - de totalidade. É uma disciplina que se caracteriza pela complexidade e totalidade. Nossos materiais de pesquisa não são apenas os livros, nossa fonte primária por excelência, mas uma crescente variedade de documentos. Eu tenho trabalhado muito com cartas de intelectuais, aliás, estou cansada de dizer que o melhor de *Capistrano* não está nos Capítulos, está nas cartas que ele redigiu. Tenho trabalhado também com materiais diversos que esses homens escreviam nos jornais, editoriais, resenhas, matérias, estudos históricos. A abertura do leque de opções documentais permite escrever uma história da historiografia mais estruturada. Com isso a disciplina só tem a ganhar, ampliando seus horizontes.

Na medida que a disciplina foi se firmando em nosso contexto, os pesquisadores despertaram para a importância de seus procedimentos. Quando falamos em estado-da-arte, eu me pergunto pela revisão historiográfica. Se partimos do pressuposto de que o conhecimento histórico é parcial, em constante transformação e passível de superação, no momento em que escrevemos, mesmo que estejamos apoiados em procedimentos teórico-metodológicos e em uma base documental sólida, para podermos fazer esse cruzamento será necessário uma revisão de literatura que absorva os procedimentos de uma história da historiografia.

Aqui na UERJ, nos cursos de pós-graduação, eu sempre peço aos meus alunos que o trabalho final da disciplina seja uma revisão historiográfica de seu tema. Isso evita que eles venham inventar a roda. Aliás, aprecio muito o esforço que você vem fazendo para esquadrihar a obra do visconde de Cairu, mas eu tenho certeza que o seu estudo começou com uma revisão historiográfica. Quem examinou a contribuição histórica do visconde de Cairu, mesmo que sob outras óticas? Além do estudo da Maria Odila, por exemplo, o que se avançou para o entendimento da obra de Robert Southey? Além disso, sempre é possível recuperar algo da fortuna crítica de uma obra.

É esse acúmulo em constante revisão que muda o conhecimento. Talvez, por isso, Clio seja acusada de musa volúvel e caprichosa. Veja a renovação porque passam atualmente os estudos de história política, com a abertura para outros campos de conhecimento. Autores antes malditos são agora retomados. A biografia, que por aqui foi meio abandonada, por influência francesa, já que o mesmo não aconteceu na tradição anglo-saxã - sabemos que o próprio E. P. Thompson foi autor de biografias. Conversando certa vez com *Laura de Melo e Souza*, ela me observou que sempre tivemos no Brasil uma boa tradição de pesquisa empírica, o *Taunay* em São Paulo, o próprio *Sérgio Buarque de Holanda*.

Também fiquei sabendo há pouco que, anualmente, professores como *Pedro Calmon* e *Américo Jacobina Lacombe* viajavam à Europa para se atualizar sobre abordagens historiográficas, mas não se deixavam seduzir pelo canto da musa, e mantiveram acesa a tradição erudita.

Valdei Araujo - Afora um enorme número de autores e historiadores que ainda não foram lidos a partir de uma ótica analítica mais rigorosa, falávamos há pouco, de uma personagem como o *Felix Pacheco*, *Tobias Monteiro*.

Lucia Guimarães - Assim que comecei a dar aula de historiografia brasileira na UERJ apareci um dia com o livro do Tobias Monteiro sobre a Independência. Os alunos quando viram formaram uma espécie de paredão. Tobias foi rejeitado, embora não se possa negar a importância de sua obra e a necessidade de estudá-la com profundidade.

Valdei Araujo - Otávio Tarquínio, cujas biografias eram vistas como uma espécie de história tradicional, acaba de receber um estudo muito interessante no doutorado de Márcia Gonçalves, que mostra um autor profundamente imbuído do debate internacional de sua época.

Lucia Guimarães - Hoje dispomos de um arsenal de metodologias e perspectivas teóricas que já permitem avançar no estudo desses autores. Por isso acho que a História da Historiografia vai ocupando um espaço cada vez mais importante no atelier dos historiadores, o que explica o incrível interesse pelo Seminário Nacional de História da Historiografia, que a cada ano tem atraído mais pesquisadores. Essas pessoas descobriram que não podem escrever história sem uma visada historiográfica; ao lado dos novos objetos, é preciso identificar as brechas deixadas por nossos antecessores, além de avaliar de que modo nos relacionamos com as nossas tradições historiográficas.

Valdei Araujo: Lucia, muito obrigado pelo seu tempo e pela gentileza de partilhar sua rica experiência conosco. Tenho a impressão que começamos com o pé direito essa série de entrevista que a História da Historiografia se propõem empreender.

*Rio de Janeiro, na sala da Direção do Departamento de História da UERJ,
em 08 de setembro de 2009.*

Pareceristas deste número

reviewers of this issue

Pareceristas deste número

Ana Teresa Marques Gonçalves
Andréa Lisly Gonçalves
André Luis Joaquinho
Arthur Assis
Carlos Oiti Berbert Junior
Cássio Fernandes
Claudia Beltrão
Daniel Mesquita Pereira
Durval Muniz de Albuquerque Júnior
Estevão de Rezende Martins
Fabio Wasserman
Felipe Charbel
Gilvan Ventura
Iris Kantor
José Antônio de Camargo Rodrigues de Souza
Kaori Kodama
Lucia Ricota
Luiz Costa Lima
Maria Filomena Coelho
Maria Aparecida Silva de Sousa
Pedro Spinola Pereira Caldas
Rodrigo Turin
Rebeca Gontijo Teixeira
Renato Lopes Leite
Renato Pinto Venâncio
Ricardo Salles
Sérgio da Mata
Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Valdei Lopes de Araujo

260

Normas de publicação

editorial guidelines

1) As colaborações poderão ser feitas sob as seguintes formas:

1.1) Artigo inédito (entre 28.000 e 64.000 caracteres com espaço, incluindo as notas e as referências bibliográficas).

1.2) Resenha crítica de livro (até 18.000 caracteres com espaço). As resenhas devem ter título, seguido pela referência bibliográfica completa da obra. Caso seja necessário, a bibliografia deve vir no final da resenha e as notas devem seguir os padrões editoriais da revista.

1.3) Textos e documentos historiográficos: tradução de texto inédito em língua portuguesa ou nova tradução que se justifique pelo trabalho crítico e transcrição de textos de valor documental para a história da historiografia. Ambos deverão ser antecidos de breve apresentação (até 80.000 caracteres com espaço).

1.4) Entrevistas, antecidas por uma breve apresentação. (entre 27.000 e 54.000 caracteres com espaçamento no total).

2) Os artigos devem conter, no final, resumo (de 700 a 1.050 caracteres com espaço) e 03 palavras-chave, ambos seguidos de traduções para língua inglesa.

3) Serão aceitas resenhas de livros que tenham sido publicados, no máximo, há três anos ou então títulos há muito esgotados e com reedição recente.

4) Os autores devem excluir todas as informações do arquivo que possam identificá-los como tal.

5) As resenhas críticas, os textos e documentos historiográficos e as entrevistas deverão conter, no final, 03 palavras-chave em português e em inglês.

6) Todos os artigos serão analisados por, pelo menos, dois membros do Conselho Consultivo ou assessores ad hoc, que podem, mediante consideração da temática abordada, seu tratamento, clareza da redação e concordância com as normas da revista, recusar a publicação ou sugerir modificações. Os pareceres têm caráter sigiloso. Ao Conselho Editorial fica reservado o direito de publicar ou não os textos enviados de acordo com a pertinência em relação à programação dos temas da revista.

7) Os artigos, resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos passarão por uma pré-seleção do Conselho Editorial que avaliará sua pertinência com relação à temática do periódico. Uma vez aprovado na pré-seleção, serão encaminhados para dois pareceristas.

8) As resenhas, entrevistas e textos e documentos historiográficos serão avaliadas por um membro do Conselho Editorial ou Consultivo, que levará em conta os critérios de pertinência temática do material apresentado com relação à linha editorial do periódico e a qualidade e consistência do texto da resenha, entrevista ou textos e documentos historiográficos.

9) As palavras-chave devem ser preferencialmente retiradas do banco de palavras-chave elaborado pelos editores da revista. Caso o autor considere recomendável colocar uma palavra-chave que não esteja contida no referido banco, deve expressamente pedir sua inclusão no sistema de busca. A solicitação será avaliada pelos editores.

10) As colaborações devem ser enviadas em Times New Roman, tamanho 12, espaçamento 1,5 e com margens de 3 cm. As citações com mais de três linhas devem ser destacadas do texto, sem aspas, compondo parágrafo com recuo, à esquerda, de 1,5 cm, com tamanho de fonte 11 e espaçamento simples.

11) Todos os textos deverão ser apresentados após revisão ortográfica e gramatical.

12) As notas de rodapé devem ser apenas de caráter explicativo. As referências devem vir em corpo de texto tendo o seguinte formato:
(ABREU 2005, p. 36).

13) As referências bibliográficas, listadas em ordem alfabética, devem estar no final do texto, com o título do livro/peródico em negrito, seguindo estritamente as normas da ABNT.

14) A partir de seu terceiro número, a revista *História da Historiografia* adotará a nova ortografia estabelecida no Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa. Recomenda-se aos colaboradores a adoção da nova ortografia nos materiais enviados para avaliação e publicação na revista.

15) O envio de manuscritos implica a cessão de direitos autorais e de publicação à **História da Historiografia**, que não se compromete com a devolução das colaborações recebidas.

16) Todas as colaborações devem ser enviadas exclusivamente pelo site da revista: www.ichs.ufop.br/rhh.